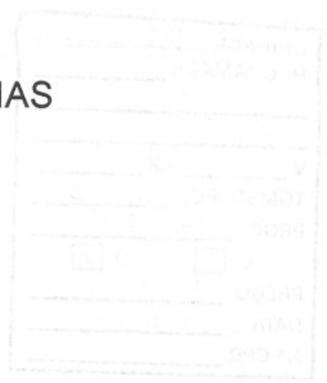




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia



INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL
NOS ANOS NOVENTA

2005 05252

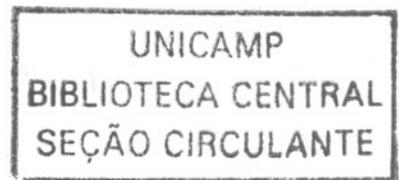
José Benedito de Zarzuela Maia

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas – área de concentração: Teoria Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. Mariano Francisco Laplane.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por José Benedito de Zarzuela Maia em 10/12/2004 e orientada pelo Prof. Dr. Mariano Francisco Laplane.

CPG, 10 / 12 / 2004

Campinas, 2004



UNIDADE	INC
Nº CHAMADA	M28i / UNTO AMP
V	EX
TOMBO BC/	62807
PROC.	16-26-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	28/02/05
Nº CPD	

lib - 342113

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

M28i

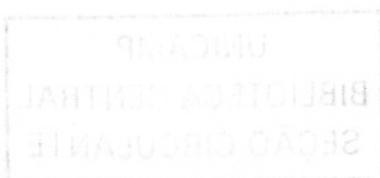
Maia, Jose Benedito de Zarzuela.

Investimento industrial no Brasil nos anos noventa / Jose Benedito de Zarzuela Maia. -- Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Mariano Francisco Laplane.

Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Investimentos – Industrias – Brasil. 2. Politica industrial - Brasil. 3. Brasil – Industrias. I. Laplane, Mariano Francisco. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.



AGRADECIMENTOS

Retomar as atividades discentes em idade madura traz transtornos ao dia-a-dia, porém os resultados gratificam. Meu aprendizado no convívio acadêmico na Unicamp foi tão enriquecedor quanto o estudo da ciência em si. Valores que me são importantes foram reafirmados por professores, colegas e funcionários. Estas pessoas colaboraram sobremaneira para a conclusão deste projeto, algumas delas sequer se apercebendo disso. A elas sou grato. Lembrar de todas será um grande esforço e possivelmente mal sucedido, mas é um risco que assumo para não ser ingrato com todos.

O estímulo inicial para ingresso no curso partiu de Waldemir Luiz de Quadros, que me mostrou a Instituição sob vários ângulos, aguçando meu interesse em voltar aos bancos escolares. O contato inicial, já na Unicamp, foi com Otaviano Canuto, Coordenador do curso de Pós Graduação de Economia à época, que me abriu as portas da Instituição depois de uma conversa franca e cordial.

Como aluno aprendi e convivi com professores experientes, dedicados e, ao mesmo tempo, amigos. São eles: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, João Manoel Cardoso de Mello, José Ricardo Barbosa Gonçalves, Julio Sérgio Gomes de Almeida, Luciano Galvão Coutinho, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Mariano Francisco Laplane, Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior e Ricardo de Medeiros Carneiro.

Fora da sala de aula, contei ainda com a colaboração dos professores Antonio Carlos Macedo e Silva, David Dequech, Fernando Nogueira da Costa, Fernando Sarti, Frederico Mathias Mazzucchelli, Maria Alejandra Caporale Madi, Sérgio Roberto Rios do Prado e Waldir José de Quadros, e da equipe do NEIT-Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia. Entre os funcionários colaboraram, sempre gentilmente, para consulta ao acervo da biblioteca, Almira Rosa Cotegype, Célia Maria Passarelli Quitério e Maria de Lourdes D. Dias. Na Secretaria de Pós Graduação, o apoio acadêmico exemplar foi de José Alberto Curti e Maria Aparecida Fernandes.

Para elaboração da tese fui orientado inicialmente por Ricardo de Medeiros Carneiro, que me fez avançar pontos importantes do trabalho, dando sustentação a argumentos ainda vagos. A mudança de rumos da tese, quando percebi que meu interesse era maior pelos aspectos do investimento propriamente dito, do que pelas questões financeiras relacionadas a ele, também me fez mudar a orientação. Todavia, a contribuição de Ricardo Carneiro já estava dada, e foi valiosa para elaboração dos segundo e terceiro capítulos da tese.

Mariano Francisco Laplane acompanhou minha atividade acadêmica na Universidade depois que assumiu a Coordenação do Curso de Pós Graduação em Economia, e tornou-se naturalmente meu orientador, não só por seu conhecimento do assunto que resolvi explorar, mas também pela interação com minha vida acadêmica. Sua supervisão, como coordenador e como orientador, foi essencial para meu aproveitamento durante o curso e para a conclusão da tese.

As versões iniciais dos primeiros capítulos escritos foram em muito melhoradas nas discussões com Arício Xavier de Oliveira, Carlos Eduardo de Carvalho, Luiz Afonso Simoens da Silva e Nelson Carvalheiro. O estímulo deles foi fundamental.

Na PUC/SP, destaco a colaboração e o interesse permanente de Anita Kon, Antonio Correa de Lacerda, Claudemir Galvani, João Batista Pamplona, José Márcio Rebolho Rego e Ricardo Carlos Gaspar e o auxílio de todos os professores do Departamento, resultado das conversas sobre economia.

No Banco Central contei com total apoio e compreensão de Altamir Lopes, Antonio Carlos Feitosa, Fernando Antonio de Moraes Rego Caldas e Virginio Santos Neto. Sou agradecido, e muito, aos colegas do Depec de São Paulo e de Brasília, indistintamente, que sempre se dispuseram a aclarar minhas dúvidas e transmitir seus conhecimentos nas diversas vezes em que os procurei.

No ambiente familiar, a compreensão, a tolerância e o estímulo de todos permitiram que eu concluísse o trabalho sem muitos “arranhões” no relacionamento, mesmo transformando as poucas horas de convívio em horas de estudo. Agradeço por isso a Elizabeth e a minhas filhas Maria Fernanda, Tânia Maria e Lígia Maria, freqüentes monitoras de meu estado de ânimo. Não consegui poupar também meus pais, Eduardo e Maria de Nazareth, sempre atentos e interessados no andamento do trabalho, dando-me um vigor adicional. Infelizmente, a demora na elaboração da tese não permitiu a meu primo, José Lopes Zarzuela, a quem devo muito, vê-la concluída. Nela não estão presentes todos seus ensinamentos de uma breve, porém rica, existência porque eu não os consegui reter, mas está ao menos o esforço para errar pouco, aprendido com ele.

Devo gratidão a estas pessoas e àquelas traídas por minha memória pelo empenho em me ajudar, o que não as torna responsáveis pelas falhas do trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 01.....	15
<i>A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA</i>	15
Introdução	15
1.1. A Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).....	16
1.2. Desembolsos do BNDES para FBCF	21
1.3. Pesquisa CNI/CEPAL - 1995/1999	25
1.4. Pesquisa CNI/CEPAL - 1998/2002	29
1.5. Investimento Externo Direto (IED)	32
1.6. Gastos em P&D	36
1.7. Pesquisa de Investimentos no Estado de São Paulo em 2001 - Seade.....	38
1.8. Considerações Finais	40
CAPÍTULO 02.....	45
<i>O AMBIENTE MACROECONÔMICO CONTEMPORÂNEO</i>	45
Introdução	45
2.1. As Transformações do Capitalismo Mundial	48
2.2. Transformações da Economia Brasileira	56
2.2.1. A Política Econômica e os Obstáculos ao Crescimento	63
CAPÍTULO 03.....	69
<i>O CRÉDITO DE LONGO PRAZO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL</i>	69
Introdução	69
3.1. O Crédito de Longo Prazo no Mundo Desenvolvido	72
3.2. O Crédito de Longo Prazo no Brasil.....	81
3.3. As Condições do Crédito no Brasil.....	85
3.4. As Fontes de Financiamento do Investimento no Brasil	93
3.4.1. O Autofinanciamento Inflacionário	93
3.4.2. O Capital Externo	96
3.4.3. O Crédito Público	98
3.4.4. Os Subsídios	100
3.5. Considerações Finais Sobre o Crédito	102
CAPÍTULO 04.....	105
<i>ASPECTOS MICROECONÔMICOS DA DEMANDA POR INVESTIMENTOS:</i> <i>ANÁLISE POR COMPLEXOS INDUSTRIAIS</i>	105
Introdução	105
4.1. Desempenho da indústria: ganhos de produtividade e margens de lucro	106
4.2. C1 - Complexo Construção Civil.....	112
Minerais Não Metálicos.....	112
Madeira e Mobiliário	114
4.3. C2 - Complexo Siderúrgico	116
Siderurgia.....	116
Metalurgia.....	118
4.4. C3 - Complexo Eletroeletrônico	122
Metalurgia dos Não Ferrosos.....	122
Material Elétrico	126
Material Eletrônico	130
4.5. C4 - Complexo Material de Transporte	134

Outros Veículos, Peças e Acessórios.....	134
Automóveis, Caminhões e Ônibus.....	137
4.6. C5 - Complexo Têxtil.....	140
Têxtil.....	140
Vestuário e Acessórios.....	142
4.7. C6 - Complexo Químico.....	146
Refino de Petróleo e Indústria Petroquímica.....	146
Químicos Diversos.....	149
Borracha.....	152
Material Plástico.....	153
Farmácia e Perfumaria.....	155
4.8. Conclusões.....	158
CONCLUSÃO.....	163
VII. BIBLIOGRAFIA.....	173
ANEXO METODOLÓGICO.....	187
<i>Produção</i>	188
<i>Importação</i>	191
<i>FBCF</i>	192
<i>Ganhos de Produtividade</i>	192
<i>Margens de Lucro</i>	193
<i>Nível de Utilização de Capacidade Instalada</i>	193
Organização dos Dados.....	193
ANEXO ESTATÍSTICO.....	197

SUMÁRIO DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

GRÁFICO 01.1 – FBCF	17
GRÁFICO 01.2 – FBCF NACIONAL.....	17
GRÁFICO 01.3 – FBCF IMPORTADA	18
GRÁFICO 01.4 – FBCF EFETIVA E ESTIMADA	20
GRÁFICO 01.5 – FBCF ESTIMADA.....	20
GRÁFICO 01.6 – DESEMBOLSOS DO BNDES	21
GRÁFICO 01.7 – DESEMBOLSOS BNDES.....	24
TABELA 01.1 – DESEMBOLSOS BNDES/ÍNDICES.....	24
GRÁFICO 01.8 – IED SETORES.....	34
GRÁFICO 01.9 – FLUXOS DE IED	35
GRÁFICO 01.10 – GASTOS COM P&D	36
GRÁFICO 02.1 – TAXAS LIBOR EUA.....	48
GRÁFICO 02.2 – ÍNDICE DE TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL *	56
GRÁFICO 02.3 – CONTA FINANCEIRA	57
GRÁFICO 02.4 – IPCA.....	58
GRÁFICO 02.5 – NFSP	59
GRÁFICO 02.6 – TRANSAÇÕES CORRENTES.....	60
GRÁFICO 02.7 – RESERVAS INTERNACIONAIS	62
GRÁFICO 02.8 – TAXAS SELIC.....	63
GRÁFICO 02.09 – DÍVIDA EXTERNA	64
GRÁFICO 02.10 – TAXAS DE DESEMPREGO	65
GRÁFICO 02.11 – PIB.....	66
GRÁFICO 02.12 – TJLP	67
GRÁFICO 03.1 – CRÉDITO DO SFN	72
GRÁFICO 03.2 – CRÉDITO EUA.....	77
GRÁFICO 03.3 – CRÉDITO JAPÃO	78
GRÁFICO 03.4 – CRÉDITO ALEMANHA	78
GRÁFICO 03.5 – CRÉDITO REINO UNIDO	79
GRÁFICO 03.6 – CRÉDITO CANADÁ.....	79
GRÁFICO 03.7 – CRÉDITO FRANÇA	80
GRÁFICO 03.8 – CRÉDITO SUÉCIA.....	80
TABELA 04.1 – PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	109
TABELA 04.2 – MARGENS DE LUCRO VBP & IMPORTAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	111
QUADRO RESUMO 04.1 – CONSTRUÇÃO CIVIL	112
QUADRO RESUMO 04.2 – MINERAIS NÃO METÁLICOS.....	113
QUADRO RESUMO 04.3 – MADEIRA E MOBILIÁRIO.....	115
QUADRO RESUMO 04.4 – SIDERURGIA	116
QUADRO RESUMO 05.5 – METALURGIA	119
QUADRO RESUMO 04.6 – METALURGIA DE NÃO FERROSOS.....	122
QUADRO RESUMO 04.7 – MATERIAL ELÉTRICO.....	127
QUADRO RESUMO 04.8 – MATERIAL ELETRÔNICO	130
QUADRO RESUMO 04.9 – OUTROS VEÍCULOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS	134
QUADRO RESUMO 04.10 – AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	137
QUADRO RESUMO 04.11 – TÊXTIL	140
QUADRO RESUMO 04.12 – VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	142
QUADRO RESUMO 04.13 – REFINO DE PETRÓLEO E INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	146

QUADRO RESUMO 04.14 – QUÍMICOS DIVERSOS	149
QUADRO RESUMO 05.15 – BORRACHA.....	152
QUADRO RESUMO 05.16 – MATERIAL PLÁSTICO.....	154
QUADRO RESUMO 05.17 – FARMÁCIA E PERFUMARIA	156

Resumo

O trabalho analisa o comportamento do investimento na indústria de transformação brasileira a partir dos anos noventa sob as perspectivas macro e microeconômica. Aponta fatores impeditivos ao crescimento econômico sustentado, com base em informações textuais e estatísticas. Estas foram obtidas das matrizes de insumo-produto e de importações, construídas para avaliar as informações dos setores de atividade de transformação e de seus respectivos complexos industriais. Conclui que os investimentos não priorizaram a expansão da capacidade produtiva, vinculando-se muito mais a estratégias de ajuste praticadas na economia brasileira no período.

Abstract

This work analyzes the Brazilian manufacturing industry investment behaviour since the Nineties under the macroeconomic and microeconomic perspectives. The work shows impeditive factors for the economic growth through textual and statistical information. Input-output and imports matrices were constructed for analysing the data of the activity sectors and its industrial complexes. It concludes that the macroeconomic investment had not been prioritized. The investment was associated instead much more with the Brazilian economic adjustment strategies.

INTRODUÇÃO

No decorrer da década de noventa, a política econômica brasileira foi marcada por medidas de caráter liberalizante que provocaram alterações estruturais na economia com conseqüências no nível de atividade, no balanço de pagamentos e reduzindo substancialmente a inflação. Para isso, a abertura econômica representou a principal diretriz de política econômica, determinando a linha de ação nas esferas cambial, monetária e fiscal.

Esta tese procurou analisar os efeitos dessa política sobre os investimentos produtivos para apurar as razões do baixo crescimento no período. Dentre elas, destaca-se a política econômica que dificultou o uso de políticas setoriais para estimular a atividade industrial, e contribuiu para a escassez de crédito longo em condições de custo e prazo favoráveis. E, com a redução dos níveis de inflação no período, até mesmo este mecanismo de financiamento deixou de representar uma alternativa ao crédito.

Para avaliar o comportamento do investimento, foram analisadas informações setoriais da Formação Bruta de Capital Fixo, os Desembolsos do BNDES para Investimento, pesquisas da CNI/CEPAL e do Seade, os Investimentos Externos Diretos e gastos em Pesquisa e Desenvolvimento. A análise desses indicadores permitiu concluir que predominaram na indústria investimentos em modernização de plantas e de processos, em detrimento de investimentos em ampliação de capacidade produtiva. Esse tipo de investimento provocou alterações microeconômicas distintas nos diversos setores industriais, mas todas com o mesmo objetivo de adequar as empresas às novas condições da concorrência.

Portanto, o estudo concentrou-se na análise das condições gerais do investimento produtivo no país, com foco na interpretação dos aspectos que prejudicaram sua expansão. Seus principais resultados estão resumidos nos itens a seguir:

- a) os investimentos realizados foram insuficientes para promover o crescimento sustentado do país, apesar das reformas estruturais da década de noventa, em especial a abertura econômica;

- b) estes investimentos priorizaram a modernização em detrimento da expansão de capacidade, e se restringiram a setores com estruturas de mercado concentradas, melhor aparelhados tecnologicamente e/ou com predomínio de capital externo. Estes setores dispunham de melhores condições para reformular processos produtivos, e rapidamente atender a espasmos de demanda interna e externa, apenas com os ganhos de produtividade auferidos;
- c) a modernização promoveu a substituição de insumos e componentes produzidos no país por equivalentes importados, introduzindo mudanças importantes na pauta de importações, além de aumentar o volume importado. Como as exportações não acompanharam esse movimento, o resultado foi um desequilíbrio comercial crescente. Quando crises externas começaram a restringir o financiamento externo, a indústria não pôde promover o equilíbrio comercial produzindo itens exportáveis de maior valor agregado. A saída foi reduzir o nível de atividade para promover a retração das importações;
- d) as transformações estruturais da economia brasileira não contemplaram a reformulação do sistema de crédito com vistas ao financiamento de longo prazo. Essa tarefa poderia ser desempenhada pelos bancos públicos, capitaneando um processo amplo de financiamento de ciclo longo. Neste sentido, o processo de privatização dos bancos públicos pode ter restringido o financiamento do investimento, dado que as instituições públicas perderam a capacidade de avançar crédito e, por outro lado, as instituições privadas passaram a ter em suas carteiras de títulos públicos excelente alternativa de aplicação em relação a risco e retorno, o que as afastou das operações de crédito;
- e) as reformas atuaram também sobre a demanda de crédito, podendo-se destacar três aspectos: (i) o afastamento gradual do Estado empreendedor reduziu a demanda de crédito por suas empresas, outrora grandes demandantes de financiamento; (ii) as empresas estrangeiras ampliaram suas oportunidades de financiamento externo, prescindindo da oferta interna; e (iii) o custo do crédito aumentou, refletindo a estrutura das taxas de juros determinadas pelo modelo econômico. Juntos, estes aspectos transformaram o BNDES, praticamente, no único provedor de crédito para

investimento. Mesmo assim, não houve evidências de plena utilização de seus recursos, o que pode ser um sinal do baixo volume de investimentos.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo abordou o comportamento do investimento enfatizando dados relativos à produção setorial de bens para formação bruta de capital fixo. Como estas informações não tratam do investimento sob a ótica de seus demandantes, foram incorporados outros indicadores de investimento para complementar a análise.

O segundo e o terceiro capítulos trataram de aspectos macroeconômicos relacionados ao investimento. O segundo abordou o ambiente macroeconômico do período, apontando os principais fatores internacionais que moldaram o comportamento da economia mundial e seus reflexos sobre a economia brasileira, assim como as principais diretrizes da política econômica interna. O terceiro fez uma análise do crédito de longo prazo para investimento industrial, relacionando fontes de financiamento alternativas. A ênfase na análise do crédito de longo prazo decorre de sua capacidade de geração de investimentos na economia.

O quarto capítulo tratou da demanda setorial por investimentos sob a ótica microeconômica, caracterizando os setores de atividade integrantes dos principais complexos industriais, e analisando informações indicativas de investimentos.

Dois anexos integram o trabalho, o primeiro trata da metodologia de apuração e análise das informações estatísticas e o segundo apresenta o conjunto dessas informações.

Antes de iniciar a análise do tema proposto impõem-se algumas considerações acerca da escolha da década de noventa como referência nesta tese. Naquele período ocorreu importante reestruturação da economia brasileira provocada pela “globalização”. A abertura econômica teve início nos primeiros anos da década com o franqueamento do comércio,

uma de suas facetas, e com a abertura da conta de capitais¹. O ano de 1995 representou, analiticamente, o “divisor de águas” para a política econômica, uma vez que nesse momento manifestaram-se plenamente os efeitos do plano de estabilização de preços, pressuposto essencial do processo de desenvolvimento pretendido com a reestruturação.

A abertura procurou induzir o país a absorver tecnologia externa necessária ao desenvolvimento. Por essa razão, os ganhos de produtividade foram considerados pelos gestores públicos o principal indicador de sucesso da política econômica no período. A estratégia representou o que chegou a ser designado como “o fim da era Vargas”, criando expectativas de aprimoramento dos processos produtivos e da melhoria da pauta de comércio, simultaneamente ao ajuste dos preços relativos e à ampliação dos investimentos para promover o crescimento econômico em bases sólidas.

Para o êxito rápido dessa estratégia, foram promovidas reformas econômicas ambiciosas e radicais, incluindo: (a) alienação de patrimônio público; (b) concessão da exploração de serviços públicos; (c) fim dos monopólios de produção e de distribuição de recursos naturais estratégicos e de serviços essenciais; (d) permissão ao capital externo para ingressar em setores até então exclusivos do capital nacional e estímulo à ampliação da participação desses capitais nos setores que já os acolhiam; (e) rebaixamento generalizado de tarifas de importação; e (f) ampliação de possibilidades de financiamento das importações pelo capital financeiro internacional ou, em última instância, financiamento dos déficits em conta corrente, considerados necessários à retomada do crescimento econômico nas economias em transformação.

Assim, a exposição da economia ao ambiente competitivo substituiu a proteção dada à indústria no período de aproximadamente cinquenta anos para constituição do parque produtivo nacional. Essa maior inserção internacional do país no ambiente competitivo e a estabilização de preços a partir de 1994, definiram novos rumos para a política econômica.

¹ A Resolução 1832 de 31/05/1991 incluiu o Regulamento Anexo IV à Resolução 1289 de 20/03/1987, disciplinando a constituição e a administração de carteira de valores mobiliários mantida no país por investidores institucionais estrangeiros.

Entretanto, o sucesso da estratégia no tocante à inflação não promoveu a esperada recuperação da atividade econômica. O país continuou convivendo com problemas estruturais provocados pelas baixas taxas de crescimento, ainda que mais integrado ao mundo globalizado.

Para isso contribuiu o afastamento do Estado da atividade produtiva, dado que o automatismo de mercado não criou condições favoráveis ao investimento produtivo. A estratégia de financiamento da conta corrente do balanço de pagamentos e a estabilização de preços, ambas baseadas em austeridade monetária e valorização cambial, comprometeram o crescimento econômico. Neste ambiente, foi difícil criar condições favoráveis ao investimento privado. A política econômica recuperou velhas técnicas concentradoras de renda em benefício de alguns setores industriais, concedendo favores fiscais e direcionando recursos para atividades consideradas prioritárias para o processo de ajuste. Estes setores eram os que mais rapidamente podiam responder a objetivos imediatistas da política econômica, sem necessidade de grandes investimentos que demandariam tempo e dinheiro.

Essa estratégia, em lugar de uma política industrial orientada para o investimento, comprometeu a expansão da oferta em vários setores industriais e restringiu o financiamento dos investimentos produtivos, dificultando a retomada do crescimento sustentado.

Antes de analisar os entraves ao desenvolvimento brasileiro na década de noventa, convém contextualizá-los à luz do ambiente econômico internacional prevalecente. As teses regulacionistas apontam como momento de ruptura do antigo modo de regulação, a crise de 1929. Até aquele período a regulação era do tipo concorrencial, com o ajuste se dando via preços entre mercados, as relações salariais eram individuais, com pouca intervenção dos sindicatos e a intervenção do Estado era reduzida.

Posteriormente à crise de 1929 e particularmente a partir do pós-guerra, coincidindo com o período de crescimento econômico, o novo modo de regulação monopolista estabeleceu

relações salariais coletivas, a concorrência capitalista se impôs respeitando a concentração dos mercados, a estratégia de manutenção das margens de lucro pelas empresas ganhou importância - o que permitiu sua sobrevivência e até sua prosperidade em momentos de estagnação econômica - e o Estado passou a intervir fortemente. Esse período se encerrou com a crise dos anos setenta.

Considerando o caráter estrutural da crise do modo de regulação, ao contrário das crises recorrentes, estas conjunturais e caracterizadas como mecanismos corretores de desajustes anteriores, pode-se identificar, a partir do final dos anos oitenta, uma ruptura do modo de regulação monopolista e talvez o nascimento de um novo modo, a julgar pela dificuldade na administração dos problemas surgidos com a crise dos anos setenta. Na década de oitenta os capitais começaram a se internacionalizar, os governos afrouxaram as regras econômicas, viabilizaram maior fluxo de capitais, transferiram ao setor privado internacional ativos públicos e, com tudo isso, internacionalizaram suas políticas econômicas com o custo de generalização também das crises. Estas teses são defendidas pela escola francesa de regulação e são sintetizadas em AGLIETTA (1995), BOYER e SAILLARD (1995), BOYER (1990), BOYER e DRACHE (1997), LORDON (1994) e THÉRET (1996), tendo como seguidores, no Brasil, HERCOVICI (1994), MENDONÇA (1994), entre outros.

Nesta visão, a falência quase simultânea e em escala mundial do mercado e do planejamento aponta para a importância da solução coordenada dos conflitos entre agentes econômicos, posto que ambos, mercado e governos intervencionistas, não foram capazes de solucionar problemas econômicos e de evitar custos sociais. Os mecanismos de coordenação, envolvendo políticas públicas e atuação de agentes privados de forma integrada, mostram-se mais adequados na condução da política econômica do que a simples aceitação de regras impostas “pelos mercados” ou pela “globalização”; esta última tida como inexorável e insuperável na resolução dos problemas de todas as economias que adotassem a abertura econômica, o livre fluxo de capitais e o ajuste das contas públicas.

Por isso importa avaliar a eficácia da utilização de princípios norteadores da ação coordenada entre Estado e Mercado, a exemplo de uma integração entre oferta de infraestrutura pública e gestão privada voltada para o crescimento econômico, com o estabelecimento de regras pelo Estado que assegurem a competição entre capitais, assim como a criação de mecanismo de recompensa e castigo para os agentes econômicos. (EPSTEIN e GINTIS, 1995 b).

Em relação ao financiamento, é inegável sua importância para a realização do investimento, embora não seja o único determinante. Condições de crédito favoráveis ao investimento podem viabilizá-lo a custos menores com seus conseqüentes desdobramentos sobre produto, renda e emprego, num efeito multiplicador² como o de Kahn (SHACKLE, 1991).

Em condições de crescimento a questão do financiamento se impõe como prioritária e cada economia provê recursos da forma mais adequada à sua realidade. O crédito bancário pode se sobrepor ao mercado de capitais ou vice versa, o Estado pode suprir deficiências do setor privado ou complementar outra fonte de crédito. Todavia, em que pese sua relevância, a questão do financiamento é uma questão que decorre da decisão do empreendedor. A decisão de gasto com investimento originará a demanda por crédito para financiá-lo, submetendo a poupança ao investimento. (STUDART, 1995a e 1999).

Portanto, é a decisão do gasto que importa para o processo de acumulação ampliada do capital e não a disponibilidade prévia de poupança na economia à espera de demanda pelo empreendedor. Essa premissa, presente nas teses de autores como KEYNES (1978; 1979), entre outros, submete de alguma forma a questão do crédito para investimento à prévia

² Criação de um fluxo extraordinário de renda decorrente da produção de bens de capital e que seja absorvido pelo consumo corrente dos produtores dos bens de consumo e também dos produtores desse novo investimento. Representa estímulo ao crescimento da produção, levando a economia de um equilíbrio a outro, pela cadeia de reações que eleva a renda agregada em proporção maior do que o incremento do investimento que a originou, sem efeitos inflacionários enquanto exista capacidade ociosa na economia. Esse conceito originaria a sugestão keynesiana de obras públicas financiadas, pelo poder de alavancagem que o financiamento proporciona aos investimentos, para combater o desemprego com o investimento não planejado, que junto com o planejado, superam a poupança planejada (SHACKLE, 1991, p.181-197).

decisão do capitalista, o que torna a questão mais ampla, por considerar não apenas condições de oferta, mas também de demanda.

A visão convencional, todavia, ao tratar a poupança como condição necessária e suficiente para determinação do investimento, reduz o sistema bancário a simples intermediário de recursos. Na teoria dos fundos emprestáveis, criticada por KEYNES (1979), o crédito, quando diferente da poupança voluntária, é visto como um desequilíbrio, não se considerando a capacidade do sistema bancário de simultaneamente conceder empréstimos, criando conseqüentemente ativos e passivos, estes através de depósitos (STUDART, 1999).

Esta situação é descrita por CHICK (1992)³, como o quinto estágio do desenvolvimento bancário, o mais desenvolvido, quando depois de conceder créditos, os bancos buscarão depósitos para equilibrar seus balanços, perpetuando o processo.

Essa mesma visão convencional ignora os diferentes determinantes macroeconômicos dos dois atos: o de poupar, ou renunciar ao consumo presente e o de investir, decisão afeta às expectativas promissoras para os negócios futuros. Desde já se verifica a contradição entre o não consumo e a sinalização de expectativas favoráveis à criação de capacidade produtiva. KEYNES (1978), em artigo de 1930, fez uso da parábola das bananas para elucidar o efeito que o sacrifício do consumo traz para o investimento, na ausência de outros fatores que o estimulem. Com ela, Keynes quis mostrar que o investimento

³ Os estágios de desenvolvimento bancário não podem ser tratados como estanques. Essa classificação, entretanto, contribui para melhorar o poder analítico dos processos evolutivos do sistema: 1º. ESTÁGIO - os bancos são pequenos e em grande número e seus passivos não são utilizados como meios de pagamento. Crédito é poupança - visão ortodoxa; 2º. ESTÁGIO - os bancos já adquiriram a confiança do público e se revelaram viáveis. O número de bancos é menor e seu tamanho médio é maior. As agências criadas desconcentram os depósitos e os riscos de sua redução posteriormente à concessão de empréstimos. Os depósitos são usados como meios de pagamento - crédito como múltiplos de suas reservas; 3º. ESTÁGIO - desenvolvimento dos empréstimos interbancários. O crédito cria depósitos e o limite a seu crescimento vem do crédito; 4º. ESTÁGIO - próximo do terceiro estágio, com a Autoridade Monetária concedendo empréstimo de última instância. Os empréstimos se expandem além das reservas do sistema e quando a Autoridade Monetária é acionada para compensar eventual perda de reserva do sistema, isso se reflete nas taxas pagas pelos bancos pelo socorro de última instância, afetando sua lucratividade; 5º. ESTÁGIO - os bancos administram passivos. Os ajustes promovidos pelo sistema afetam, não só os ativos, como nos estágios anteriores, mas também os passivos das instituições. Os bancos são induzidos a atrair depósitos de outras instituições, o que corresponde a maior competição no sistema, pela concessão do empréstimo e busca posterior dos depósitos com taxas atrativas.

independe da geração prévia da renda e, portanto, da poupança, sendo esta determinada por ele e não seu contrário. E, o sistema bancário poderá ser o “outro meio” para viabilizá-lo, através da concessão de crédito, criando capacidade produtiva a partir da sua decisão de gasto, constituindo o circuito Financiamento – Investimento – Poupança – Fonte de fundos.

A elevação do patamar das taxas de juros internacionais no final dos anos setenta inaugurou um período de predomínio das finanças sobre a produção no mundo todo, como tratado em AGLIETTA (1995), BELLUZZO (1997a), BRAGA (1993), CARNEIRO (1996, 1995 e 1993), CHESNAIS (1998), COUTINHO e BELLUZZO (1998 e 1996), EICHENGREEN (1996), GUTTMAN (1996) e TAVARES e FIORI (1997). Isso provocou conseqüências diretas sobre o nível de atividade porque relegou o investimento produtivo a um plano secundário, ao instaurar um processo de disputa por ativos financeiros internacionais. Esta disputa entre as economias resultou em elevada remuneração para esses ativos, promovendo uma retração da atividade nas várias economias. A partir daí, os anos oitenta e noventa iriam se caracterizar por baixo nível de atividade, baixa absorção de empregos e aumento da instabilidade mundialmente.

As condições econômicas ditadas pelo domínio das finanças sobre a produção marcaram a economia mundial, inclusive os países atrasados, e contribuíram para o afastamento dos sistemas bancários da atividade de financiamento dos investimentos produtivos. Além disso, e como decorrência, outros fatores também pesaram para esse relativo isolamento dos sistemas bancários de suas funções precípua. O Brasil não foi exceção. Alguns fatores que merecem atenção no caso brasileiro são:

- a) o afastamento gradual do Estado empreendedor a partir do final dos anos oitenta e início dos anos noventa, com o desenvolvimento do processo de privatização de empresas e concessão de serviços públicos, alterou o perfil dos empréstimos bancários, posto que as estatais eram grandes demandantes de crédito, pela sua presença duradoura e profícua para o processo de acumulação na economia brasileira e, para tanto, contavam com crédito institucional ou bancário;

- b) as empresas transnacionais, que tiveram sua participação aumentada na economia brasileira a partir dos anos cinqüenta, têm e tiveram acesso direto ao crédito externo a custos menores do que os registrados internamente. Este financiamento ocupou o espaço de intermediação financeira que, em tese, seria ocupado pelos bancos;
- c) o custo do crédito, majorado em função da mudança de patamar das taxas de juros externas e internas, a partir do final da década de setenta, condicionou o empresário nacional à utilização de recursos próprios para financiar os próprios investimentos, pouco recorrendo aos bancos;
- d) a necessidade de financiamento da crescente dívida pública impõe um elevado custo financeiro para sua rolagem, o que enfocado pela ótica de seus financiadores, como fundos de pensão e agentes financeiros, corresponde a excelente alternativa de remuneração em relação ao crédito em geral, pelo menor risco envolvido quando contraposto ao crédito ao investimento.

O impacto desses fatores para as economias endividadas foi mais grave porque onerou suas dívidas externas. No Brasil, dadas as características predominantes das operações de curto prazo, além da dívida externa, também a interna foi majorada; a externa, decorrente das cláusulas de repactuação semestral das taxas de juros contratadas e a interna, pelas renovações motivadas pelas contratações originais de curto prazo.

A bibliografia empírica brasileira dos anos 90 que trata das transformações ocorridas no cenário internacional discute a questão do investimento produtivo no país. A visão apologética do novo modelo o justifica em função dos ganhos de produtividade conquistados com abertura comercial, liberalização da economia e privatização e atribuindo ao ganho de produtividade a responsabilidade pelo crescimento após a estabilização de preços. Seria uma forma nova de tratar o velho problema do desenvolvimento num ambiente internacionalizado.

Autores que compactuam com essa visão, como BARROS e GOLDENSTEIN (1997), FRANCO (1999) e MOREIRA (1996 e 1999), condenam quaisquer formas de protecionismo explícito, visto como procedimento ultrapassado e vinculado à economia

fechada que caracterizou a industrialização do país. As políticas industriais, comuns nas economias maduras, são condenadas por oferecer proteção a setores sujeitos à concorrência internacional. Todavia, esse viés não impediu que alguns poucos setores fossem “eleitos” para receber favorecimento tarifário, apenas não se explicitando a estratégia como instrumento de política industrial, nem estendendo essa forma de proteção a um maior número de setores. Aspectos relacionados com proteção à indústria são discutidos em BIELSCHOWSKY (1999) e IEDI (1998a).

Formas mais eficazes de proteção foram concedidas aos setores mais concentrados, internacionalizados e melhor aparelhados tecnologicamente. Esses setores foram menos afetados pela abertura, já que puderam contar com importações das próprias matrizes e com recursos externos relativamente mais baratos que os internos e, portanto, estavam em condições de reformular processos produtivos rapidamente. Assim, os setores que pouco ou nada sofreram com a abertura, tornaram-se mais competitivos e puderam responder às demandas interna e externa, para atender aos objetivos de provimento de bens num mercado interno contestado pelos produtos importados e aos de aumento de exportações.

O apoio foi oferecido a esses setores na forma de novas linhas de crédito criadas pelo BNDES, incluindo empresas multinacionais com melhores condições de financiamento para ampliação de competitividade, flexibilização de normas industriais, simplificação operacional do crédito e ampliação de prazos de financiamento, além de estímulos à exportação (IEDI, 1998a).

Pelo tipo de investimento requerido para reestruturação industrial com vistas à modernização (BIELSCHOWSKY, 1999) e redução de custos, esses setores demandavam menos gastos e menor tempo de maturação para aumentar a produtividade e a competitividade. Sob esta lógica, se justificou privilegiar produtores de bens de consumo duráveis e, particularmente, os de melhor penetração no mercado mundial. O setor automobilístico, talvez o mais favorecido, reunia essas condições.

A estratégia das autoridades coincidiu com os interesses dos produtores nos setores “eleitos”. Setores cujas plantas eram globalizadas puderam investir em processos específicos, contando com as vantagens locais de custo, porque outras fases do processo estavam sendo desenvolvidas em outras localidades, seguindo a estratégia de fabricação dos produtos mundiais. O setor farmacêutico é um bom exemplo de identidade de interesses. No processo de distribuição geográfica de suas plantas definiu um ou, no máximo, dois países desenvolvidos para investir em tecnologia de ponta. Suas filiais continuam importando produtos ou componentes dessas unidades, não se justificando grandes investimentos nas plantas localizadas no terceiro mundo. Admite-se, portanto, apenas reestruturações e novos processos.

Defensores mais convictos da estratégia do novo regime enalteceram as vantagens da especialização da produção (MOREIRA, 1999), ignorando que a pretensa especialização escondia um processo de montagem de produtos finais a partir de componentes importados de maior tecnologia. Essas importações, além de sucatar empresas locais fornecedoras das unidades montadoras, impediram o investimento em tecnologia e educação, essenciais ao desenvolvimento e presentes na política industrial nos países desenvolvidos. Investimentos em tecnologia e em educação foram tratados por GONÇALVES (1996), HAGUENAUER, *et al.*(1996), IEDI (1998b), IPEA (2000), SIQUEIRA (s/d) e VEIGA (2000).

Nesse sentido, a presença do capital internacional nos setores mais dinâmicos e preparados para receber os investimentos de ciclo curto e de alto rendimento, influenciou também as decisões voltadas para o crescimento econômico do país. A mesma dependência que o novo regime estabeleceu em relação ao financiamento do balanço de pagamentos se estendeu à política de investimento do país, favorecendo ainda a maior concentração industrial.

A ação aceita de política industrial se resumiu àquela voltada para a promoção de exportações, já que estas se tornaram essenciais após a crise asiática de 1997. E mesmo nesse plano pouco se fez de concreto, restringindo-se a facilidades de financiamento para produção de itens exportáveis, com recursos do BNDES e, indiretamente por recursos direcionados aos setores mais dinâmicos, com forte presença no mercado externo. O

pressuposto de que os ganhos de produtividade microeconômicos e o aumento da eficiência sistêmica decorrente da abertura comercial promoviam o aumento das exportações tornou redundante qualquer política específica para a atividade.

Em síntese, concluiu-se que os resultados da estratégia de política econômica dos anos noventa foram pífios para a promoção do crescimento econômico no país. No início da década, promoveu-se a abertura da economia seguida, em 1994, pelo programa de estabilização de preços. Junto com ele, a política econômica priorizou processos de reestruturação produtiva, modernização de processos e de plantas e privatização de empresas. Em 1999, após a crise cambial no país que revelou a fragilidade da política econômica, a ênfase da política recaiu sobre o “ajuste exportador”. Entretanto, em todo o período não foram realizados investimentos suficientes para a promoção do crescimento econômico.

CAPÍTULO 01

A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA

Introdução

A maior limitação para analisar os investimentos na indústria brasileira é a escassez de informações precisas. Seriam necessárias informações relativas aos investimentos efetivamente realizados nos diversos setores industriais para poder avaliar sua intensidade e suas características. Porém, por ser uma variável estratégica para as empresas, normalmente são divulgadas apenas as intenções, que nem sempre se concretizam. Por essa razão, neste capítulo foram reunidas informações estatísticas de diferentes fontes, cada uma delas caracterizando um indicador diferente dos demais. Em conjunto, os indicadores permitem avaliar melhor o comportamento do investimento. A partir da análise destas informações procurou-se avaliar a intensidade e a qualidade do investimento na indústria brasileira na década de noventa.

O principal indicador refere-se à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) calculada para os distintos setores de atividade da indústria de transformação, com base em informações do IBGE. A FBCF representa a melhor *proxi* para o investimento, já que é utilizada na apuração das Contas Nacionais. A variável FBCF apurada neste estudo é diferente da que é divulgada nas Contas Nacionais por ter sido obtida por multiplicação de matrizes e porque seus valores estão apresentados a preços básicos, e estão disponíveis apenas para o período de 1990 a 1996⁴.

Por resultar de cálculo matricial, os dados estão dispostos por setor de atividade ofertante, interno e externo, respectivamente para a oferta local e importada de bens de investimento e, como se referem a um item de demanda final, não são apresentados por setor demandante. Desta forma, os valores mais elucidativos a respeito dos investimentos são os

⁴ A respeito da apuração desses dados e de outros referentes às matrizes de insumo-produto e de importações, ver os anexos metodológico e estatístico, respectivamente, para o tratamento dos dados e os dados em si.

totais desta variável, independentemente de qual tenha sido o setor ofertante. A oferta setorial, todavia, pode agregar informações qualitativamente melhores porque permite avaliar isoladamente a oferta de bens de capital dos principais setores que compõem a variável: Construção Civil; Máquinas e Tratores; Automóveis, Caminhões e Ônibus; e Material Eletrônico. Juntos, estes setores produziram quase 90% da FBCF total na média do período de 1990 a 1996.

O segundo indicador de investimento analisado neste capítulo é a contribuição dos desembolsos do BNDES para a FBCF calculado por PLATTEK (2001). O terceiro e quarto indicadores são os resultados de duas pesquisas realizadas pela Confederação Nacional da Indústria junto com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. A primeira delas (CNI/CEPAL, 1997) considerou investimentos realizados e a realizar no período de 1995 a 1999, e a segunda (CNI/CEPAL, 2001) atualizou essas informações para o período 1998 a 2002.

A quinta variável analisada foram os investimentos externos diretos (IED) apurados pelo Banco Central do Brasil para o período de 1990 a 2000, porém não pelo mesmo critério para todo o período. Para os anos de 1990 a 1994 os dados trataram de ingressos registrados no BCB, para 1995 e 2000 os dados foram obtidos pelos dois Censos de Capitais Estrangeiros do BCB e representam o estoque de investimentos naqueles anos. Para 1996 foram considerados, pelo mesmo Censo, os ingressos no ano, portanto dados de fluxo. Nas informações do Segundo Censo de Capitais Estrangeiros para o ano 2000 não constam dados de fluxos de anos anteriores.

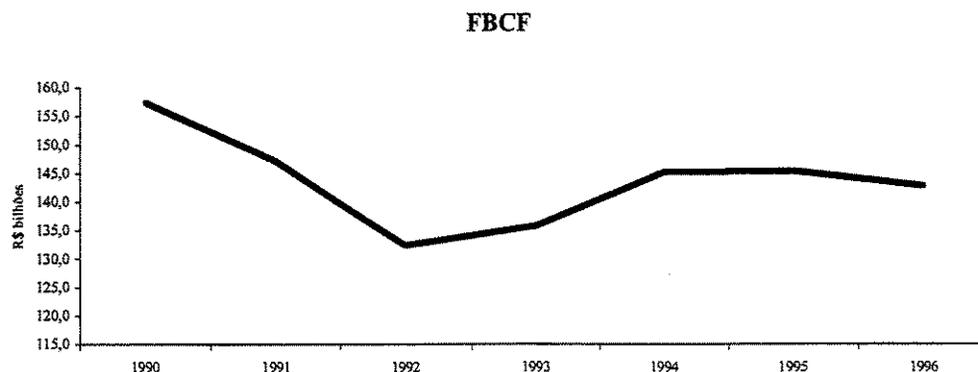
O sexto indicador considerado foram os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) das indústrias, por representarem investimento em tecnologia, e o sétimo correspondeu à outra pesquisa no âmbito de São Paulo realizada pelo SEADE (2001).

1.1. A Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Os valores da produção total (nacional e importada) de bens de capital no período 1990-1996 não revelaram tendência de crescimento, declinaram de 1990 a 1992, seguindo-se

uma recuperação discreta até 1995 e posterior queda em 1996. O maior valor da série foi registrado no primeiro ano.

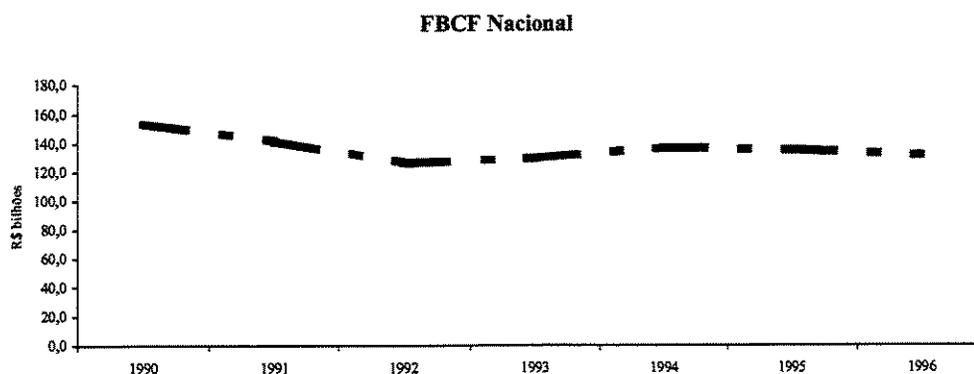
GRÁFICO 01.1 – FBCF



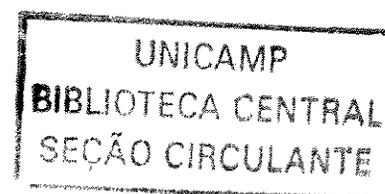
Fonte: IBGE – elaboração do autor.

O valor de produção nacional desses bens exibiu trajetória semelhante à do total, haja vista sua grande representatividade relativamente à produção importada. O maior valor foi também registrado em 1990 e, de 1993 a 1996 os valores foram equilibrados, sem caracterizar tendência de crescimento.

GRÁFICO 01.2 – FBCF NACIONAL

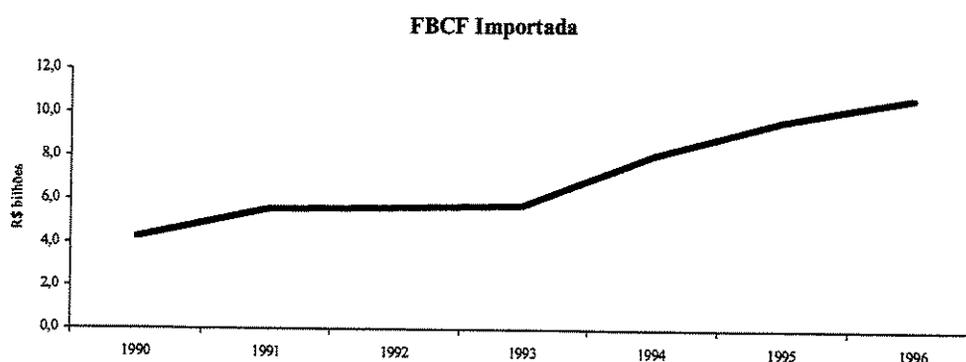


Fonte: IBGE – elaboração do autor.



O mesmo registro para a produção importada, sensivelmente menor que o da nacional nesta categoria de bens, ficou estável de 1991 a 1994, depois de registrar crescimento relativamente a 1990 e, posteriormente, de 1994 a 1996 cresceu significativamente em relação ao patamar verificado de 1991 a 1993. Este aumento reflete seguramente o processo de abertura comercial, ou seja, a substituição de equipamentos produzidos no país por importados, uma vez que a FBCF total não aumentou. (Gráfico 01.1).

GRÁFICO 01.3 – FBCF IMPORTADA



Fonte: IBGE – elaboração do autor.

O valor de oferta dos bens de investimento da Construção Civil, principal setor ofertante, responsável por $\frac{3}{4}$ do total, declinou de 1990 a 1992 e voltou a cair em 1995, depois de tênue recuperação em 1993 e 1994. O valor de 1996 foi ligeiramente superior ao de 1995. Também para esta variável o maior valor da série ocorreu em 1990. A origem dos bens de capital produzidos pela construção civil é exclusivamente interna.

O segundo maior setor em valores de produção de bens de investimento, Máquinas e Tratores, com 7,3% de participação sobre o total na média do período, registrou flutuação também ao longo da série. A média dos anos 1994 a 1996 foi superior à do período anterior. Isso mostra relativo aumento do investimento em Máquinas e Tratores naquele período.

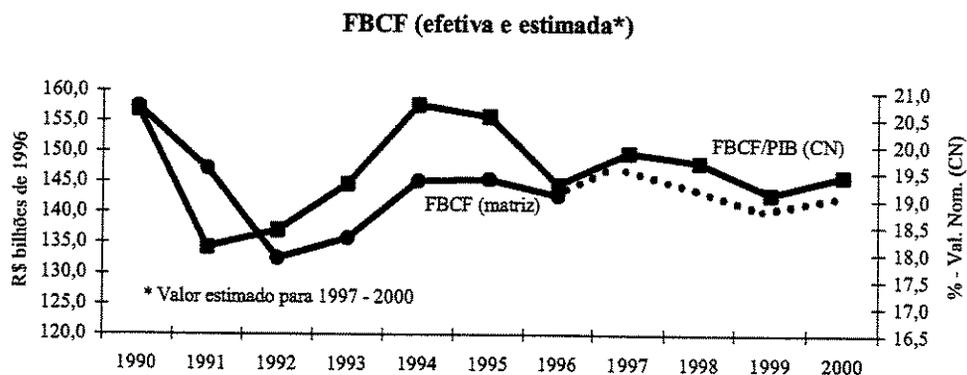
A evolução dos valores de produção do setor de máquinas e tratores, de origem nacional e importada, permite concluir que as importações desses bens substituíram parte da produção nacional, provavelmente por estímulo das reduções tarifárias. De 1994 a 1996, este comportamento foi mais marcante, mas também coincidiu com a recuperação da produção nacional análoga, o que pode indicar que além da substituição de produtos nacionais por importados, registrou-se maior demanda de máquinas para investimento.

Os valores de bens de capital apurados para os fabricantes de automóveis, caminhões e ônibus, oscilaram menos que os dos fabricantes de máquinas, e o maior valor ocorreu em 1995. Sua contribuição para a oferta total da FBCF foi de 4,5% na média do período e as importações não foram expressivas. Mesmo assim, pode ter ocorrido substituição da produção interna pela de importados nos setores demandantes desses bens, como sugere o crescimento das importações, mormente em 1991 e 1994.

Já, a oferta de bens para FBCF pelo setor eletrônico foi mais equilibrada entre os produtores internos e externos, e foi maior nos três anos finais da série em ambas origens. A participação sobre o total ofertado, na média do período, correspondeu a 3,9%. A produção interna decresceu até 1993, recuperando-se nos três anos seguintes, e a importada exibiu trajetória de crescimento praticamente em todo período. A evolução de ambas as séries apontou um deslocamento da demanda interna pela de importados, principalmente em 1992, 1993 e 1996.

Como já mencionado, a falta de informações na forma requerida para a construção das matrizes impede a atualização da série para o período posterior a 1996. Entretanto, com os dados disponíveis das Contas Nacionais do IBGE pode-se estimar o comportamento da série até 2000 com alguma segurança. Partindo da relação FBCF/PIB em valores nominais agregados ano a ano, estimou-se um comportamento que sugere relativa estabilidade da série obtida pelas matrizes, como mostrado no gráfico a seguir pela linha pontilhada.

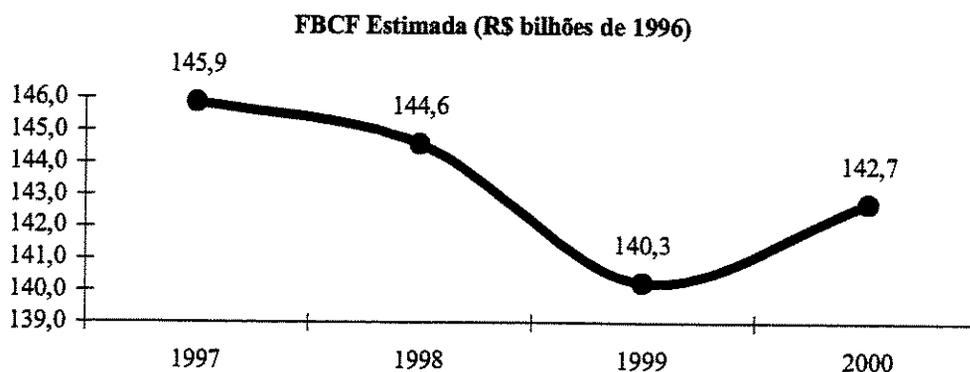
GRÁFICO 01.4 – FBCF EFETIVA E ESTIMADA



Fonte: IBGE – Elaboração do autor

Para projeção dos valores de 1997 a 2000, estabeleceram-se relações entre as duas séries de 1990 a 1996, ano a ano, e a média dessas relações anuais foi aplicada, uniformemente, como coeficiente, aos valores da série das Contas Nacionais para os quatro anos seguintes. Os valores projetados constam do gráfico a seguir destacando-se, exclusivamente, o período de 1997 a 2000.

GRÁFICO 01.5 – FBCF ESTIMADA



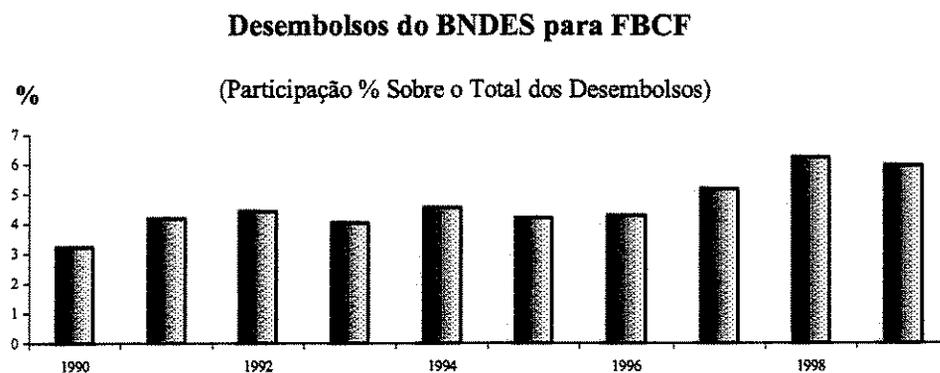
Fonte: IBGE – Elaboração do autor

Examinando uma linha de tendência com base em médias móveis para as duas variáveis⁵, não houve indicação de que os valores estimados superassem os registrados pelas Contas Nacionais. Isso corrobora a análise referente ao período anterior de que não houve crescimento dos investimentos pelas informações da FBCF.

1.2. Desembolsos do BNDES para FBCF

Os recursos desembolsados pelo BNDES (PLATTEK, 2001) referem-se àqueles para investimento fixo, compreendendo os financiamentos para aquisição e substituição de equipamentos, modernização tecnológica e criação e ampliação de capacidade produtiva. Não foram considerados, portanto, os financiamentos à exportação, os desembolsos em mercado secundário do BNDESPAR, recursos para saneamento financeiro de empresas e adiantamentos a privatizações. Além disso, os dados analisados no trabalho não incorporaram os impactos sobre a FBCF de gastos na área social do BNDES, nem das aplicações em mercado dos recursos do BNDESPAR, que podem ter sido canalizados pelo mercado financeiro aos investimentos.

GRÁFICO 01.6 – DESEMBOLSOS DO BNDES



Fonte: Platttek, 2000.

⁵ Recurso gráfico do programa Microsoft Excel.

O cálculo referente à contribuição dos desembolsos do Banco para a FBCF de 1990 a 1999 no estudo de PLATTEK (2000) mostrou uma contribuição relativamente constante no período de 1991 até 1996, ao redor de 4,3%. Este percentual médio do período assinalado superou o registrado em 1990 em aproximadamente um ponto percentual e ficou abaixo da média observada de 1997 a 1999 em 1,5 ponto percentual.

Concorreram para esse crescimento nos três últimos anos citados, as expectativas acerca da desvalorização cambial, motivando a substituição das fontes de financiamento externas pelas internas. Em 1998 e 1999, o aumento relativo dos desembolsos também pode ser explicado pelo recuo dos investimentos, mormente em 1999 depois das alterações na política econômica, ou seja, a redução verificada nos investimentos, expressos na relação entre a FBCF e o PIB, não foi acompanhado, de imediato, pelos desembolsos. Parte da explicação pode ser atribuída à defasagem temporal entre a solicitação do recurso ao BNDES e sua efetiva liberação de, no mínimo, 180 dias.

Outra explicação para o aumento dos desembolsos de 1997 a 1999 pode ter sido o aumento da participação dos desembolsos para infra-estrutura. Em 1997 e 1998, o aumento correspondeu à concessão de recursos à atividade de transporte, mais especificamente aos governos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e do Distrito Federal ⁶, e pelas operações referentes a financiamento indireto de máquinas e equipamentos pela Finame com o setor público. Em 1999, o aumento dos desembolsos para infra-estrutura deveu-se, fundamentalmente, a maiores volumes destinados às telecomunicações, e estes, corresponderam a financiamentos para novas empresas privatizadas no setor.

Nas atividades da agropecuária e de serviços registrou-se uma ligeira elevação de participação percentual apenas em 1997, enquanto a indústria de transformação registrou

⁶ Conclusão de empreendimentos pela Companhia do Metropolitano de São Paulo; ampliação e modernização do porto de Sepetiba pela Companhia Docas do Rio de Janeiro; ampliação da utilização do metrô de passageiros pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro; e implantação do metrô do Distrito Federal pelo Governo do DF.

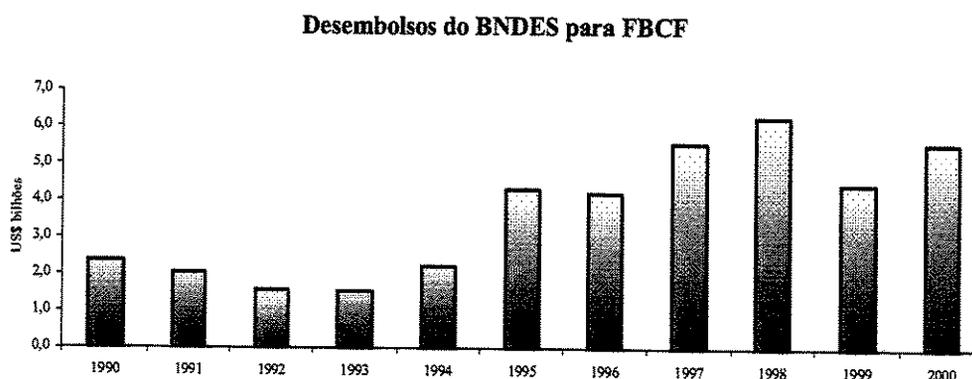
decréscimos de participação nos três anos considerados no estudo, mostrando que os investimentos fixos na indústria não foram prioritários para o BNDES.

Portanto, conclui-se que o financiamento de investimentos fixos pelo BNDES não representou uma estratégia planejada de recuperação da capacidade de produção da indústria. Este objetivo apenas constou de seus projetos para o período de 2000 a 2005 e compreenderam recursos para P&D, capacitação gerencial e treinamento de mão de obra, tecnologia da informação e qualidade e produtividade. Esse comportamento refletiu a baixa demanda de investimento na indústria, motivada pelas expectativas pessimistas da parte dos empresários aliadas ao elevado custo de capital.

Embora os dados setoriais tratados por PLATTEK (2001) refiram-se apenas ao período de 1996 a 1999, o total de desembolsos do Órgão, referentes a todas as modalidades de financiamento do BNDES, foram apurados para período maior. Em que pesem compreender outras modalidades de financiamento além daqueles para investimento fixo percebe-se, no gráfico 01.7, que para o período de 1990 a 1994 os recursos destinados à indústria de transformação foram particularmente reduzidos e declinantes até 1993. Esta situação se alterou ligeiramente a partir de 1995.

Assim, considerando o comportamento observado para esta variável ao longo da década de noventa e, além disso, que a variável compreende outras formas de financiamento, além das aplicadas para investimentos fixos, pode-se ratificar a conclusão obtida a partir dos dados específicos para investimentos fixos, de que a indústria de transformação não representou prioridade para o BNDES, no tocante a financiamento de investimentos.

GRÁFICO 01.7 – DESEMBOLSOS BNDES



Fonte: BNDES

Em se tratando ainda de valores totais de desembolsos, não restritos a investimentos fixos, portanto, estudo de ALÉM (1998) contabilizou valores deflacionados muito próximos nas décadas de setenta, oitenta e de 1991 a 1997. Em números índices com base 1980=100, os valores médios desses desembolsos corresponderam a 87,5 para a década de setenta, 90,8 para a de oitenta e de 89,6 para o período de 1991 até 1997. Agrupados por subperíodos, os números índices corresponderam ao que segue na tabela 01.1:

TABELA 01.1 – DESEMBOLSOS BNDES/ÍNDICES

Período	Índice (1980=100)
1971/1974	43,4
1975/1979	120,4
1980/1988	100,6
1989/1994	54,8
1995/1997	133,8

Fonte: ALÉM, 1980

Chamam a atenção os valores do período 1995/1997, por superarem os referentes àqueles registrados durante o II PND, período de expansão dos investimentos. Entretanto, as informações para a indústria de transformação no mesmo trabalho mostraram declínio na participação dos desembolsos em 1991/1997 em relação aos da década de oitenta, 48,5%

em 1991/1997 (e apenas 33,8% em 1997), contra 53,1% de 1981 a 1985, e 60,6% de 1986 a 1990.

Segundo ALÉM (1998), o aumento dos valores desembolsados pelo BNDES nos três últimos anos da tabela corresponde a liberações significativas para o setor de serviços - centros de compras, atividades de turismo e parques temáticos, entre outras atividades -, financiamento à exportação, financiamento de projetos sociais, e estímulos à privatização, além dos investimentos industriais, em infra-estrutura e para o agronegócio. Confirmando também as avaliações anteriores, estes dados também mostraram a débil participação do BNDES nos investimentos industriais.

1.3. Pesquisa CNI/CEPAL - 1995/1999

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) junto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) reuniu informações qualitativas sobre investimentos em vinte e uma atividades industriais. O trabalho foi realizado no último trimestre de 1996 através de questionários distribuídos a executivos de empresas líderes da indústria (CNI/CEPAL, 1997).

A pesquisa contemplou informações sobre participação estrangeira no capital votante e mudanças recentes de propriedade. Quanto à participação no capital votante 22% das empresas pesquisadas eram estrangeiras, sendo a maior parte nos setores de borracha, químico, de material elétrico, de produtos farmacêuticos e de material de transporte. As mudanças de propriedade próximas ao período da pesquisa ocorreram em 8,9% das empresas informantes, prioritariamente nos setores de extração mineral, da química, metalúrgico, de material de transporte, de papel e papelão, têxtil, fármaco e veterinário, de bebidas e de matérias plásticas.

Os investimentos realizados de 1992 a 1996 priorizaram processos de modernização, e nestes, os redutores de custos representaram 57% dos investimentos, os referentes a

reposições de equipamentos, 56%, e em eliminação de gargalos à produção, 37%⁷. Estas modalidades de investimento são mais baratas e, normalmente, geram ganhos de produtividade substanciais e por isso devem ter sido privilegiadas pelas empresas pesquisadas.

Embora não se preste à quantificação dos investimentos, o estudo estimou que o valor dos investimentos da indústria de 1995 a 1997 atingiu de 3% a 3,5% do PIB, contra 2,8% registrado no biênio 1992-1993. Assim, o nível de investimento registrado logo após o Plano Real se aproximou do verificado no período de 1981 a 1988, conhecido pela estagnação econômica.

Os investimentos em criação de capacidade e em novos produtos somente aumentaram de participação no que trata das intenções dos empresários para o período de 1997 a 1999. Para aquele período, a intenção de investir em novos produtos representou 57%, a de expandir plantas, 47%, e a de investir em novas plantas, 33%. Desta forma, os investimentos efetivamente realizados voltaram-se preferencialmente para processos de modernização, e lograram melhores resultados quando foram precedidos de redefinições de estratégias empresariais e de reorganizações produtiva e gerencial. Os investimentos em modernização eram considerados na agenda governamental uma fase preparatória para aqueles de ciclo mais longo, que viriam depois de confirmados alguns estímulos macroeconômicos. Todavia, a programação de investimentos de maior duração relatada na pesquisa não indicou o início de um novo ciclo de investimentos.

Os obstáculos apontados para aumentar investimentos foram o custo imposto pela excessiva carga tributária, as altas taxas de juros, a redução das tarifas de importação, a valorização cambial, o alto custo da construção civil e a falta de incentivos governamentais. Como fatores indutores, figuraram o baixo nível inflacionário, as reduzidas taxas de juros internacionais, os baixos custos da mão de obra local e dos equipamentos importados e as boas perspectivas para as vendas internas.

⁷ O somatório dos percentuais supera 100% porque as modalidades não se anulam.

Na definição dos investimentos programados para prazos mais longos foi considerada a nova localização espacial das novas unidades, e para isso foram classificados como prioritários na definição desses investimentos os benefícios fiscais e a proximidade do mercado em primeiro lugar, seguidos do custo de mão de obra, das vantagens locacionais específicas, da atuação sindical na região e da saturação espacial.

Cerca de 40% do financiamento dos investimentos programados foram provenientes de recursos externos e do BNDES e apenas 5% de subscrição de capital. Quando se trata dos investimentos já realizados, em modernização, os recursos próprios totalizaram cerca de 60%, os de terceiros cerca de 35% e as subscrições de capital, aproximadamente, 5%.

Quando considerados os aspectos que pautaram as decisões de investimento, o mercado interno se revelou mais importante do que o externo na pesquisa, mesmo assim as exportações foram consideradas promissoras pela relação que estas têm com a evolução do mercado interno. Esta informação da pesquisa é importante para os formuladores da política econômica porque mostra que estímulos generalizados à demanda agregada podem ser macroeconomicamente mais eficazes do que políticas unicamente voltadas para a geração de superávits comerciais, como as do início dos anos oitenta, quando o mercado externo concorreu com o interno.

Mesmo que o mercado externo seja de menor importância para a decisão de investir, os ganhos de competitividade representaram uma variável significativa para os empresários, e importa especialmente pela reduzida participação que os produtos nacionais têm no exterior, revelando alto potencial de exploração de mercados externos.

Os custos de mão de obra e com importação de equipamentos favoreceram os investimentos, ao contrário dos custos dos insumos e equipamentos nacionais e da infraestrutura. Mas, são os custos referentes a impostos e, especialmente, às obras da construção civil, os apontados como grandes entraves ao investimento. Este último aspecto é importante para a implementação dos investimentos programados para a fase posterior à modernização, pois deveriam priorizar a inversão em novas plantas.

O último fator de influência sobre a decisão de investimento foram os incentivos governamentais. A redução destes estímulos, relativamente aos do passado, influiu negativamente na decisão de investir para a maioria das empresas. Na avaliação dos empreendedores, os incentivos fiscais federais, estaduais, as linhas de crédito especiais e as vantagens locacionais foram tratados de maneira análoga entre si no tocante aos efeitos sobre os investimentos e, mesmo em queda, foram vistos como favoráveis.

A incorporação de tecnologia advinda com os investimentos deu-se preferencialmente sob a forma de importação de equipamentos, e esta foi mais notável nos setores têxtil, editorial e gráfico, de minerais não-metálicos, material plástico e madeira e mobiliário, em razão dos impactos provocados pela abertura comercial, que exigiu rápida incorporação de tecnologia para manutenção da competitividade. Ao contrário do ocorrido nestes setores, predominou a aquisição de equipamentos nacionais nos setores de bebidas, químico, extrativo mineral, de papel e papelão e no de vestuário e calçados.

Na modalidade de serviços de engenharia prevaleceu a incorporação de tecnologia nacional e isso pode ser explicado pela boa qualidade dos serviços nacionais, pelas dificuldades em contornar restrições à contratação desses serviços, e/ou porque houve importação indireta dessa tecnologia através de consultores nacionais. A contratação de serviços do exterior predominou nos setores de extração mineral, borracha, minerais não-metálicos, editorial e gráfica e metalurgia. Os nacionais foram preferencialmente contratados nos setores de papel e papelão, de bebidas, química e têxtil.

A absorção de tecnologia através de gastos com capacitação pessoal, com pesquisa e desenvolvimento (P&D), direitos autorais e assistência técnica não foi relevante para as empresas pesquisadas e, somente os gastos com capacitação e P&D figuraram nas intenções de investimento. Estas informações devem ser vistas com ressalvas porque, segundo os autores, a transferência de tecnologia intrafirmas não é perceptível nos demonstrativos contábeis. Mesmo assim, a incorporação de tecnologia parece ainda limitada nas empresas brasileiras; estas teriam priorizado, nas suas decisões de

investimento, ganhos de eficiência com gastos em modernização envolvendo componentes importados e com processos de racionalização.

O efeito dos investimentos sobre o nível de emprego foi pouco significativo, provavelmente por coincidir com a reestruturação industrial posterior à abertura comercial, caracterizada por intensidade em capital em favor da produtividade.

As exportações também foram pouco afetadas pelos investimentos, o que confirma as primeiras constatações da pesquisa referentes à importância do mercado interno para a decisão de investir. Neste aspecto, o crescimento das exportações é apenas previsto para os períodos seguintes, numa nova fase de investimentos, carecendo ainda de uma estratégia governamental que o estimule.

1.4. Pesquisa CNI/CEPAL - 1998/2002⁸

Em 2001, a Confederação Nacional da Indústria e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe realizaram uma segunda pesquisa para avaliar os efeitos do ciclo de investimentos captado pela primeira pesquisa referente ao período de 1997 a 1999, qualificada como um "miniciclo de modernizações" por priorizar redução de custos e melhoria de qualidade dos produtos.

Os investimentos informados na pesquisa compreenderam o triênio 1997/1999, e neste sentido, o novo trabalho ganhou importância maior, uma vez que os resultados incorporaram as crises no Leste Asiático, na Rússia e no Brasil, contrariando as perspectivas projetadas no primeiro levantamento. Os investimentos referentes ao segundo semestre de 1998 e a 1999, foram ligeiramente inferiores aos de 1997, mas superiores aos registrados no restante da década.

⁸ CNI/CEPAL, 2001.

As restrições no fornecimento de energia elétrica não foram consideradas pelos informantes nas projeções de investimentos para até 2002. Mas, para os objetivos da tese, as informações relevantes referem-se aos investimentos efetivamente realizados, e estes correspondem aos informados para até 1999.

A principal diferença apontada na última pesquisa, relativamente à anterior, foi a mudança de perfil dos investimentos, agora priorizando gastos em expansão e criação de plantas e em desenvolvimento de novos produtos. O novo enfoque dos investimentos foi motivado pela ampliação da capacidade produtiva em 1999, relativamente a 1997, em todos os setores pesquisados.

Dos investimentos em ganhos de eficiência realizados no biênio 1998/1999, apenas os referentes à reposição de equipamentos declinaram relativamente aos do triênio 1995/1997, os referentes à desobstrução de gargalos e redutores de custos aumentaram simultaneamente aos investimentos em expansão e criação de plantas e em novos produtos. Nesta última categoria, destacaram-se os produtores de material eletrônico e de comunicações, de equipamentos médicos e óticos, de material de transporte e de couros e calçados. Os setores de papel e celulose e de refino de petróleo e álcool despenderam mais recursos em ampliação de unidades, enquanto os setores de madeira, química, têxteis e vestuário investiram mais em ganhos de competitividade.

Os demais aspectos avaliados podem ter variado em intensidade, relativamente à pesquisa anterior, contudo, sem reverter a tendência. O autofinanciamento continuou representando a principal fonte de recursos para os investimentos, e sua participação aumentou em relação à primeira pesquisa. Esta fonte foi secundada por financiamentos de bancos oficiais. Os empresários consultados apontaram também a parca oferta de financiamento bancário como um entrave ao investimento. Além deste fator, os custos fiscal e financeiro e as incertezas afetas aos desequilíbrios fiscal e externo no país foram apontados também como fatores limitativos às inversões. As captações externas em moeda representaram alternativa para apenas 12% das empresas, e o lançamento de bônus, para um contingente ainda menor de 2% dos pesquisados.

Outro fator que corroborou uma tendência apurada pela pesquisa anterior foi a diversificação espacial dos investimentos industriais em direção a outros estados ou municípios no mesmo estado. Para isso contribuíram os benefícios fiscais, a intenção de se aproximar de mercados consumidores, a procura por mão de obra mais barata e o melhor acesso a fontes de matéria prima. Ainda segundo a pesquisa, a diversificação espacial não deverá prejudicar a produção nas antigas unidades porque, às novas instalações, corresponderão produção e emprego adicionais.

Também não se alterou, nesta pesquisa, o mercado-alvo dos investimentos, mantendo-se o mercado interno como principal referência dos empreendedores em detrimento das exportações. Estas apenas figuraram mais notoriamente nas intenções de investimentos para o período de 2000 a 2002. Neste mesmo período, as importações previstas de insumos e matérias primas permaneceram estáveis.

As grandes empresas registraram o maior número de ocorrências de investimentos, aqui considerados os já realizados, os em execução e os pretendidos até 2002. Destacaram-se, entre os maiores inversores, os setores de papel e celulose, editorial e gráfica, refino de petróleo e álcool, produtos químicos, borracha e material plástico. E entre os setores com menores participações nos investimentos, foram apontados os fabricantes de móveis, as indústrias diversas, couro e calçados, máquinas de escritório e equipamentos de informática, vestuário e madeira. Do conjunto de empresas informantes, 69% afirmaram ter concluído alguns de seus projetos até o primeiro trimestre de 2000, 74% iniciaram projetos em 1998 ou 1999 e 58% iniciaram outros projetos em 2000.

Os determinantes macroeconômicos que exerceram influência positiva sobre os investimentos foram taxa de inflação e ritmo de crescimento econômico, e os que exerceram influência negativa foram taxas de câmbio e as taxas de juros internacionais e domésticas. A pesquisa também apontou como fatores de desestímulo ao investimento a menor concessão de incentivos governamentais.

A última constatação de caráter geral da pesquisa foi a caracterização do novo ciclo de investimento. Este, apesar de qualitativamente superior ao primeiro, ainda não se configurou como um "ciclo robusto de investimento", dadas as restrições ainda existentes, impostas pelo ambiente econômico-institucional no país, a exemplo da elevada carga tributária, da deficiência de financiamento doméstico, do alto custo do crédito, da deficiência de infra-estrutura e das incertezas determinadas pelos quadros fiscal e externo. De qualquer forma, a última pesquisa registrou maior equilíbrio entre investimentos em eficiência, e em plantas e produtos. A mudança qualitativa dos investimentos foi reforçada pela melhor expectativa de lucro entre os pesquisados, denotando o término de um período de políticas defensivas ante a abertura comercial.

Comparando-se as duas pesquisas da CNI/CEPAL, o principal aspecto observado foi a mudança de perfil dos investimentos, que na segunda pesquisa priorizou gastos em expansão e criação de plantas e em desenvolvimento de novos produtos, enquanto a primeira detectou, preferencialmente, investimentos em modernização. Todavia, os resultados favoráveis ao investimento, revelados na segunda pesquisa, não configuraram um quadro expansionista da atividade econômica. Para a frustração dos resultados esperados, concorreram a deflagração da crise cambial de 1999, que agravou as contas externas do país e os resultados fiscais, e a crise no fornecimento de energia elétrica em 2001. Estes aspectos deterioraram o ambiente econômico, influenciando nas decisões de investimento porque revelou a vulnerabilidade externa do país que se contrapõe aos anseios de crescimento.

1.5. Investimento Externo Direto (IED)

Os investimentos diretos representaram importante ponto de apoio da política econômica dos anos noventa, pela capacidade de financiar os déficits em conta corrente e pela acreditada capacidade de promover o crescimento econômico, substituindo o investimento público que prevaleceu na fase de industrialização. Por essa razão, a análise de sua evolução pode ajudar a compreender o comportamento do investimento produtivo, em que pese não haver, necessariamente, associação entre investimento externo direto e investimento macroeconômico, porque nem todo IED se vincula a acréscimo de capacidade

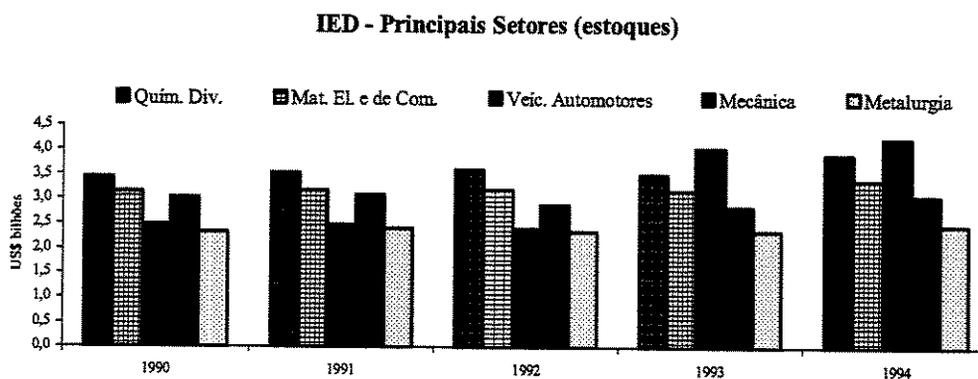
produtiva. Na década de noventa, a evolução dos investimentos diretos da indústria de transformação não acompanhou a verificada no setor de serviços, mormente a partir de 1997, quando foi mais intenso o processo de privatização. Os serviços foram o setor de atividade principal responsável pelo crescimento dos ingressos de capitais de risco contabilizados no balanço de pagamentos.

As informações setoriais até 1994 referem-se aos estoques registrados no BCB e não aos efetivamente ingressados no país e registrados nos balanços de pagamentos. As informações para 1995 e 2000 constam de censos elaborados pelo Banco Central do Brasil⁹ e representam o estoque de capitais. Pela diferença de tratamento das informações não é possível encadear as séries. Os fluxos anuais por setor de atividade para o período de 1990 a 1994 podem ser calculados por variação de estoques, o que certamente gera distorções, principalmente pelas oscilações das cotações das moedas, mas fornecem valores aproximados dos investimentos realizados. Para 1995 não se pode calcular o fluxo, em virtude da mudança de tratamento das informações.

Os fluxos de capitais verificados de 1991 a 1994 não caracterizaram um processo de investimento setorialmente diversificado. Apenas cinco setores industriais registraram fluxos médios superiores à média dos vinte e oito considerados nos registros de investimentos. Dos cinco, dois apresentaram fluxos médios acima da média acrescida de um desvio padrão: Veículos Automotores e Químicos Diversos. Os três restantes foram: Material Elétrico e de Comunicação, Alimentos Diversos e Metalurgia. Além disso, de todas as informações do período, houve apenas um fluxo com valor expressivo, no setor de veículos em 1993, provavelmente relacionado ao acordo automotivo em 1992.

⁹ Censo de Capitais Estrangeiros 1998 e 2002.

GRÁFICO 01.8 – IED SETORES

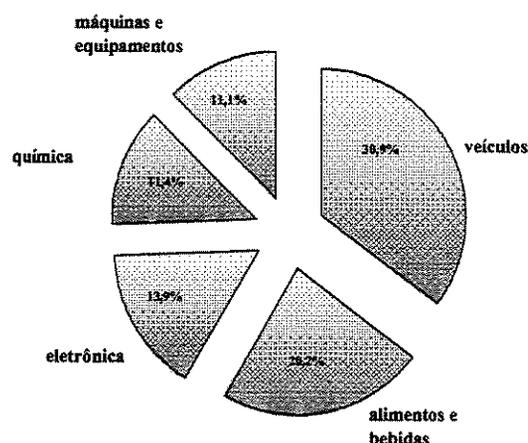


Fonte: BCB

Como as informações relativas aos fluxos de capitais não são comparáveis com as dos censos, pelo tratamento dos dados e pela classificação das atividades, podem-se apenas comparar os dois registros censitários, de 1995 e de 2000. Dessa comparação destacaram-se cinco setores, cujas variações entre os períodos superaram a média com um desvio padrão do conjunto dos setores. As variações percentuais foram ponderadas pelas variações absolutas. Na ordem de grandeza, esses setores foram: Veículos, Alimentos e Bebidas, Material Eletrônico e de Comunicação, Química e Máquinas e Equipamentos. Os setores Equipamentos Médicos, Borracha e Plástico e Minerais Não-Metálicos apresentaram variações médias próximas à do conjunto das atividades industriais, embora seus valores tenham sido bem menores que os dos cinco primeiros.

Novamente o maior destaque entre os setores com maiores variações médias coube ao fabricante de veículos. O maior destaque qualitativo, todavia, correspondeu ao crescimento do estoque de capitais no setor de máquinas e equipamentos, segundo setor em importância na fabricação de bens para FBCF, embora não se saiba se o destino desses equipamentos é o mercado interno ou o externo.

GRÁFICO 01.9 – FLUXOS DE IED

Maiores fluxos de capitais por diferença de estoques nos censos de 1995 e 2000

Fonte: BCB

Estudo de LAPLANE e SARTI (1999) mostrou que em 1996 e 1997 os IED para aquisição de empresas em processo de privatização representaram 25% e 28% do total desses ingressos no país. Isto mostra que os IED não se vincularam necessariamente à criação de capacidade produtiva e que a indústria perdeu para o setor de serviços a prioridade no acolhimento destes recursos. Além disso, seguindo tendência internacional, aumentaram as fusões e aquisições entre as modalidades contempladas pelos investimentos diretos.

Os impactos desses investimentos sobre a economia brasileira foram a desnacionalização de parte da produção e o aumento das remessas de lucro ao exterior, ampliando o passivo externo do país. Além disso, aumentaram as importações de bens intermediários e de capital, mostrando que os IED não se voltaram para expansão da produção interna, e não conseguiram reverter o fraco dinamismo das exportações.

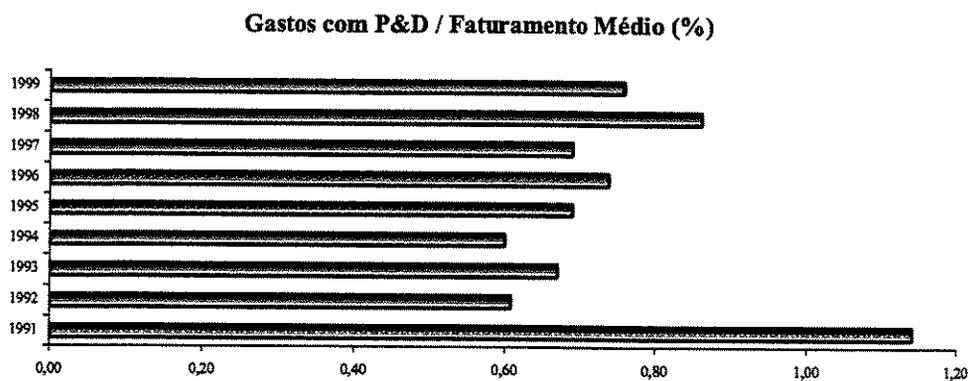
Assim, os IED realizados no país na década de noventa também não contribuíram para expandir expressivamente os investimentos produtivos. Isto porque foram utilizados, em grande medida, para adquirir plantas e marcas sem ampliar capacidade de produção. Além disso, com a intensificação do processo de privatização ao final da década, esses recursos foram direcionados ao setor de serviços, preferencialmente ao industrial e, desta forma, os

IED representaram apenas importante fonte de financiamento dos desequilíbrios em conta corrente do balanço de pagamentos, sem atender às necessidades de crescimento econômico.

1.6. Gastos em P&D

Os gastos com P&D pelas empresas representam investimento em tecnologia, necessária à promoção dos ganhos de competitividade nos mercados interno e externo. Por corresponderem a esforços de longa maturação, seus elevados custos afastam dessa atividade setores menos capitalizados. Esses gastos são reduzidos na economia brasileira, ao contrário do observado nas economias maduras. Foram poucos os setores da indústria de transformação que despenderam recursos em pesquisa. Na classificação setorial utilizada pela Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras - Anpei, a média dos gastos em P&D para o período de 1991 a 1999, incluindo o setor extrativo mineral, foi de 0,75% do faturamento bruto das empresas informantes (ANPEI, vários números).

GRÁFICO 01.10 – GASTOS COM P&D



Fonte: Anpei

Além de reduzidos, estes gastos se concentraram em poucos setores. A maior média foi registrada no setor classificado como de Equipamentos de Transporte, 3,71%. A média elevada em relação aos demais setores refletiu um comportamento rotineiro do setor, e em todos os anos da série esses percentuais foram elevados. As maiores participações de P&D

em relação ao faturamento ocorreram, nessa ordem, em 1996, 1995 e 1999. Os três períodos guardam relação desta atividade com alterações substanciais da política econômica interna: revisão da política tarifária, aquecimento da demanda interna depois do Plano Real e desvalorização seguida de mudança de regime cambial.

A segunda média mais elevada foi registrada no setor classificado como de Instrumentos de Medição. Em 1998 os gastos com P&D representaram 6,86% do faturamento das empresas informantes e, além de ter sido o maior índice verificado nesta atividade naquele ano, foi também o maior percentual observado para o conjunto dos setores em toda série. Em 1995 e 1997 estes gastos situaram-se acima de 2%.

O setor de Equipamentos Elétricos, cuja média atingiu 1,6% no período, acusou os dois maiores percentuais em 1993 e 1998, 2,42% e 2,05%, respectivamente, seguido pelos fabricantes de máquinas industriais, que investiu em média 1,21% do faturamento bruto em pesquisa, concentrando os maiores gastos em 1996, 1997 e 1998.

O setor de Cerâmica investiu em P&D 0,99% do faturamento e estes gastos concentraram-se em 1995, 1996 e 1997, particularmente 1996, quando o setor registrou o percentual de 5,55%.

Em linhas gerais, observou-se que a atividade de pesquisa e desenvolvimento se concentrou em poucos setores e, mesmo assim, não representou atividade rotineira da maioria das empresas. O registro mais expressivo foi observado em Equipamentos de Transporte, setor que se destacou dos demais em outros indicadores, como se verá no capítulo quarto. É de se destacar, entretanto, que a atividade produtora de máquinas reverteu o comportamento de redução desses gastos de 1991 a 1995. Nesse período o setor praticamente se dedicou à comercialização de equipamentos importados, e nesse sentido, os registros de percentuais elevados em 1996, 1997 e 1998 representaram uma indicação positiva para o setor.

A atividade de P&D confirmou o comportamento verificado das demais variáveis analisadas, refletindo também as condições macroeconômicas desfavoráveis para inaugurar um processo sustentado de crescimento. Os gastos em pesquisa representam, por suposto,

uma etapa inicial do investimento e, portanto, um importante sinalizador da atividade. Neste sentido, os baixos dispêndios com P&D confirmam também perspectivas ruins para o crescimento.

1.7. Pesquisa de Investimentos no Estado de São Paulo em 2001 - Seade

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, realizou uma pesquisa para avaliar as tendências de expansão da produção no Estado de São Paulo, regional e setorialmente (SEADE, 2002). Seus resultados estão atualizados até 2001 e fornecem informações qualitativas para avaliação dos investimentos. Apesar de restrita ao Estado de São Paulo, seus dados são representativos para o país, dada a dimensão do parque industrial paulista.

O trabalho consistiu, inicialmente, na apuração dos anúncios de investimento pelas empresas privadas e públicas que se dedicam à atividade produtiva, veiculados pelas mídias impressa e eletrônica. Posteriormente, as empresas anunciantes foram consultadas a respeito da efetiva realização dos investimentos anunciados, e apenas foram considerados os investimentos confirmados. Depois disso, os dados passaram por um processo de "filtragem" para seleção apenas dos investimentos produtivos, eliminando dupla contagem, lançamento de investimentos em outras regiões, transferências de patrimônio, e outros tipos de inversões não afetos à criação de capacidade produtiva.

Os investimentos totais para o Estado de São Paulo em 2001 situaram-se muito próximos dos de 2000, em valores. Pela ótica do número de empreendimentos, todavia, houve um aumento de 37% em 2001. Esta constatação também se observou em 1999 e 2000 e indicou um processo de desconcentração dos investimentos em favor de pequenos e médios investidores, o que, segundo relatado na pesquisa, "revela que o atual processo de crescimento, por se apoiar numa base mais ampla e diversificada, tende a se mostrar igualmente mais sustentável" (SEADE, 2002, p.11). Os capitais nacionais participaram com 69% dos investimentos anunciados para 2001, contra 38% no ano anterior. Parte da explicação pode provir da conjuntura internacional desfavorável.

Quanto à distribuição setorial, os investimentos industriais informados para 2001 foram cerca de 30% inferiores aos informados em 2000, e corresponderam a 43% dos investimentos totais no Estado, contra 53% dos referentes ao setor de serviços; estes cresceram 50% em relação aos do ano anterior e foram explicados, em grande medida, pelos gastos de uma companhia aérea com a compra de aviões e pelos investimentos da Companhia do Metropolitano de São Paulo para implantação de uma linha. Das três pesquisas realizadas pela Fundação, apenas esta última registrou investimentos no setor de serviços em valores superiores aos da indústria. Por tipo de investimento em 2001, considerando os três setores de atividade, prevaleceram os investimentos em implantação, 46% do total, e em ampliação, com 43%. Como os investimentos em implantação foram maiores no interior do Estado, e nessa região o setor industrial se expandiu mais, pode-se supor que os mesmos tenham predominado na indústria.

Os primeiros doze subsetores¹⁰ apontados na pesquisa como mais empreendedores em 2001, tratando apenas das atividades que se referem à da indústria de transformação, foram: metalurgia básica¹¹; indústria automotiva; produtos químicos; refino de petróleo e álcool; alimentos; material eletrônico e de comunicações; borracha e plástico; máquinas, aparelhos e material elétrico; produtos de metal; produtos farmacêuticos; máquinas de escritório e equipamentos de informática; e máquinas e equipamentos. O total de inversões nestas atividades representou 16,6% dos investimentos totais no Estado em 2001, contra 34,9% em 2000, e o da indústria de transformação, por esta classificação, representaram 17,5% e 47,5%, respectivamente.

Estes resultados ilustram o declínio dos investimentos nas atividades de transformação em 2001. O principal setor de transformação em contribuição para FBCF, máquinas e equipamentos, foi o último entre doze apontados entre os maiores inversores, com o equivalente a 1,6% de participação nos investimentos da indústria de transformação em

¹⁰ Designação utilizada na pesquisa para classificação dos agrupamentos de atividades.

¹¹ Equivalente à siderurgia pela classificação do IBGE.

2001, e 0,6% nos da indústria como um todo. Em 2000, as respectivas participações foram ainda menores.

1.8. Considerações Finais

As informações analisadas indicaram que os investimentos na indústria de transformação a partir dos anos noventa foram reduzidos. Os valores da produção de bens para FBCF total, nacional e importada, de 1990 a 1996 foram relativamente estáveis e o maior valor da série ocorreu no primeiro ano.

Esse comportamento foi análogo para a construção civil, principal fornecedor de bens para FBCF. O crescimento dos valores de importação de bens para FBCF nos três últimos anos da série pode ser explicado por substituição da produção interna pela importada, favorecida pela taxa de câmbio valorizada e pela política tarifária. Nesses três anos, a produção nacional de bens para FBCF também se recuperou, relativamente a 1992 e 1993, todavia, os valores de ambas procedências somados não atingiram os de 1990 e 1991.

Também os desembolsos do BNDES para investimento foram estáveis e reduzidos de 1991 a 1996. Nos três anos seguintes, o crescimento desses recursos pode ser explicado, inicialmente, pela substituição de fontes externas de financiamento pelas internas, dadas as expectativas de desvalorização cambial à época. Em 1998 e 1999, o aumento relativo dos desembolsos pode ser explicado também por efeito estatístico, uma vez que o recuo observado na FBCF não foi acompanhado de imediato pelos desembolsos. Além disso, de 1997 a 1999, o aumento dos desembolsos deveu-se, em parte, à maior participação destes para infra-estrutura, para o setor público e para empresas de telecomunicações privatizadas. Relativizando os desembolsos para a indústria de transformação pelos desembolsos para a agricultura, constatou-se que a indústria não foi prioritária para o BNDES, corroborando as informações dos dados de FBCF.

A pesquisa da CNI/CEPAL para 1995 a 1999 mostrou que predominaram na indústria investimentos em modernização, como reposição de equipamentos, redução de custos e eliminação de gargalos à produção, provavelmente por serem mais baratos e mais

produtivos. Esses investimentos representaram ganho de eficiência produtiva, por permitirem expansão de capacidade sem gasto com instalações, e foram mais efetivos quando precedidos de redefinições de estratégias empresariais e de reorganizações produtiva e gerencial¹².

Expansão de plantas e geração de produtos constaram apenas como projetos de longo prazo entre os pesquisados. Por essa pesquisa, o investimento logo após o Plano Real se aproximou do verificado no período 1981/1988, período de estagnação econômica. A absorção de tecnologia predominante ocorreu com importação de equipamentos, porque a abertura comercial exigiu rápida incorporação de tecnologia para manutenção da competitividade. A aquisição de tecnologia através de gastos com capacitação pessoal, com P&D, direitos autorais e assistência técnica não foi relevante e somente os gastos com capacitação e P&D figuraram nas intenções de investimento.

A pesquisa CNI/CEPAL para o período de 1998 a 2002 já incorporou expectativas criadas com as crises asiática, russa e brasileira, mas a crise energética do país só foi considerada nas projeções para até 2002. Os investimentos do segundo semestre de 1998 e em 1999 foram pouco inferiores aos de 1997, e superiores aos do restante da década. Houve também mudança de perfil, com ênfase para gastos em expansão, criação de plantas, novos produtos, e ampliação de capacidade produtiva em 1999, relativamente a 1997. Além disso, ocorreu diversificação espacial em detrimento do Estado de São Paulo e sua Capital.

Dos investimentos em ganhos de eficiência em 1998/1999, só os referentes à reposição de equipamentos declinaram relativamente aos de 1995/1997. Os referentes à desobstrução de gargalos e redutores de custos aumentaram junto com os investimentos em expansão e criação de plantas e em novos produtos. O novo ciclo de investimento mostrou-se superior ao apontado na primeira pesquisa, mas ainda não caracterizou um "ciclo robusto": em primeiro lugar pelo reduzido nível de investimentos medidos pela FBCF; em segundo, pela predominância dos investimentos em redução de custos sobre os investimentos em

¹²Veja-se a respeito o quarto capítulo.

ampliação de capacidade; em terceiro, pela falta de encadeamento dos investimentos realizados; e em quarto, pela manutenção de elevado teor de componentes importados na produção doméstica, sinalizando a escassez de investimentos em setores chave para o crescimento.

Houve, todavia, maior equilíbrio entre investimento em eficiência, e em plantas e produtos. O autofinanciamento foi sua principal fonte de financiamento e o mercado interno foi o principal foco dos empresários. Estes dois aspectos, tratados nos dois capítulos seguintes, são importantes pelos efeitos que uma política econômica indutora de investimento, incluindo a maior oferta de crédito, pode exercer sobre o crescimento econômico no país.

Os investimentos externos diretos analisados sob a ótica dos fluxos anuais baseados nos registros do BCB não foram significativos para a indústria na primeira metade da década, a considerar os montantes contabilizados. A única exceção foi o fluxo, em 1993, para o setor automobilístico, o que pode ser explicado pelos resultados do acordo automobilístico de 1992, conforme tratado no quarto capítulo. O setor de serviços recebeu mais recursos, principalmente depois de 1997, podendo-se associar esse comportamento ao processo de desestatização; neste processo não foi marcante o aumento de capacidade instalada, exceto no setor de telecomunicações, motivado pela ampliação da área de cobertura da telefonia celular.

Pelos dados dos censos do BCB destacaram-se cinco setores em termos de crescimento dos capitais de 1995 para 2000, liderados pelos fabricantes de veículos também nesta fonte de informação. Dos demais destacados, Alimentos e Bebidas, Material Eletrônico e de Comunicação, Química e Máquinas e Equipamentos, este último representou a observação mais promissora, pelo caráter de sua produção.

Os gastos com P&D, investimentos caros e de longa maturação, não são característicos dos setores onde predominam empresas menos capitalizadas e não são usuais na economia brasileira. Além disso, concentraram-se em poucos setores e não rotineiramente. Os produtores de bens de capital reverteram trajetória declinante desses gastos de 1991 a 1995,

período que o setor praticamente se dedicou ao comércio de equipamentos importados; nesse sentido, os registros de percentuais elevados de 1996 a 1998 representaram indicação positiva para o setor, embora, também neste caso, o destino dos equipamentos fabricados seja desconhecido, uma vez que estas informações não podem ser confrontadas com a demanda de investimentos dos setores¹³.

Os investimentos industriais apurados pela pesquisa do Seade para 2001 foram inferiores aos de 2000, e representaram pouco mais de $\frac{2}{5}$ dos investimentos totais no Estado, contra mais da metade do setor de serviços. Além de maiores que os da indústria, fato novo nas pesquisas do Seade, estes cresceram 50% em relação aos do ano anterior. Estas informações corroboraram as apresentadas para os dados da CNI/CEPAL relativas à desconcentração espacial dos investimentos industriais, e as relativas ao investimento externo, que foram mais notórios no setor de serviços. A associação dessas informações indicou também especialização das áreas geográficas no país, desenvolvendo-se mais o setor serviços na capital paulista e o setor industrial no interior e outras capitais. O grau de tecnologia dos investimentos também se revelou baixo, conforme apontado pelos dados analisados de P&D e nas pesquisas da CNI/Cepal neste capítulo. Por tipo de investimento em 2001 prevaleceram os investimentos em implantação e ampliação. Estes últimos predominaram na indústria, porém, o fabricante de máquinas e equipamentos ficou entre os últimos em investimentos em 2000 e 2001.

Em síntese, os investimentos na indústria nos anos noventa foram reduzidos e com baixo grau de encadeamento na cadeia produtiva. Predominaram investimentos voltados para obtenção de ganhos de eficiência porque a política de abertura econômica exigiu que os produtos brasileiros se tornassem mais competitivos. Para isso, a redução das tarifas de importação, junto com o processo de valorização cambial, estimularam as importações.

¹³ Conforme explicado no Anexo Metodológico, a produção setorial para FBCF obtida das matrizes de insumo-produto e de importação não detalham os setores demandantes porque a variável representa um item de demanda final, e apenas a demanda intermediária é aberta por setor. Além disso, os valores das matrizes referem-se ao período de 1990 a 1996.

Estas tiveram participação crescente na produção doméstica, substituindo parte da produção nacional dos setores menos competitivos.

Os recursos do BNDES para financiar investimentos foram escassos e, portanto, não compensaram a deficiência estrutural de crédito privado de longo prazo. Para isso concorreram fatores inibidores do investimento afetos à demanda e à oferta de crédito. Parte ainda dos recursos liberados pelo BNDES atendeu à demanda do setor de serviços, principalmente com o processo de concessão de serviços públicos. Os desembolsos para o setor industrial, vinculados à privatização de empresas, também não representaram ampliação de capacidade, apenas servindo à aquisição de plantas.

Os investimentos externos, a exemplo do ocorrido com os desembolsos do BNDES, também se direcionaram a aquisição de plantas e marcas e/ou à privatização, sem criar capacidade produtiva. Sua efetiva contribuição para a economia foi o financiamento dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos decorrentes da abertura comercial.

As atividades de P&D continuaram reduzidas no país, em que pese o processo de reestruturação produtiva do período. Os reduzidos gastos com pesquisa em tecnologia refletem a desatenção da política econômica com o processo de investimento. Os poucos recursos despendidos com a atividade de P&D ativeram-se a poucos setores e, mesmo assim, esporadicamente. Esse comportamento é explicado pela estratégia do capital internacionalizado, priorizando investimentos em tecnologia em suas matrizes no exterior, tecnologia esta que é repassada às filiais fora de seu território posteriormente.

CAPÍTULO 02

O AMBIENTE MACROECONÔMICO CONTEMPORÂNEO

Introdução

Este capítulo mostra como a economia brasileira se ambientou à realidade internacional posterior à crise dos anos setenta em dois momentos distintos, décadas de oitenta e de noventa, para a partir daí apontar algumas limitações ao crescimento dos investimentos industriais resultantes da orientação da política econômica.

O reduzido nível de investimentos na economia brasileira nas últimas duas décadas pode ser resultado, pelo menos em parte, da política econômica. Depois do final dos anos setenta, com o II PND, o crescimento econômico deixou de ser priorizado pela política econômica. Na década de oitenta, sob o argumento do ajuste necessário da economia à realidade pós-crise da dívida, e na década de noventa, ainda sem concretizar o ajuste, para inserir a economia brasileira no processo de internacionalização de capitais e de suposta integração econômica mundial. Esta exigiu do país maiores ganhos de produtividade e competitividade.

No mundo desenvolvido, os anos oitenta se caracterizaram pelo declínio da inflação, pela recuperação dos lucros e redução do número de greves, restaurando a estabilidade econômica posteriormente à crise dos anos setenta. Em contrapartida, agravaram-se os desequilíbrios das contas públicas, o desemprego e a concentração da renda, acentuando-se a instabilidade financeira com a desregulamentação dos mercados. Diminuiu a poupança familiar, aumentando o endividamento dos consumidores num ambiente de maiores taxas de juros e especulação. Diminuíram os gastos públicos em infra-estrutura, e os gastos em pesquisa e desenvolvimento aumentaram, fruto das novas tecnologias norteadoras da concorrência internacional.

A mudança de contornos no ambiente internacional foi mais um fator para que no Brasil a ênfase da política econômica recaísse sobre o ajuste macroeconômico. Esta foi a tônica da

política econômica brasileira desde a década de oitenta, o que tem agravado o quadro econômico estrutural, com o conseqüente comprometimento do ambiente social.

O ajuste voltado para a conquista do equilíbrio macroeconômico representou estratégia duradoura no Brasil. Passaram-se décadas sem que a política recessiva conseguisse reestruturar a economia e permitisse maior autonomia interna para recuperação da atividade sem causar graves problemas econômicos.

A estratégia fiscal restritiva, por exemplo, pode atender a interesses de curto prazo, de estabilidade inflacionária ou melhora de expectativas dos investidores externos, mas não supera os problemas comuns de financiamento não inflacionário dos déficits, além de não restabelecer o equilíbrio fiscal duradouro. Restrições fiscais motivadas por problemas econômicos internos, que sempre trazem custos sociais, podem ser anuladas por crises externas, quando a vulnerabilidade do país persiste. Isso ocorre porque a estratégia de ajuste não recupera a autonomia da política econômica, que se volta para o curto prazo. Além disso, a administração das contas públicas sofre ingerências políticas que quase sempre inviabilizam o próprio ajuste.

Desde a década de setenta são conhecidas as tentativas para equilibrar as contas públicas sem sucesso continuado: aumento de arrecadação, cortes lineares de gastos, promoção de reformas estruturais que se transformam em simples tentativas de ajuste de curto prazo, por seus custos políticos e sociais, entre outras. Nas décadas de setenta e oitenta, a austeridade fiscal foi aplicada para estabilizar preços. Na segunda metade dos anos noventa impôs-se o controle orçamentário pela necessidade de recuperação da capacidade de poupança e da credibilidade externa do país, em tese comprometida pelo quadro fiscal, desconsiderando-se eventual perda de credibilidade por desajuste futuro do balanço de pagamentos decorrente de passivos externos crescentes.

O Brasil já utilizou mecanismos de financiamento variados desde o início do processo de industrialização sem sedimentar o processo de financiamento de longo prazo. As formas conhecidas no Brasil para financiar a produção, de forma planejada ou não,

compreenderam: financiamento inflacionário; autofinanciamento; favorecimentos fiscais, cambiais, monetários e tarifários; utilização de recursos externos; participação direta do governo nos investimentos; empréstimos subsidiados de agências governamentais, entre outras formas de financiamento público¹⁴. Apesar da contribuição desses mecanismos ao processo de industrialização, nada disso foi capaz de assegurar crescimento econômico autônomo.

Da mesma forma, parece inviável a solução de problemas estruturais da economia mediante apoio financeiro e/ou ingerência externa nos negócios do país, até pela insuficiência de fundos para o atendimento dos países em crise. Parece mais realista o tratamento das questões internas em âmbito nacional, respeitando as próprias limitações do sistema e enfatizando os aspectos estruturais fundamentais para a recuperação de uma política desenvolvimentista integrada entre Estado e capital privado, sem ênfase demasiada no ajuste de curto prazo e na internacionalização.

A revisão da política econômica, diante da dificuldade de se lidar com o processo de internacionalização do capital, já se revela, passados quase um quarto de século de ajuste macroeconômico preparatório para uma eventual e posterior retomada do crescimento, uma necessidade até mesmo para a manutenção da estrutura de acumulação. Os riscos de agravamento de conflitos sociais e a perda da qualidade de vida, que por si só justificariam alguma revisão de estratégia, contribuem para a deterioração da economia, criando um círculo vicioso entre deterioração macroeconômica e ajustes de política econômica na margem, que agravam ainda mais o quadro sócio-econômico.

Ganha importância, portanto, a análise da política econômica de longo prazo para o Brasil, relacionando acontecimentos internacionais e internos, ambos afetos à possível crise do modo de regulação vigente até os anos setenta e considerando-se ainda, as transformações ocorridas no ambiente internacional, que têm exigido uma ação coordenada entre os agentes que participam das decisões econômicas e sociais na busca do desenvolvimento.

¹⁴ Este assunto é tratado no próximo capítulo.

2.1. As Transformações do Capitalismo Mundial

O amadurecimento das decisões tomadas no acordo de *Bretton Woods* em 1944 e suas conseqüências ao longo dos trinta anos posteriores moldaram o comportamento da economia mundial, com efeitos diversos sobre países avançados e atrasados. A desregulação econômica se disseminou e na década de noventa mostrou suas piores conseqüências nas crises financeiras de grande amplitude.

O fluxo de capitais internacional aumentou nesse período e as economias atrasadas viram nele o instrumento para sua inserção no ambiente de finanças globalizadas. Todavia, foram grandes os riscos assumidos. A liberalização pós *Bretton Woods* deu-se concomitantemente à evolução da tecnologia das comunicações e ao próprio desenvolvimento dos mercados financeiros e de ativos, o que viabilizou movimentos muito mais ágeis dos capitais na busca de melhores alternativas de aplicação. Esses fatores, entretanto, não tornaram o dinheiro ofertado mundialmente mais barato. No período compreendido entre início da década de setenta e final da de oitenta, a *Libor* atingiu média anual próxima de dez por cento, em termos nominais.

GRÁFICO 02.1 – TAXAS LIBOR EUA



Fonte: Bacen

O crescimento desses fluxos e o aumento do risco a eles associado levaram à adoção de regras internacionais para minimizar os riscos inerentes ao sistema, na medida que

instituições financeiras alavancaram excessivamente suas carteiras para concorrer com suas rivais em todo o mundo na disputa por capitais.

Em 1988 na Basileia, foram definidas regras para conter os excessos, estabelecendo padrões de conduta uniformes para as instituições, através da vinculação de seus ativos com o capital. A iniciativa foi questionada já nos anos noventa, simultaneamente à própria adaptação das instituições às regras ali estabelecidas. As amarras não foram suficientes e, ao mesmo tempo, restringiram de forma linear a atuação de instituições com perfis diferenciados.

Numa tentativa de "regular dentro das leis de mercado" foram estudadas alternativas de criação de regras pelo próprio mercado, dado que a completa liberalização parece dificultar a condução da política econômica dos países e trazer problemas para o funcionamento do sistema monetário internacional.

Essas alternativas representaram alguns reparos ao que havia sido estabelecido em 1988 no acordo da Basileia, transferindo-se ao próprio mercado a atribuição de exercer controles sobre o fluxo de capitais e diminuindo-se, conseqüentemente, sua volatilidade. Exemplo dessa preocupação está presente em estudos, entre eles o de CANUTO e LIMA (2002), que versam sobre redes de proteção para operações diversas no mercado internacional de crédito. As finanças não apenas superaram as transações reais, como passaram a determiná-las.

A literatura keynesiana já mostrava as finanças atuando fortemente sobre as expectativas e, desta forma, ilustrava que a decisão de investimento contrapõe o preço dos ativos financeiros ou de capital aos dos ativos instrumentais ou de produção corrente. Minsky construiu um raciocínio incorporando o comportamento dos dois preços interferindo no volume de investimentos (MINSKY, 1975).

Os dois sistemas de preços das economias capitalistas são o da produção corrente e o dos ativos de capital, estes representados por títulos de dívida ou ações, e ambos estão

relacionados no sistema econômico. Os primeiros são os portadores do lucro e são determinados pelos gastos com investimentos. Os segundos contribuem para a determinação dos primeiros pelo impacto que podem provocar sobre os investimentos. Eles transmitem a percepção do preço da eficiência marginal do capital, vale dizer, a expectativa do valor da produção ou do desempenho dos negócios.

Quando o preço dos ativos de capital supera o de produção corrente, as condições de investimento são favoráveis. O comportamento contrário sinaliza uma recessão ou depressão, determinada pela maior preferência pela liquidez. Esta, nos momentos de crise, representa o “santuário” do capital.

A constante mutação dos dois níveis de preços caracteriza os ciclos de negócios, cabendo à política econômica assegurar, pela administração desses preços, o nível adequado de investimentos. Essa administração consiste em garantir que os lucros esperados e realizados superem os preços de oferta dos bens de capital.

Em condições econômicas favoráveis os preços de oferta de investimento coincidirão com os preços de demanda em nível satisfatório à sua realização. Dada porém a existência de um estoque de ativos de capital e de trabalho especializado necessários para a produção de equipamentos de capital ou mesmo plantas, sua produção tende a ficar mais cara quando se requer mais investimentos. Esses investimentos são financiados por recursos próprios ou de terceiros e provêm de recursos em caixa, lucros retidos ou empréstimos. Nesses momentos, mais crédito e/ou recursos próprios serão demandados, afetando o preço dos ativos de capital.

O preço dos ativos de capital oscila em função das expectativas em torno dos investimentos. Quando a eficiência marginal do capital aumenta, motivada pela expectativa de maiores lucros futuros dos empreendimentos, os ativos de capital são afetados igualmente. Eles refletem o estado de expectativa presente dos negócios. Portanto, maiores retornos esperados pressionam o preço desses ativos, provocando um “contágio” das

expectativas, que atingem igualmente empresários produtivos demandantes e banqueiros ofertantes de crédito.

O circuito virtuoso de prosperidade estabelecido e as expectativas se corroboram mutuamente, levando a economia a um estado de euforia. Esta, quando exacerbada, passa a comprometer a virtuosidade do processo e se transforma em fator desestabilizador do ciclo econômico. Kalecki designou essa situação de princípio de risco crescente, determinado pela situação de preços de demanda superiores aos preços de oferta de ativos. O excesso de alavancagem é que inverterá o processo.

Nesses casos, a desestabilização ocorre à semelhança dos fatores clássicos que revertem os ciclos, como uma reversão endógena de sobre-acumulação, ou por pressões inflacionárias que induzem a autoridade monetária a elevar as taxas de juros, afetando o sistema como um todo. A reversão cíclica por razões financeiras será mais provável quanto mais distante os preços dos ativos financeiros estiverem dos preços dos ativos reais. Em circunstância de forte divergência de preços, o receio de uma inflação de ativos com elevação corretiva de taxas de juros rompem o circuito virtuoso. A demora na solução desse comportamento do mercado torna a situação incontrolável e o círculo virtuoso se transforma em vicioso.

As razões financeiras deflagradoras de um processo recessivo não precisam necessariamente se apoiar em problemas concretos de financiamento, bastando apenas ser suficientes para reverter expectativas positivas. A fragilidade das economias atrasadas, que passaram a depender de capitais externos em profusão na década de noventa para sustentar níveis de demanda internos naturalmente insustentáveis, ofereceu vários exemplos da contaminação de expectativas no mundo todo.

Ásia, Rússia e América Latina alargaram suas fronteiras financeiras e, em que pese suas diferentes características culturais, políticas e econômicas, sofreram igualmente as conseqüências de crises isoladas. Isto porque os especuladores desconhecem a realidade das distintas regiões e porque o posicionamento dos agentes nos vários mercados requer movimentos financeiros rápidos para cobertura de posições abertas aqui e acolá.

Posteriormente até mesmo os países avançados viram seus mercados abalados por problemas de credibilidade das economias ditas emergentes.

Nesse ambiente hostil, os créditos escasseiam em decorrência da expectativa dos banqueiros, que necessariamente tornam-se mais seletivos na concessão de crédito, porque esperam retornos menores nos empreendimentos e porque vêem o risco maior de insolvência de seus clientes. Os empresários naturalmente demandarão menos crédito porque acreditam também em retornos menores e porque antecipam as dificuldades.

Em economias abertas os efeitos de crises financeiras são mais devastadores pela generalização das expectativas. Isso dificilmente permitirá uma solução administrada para a crise porque a saída de grandes somas de capital é praticamente incontrolável, reforçando a tendência crítica. Essa situação inviabiliza uma atuação contra-cíclica pela autoridade monetária de redução de taxas de juros, posto que estimularia novas saídas de capital. Exceção a isso seriam políticas de coordenação para reduzir as taxas de juros nos ambientes afetados pelas crises, o que se afigura mais factível nas economias fortes.

Nas economias onde há maior solidariedade entre os capitais produtivo e financeiro, a exemplo do Japão, a percepção do risco pelos empresários é menor nos momentos de crise e embora o processo de financiamento da indústria retardatária tenha sido mais rápido, o risco sistêmico é maior pelo comprometimento dos capitais investidos. Onde a relação entre os capitais produtivo e financeiro é hostil e a alavancagem é alta, a percepção de risco pelos empresários é maior.

As teses keynesianas, a exemplo do trabalho de MINSKY (1975), já atribuíam grande importância aos capitais financeiros na criação de expectativas que ajudavam a nortear a decisão de investimento, mas não se evidenciava ainda a determinação do real pelo financeiro, como tratado posteriormente por AGLIETTA (1995) e outros teóricos da regulação. É essa característica que torna as economias mais instáveis intrinsecamente porque o capital financeiro é muito mais fluido que os produtivos e, portanto, sujeitos à maior mobilidade quando há indícios de crise.

Instalada uma crise num ambiente de finanças globalizadas, a mobilidade dos capitais se incumbirá de disseminar seus efeitos. Naturalmente, em maior ou menor grau, todas economias se ressentirão por estarem integradas e, desta forma, caberá à política econômica interna amenizá-los. Isso será mais difícil quanto maior for a dependência de capitais fluidos. Por essa razão parece fundamental alguma autonomia de política econômica nos países atrasados, que permita superar rupturas impostas por restrições externas. Assim, a decisão de investir e crescer cinge-se mais aos objetivos próprios propostos pela política econômica do que à decisão dos agentes externos que pode se voltar só para especulação financeira.

A maior vulnerabilidade dos mercados e dos países acarreta crises intensas, amplas e rápidas. Essas crises afetam os países que estão integrados ao sistema monetário internacional, comprometendo suas economias e suas estruturas sociais. Embora em menor proporção, as economias avançadas também são afetadas pelo comportamento dos mercados desregulamentados, mas são as economias atrasadas que mais se ressentem com a desestabilização dos mercados.

A inserção das economias avançadas no processo de internacionalização das finanças atende à estratégia competitiva de cada país no mercado mundial. O ambiente competitivo exige igualdade de condições no trato da política econômica de cada um dos países, permitindo as flutuações da taxa de câmbio e de juros para regular o fluxo de capitais. Pela maior estabilidade dessas economias, a política econômica internacionalizada não interfere necessariamente nos seus objetivos internos. Quando isso ocorre, essas economias não relutam em “recolher-se” temporariamente, recompondo internamente suas finanças, o que as fortalece e as insere novamente no mercado, com mais poder.

Os países atrasados não possuem essa autonomia relativa e a inserção no mercado internacional desregulamentado não é um mecanismo de manutenção ou busca de competitividade, mas uma decorrência da própria instabilidade que os obriga a seguir regras existentes, baseados na presumida pena de ficarem à margem do mercado mundial de crédito. Entretanto, essas economias não dispõem de vantagens comparativas no

comércio internacional, ao contrário, costumam apresentar termos de troca desfavoráveis, não contam com mecanismos de ajuda institucionalizados e não atuam na política monetária de forma ágil para atrair capitais externos quando as crises se avizinham, dado que o poder da elevação das taxas de juros domésticas pode se transformar em fator desestabilizador ainda maior.

Mesmo individualmente, portanto, parece razoável supor que países atrasados possam perseguir objetivos específicos para desenvolver suas economias, sem reproduzir condutas de política econômica idealizadas para economias sólidas e não dependentes de financiamento externo. Passivos externos elevados sem a correspondente criação de capacidade produtiva geradora de divisas explicam a necessidade de adesão às transações financeiras internacionais, perpetuando o ciclo auto-alimentador do endividamento.

Neste sentido, há que se considerar que crises generalizadas podem reverter o quadro de abertura econômica no mundo, a julgar pela dinâmica cíclica da economia e pelas políticas econômicas que condicionam e são condicionadas por ela. E, ainda mais, se decisões isoladas não são factíveis em contexto de liberalização do fluxo de capitais, pela sua ineficácia para o conjunto de países, ao menos restrições pontuais poderão ser adotadas individualmente com o fito de permitir alguma seleção de capitais ofertados.

Economias atrasadas mantiveram nos anos noventa suas taxas de câmbio fixas e sobrevalorizadas como "âncora" nos processos de estabilização, o que contribuiu para fragilizá-las aos olhos dos especuladores internacionais. É nesse quadro de enfraquecimento das economias que ocorrem os ataques especulativos bem sucedidos, cujos agentes procuram explorar a inconsistência dos chamados "fundamentos" macroeconômicos, alavancando-se em mercados de derivativos com o objetivo de auferir ganhos financeiros elevados. Nestas condições, testar os "fundamentos" pode ser decisivo para a ruptura interna se o país não puder sustentar a estratégia. Caso isso ocorra, o efeito de contágio das economias em situação similar generaliza a crise.

ARIDA (1999) salientou um dos “modernismos” da literatura econômica, os “fundamentos”, destacando suas contradições.

“As dificuldades de conceito e mensuração refletem, na verdade, algo mais profundo. O pensamento convencional consiste em verificar a priori o status das contas fiscais para avaliar se os ‘fundamentos’ existentes são suficientes para sustentar a estabilidade de preços que se almeja alcançar. Peca por dupla ingenuidade. Primeiro, os ‘fundamentos’ nunca estão adequados no momento inicial do lançamento de um programa de estabilização. Na verdade, é a rápida desinflação inicial que cria a condição política para o ajuste posterior nos ‘fundamentos’. Segundo, porque tal ajuste é, na realidade, um projeto de modernidade e reformas do Estado e das instituições (e por que não dizê-lo, de mentalidades também) que se desdobra ao longo de anos e que dificilmente consegue ser demarcado, a não ser aproximadamente, por indicadores quantitativos.”

O mesmo raciocínio vale, pode-se dizer, para os demais “fundamentos” sob a mira de alguns especuladores. Pouco importa se a economia pode ou não ser submetida a uma análise fundamental, porque o que interessa é auto-realizar uma “profecia”, forçando supostas inconsistências até que a autoridade econômica mude as regras vigentes da política econômica. Nessa modalidade de ataque não precisam estar presentes desequilíbrios acumulados do passado, ou maiores tensões sociais oriundas dos rigores da política econômica. Bastam as intenções coordenadas de agentes que apostam na reversão da estratégia da política econômica.

Se os sistemas financeiros das economias afetadas forem frágeis ou estiverem comprometidos com créditos de duvidosa liquidação, resultantes da seleção adversa dos clientes das instituições, pela negligência na concessão de crédito, a crise será maior e de mais difícil superação. Nesse caso, se a preferência pela liquidez desencadeada pelo ataque atingir o sistema financeiro, o ataque ganhará proporções críticas capazes de gerar crise sistêmica. O ataque especulativo ocorrido na Ásia em 1997 deu mostras de propagação maior da crise pela fraqueza de seu sistema financeiro.

Seguir as regras internacionais ou adaptar-se à ausência delas na condição de país atrasado não assegura necessariamente igualdade de tratamento dispensado aos países avançados no

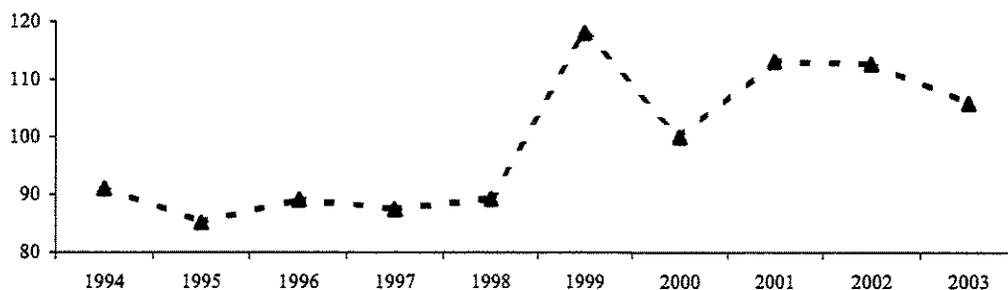
tocante à oferta de crédito internacional. Como a maior parte do fluxo de capitais se vincula apenas à possibilidade de retorno, se o "rompimento do acordo" não comprometer o ganho financeiro, seja pela rentabilidade, seja pela segurança, o país "transgressor" não será penalizado. A Malásia, após a crise na Ásia em 1997, controlou o fluxo de capitais, inclusive retendo recursos de estrangeiros e, depois de ter sido reavaliada para melhor pelas agências de classificação de risco no início de 1999, lançou bônus soberanos no mercado internacional.

Os ataques mal sucedidos normalmente ocorrem quando são testados os "fundamentos" de economias mais sólidas. Seus bancos centrais enfrentam o ataque porque detêm reservas suficientes, ou porque recorrem a outros bancos centrais para agir cooperativamente, dados os interesses semelhantes que as caracterizam. O exemplo mais marcante nesse sentido talvez tenha sido o ataque contra países europeus em 1992. A Inglaterra perdeu reservas antes de desvalorizar sua moeda, mas teve impactos mais restritos do que os países atrasados que recentemente sofreram iguais ataques.

2.2. Transformações da Economia Brasileira

No Brasil, a inserção internacional nos anos noventa decorreu, inicialmente, de uma estratégia voltada para a busca de produtividade e competitividade com desproteção da indústria, que a obrigaria a assimilar tecnologia de ponta disponível apenas no mundo avançado. Posteriormente, sem renunciar àqueles objetivos, a estratégia abarcou também o da estabilidade de preços internos pela via da concorrência dos importados. Para tanto, essa estratégia subordinou a administração cambial, considerando como tal estratégias de intervenções freqüentes da Autoridade Monetária no mercado, combinada com desvalorizações controladas até 1999.

Taxa Efetiva Real de Câmbio

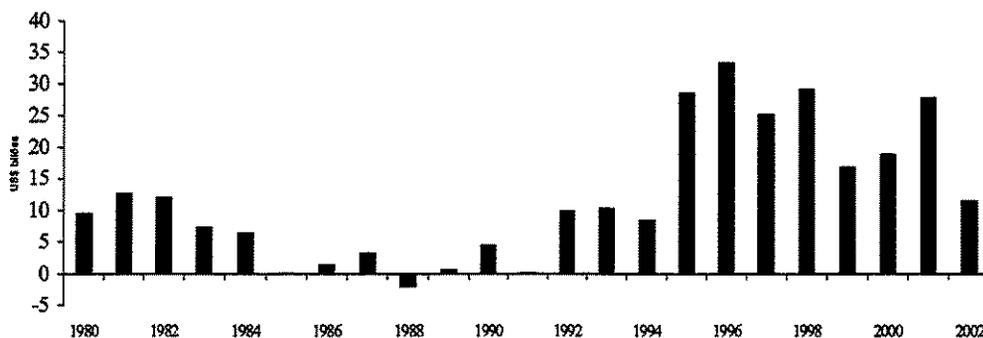


Fonte: IPEADATA (* principais parceiros – ipa-og – 2000=100)

O ingresso de recursos externos vinculou-se apenas aos déficits em transações correntes produzidos pela abertura comercial. Essa vinculação e a ausência de controles sobre o fluxo de capitais diferiu do que foi adotado em Bretton Woods (MAIA, 2000). O ingresso de capitais melhorou a posição das reservas internacionais brasileiras, mas fragilizou a economia por seu caráter volátil e pela dependência provocada. A política econômica de atração de capitais financiou déficits em conta corrente sem promover investimentos produtivos, conforme constatado no primeiro capítulo.

GRÁFICO 02.3 – CONTA FINANCEIRA

Conta Financeira

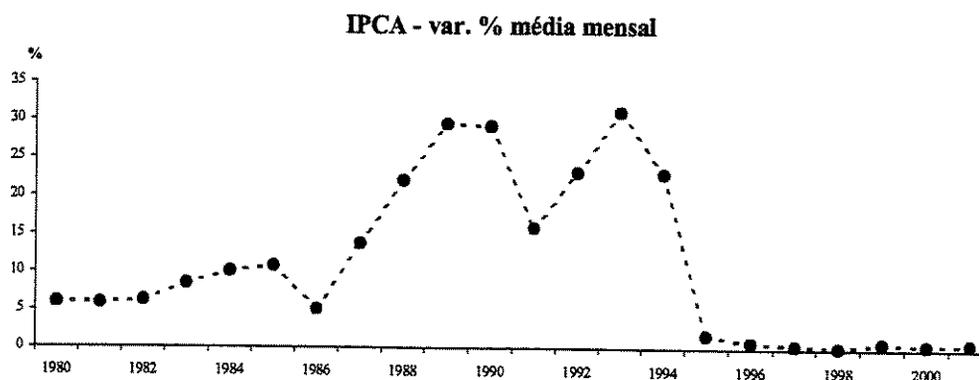


Fonte: Bacen

O rumo da política econômica estabilizadora foi traçado já em 1994 e com conhecimento de seus riscos. Apenas se acreditava que o fortalecimento econômico decorrente do

potencial de adaptação e mudança da indústria ocorreria antes que qualquer crise externa nos afetasse. Corria-se o risco porque o benefício da estabilidade interna dos preços representava uma grande conquista, depois de trinta anos de indexação.

GRÁFICO 02.4 – IPCA



Fonte: IBGE

Porém, o benefício da estabilidade dos preços foi contrabalançado pela fragilização das contas externas e vinculação da política monetária com o balanço de pagamentos. Assim, a política monetária direcionada para o ajuste, o desequilíbrio em transações correntes e o elevado custo financeiro da dívida interna motivaram vários analistas a sugerirem o ajuste fiscal, recomendação também apresentada pelos técnicos do FMI em acordo firmado com o país por ocasião do empréstimo concedido depois da flexibilização cambial em janeiro de 1999. Os custos do ajuste são conhecidos porque diferem pouco do praticado nos anos oitenta, àquela época sob o argumento da busca do equilíbrio externo motivado pelo ingresso de capitais de empréstimos, sob a égide de operações financeiras menos sofisticadas que as atuais.

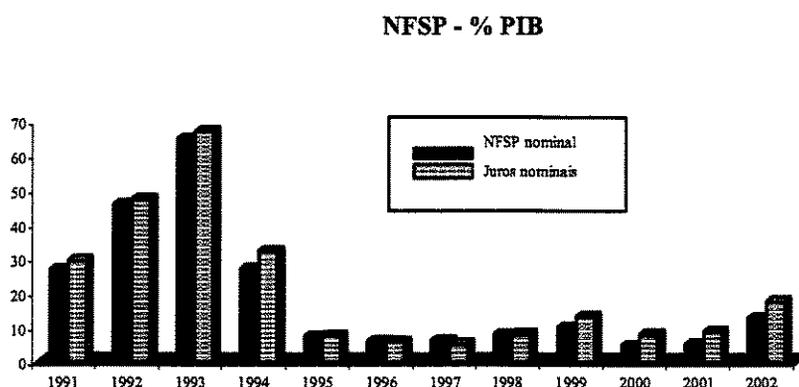
Essa fragilidade é intrínseca à estratégia e afeta a todos os participantes, porém de forma diferenciada os avançados e os atrasados. Estes, pelo flanco aberto pelas importações

competitivas¹⁵, tornam-se absolutamente dependentes dos capitais compensatórios e nem sempre, particularmente nos momentos de crise, têm na política monetária o instrumento garantidor de ingressos externos.

Políticas defensivas de elevação das taxas de juros em contexto de crise nos países dependentes diminuem ainda mais a credibilidade do país, afastando investidores, ao contrário do pretendido. E enquanto persiste a tentativa de atração de capitais com austeridade monetária, acentuam-se os desequilíbrios internos pelo componente financeiro do déficit público.

Nesse contexto, o ajuste fiscal possível torna-se insuficiente, dada a distância que separa os resultados primários, até certo ponto passíveis de controle, dos resultados nominais, estes predominantemente determinados pela conta de juros. Além disso, o caráter recessivo do ajuste pretendido agrava as contas públicas, que acaba exigindo maior rigor fiscal e assim sucessivamente.

GRÁFICO 02.5 – NFSP

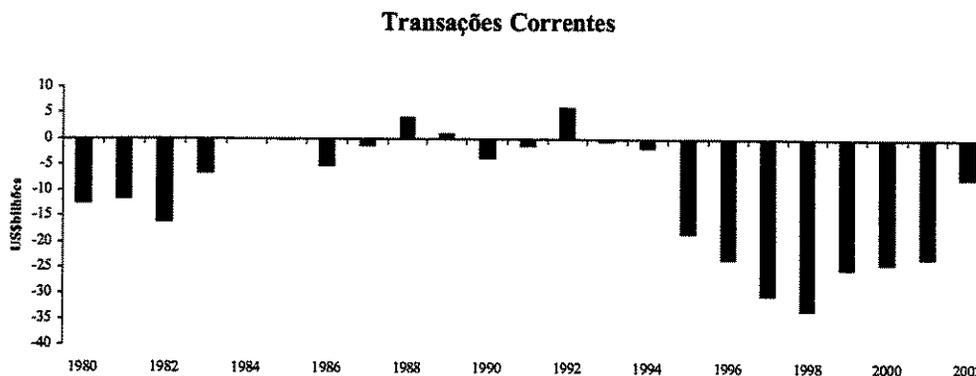


Fonte: Bacen

¹⁵ A abertura às importações no país afetou vários setores da indústria de transformação, conforme tratado no capítulo quatro.

Além disso, nas crises não se revertem rapidamente os déficits em conta corrente. Os resultados de novas medidas de política econômica, se adotadas, demorarão a surtir efeito e a deterioração dos supostos "fundamentos" atua para diminuir a oferta de crédito internacional.

GRÁFICO 02.6 – TRANSAÇÕES CORRENTES



Fonte: Bacen

Portanto, a inserção no ambiente financeiro globalizado requer condições econômicas favoráveis nos países que optam por sua integração, para não subordinar a política econômica interna e, com isso, limitar a atuação dos gestores públicos na busca dos objetivos próprios de crescimento com estabilidade. Caso contrário a inserção poderá ser assimétrica em termos de resultados para o país: pouco benéfica enquanto a conjuntura externa for favorável e trazer mais malefícios nos momentos de crise.

Desde a crise asiática, a especulação destabilizadora praticada contra os países que exibiram "fundamentos" frágeis decorreu inicialmente da própria postura desses países, que ao se abrirem aos capitais especulativos oferecendo taxas de juros muito acima dos padrões internacionais, atraíram capitais facilmente repatriáveis. Nos ataques bem sucedidos esses capitais abandonaram o país antes da desvalorização cambial provocada pelo ataque, para eventualmente voltar em melhores condições. Nestes casos, a conseqüente perda de reservas afasta o país do mercado internacional de crédito, pelo maior custo das operações ou pela simples recusa dos ofertantes, que reavaliam suas novas condições de pagamento.

O prenúncio de um comportamento desse tipo, quando generalizado, encolhe o mercado de crédito como um todo e a restrição externa passa a ser a regra, principalmente para os países mais carentes de crédito. Nesse ambiente, mesmo que as intenções do país tenham sido as de se fortalecer com os déficits em conta corrente, o tempo pode ser a variável mais relevante. Se a reestruturação da indústria do país não se efetivou completamente quando a crise financeira se instalou, grande parte do trabalho foi perdida. Baixo nível de reservas internacionais, baixa credibilidade externa, déficit público nominal elevado, ambiente econômico recessivo criado pelas políticas monetária e fiscal, e perspectivas de baixo crescimento econômico prejudicam o financiamento à atividade produtiva, como é notório no Brasil¹⁶.

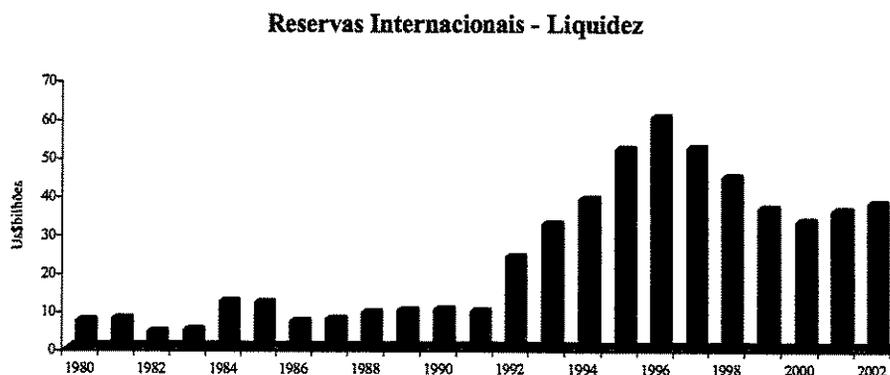
A tônica do ajuste pró-integração mundial, ao definir o arcabouço de política econômica adaptada ao ambiente "financeirizado", acaba prevalecendo sobre os anseios desenvolvimentistas, na origem do processo, como uma opção integrativa, e quando os mercados se fecham, por absoluta falta de alternativa. A escassez de recursos internos não inflacionários e externos condena os países atrasados a aguardar nova onda expansiva da qual poderão fazer uso se sua credibilidade não mais estiver afetada. Esse processo normalmente é duradouro e custoso, especialmente para os países que não superaram problemas econômicos e sociais básicos. É o custo do desemprego, especialmente, que pode ser também acrescido pelo custo de uma instabilidade generalizada do balanço de pagamentos e do nível interno de preços.

A crise da Rússia em fins de 1998 forçou a mudança do regime cambial brasileiro em janeiro de 1999, após rápidas tentativas fracassadas para mantê-lo. A taxa cambial foi flexibilizada, o que junto com o regime de metas para inflação reforçou o papel da política monetária. Se os ataques especulativos típicos foram afastados pela flexibilização cambial pode-se dizer, por outro lado, que nada mudou em relação à dependência dos capitais

¹⁶ Ver capítulo 03.

externos para financiar o balanço de pagamentos e recompor o nível de reservas internacionais¹⁷.

GRÁFICO 02.7 – RESERVAS INTERNACIONAIS

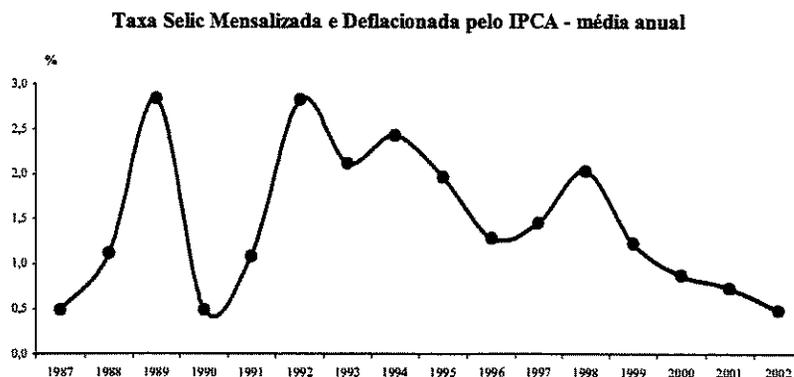


Fonte: Bacen

Mesmo com superávits fiscais primários registrados desde o início de 2000 e inflação controlada, a baixa das taxas de juros internas não se sustentaram por muito tempo, dada a necessidade de financiamento das transações correntes. Estas, estruturalmente deficitárias porque o comércio externo, ao reagir às alterações impostas nos anos noventa, provocou a incorporação de passivos externos, cujos custos incidem na conta de Rendas do Balanço de Pagamentos.

¹⁷ Com a desvalorização cambial de 1999, o país iniciou uma trajetória de geração de superávits comerciais, primeiramente pela contração das importações e, posteriormente também pela expansão das exportações, amenizando a necessidade de financiamento das Transações Correntes.

GRÁFICO 02.8 – TAXAS SELIC



Fonte: Bacen

A recorrência histórica de restrições externas em países atrasados permite questionar o uso de recursos externos para financiar processos internos de desenvolvimento. Quando objetivos dessa ordem não se sustentam com políticas econômicas autônomas pouco se consegue em seu favor porque não há guarida externa duradoura para financiar um processo naturalmente longo e custoso.

Até a mudança do regime cambial em janeiro de 1999, as taxas internas de juros garantiram o ingresso de capitais externos apesar da taxa cambial valorizada. Essa política protetória da crise cambial trouxe como consequência o enrijecimento e subordinação da política monetária, dificultando o crescimento econômico.

2.2.1. A Política Econômica e os Obstáculos ao Crescimento

Com o agravamento do quadro externo já nos anos setenta, o país conviveu por mais de uma década com baixas taxas de crescimento econômico determinadas pela necessidade de geração de superávits comerciais para pagamento da dívida externa. E esta, foi magnificada pelo encarecimento financeiro decorrente da estratégia conhecida como “diplomacia do dólar forte”, que tornou os países atrasados reféns da estratégia de fortalecimento da moeda americana para recuperação de sua hegemonia econômica.

Assim, a política econômica adotada no Brasil desde a última experiência planejada de desenvolvimento na segunda metade dos anos setenta se estendeu pela década de noventa e

continuou priorizando o ajuste em detrimento do desenvolvimento, explicando a escassez de investimentos.

GRÁFICO 02.09 – DÍVIDA EXTERNA



Fonte: Bacen

As taxas de juros domésticas elevadas, norteadas pelas taxas externas, e a baixa capacidade de absorção afastaram os recursos financeiros da atividade produtiva, o que pode explicar, em parte, as razões do incipiente mercado de crédito no Brasil, conforme tratado no próximo capítulo. O ambiente recessivo trouxe conseqüências sobre o nível de emprego e a qualidade de vida, além de contribuir para o agravamento da inflação, inercializada que estava e determinada pelo poder de oligopólio dos grandes capitais industriais e financeiros.

GRÁFICO 02.10 – TAXAS DE DESEMPREGO

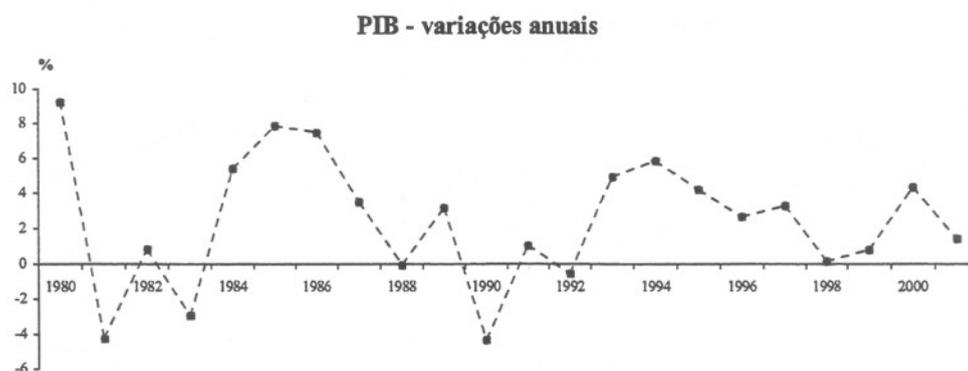


Fonte: IBGE

O crescimento da dívida externa e sua conseqüente necessidade de pagamento com divisas geradas pela iniciativa privada provocaram também o agravamento das contas públicas, que passaram a apresentar um caráter preponderantemente financeiro. Todavia, essa característica não motivou os gestores públicos a mudarem o rumo da política econômica. O rigor fiscal foi adotado segundo os ditames do pensamento econômico dominante com o agravamento do quadro sócio-econômico.

Assim, a década de oitenta, também conhecida como a “década perdida”, caracterizou-se por baixo nível de investimentos e atividade, inflação descontrolada, desequilíbrio das contas públicas e desequilíbrio do balanço de pagamentos apesar do registro de elevados superávits comerciais para pagamento de uma dívida externa crescente pelo seu componente financeiro. Os planos de estabilização interromperam por curtos períodos a escalada inflacionária, mas exatamente pelo curto período de sucesso não puderam recuperar a trajetória de crescimento econômico, e muito menos buscar o desenvolvimento econômico e social.

GRÁFICO 02.11 – PIB



Fonte: IBGE

Nos anos noventa, o discurso em favor do ajuste ganhou nova dimensão, pelo próprio agravamento do quadro inflacionário e por isso, o caminho que apontava para nossa inserção no ambiente competitivo internacional contou com forte apoio da sociedade. Estratégias como a privatização e a abertura da conta de capitais, que no passado enfrentaram forte resistência de partidos políticos e outros segmentos sociais, foram referendadas pela sociedade; esta, na busca de um objetivo há muito tempo almejado, aceitou que se postergasse a busca dos demais objetivos de política econômica tão ou mais importantes que a estabilidade monetária.

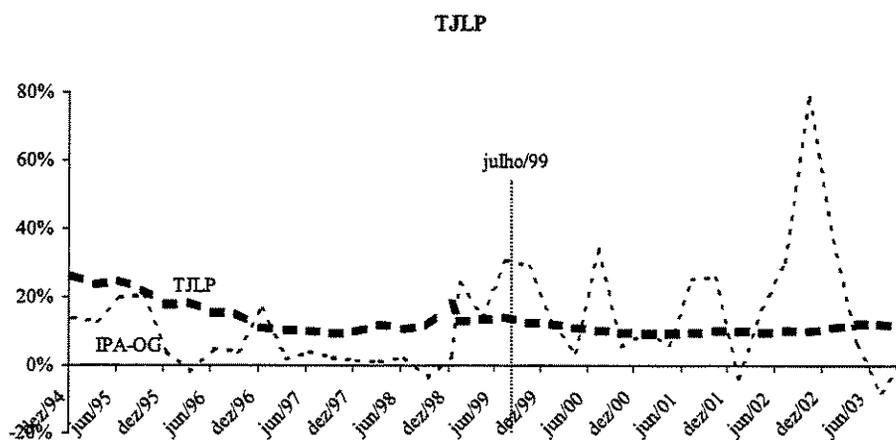
O custo dessa inserção foi o de perda de autonomia da política econômica interna, pela necessidade de atração de capitais externos para gerenciamento do passivo em moeda estrangeira. Diferentemente dos anos setenta, o capital que aqui chegou nos anos noventa não se vinculou a projetos produtivos e as exceções representaram, em grande medida, aquisição de plantas.

Ao se subordinar às regras internacionais para acesso aos capitais mais fluidos, o país perpetuou o problema crônico da escassez de crédito para produção e, com isso, saltou de um estágio de construção do parque produtivo nacional para o estágio de finanças globalizadas, sem percorrer o caminho do amadurecimento da estrutura produtiva, que poderia viabilizar uma inserção internacional em melhores condições. O custo desse salto

foi a fragilização econômica e financeira do país, sensibilizado por abalos externos em países igualmente frágeis, por mais dissociados que estejam de nossa realidade.

Mesmo o crédito público de longo prazo com recursos do BNDES não cumpriu sua função desenvolvimentista, a julgar pelo volume de desembolsos do Órgão, conforme tratado no primeiro capítulo. Um dos fatores que pode ter contribuído para isso foi seu elevado custo, comparado ao nível da eficiência marginal do capital.

GRÁFICO 02.12 – TJLP



Fonte: BNDES

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), criada na segunda metade dos noventa¹⁸ para financiamentos do BNDES, situou-se em patamar superior ao IPA-OG_{industrial} mensal anualizado de dezembro de 1994 a dezembro de 1998, excetuando-se dezembro de 1996, o que sinaliza um custo elevado para financiamento do investimento no período. Além disso, por si só, a taxa carrega um viés conjunturalista em sua concepção, contraditório com financiamentos de longo prazo. A taxa é definida trimestralmente pelo Banco Central com base na meta de inflação do país para os doze meses seguintes, mais a taxa real de juros internacional e mais o prêmio de risco atribuído ao país. Na ótica dos potenciais

¹⁸ A TJLP foi instituída pela MP nº684 de 31/10/1994, transformada em Lei 9365 de 16/12/1996 e modificada pela Lei 10183 de 12/02/2001, e representa o custo básico dos financiamentos do BNDES.

investidores, seus componentes tornam-na volátil e, portanto, insegura, dificultando sua utilização.

Nesse sentido, importa considerar alternativas para reorientação da política econômica com maior autonomia e com efeitos estruturais, avaliando-se que tipo de coordenação poderá restabelecer a estratégia de perseguição do objetivo maior de desenvolvimento que se requer, com o comprometimento dos segmentos envolvidos no governo e na iniciativa privada.

O próximo capítulo tratará do segundo aspecto macroeconômico considerado neste estudo como fator limitativo ao crescimento do investimento industrial que são as condições de seu financiamento. Neste sentido, procurará mostrar a importância do crédito ao empreendedor e como essa questão foi tratada historicamente no Brasil.

CAPÍTULO 03

O CRÉDITO DE LONGO PRAZO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL

Introdução

O fraco desempenho da atividade econômica, verificado nas décadas de oitenta e noventa no país, foi acompanhado de uma baixa taxa de investimento e da redução do crédito em geral. O ambiente internacional após a falência do acordo de *Bretton Woods* e o crescimento das operações financeiras internacionais viabilizadas pelo desenvolvimento tecnológico e, em especial, das comunicações podem explicar grande parte do problema, mas as causas não se restringem a fatores externos.

O baixo volume de investimentos em uma economia de amplo mercado potencial como a brasileira, depois do início do processo de estabilização dos preços nos anos noventa, representou um obstáculo que deve ser superado para a melhora da condição de vida da sociedade. Esse obstáculo, por sua vez, pode ser explicado em parte pelo comportamento arredo dos empresários no que trata da decisão de investimento, corroborado pelas condições de crédito desfavoráveis. O crédito apenas para consumo e circulação da produção não garante o processo de acumulação ampliada porque atende a questões de caráter conjuntural, relacionadas a escoamento de estoques ou a estímulos à produção corrente, sem acréscimo de capacidade produtiva.

Neste capítulo são analisadas formas de financiamento de longo prazo presentes na história de desenvolvimento do país. O crédito bancário não se instituiu de forma consistente para o financiamento longo, criando espaço para outras formas assemelhadas de crédito. Assim, serão apresentadas as fontes alternativas de financiamento, como autofinanciamento, crédito público, recursos externos e subsídios, para tentar situar os fatores impeditivos ao crédito convencional sob a ótica macroeconômica da oferta pelo sistema financeiro, e da demanda pelo empreendedor.

Acredita-se que as condições macroeconômicas internas apontadas no capítulo anterior contribuíram para tornar escasso o crédito ao investimento no Brasil, impedindo o desenvolvimento de mecanismos de financiamento de longo prazo. Assim, a análise restringe-se ao crédito para o empreendedor, que antecipa investimentos com esses recursos, ampliando o processo de acumulação produtiva; desconsidera, portanto, o crédito para outros fins que não o investimento.

Discutem-se também as condições do crédito na economia brasileira nas suas variadas formas ao longo do tempo. Questionam-se tentativas de recuperação do crédito de longo prazo, baseadas unicamente nas condições de oferta, sem criar simultaneamente condições para ampliação de sua demanda, motivada por expectativas favoráveis ao investimento.

As expectativas ocupam um papel central na visão de Keynes sobre a demanda por investimento. O empresário, motivado pela expectativa de melhora dos negócios no futuro, avançará recursos além dos previamente poupados por ele ou pela sociedade. É a decisão de ganho futuro que definirá o gasto presente em ativos fixos, como em KALECKI (1980). Essas considerações são vitais para salientar as condições de demanda na definição do investimento e do crescimento econômico dele decorrente, contrapondo-se às teses que se apóiam exclusivamente nas condições de oferta e da disponibilidade de poupança.

Na visão convencional, a existência de poupança prévia é o determinante-chave para a criação do investimento. Essa condição acaba por excluir do contexto analítico um aspecto importante da visão keynesiana que se refere ao sacrifício do consumo presente imposto pelo ato da poupança. Vale dizer, o efeito se estende à produção corrente impedindo o estímulo para seu crescimento.

Entre as fontes possíveis de financiamento não se tratou neste capítulo do crédito bancário proveniente das instituições criadoras de moeda¹⁹, uma vez que esta fonte de financiamento

¹⁹ O conceito de instituições criadoras e não criadoras de moeda refere-se à classificação das contas nacionais de 1995, criada pela ONU e corresponde à antiga conceituação de instituições bancárias e não bancárias.

não foi utilizada no país para financiar investimentos. Todavia, estes recursos diminuíram ao longo do tempo na economia brasileira, segundo as informações fornecidas pelas empresas demandantes de financiamento, disponíveis na publicação Balanço Anual da Gazeta Mercantil, por setores de atividade.

O gráfico 03.1 ilustra a participação do crédito à indústria sobre o total concedido pelo SFN a partir de junho de 1988, quando a série foi iniciada segundo a metodologia em vigor, e serve para confirmar a baixa participação do crédito ao setor produtivo.

Outra fonte de informação relevante para a pesquisa do crédito oriundo dessas instituições diz respeito às empresas de arrendamento mercantil²⁰, que por longo período financiaram aquisição de equipamentos, exclusivamente. Todavia, na década de noventa dedicaram-se preponderantemente ao financiamento para aquisição de veículos para o consumidor final, concorrendo com o crédito direto ao consumidor e não com o crédito ao investimento, razão que justificou desconsiderar estas informações no estudo. A análise não considerou também o mercado de capitais como fonte de financiamento dos investimentos porque, como é sabido, no Brasil esse mercado não se desenvolveu a ponto de torná-lo instrumento alternativo de financiamento longo.

²⁰ Criadas pela Lei 6099 de 12/09/0974 e regulamentada pela Resolução 351 de 17/11/1975 do CMN.

GRÁFICO 03.1 – CRÉDITO DO SFN



Fonte: Bacen

3.1. O Crédito de Longo Prazo no Mundo Desenvolvido

Tradicionalmente, os recursos de longo prazo para financiar o desenvolvimento das economias hoje avançadas provieram do mercado de capitais ou do sistema bancário. A primeira modalidade esteve presente no desenvolvimento das economias americana e inglesa, enquanto a segunda foi mais marcante no Japão e Alemanha, além de presente em outras economias européias. Os supostos méritos do mercado de capitais para financiamento do desenvolvimento, como encorajamento da poupança, maior eficiência na distribuição de recursos e disciplina da administração corporativa não se confirmam na prática. Ao contrário, o que se verifica é a forte especulação, a ênfase no curto prazo e a ausência de investidores. (SINGH, 1995)

Para esse autor, esses fatores explicariam a perda de competitividade das economias americana e inglesa para Japão e Alemanha. Os mercados de capitais são mais voláteis, imperfeitos e segmentados, além de disseminarem informações com menor acuidade para seus participantes. Não se evidencia o aumento da poupança decorrente de novas emissões de ações. Por tudo isso e com base em evidência empírica o autor considera o financiamento bancário mais indicado no financiamento do desenvolvimento.

O estímulo ao crédito representa importante instrumento de política industrial, assegurando boas condições de competitividade ao país. Durante os Anos de Ouro²¹ da economia mundial ele esteve presente com muito maior intensidade que o gasto público, explicando prioritariamente o sucesso das economias européia e japonesa.

As duas ações decorrentes da política econômica naquele período, crédito e gasto público, se inseriram em um contexto mais amplo de administração da estrutura social de acumulação com vistas aos objetivos macroeconômicos internos de produção, nível de emprego e crescimento econômico, através do gerenciamento da demanda agregada, políticas fiscal e monetária anticíclicas e estabilizadores automáticos para o atendimento do elemento principal da política econômica, o bem-estar social.

Representa claramente a prioridade dos objetivos de crescimento econômico aos de estabilização, sem descuidar deste último. Essa estrutura de acumulação nos Anos de Ouro também contemplou o ambiente internacional, com a ascensão da economia americana à posição hegemônica no pós-guerra, conquistada formalmente com o Acordo de *Bretton Woods*.

A base histórica de sustentação da política de crescimento econômico dos Anos de Ouro se reporta às condições econômicas vigentes no período depressivo pré-guerra, que se caracterizou por altas taxas de desemprego e baixos investimentos. A partir da II GGM começou um período de aproximadamente trinta anos de prosperidade material, principalmente para as economias industrializadas, mas de alguma forma também incorporando economias atrasadas nos continentes pobres.

²¹ Período de crescimento econômico do pós-guerra de aproximadamente trinta anos. No aspecto prático, os Anos de Ouro caracterizaram-se por crescimento acelerado da economia mundial de forma convergente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em termos de estrutura produtiva e padrões de consumo, com baixo desemprego, aumento da participação dos salários na renda, ganhos de produtividade, aumento do comércio mundial, administração do sistema internacional de pagamentos, taxas de juros baixas e com aumento da participação do gasto público no produto, embora esse aspecto seja questionado, dado que em grande parte do período de aproximadamente trinta anos a elevação dos gastos estivesse mais presente nos discursos do que propriamente nas decisões governamentais.

A partir dos anos sessenta, o desemprego na Europa Ocidental se manteve ao redor de 1,5% e no Japão, em 1,3%, a produção de alimentos cresceu mais que a população no mundo, a produção de manufaturas quadruplicou entre os anos cinquenta e setenta, o comércio de manufaturas duplicou, e os investimentos nas economias industrializadas cresceu a uma taxa anual de 4,5% ao ano (HOBSBAWN, 1995).

A produção industrial se expandiu mesmo nas economias predominantemente agrárias, definindo os rumos do crescimento econômico mundial com o “fordismo”²² da produção em massa de bens de consumo duráveis intensivos em capital. Essa produção exigiu o aprimoramento de técnicas de produção, caracterizando revoluções industriais no mundo todo com uso intenso de “Pesquisa e Desenvolvimento” (P&D) e graças ao desenvolvimento dos transportes e das comunicações. Nos países subdesenvolvidos disseminou-se a velha tecnologia para industrialização de carvão, ferro e aço.

Do ponto de vista doutrinário, mesmo os defensores do livre mercado começaram a perceber as vantagens do planejamento público para evitar o retorno ao desemprego em massa. Viam, de certa forma, a necessidade de coordenação entre agentes econômicos, com o mercado atuando “dentro” desse planejamento e administração econômicos. Objetivos políticos de pleno emprego, modernização econômica de países periféricos e mesmo a contenção do comunismo não eram considerados plausíveis sob o *laissez-faire*, justificando-se a necessidade de um Estado atuante compondo com o mercado.

Esse próspero processo foi liderado pela economia americana, que pela conquista do poder hegemônico carregou as demais economias destruídas pela guerra. De início com o Plano Marshall de reconstrução, posteriormente com o desenvolvimento de instituições voltadas para a administração da moeda e do comércio internacionais e o conseqüente fluxo de mão

²² Regime de acumulação que combina organização do trabalho, voltada para divisão do trabalho, mecanização de processos produtivos e separação completa entre concepção e execução, com garantia para o assalariado de compartilhar ganhos de produtividade e associada a formas institucionais compatíveis. Também se caracteriza por vincular o processo de ajuste da produção e demanda no mesmo espaço nacional, ou seja, acumulação centrada e governada pelo consumo interno. (Cf. BOYER, R.; SAILARD, Y. *Théorie de la régulation: L'état des savoirs*. Paris: La Découvert. 1995.)

de obra e capitais no mundo. A partir da década de 60 começaram a aflorar: as empresas transnacionais, a nova divisão internacional do trabalho e, principalmente, o financiamento externo através das operações além-mar.

Estas últimas, sem dúvida, representaram o aspecto mais marcante no processo de transnacionalização econômica, haja vista a facilidade de se manter os capitais livres da tributação e dos demais controles impostos nos locais de suas sedes. Não é por outra razão que a atividade financeira liderou o processo de globalização ou mundialização da atividade econômica firmada nesta década.

Esse aspecto, considerado relevante no desenvolvimento dos mercados financeiros internacionais e que permitiram o crescimento dos lucros empresariais representaram, de certa forma, a quebra da regra implícita de regulação da atividade econômica que se deu tacitamente nos Anos de Ouro entre Estado e mercado. Ao mesmo tempo em que o planejamento exigiu regras de atuação dos agentes econômicos, a fuga dos capitais para os conhecidos paraísos fiscais representou uma fuga também da regulação e sem dúvida, a facilidade de aplicação de grandes somas de dinheiro sem controles ou impostos, contribuindo para explicar o crescimento da atividade econômica no período.

O mercado além-mar se desenvolveu com a criação da euromoeda, representada, na maior medida, pelo dólar não repatriado e aplicado em bancos não americanos. Essa estratégia permitiu aos produtores de petróleo aplicar seus superávits comerciais na década de setenta e ajudou a minar a economia americana comprometendo sua hegemonia, apenas parcialmente recuperada na transição para os anos oitenta.

O produto americano medido em valores correntes cresceu no período compreendido entre 1950, a partir de quando se dispõem de dados, e 1971, considerado o último ano do período glorioso para os EUA, com o fim do acordo de *Bretton Woods*, a uma taxa média anual de 6,8%. O Japão teve um crescimento médio entre 1956 e 1973 de 15,6% ao ano e as economias européias, cujo ápice do período remonta ao ano de 1973 com o início da crise internacional, apresentaram taxas médias de crescimento de 10,3% para a Alemanha, 7,6%

para o Reino Unido, 8,8% para o Canadá, 11,2% para a França e 8,9% para a Suécia, considerando-se sempre como período inicial para cada país aquele cuja informação está disponível (IMF).

O crescimento da produção industrial no período é importante para ilustrar o crescimento da atividade econômica, mas também para enfatizar o peso crescente que a atividade industrial passou a ter nas economias em guerra. As menores taxas de crescimento acumulado da produção registradas no período foram de 123% para o Reino Unido e de 141% para os EUA. As maiores taxas foram registradas exatamente nas economias mais afetadas pela guerra, a saber, os países do eixo: Japão com crescimento de 2391%, Alemanha com 508% e Itália com 557%. As economias européias menos afetadas pela guerra igualmente registraram forte crescimento industrial, porém em menor magnitude que as demais: Suécia 208%; Espanha 295%; e França 348%, enquanto a produção industrial canadense cresceu 324% (IMF).

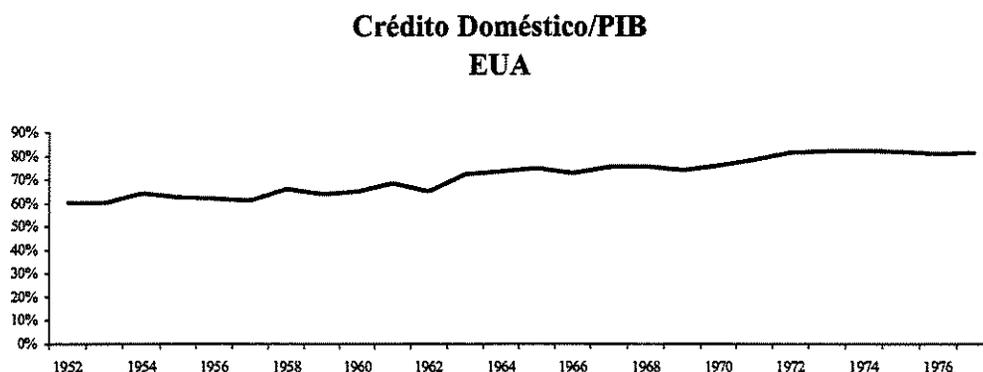
Essas informações também ilustram a importância que a estratégia de reconstrução das economias destruídas desempenhou no período de prosperidade econômica. No período posterior aos Anos de Ouro, ou seja, posteriormente a 1971 nos EUA e a 1973 nas demais economias, até 1977, a produção industrial praticamente estancou nos países da Europa, exceção feita à Itália que ainda registrou crescimento da produção industrial de 8%. A produção americana ainda cresceu 26% e a espanhola, 14%, crescimento médio anual inferior ao do período anterior (IMF).

O desemprego médio no período de 1962 a 1973 entre as principais economias foi bastante reduzido. As exceções a esse comportamento foram EUA, que apresentaram uma taxa média de 4,6% e Canadá, com 5,1%. As demais economias desenvolvidas apresentaram taxas que oscilaram entre 0,6% e 3,5% em média (BLEANEY, 1985).

A expansão do crédito foi fator importante de estímulo à demanda agregada nas economias desenvolvidas neste período. Este fato é constatado a seguir pela evolução da variável “Crédito Doméstico/PNB”.²³ Todas informações foram extraídas do “*International Financial Statistics*” do FMI, a partir das datas em que os mesmos estão disponíveis, razão que explica períodos iniciais diferenciados entre os países.

O nível de crédito doméstico foi bastante elevado para todas economias. Durante a fase de prosperidade a participação do crédito no produto dos EUA oscilou entre 60% e 79% e esse comportamento foi ascendente ao longo do período, com poucas oscilações. A partir de 1972 a participação do crédito no produto ficou estável ao redor de 82%.

GRÁFICO 03.2 – CRÉDITO EUA

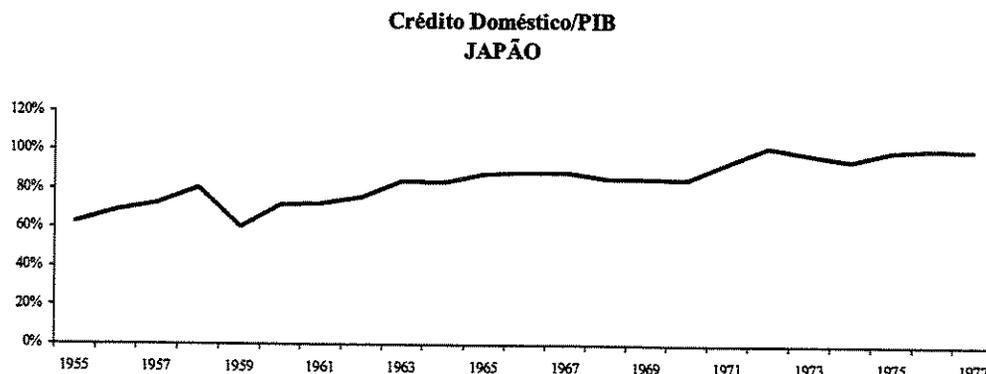


Fonte: IMF

Para o Japão o comportamento dessa variável foi igualmente crescente, mas a amplitude foi maior, de 60% a 102% do produto. Apenas em 1959 e 1972 houve registro de oscilações mais fortes, sendo que no primeiro ano mencionado se verificou um retorno do nível de crédito ao patamar inicial da série, em torno de 60%, para recuperar a trajetória ascendente até 1972, ano de pico, permanecendo a partir daí estável ao redor de 100%. O Japão é o país cuja série atingiu os valores mais elevados entre os países considerados.

²³ Exceto na Suécia, cujos dados aqui apresentados correspondem à relação Crédito doméstico/PIB.

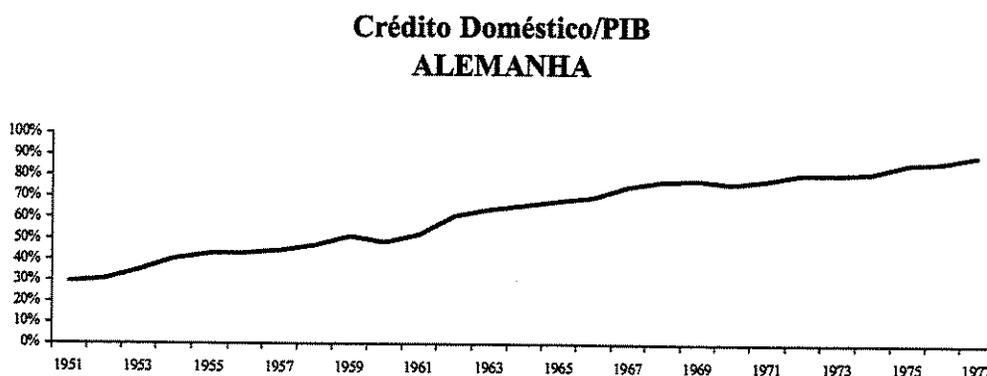
GRÁFICO 03.3 – CRÉDITO JAPÃO



Fonte: IMF

A Alemanha registrou comportamento diferenciado dos dois países anteriormente mencionados. A série oscilou em amplitude entre 30% e 90%, a tendência foi fortemente crescente com poucas oscilações e permaneceu assim até o final da série em 1977, o que mostrou que a contribuição do crédito ao processo de crescimento econômico aumentou ao longo do período. No final dos Anos de Ouro, de 1972 a 1974, a participação do crédito se estabilizou ao redor de 81%, para voltar a crescer a partir daquele momento.

GRÁFICO 03.4 – CRÉDITO ALEMANHA

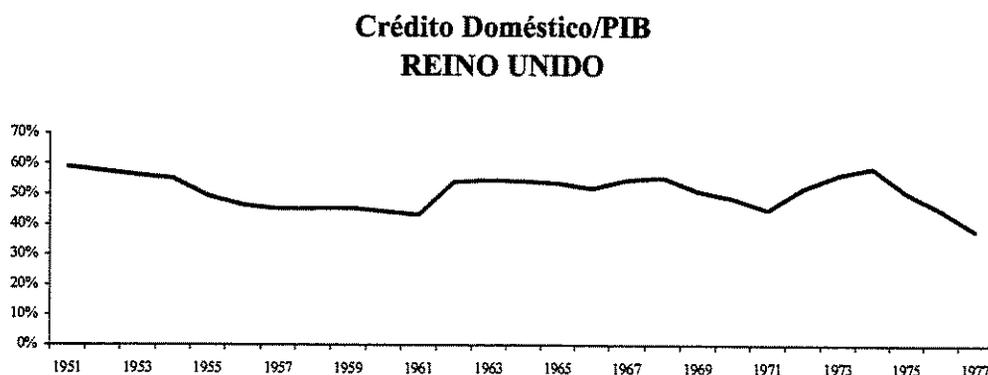


Fonte: IMF

No Reino Unido, o comportamento da curva que mede a participação do crédito no produto foi mais errático, podendo-se dizer que, em média, situou-se em torno de 50%. Porém, os dados decresceram de 1951 a 1961 de aproximadamente 60% para 40%, para se estabilizar

num patamar de 55% até 1968, declinando até 1971 para o nível de 45%. A partir daquele ano, a participação do crédito foi crescente até o fim dos Anos de Ouro na Europa, declinando em seguida no período crítico dos anos 70.

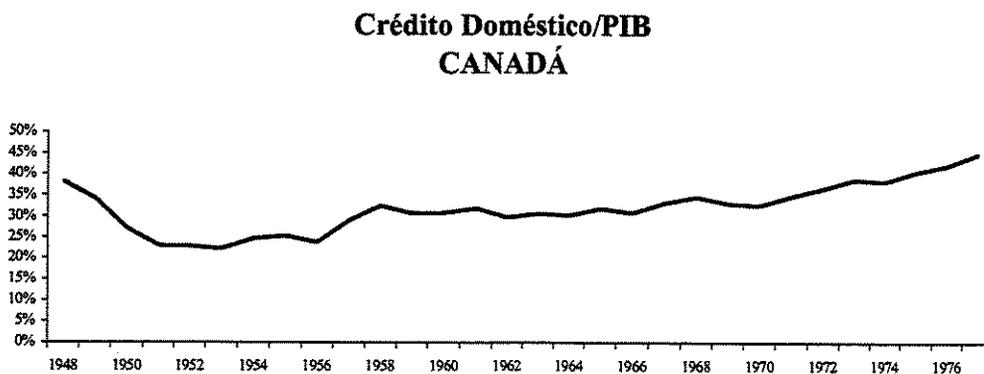
GRÁFICO 03.5 – CRÉDITO REINO UNIDO



Fonte: IMF

No Canadá, esses dados foram declinantes de 1948 a 1953, estáveis de 1954 a 1956 em níveis ligeiramente mais elevados, discretamente crescentes após uma elevação mais brusca no ano de 1957 até 1971 e a partir de 1972 as taxas de crescimento foram mais acentuadas até o final do período considerado. A série oscilou entre 22% e 50% nos anos gloriosos.

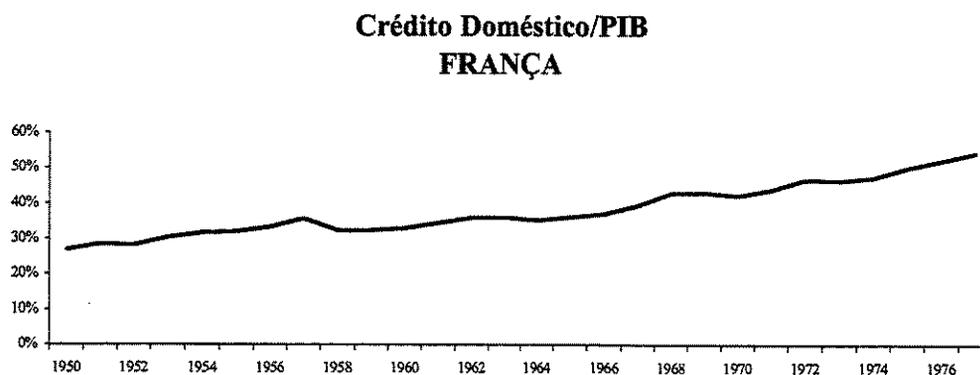
GRÁFICO 03.6 – CRÉDITO CANADÁ



Fonte: IMF

O crédito concedido na economia francesa variou entre 27% e 47% do produto ao longo dos anos de glória e seu crescimento foi praticamente constante, inclusive a partir do período crítico da década de setenta.

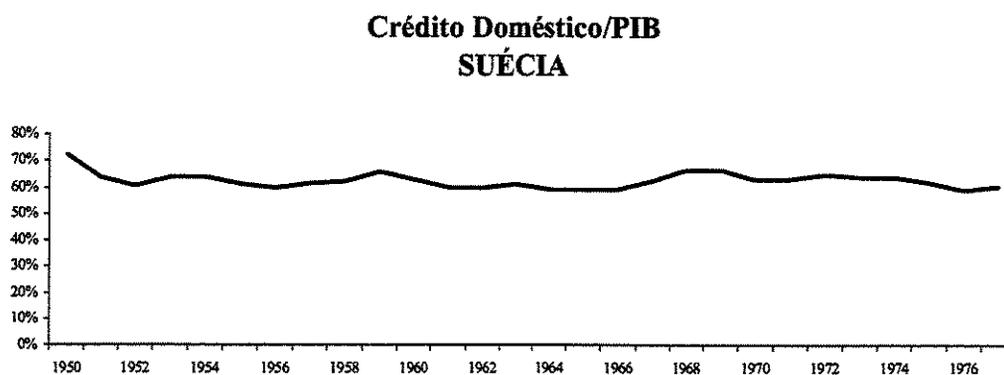
GRÁFICO 03.7 – CRÉDITO FRANÇA



Fonte: IMF

Na Suécia, verificou-se um comportamento mais ou menos regular do crédito em todo o período, com discreta queda a partir de 1975. A oscilação dos dados entre 60% e 67%, excluindo o ano de pico e início da série em 1950, determinou uma variância bastante baixa em torno de uma média aproximada de 62%.

GRÁFICO 03.8 – CRÉDITO SUÉCIA



Fonte: IMF

O crédito doméstico teve grande representatividade na geração do crescimento econômico no período dos Anos de Ouro. A relação crédito/produto de cada país situou-se em patamar bastante elevado e em alguns casos verificou-se crescimento constante em todo período. É visível o crescimento mais acentuado do crédito em economias como Japão e Alemanha, nas quais, este desempenha a principal fonte de financiamento. Já em economias nas quais o mercado de capitais ocupa papel central, a expansão do crédito foi menos intensa, como no Reino Unido e nos EUA.

A variável gasto público situou-se, nesse contexto, num segundo plano de importância. Essa fonte de criação de demanda nos Anos de Ouro não afetou constante e conjuntamente o grupo de países analisados. Ela se revelou mais marcante para Canadá, Reino Unido e Japão, nessa ordem de importância, sendo que no Japão na década de 60 os déficits foram expressivos. No Canadá também se observou participação maior dessa variável sobre o produto do país na década de sessenta e no Reino Unido, o período de déficits percorreu as décadas de cinquenta e sessenta. Como nesses países a parcela de crédito foi também representativa, parece ter havido, nestes três casos, uma complementação dos gastos públicos ao crédito para financiar o crescimento econômico.

Por outro lado, parece mais claro o caráter anticíclico do gasto público durante os anos de crise financeira internacional nos anos setenta. Isso, de certa forma é mais coerente com o próprio caráter da política fiscal e, nesse sentido, o consenso keynesiano representou mais a expectativa do gasto que o próprio gasto, contudo sem expulsar os investimentos privados; ao contrário, contribuiu para que se fortalecesse o clima de prosperidade, estimulando a demanda agregada.

3.2. O Crédito de Longo Prazo no Brasil

No Brasil, apesar da precariedade do financiamento à produção, a reforma financeira integrante do conjunto de reformas econômicas de 1965-67 representou uma tentativa de melhorar a intermediação de recursos, criando instituições com finalidade específica e a partir disso, estabelecendo captação e aplicação específicas por tipo de instituição. Através da segmentação do mercado previa-se intermediar recursos de curto, médio e longo prazo,

sendo que para esse último foram os bancos de investimento os agentes adequados. Captando através de depósitos a prazo, os bancos de investimento teriam condições de financiar atividades de mais longa maturação.

A reforma financeira, entretanto, não permitiu que os entraves ao financiamento de longo prazo fossem superados, porquanto não eliminou as expectativas negativas dos agentes quanto ao rumo da economia brasileira. Mesmo com a criação da correção monetária para viabilizar a convivência com a alta inflação não se conseguiu desenvolver uma política estratégica de longo prazo no país que permitisse associar ativos e passivos de longa maturação sem colocar em risco a solvência do agente financeiro responsável pela intermediação.

Exceção a isso foram os financiamentos imobiliários supervisionados pelo extinto Banco Nacional da Habitação, que através das empresas de crédito imobiliário transferiam recursos captados na forma de cadernetas de poupança a mutuários do sistema habitacional para aquisição de casa própria. Mesmo essa modalidade de financiamento ficou comprometida nos anos oitenta pelo uso inadequado de recursos e pelas divergências entre a remuneração paga aos aplicadores e a cobrança das prestações dos mutuários. O temor de maior inadimplência, em decorrência do agravamento do quadro econômico e social no país nos anos oitenta, norteou a decisão de subsidiar os mutuários, abrindo um déficit crônico no sistema, posteriormente coberto com recursos públicos do Fundo de Compensação de Variações Salariais.

Ênfase ao curto prazo e tradição de crescimento liderado por bens duráveis de consumo contribuíram para que a reforma financeira tivesse melhores resultados no financiamento desses bens. Essa modalidade de crédito e os empréstimos externos permitiram que o país exibisse elevadas taxas de crescimento econômico entre 1968 e 1973, período conhecido como do "milagre econômico".

O endividamento externo originado nesse período e o conseqüente agravamento das contas públicas reduziram ainda mais o prazo médio das operações financeiras, ao exigir alta

rotatividade das aplicações no mercado financeiro da quase totalidade da dívida pública interna. Assim, o perfil de endividamento que já era de médio prazo, se transformou em perfil de curto prazo, aumentando a lacuna entre as aplicações financeiras e o financiamento de longo prazo.

Por mais de uma década, a demanda por recursos para investimentos produtivos foi incipiente, posto que eram menos rentáveis que as aplicações financeiras de curto prazo. Mesmo com a instituição da correção monetária, a cultura inflacionária comprometia qualquer estratégia de longo prazo, mormente a partir do maior descontrole da inflação no final da década de 80, depois de várias tentativas frustradas de estabilização. Conforme tratado por PEREIRA (1999), a inflação elevada induz o empresário a adotar estratégias defensivas em suas decisões de financiamento²⁴.

Foi nesse ambiente, já na década de oitenta, depois de aproximadamente vinte anos do delineamento do cenário internacional, que o Brasil procurou inserir-se no projeto liberalizante para ter acesso ao grande fluxo de capitais que circulavam no mundo na busca de melhor remuneração. A abertura comercial foi o primeiro passo, seguida da privatização e posteriormente, da vinculação da política monetária com o balanço de pagamentos e, particularmente, a conta de capitais.

O Plano Real em 1994, assimilando essa realidade, condicionou a estabilidade de preços à farta disponibilidade de recursos internacionais, na expectativa de prover o país de competitividade internacional advinda com ganhos de produtividade a serem conquistados com importações competitivas, antes que o fluxo de capitais fosse interrompido, o que aconteceu com a crise financeira, em 1997, originada na Ásia.

Assim, o ambiente que já não era propício ao financiamento da atividade produtiva ficou ainda mais comprometido, porque a administração das contas externas requereu a continuidade do financiamento externo a qualquer preço. A assimetria da globalização entre

²⁴ Pereira, T. R. (1999) Dissertação de Mestrado pela Unicamp, capítulo 2.

países com diferentes graus de desenvolvimento não foi considerada e com isso não se orientou a política econômica para objetivos estruturais. A administração da política monetária de curto prazo foi inevitável nesse contexto e, por paradoxal que pareça, revelou sua inconsistência intertemporal, pela dificuldade que criou para a manutenção do ingresso de recursos externos.

O agravamento das contas públicas e o maior risco sistêmico foi uma decorrência desse ambiente, o que ajudou a tornar vicioso o círculo do financiamento externo, motivado por risco moral ou seleção adversa dos clientes das instituições financeiras.

Os ambientes externo e interno continuaram hostis ao crédito. As empresas, produtivas ou não, representam ativos de capital negociáveis como qualquer ativo financeiro. Valem pelo seu preço de mercado e não pela riqueza que geram no ciclo produtivo e, portanto, o crédito para investimento não faz sentido. Do lado da oferta, as finanças diretas também substituíram a intermediação bancária em grande parte das operações financeiras, o que contribuiu para que os bancos mudassem sua estrutura de ativos, privilegiando operações de tesouraria em detrimento de operações de crédito.

A poupança familiar e mesmo o consumo foram contaminados pela lógica do capitalismo financeiro. Para uma pequena parcela da população, a renda não representa mais, como nas teses keynesianas, a variável definidora do gasto familiar, mas, os rendimentos dos ativos de capital nos mercados secundários, o que também afeta a decisão de gasto da empresa. Mesmo o endividamento pode estar vinculado à compra de ativos financeiros, pela mudança de comportamento da sociedade.

As condições históricas da oferta de crédito (escassa e cara) também contribuíram para reduzir sua demanda e assim, tradicionalmente, a acumulação produtiva possível foi financiada em grande medida por recursos próprios das empresas, o que representa uma marca característica da economia brasileira: seu baixo grau de alavancagem financeira, o que por outra ótica, pode representar maior capacidade de endividamento das empresas.

Todavia, o convívio com a inflação ao longo de trinta anos que deteriorou as condições econômicas, ajudou a moldar um sistema financeiro mais resistente quando comparado com outros de economias em semelhante estágio de desenvolvimento. Diferentemente do sistema asiático, por exemplo, as operações ativas e passivas estão vinculadas e a solidez do sistema tornou-se maior depois que a redução das taxas de inflação inviabilizou o ganho inflacionário, provocando o fechamento de grande número de instituições que viviam exclusivamente dessa receita. Depois de 1994, o sistema se concentrou, o que de um lado favoreceu a elevação dos custos de crédito, mas de outro, permitiu melhor comprometimento com a atividade produtiva, desde que claramente sinalizada pela política econômica.

A política econômica interna herdada dos anos oitenta não se revelou adequada às necessidades de crescimento do país, como mostram os indicadores econômicos e sociais. Após o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) instituído para vigorar na segunda metade dos anos setenta e parcialmente prejudicado pela crise do petróleo, não mais se viu no país qualquer estratégia verdadeiramente desenvolvimentista, apesar da persistência das precárias condições sociais vigentes. Parece evidente portanto a necessidade de estratégias mais consistentes para sustentar um processo continuado de desenvolvimento. Para tanto, é fundamental a presença de financiamento em bases sólidas, o que não se obtém pela absorção de capitais voláteis.

3.3. As Condições do Crédito no Brasil

O conjunto de reformas ocorrido no início do governo militar, segundo SILVA (1980), objetivou, entre outras coisas, melhorar as condições de crédito na economia através da especialização do sistema financeiro. A melhora das condições de oferta do crédito se impunha para a retomada pretendida dos investimentos. Neste sentido, contribuía para a sinalização aos investidores de um ambiente interno preparado para financiar o processo de acumulação.

Nos primeiros anos da década, antecedendo a posse do presidente Castelo Branco, a inflação atingiu 80% ao ano em 1963, a taxa de crescimento do produto apresentou

expressiva desaceleração depois de exibir taxas próximas a 10% nos dois primeiros anos da década e o sistema tributário estava desestruturado para enfrentar um processo desenvolvimentista que se pretendia. Os débitos fiscais eram postergados pelos devedores, que se beneficiavam em função do processo inflacionário, em prejuízo do erário. E, nesse sentido, a correção monetária criada no seio das reformas, se constituiu talvez no principal aspecto da reforma fiscal.

Para debelar o processo inflacionário as medidas de política econômica compreenderam: controle monetário e do crédito; controle dos reajustes salariais; controle dos gastos públicos; congelamento de preços públicos; além dos controles sobre taxa cambial, aluguéis residenciais, taxas de juros praticadas por instituições oficiais, tarifas públicas e preço de combustíveis. As medidas, apesar de variadas e abrangentes não surtiram o efeito esperado, não se atingindo as metas fixadas no PAEG – primeiro plano econômico do governo militar – e resultando em tensão social causada pelo atraso salarial e pela manutenção dos baixos níveis de ocupação da mão de obra.

As reformas estruturais simultâneas às medidas antiinflacionárias atuaram sobre o sistema financeiro, fiscal e de reajuste de preços, para viabilizar o desenvolvimento econômico. Na esfera fiscal as iniciativas foram: instituição da correção monetária de débitos fiscais (Lei nº 4494 de 1964), diminuindo o incentivo à postergação de obrigações fiscais; permissão de valorização do ativo imobilizado para cálculo de depreciação; isenção do imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre a renda incidente nas exportações e do imposto sobre importações de matérias primas incorporadas à exportação; centralização fiscal na esfera federal; e mudança de importante regra tributária, com a substituição da base de incidência dos impostos indiretos sobre o faturamento relativos ao consumo e às vendas, pela incidência sobre o valor adicionado.

O imposto federal sobre o consumo foi substituído pelo Imposto sobre Produtos Industrializados e o imposto estadual sobre vendas e consignações, pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias. Por fim, ainda no âmbito fiscal, centralizou-se o processo de fixação de regras e de alíquotas de impostos estaduais no Senado Federal para evitar guerra

fiscal. Essas medidas viabilizaram a cessão de recursos orçamentários do Tesouro à iniciativa privada de forma crescente, priorizando atividades e/ou setores vitais para o crescimento econômico.

No âmbito financeiro, as iniciativas procuraram melhorar a intermediação de recursos financeiros atuando nas áreas monetária, habitacional, de poupança compulsória e industrial. Na área monetária foram criados o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) (Lei nº 4595 de 1964). O primeiro, órgão idealizador e normativo da política econômica, presidido pelo Ministro da Fazenda, que à época ainda elaborava o orçamento monetário. Esse instrumento, controlado e executado pelo BCB, expressava as decisões do CMN afetas à previsão da expansão monetária, fixação das taxas de juros, política de crédito aos setores público e privado, administração de fundos e programas de desenvolvimento e política de subsídios.

O segundo foi criado em substituição à Superintendência da Moeda e do Crédito e, junto com o Banco do Brasil, exerceram até 1986 as funções típicas de autoridade monetária. Desde aquele ano o Banco do Brasil deixou de exercer essas funções, atendo-se apenas às atribuições comerciais comuns às instituições financeiras. As funções de fomento, que até aquele ano eram desenvolvidas pelas duas Organizações, foram transferidas à Secretaria do Tesouro Nacional. Exercia-se assim, maior controle sobre gastos daquela rubrica, sem confundi-los com emissão bancária propriamente dita.

Outra importante reestruturação, promovida através da Lei nº 4595 de 1965, foi a que redefiniu funções das instituições financeiras existentes e criou outras instituições. As alterações vinculavam as captações de recursos a suas respectivas aplicações, mediante a especialização das instituições financeiras, como segue: os bancos comerciais passaram a atuar na captação de depósitos à vista para financiamento de capital de giro das empresas e empréstimo pessoal a pessoas físicas; o crédito direto ao consumidor para aquisição de bens duráveis de consumo passou a se originar de captações efetuadas pelas sociedades financeiras através da venda de letras de câmbio; as sociedades de crédito imobiliário se fixaram no segmento de financiamento habitacional proveniente da venda de cédulas

hipotecárias, operação logo suplantada pelo financiamento imobiliário coordenado pelo Sistema Financeiro Habitacional, cujos recursos provinham das aplicações em caderneta de poupança; o investimento, dependente do crédito de longo prazo, foi contemplado no escopo dos bancos de investimento, necessitando captar recursos através de depósitos a prazo; além dos bancos privados de investimento, os bancos de desenvolvimento, criados nessa reforma, ficaram responsáveis pelo repasse de recursos do BNDE para financiamento de projetos industriais e agropecuários, até o final de 1988 (Resoluções nº 1523 e nº 1524, ambas de 21/9/1988 do CMN), quando foram extintos ou anexados aos bancos estaduais, como carteiras de desenvolvimento.

Adicionalmente às medidas formalmente instituídas, em 1969 iniciou-se uma política de estímulo à conglomeração financeira nos segmentos público e privado das instituições financeiras, sob o argumento da redução de custos. As Caixas Econômicas transformaram-se numa única instituição federal (Decreto Lei nº 759 de 12/08/1969) e várias instituições privadas foram fundidas ou tiveram sua propriedade transferida, originando forte concentração bancária. Do processo de concentração das empresas bancárias resultou um concomitante processo de concentração das operações de crédito.

A fusão e incorporação de bancos originaram grandes conglomerados financeiros, contando com melhores condições de captação de recursos, pelo porte, pela maior diversificação das atividades e pela maior rede de agências. O número de agências representou variável importante para a estrutura de captação dos bancos comerciais num ambiente de inflação elevada, já que os depósitos à vista não são remunerados.

O resultado macroeconômico desse processo apareceu no período imediatamente posterior – milagre econômico de 1968 a 1973 – e contribuiu para melhorar as condições de oferta do financiamento naquele período. Ainda que se reconheça a ênfase predominantemente de consumo no financiamento prevalecente no período, parece notório que as reformas econômicas do período serviram ao objetivo de crescimento econômico na fase do milagre. Nesse sentido, mesmo não voltado diretamente para o investimento, pode-se conjecturar que

o crescimento da atividade seria um bom sinalizador para ele, em condições de maior estabilidade econômica internacional.

Na área habitacional, a instituição da correção monetária também contribuiu para o desenvolvimento da atividade, ao permitir a correção monetária dos aluguéis. Pela Lei nº 4380 de 1964, foi criado o Sistema Financeiro Habitacional reunindo Banco Nacional da Habitação e Sociedades de Crédito Imobiliário. Nas operações ativas e passivas do sistema habitacional estendeu-se também o uso da correção monetária.

Na área de poupança compulsória foram criados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço com recursos provenientes das empresas – 8% dos salários de cada trabalhador – para custear indenizações trabalhistas e financiar obras de infra-estrutura, o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, os dois últimos financiados com recursos dos empregadores, privados para o primeiro, e públicos para o segundo. Ambos destinariam recursos à atividade industrial e foram coordenados pelo BNDE a partir de sua unificação.

Na área industrial, a criação da Agência de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame), subsidiária do BNDE, voltou-se para o segmento industrial de bens de capital. Foi criado também o Conselho de Desenvolvimento Industrial para coordenar a política industrial do país.

As reformas referentes aos reajustes de preços iniciaram pelos reajustes de preços de bens e serviços, das taxas de câmbio e de juros e continuaram com o desenvolvimento de sistemática de reajustes de salários, aluguéis e demais preços. Esse processo, a partir da criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), inaugurou o processo de indexação generalizada de preços no país, ainda que inicialmente os reajustes não fossem simultâneos nem uniformes.

Juntas, essas reformas, procuraram criar condições de crédito compatíveis com o desenvolvimento econômico, com a complementaridade das medidas nas várias esferas

contempladas. Os efeitos das medidas não foram sentidos no curto prazo, mas contribuíram sobremaneira no financiamento do crescimento econômico do período imediatamente posterior conhecido como milagre brasileiro, graças às taxas de crescimento do produto, em especial as do produto industrial. No âmbito doméstico, o financiamento ao consumo de bens duráveis resultou das inovações atingidas com as reformas e contribuiu para a promoção desse segmento industrial.

Quanto aos recursos externos, as captações mediadas pelo sistema bancário através de empréstimos em moeda (Resolução 63 do CMN, de 21/08/1967) decorreram da farta liquidez mundial associada à estratégia de realismo cambial promovida pela política de minidesvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar norte americano. Como para os demais preços indexados, a periodicidade dos reajustes da taxa de câmbio diminuiu com o agravamento do quadro inflacionário.

As medidas em seu conjunto foram viabilizadas também pelo ambiente político da época, caracterizado pela centralização de poder que facilitou sua implementação, como é comum nos sistemas autoritários. Nesse sentido, foi fácil direcionar as atividades do sistema financeiro e provocar sua concentração para o atendimento dos objetivos nacionais. Esses objetivos também afetaram a atividade produtiva através de sua proteção e pelo estreito vínculo entre a coisa pública e privada na gestão dos negócios.

Essa estrutura do sistema financeiro não vigorou plenamente na prática porque os vínculos entre formas de captação e aplicação eram frágeis, mas permaneceram até 1988 quando foi criado o banco múltiplo; este reproduziu, de direito (Resoluções nº 1523 e nº 1524 de 21/09/1988 do CMN), a estrutura que já havia de fato no sistema financeiro. As empresas financeiras segmentadas poderiam reunir-se em uma única instituição – Banco Múltiplo – agora sob a forma de carteiras, permitindo maior agilidade às instituições na administração de seus recursos.

A agilidade daí decorrente não atendeu melhor aos anseios desenvolvimentistas, mas apenas aos objetivos microeconômicos de melhores resultados. Junto com o novo formato

permitido às instituições, eliminou-se o instrumento da carta-patente como forma de ingresso de novas instituições no mercado. A exigência requerida às empresas financeiras para instalação passou a ser o capital mínimo, entre outras exigências de caráter formal.

Resultou dessa estratégia a criação de inúmeras pequenas instituições, ao revés do promovido em 1969 com o estímulo à concentração bancária. Várias Sociedades Financeiras, Corretoras de Valores, Distribuidoras, transformaram-se em pequenos Bancos Múltiplos, continuando a operar nos seus próprios nichos de mercado; algumas operando praticamente apenas no financiamento ao consumo de bens duráveis produzidos por empresas dos respectivos conglomerados.

Os elevados níveis inflacionários tornaram as novas empresas financeiras lucrativas, pouco se exigindo delas na gestão dos negócios. Proliferaram problemas com depositantes, apenas solucionados com o socorro de última instância da Autoridade Monetária. Depois de 1994, a relativa estabilidade de preços retirou dessas instituições a principal fonte de receita advinda pela captação de depósitos à vista não-remunerados. Embora o problema de solvência num ambiente de baixas taxas de inflação não tenha ficado restrito a pequenas instituições, em número foram as mais atingidas.

A nova conglomeração e o encolhimento do mercado financeiro decorreu, a partir daí, não mais do estímulo governamental direto, mas da condição de insolvência imposta às instituições desprovidas de condição para competir num ambiente econômico com baixas taxas de inflação. Além da absorção de algumas delas por empresas maiores, outras foram liquidadas depois de processos de intervenção oficial por apresentar problemas de liquidez insolúveis.

Acrescentou-se a isso um novo estímulo governamental a partir dos anos noventa em outra direção, determinada pela abertura do sistema ao capital estrangeiro. As instituições aqui instaladas atenderam melhor às necessidades de capital financeiro para administração do balanço de pagamentos. Quando não ocasionada pelo ingresso direto do capital estrangeiro no sistema absorvendo instituições problemáticas, a simples permissão serviu para induzir

os grandes conglomerados nacionais a se anteciparem aos capitalistas estrangeiros e absorvê-las, evitando-se maior número de liquidações.

Também essa estratégia não criou melhores condições de crédito para investimentos; ao contrário, sinalizou a priorização de operações financeiras e manteve afastada a demanda por crédito para incremento da produção. Nesse sentido, também não se podem vincular as novas transformações do sistema financeiro às necessidades de crescimento econômico. No país, as iniciativas pós-real na área de crédito visando à redução do custo para o tomador final correspondem à viabilização do crédito indistintamente, já que procuram atuar sobre o custo de captação para o sistema, a exemplo da redução de alíquota no recolhimento de reservas bancárias.

Com isso, procurou-se compensar os efeitos da inadimplência generalizada que contribuem para majorar o custo do crédito em decorrência do maior risco. Claramente são medidas voltadas para a ampliação da oferta de crédito, atuando pouco sobre as expectativas dos empreendedores determinantes da demanda por crédito, pouco se podendo esperar delas no incremento dos negócios.

Chama a atenção uma economia como a brasileira, que em várias fases de sua história registrou elevados índices de crescimento econômico por acréscimo de capacidade produtiva, prescindir de um mecanismo de crédito de longo prazo organizado, quer oriundo de um mercado de capitais, quer oriundo de um mercado de crédito. Na tradição brasileira o mercado de capitais sempre foi marginal para a criação de investimento, provavelmente pela existência de alternativa de financiamento inflacionário e pelo próprio desenvolvimento do sistema financeiro ocorrido no país, mormente a partir de suas modificações nos anos sessenta, mas igualmente estimulado pelo agravamento do processo inflacionário. Este exigiu uma inusitada agilidade do sistema financeiro para preservação da riqueza financeira, e instituiu um ambiente de incerteza nefasto ao investimento e a seu financiamento. Na prática, ela mesma, a inflação, passou a substituir o sistema financeiro na função de patrocinar a expansão da produção.

3.4. As Fontes de Financiamento do Investimento no Brasil

Pela constante escassez de crédito ao investimento proveniente de instituições criadoras de moeda, este estudo considerou as já mencionadas fontes de financiamento: o autofinanciamento inflacionário, dada a concentração de renda nas mãos do capitalista, provocada pela inflação, que permite que este invista sem constituir recursos previamente, gerando lucros também inflacionados para fundear o autofinanciamento; o capital externo; o crédito público de instituições federais, estaduais, de desenvolvimento e o próprio BNDE; e os subsídios governamentais representados pelas concessões de recursos do Tesouro à iniciativa privada. Todas essas “formas de crédito” estiveram presentes no cotidiano da economia brasileira neste século e marcaram seu desenvolvimento até nossos dias.

Nos anos noventa, com as transformações mundiais, o ambiente foi transformado pela desregulamentação e liberalização dos sistemas financeiros, pelas novas atribuições do mercado, que ocupou o lugar do Estado, na definição de mecanismos de proteção sistêmica e até mesmo pela retomada da regulamentação (re-regulamentação) diante das seguidas crises financeiras dos anos noventa.

3.4.1. O Autofinanciamento Inflacionário

A análise das formas de crédito no Brasil iniciou pela inflação porque além de ter sido duradoura, foi funcional para financiar o investimento, principalmente a partir dos anos cinquenta, marcados pelo Programa de Metas na segunda metade da década. A inflação refletiu os desequilíbrios provocados pela estratégia de crescimento e a convivência com esses desequilíbrios resultou em um amplo processo de indexação que tomou conta da economia desde meados dos anos sessenta.

A indexação começou como estratégia temporária, amparada nos próprios indexadores oficiais representados pelos títulos públicos, evoluindo através dos tempos junto com a elevação dos patamares inflacionários e culminando com a utilização das taxas de juros nominais como indexador generalizado. Estes substituíram inclusive a unidade de conta internacional, substituto comum das moedas locais nos países em crise, tal a “perfeição” do processo de indexação que ganhou corpo na economia brasileira.

Essa generalização do uso das taxas de juros nominais esperadas pelos agentes como referência para reajuste dos preços de bens e serviços na economia provocou a inércia da inflação, “dolarizando” os preços, já que as desvalorizações da taxa de câmbio acompanhavam o mesmo indexador, sem referir os preços diretamente à moeda estrangeira – BELLUZZO e ALMEIDA (1999). A indexação generalizada é portanto um aspecto relevante para explicar a sobrevivência dos altos níveis inflacionários a partir de meados dos anos sessenta, mas também um elemento central para viabilizar o processo de transferência de renda para os investidores, razão que reforça o caráter de mecanismo de crédito que se confere a ela.

Para a descrição do processo inflacionário financiando investimentos do período posterior à segunda guerra até o início dos anos sessenta, portanto mesmo antes da indexação dos preços na economia, a “modelagem” de BAER (1985, p.96-101), sustenta que a aceitação, por parte dos consumidores, da perda de poder aquisitivo de seus salários provocou aumento das margens de lucro de importadores e produtores, podendo ter levado à criação de novas unidades substituidoras de importações.

Com o declínio da receita de exportações de produtos primários, esses investimentos contaram com o apoio do governo, que inclusive estimulou-os ainda mais através de alguma forma de crédito. A inflação voltou a crescer pelo direcionamento dos novos recursos ao investimento, encarecendo o custo de produção. Este encarecimento, com a escassez relativa de bens de consumo, juntos revigoraram o processo inflacionário, realimentado por prováveis desequilíbrios externos decorrentes do crescimento dos investimentos. A menor quantidade de bens de consumo disponíveis por força da maior provisão de recursos para produção de ativos fixos explicou a pressão inflacionária.

As hipóteses consideradas nesse raciocínio pelo autor, primeiramente, são de um país com: baixa renda *per capita* e desenvolvido o suficiente para contar com alguns centros de produção e comércio representativos; pauta de exportação limitada a poucos produtos;

importação diversificada; relativa estabilidade inflacionária no início do processo descrito; e, ritmo de crescimento econômico já satisfatório, mas que pudesse se prolongar.

Posteriormente, admitem-se receitas de exportação declinantes relativamente ao aumento das importações por deterioração dos termos de troca, reservas insuficientes para sustentar o mesmo nível de importações do início do processo e capitais externos para financiar desequilíbrios em transações correntes. Isso levaria à redução dos valores de importações em moeda estrangeira para equilibrá-los com os da exportação, por controles diretos sobre a quantidade importada, pelo uso de tarifas ou por desvalorização cambial.

Supondo-se a utilização dessa estratégia de desvalorização cambial, indiretamente representada pela concessão de subsídio governamental, para sustentar o nível de investimento desejado, os bens de consumo cederiam lugar aos de capital nas importações. Esse corolário descreve um mecanismo de racionamento de bens de consumo ou de poupança forçada, decorrente da deterioração dos termos de troca, em favor dos investimentos no setor de substituição de importações.

Por representar um importante mecanismo concentrador de renda, a inflação viabilizou a manutenção ou majoração das margens de lucro capitalista, dada a concentração industrial da economia brasileira. Assim, a concentração permitiu maior apropriação do excedente porque as margens de lucro eram elevadas, e estas puderam financiar investimentos diminuindo a necessidade de crédito bancário.

Essa “propriedade” da inflação seria importante para a administração da política econômica no início dos anos oitenta, com sua orientação para geração de superávits comerciais pelo setor privado. Estes viabilizaram o pagamento dos compromissos de uma dívida pública ou tornada pública pelas decisões governamentais que permitiram ao devedor privado quitar a

dívida externa pelo contravalor em moeda nacional. Esses recursos eram depositados à ordem do Banco Central²⁵, transferindo-se a titularidade do devedor.

Preservou-se assim a iniciativa privada dos efeitos decorrentes do processo de endividamento externo ao mesmo tempo em que se amenizou um processo recessivo que teria sido provavelmente maior sem essa estratégia, porém onerando o setor público (BELLUZZO e ALMEIDA, 1999). Para o propósito deste tema, todavia, importa destacar que a estratégia dependeu fundamentalmente de uma inflação crônica para viabilizá-la através da geração de margens de lucro elevadas pelas empresas geradoras dos superávits.

O próprio investimento público também contou com essa “fonte de financiamento”, na medida em que os orçamentos apertados quando de sua concepção iam se tornando gradativamente viáveis com o decorrer do período orçamentário e do simultâneo crescimento dos preços. Essa modalidade de autofinanciamento tornou a inflação altamente funcional para os devedores em detrimento dos credores, favorecendo o capital privado endividado e o estatal no financiamento dos seus gastos.

3.4.2. O Capital Externo

Uma alternativa ao crédito bancário interno para financiamento dos investimentos produtivos foi tradicionalmente o capital externo nas suas diferentes representações. Na construção do parque produtivo nacional por ocasião do Programa de Metas de 1956 a 1960, os investimentos de origem externa foram constituídos de investimentos diretos, montando-se no país um parque industrial de empresas transnacionais.

Essas empresas, instalando-se na periferia do sistema capitalista mundial, detinham vantagens não disponíveis nos grandes centros industriais. Estes, por se encontrarem em estágio avançado de desenvolvimento não ofereciam oportunidades para expansão dos

²⁵ DRME – Depósitos Remunerados em Moeda Estrangeira, instituídos pela Resolução 432, de 23/06/1977 do CMN.

negócios. Ao contrário, nas economias menos desenvolvidas os mercados puderam ser explorados melhor, a tecnologia existente foi aproveitada e o comércio de longa distância foi, em parte, substituído pelo local. Este aspecto e o menor preço da força de trabalho contribuíram para reduzir o custo de produção.

A crescente mobilidade do capital internacional ensejou nos anos setenta e oitenta um processo altamente danoso para as economias endividadas. No início dos anos oitenta, o fortalecimento da moeda americana pela elevação das taxas de juros, necessária à repatriação dos capitais aplicados no euromercado, comprometeu as economias endividadas em função de contratos de empréstimos que eram firmados com cláusulas de repactuação semestral de juros, única alternativa de conciliação entre interesses de aplicadores de curto prazo e tomadores de longo prazo no ambiente financeiro internacional, e que culminou com o encarecimento do estoque da dívida externa dos países pobres.

No Brasil dos anos oitenta, o impacto da crise do endividamento decorrente dessa estratégia afetou pouco o setor privado, que a esta altura já havia transferido o estoque da dívida externa ao setor público pelo mecanismo amparado pela Resolução 432. Com isso, o setor privado foi preservado do custo da majoração da dívida, ao mesmo tempo em que gerou os excedentes exportáveis necessários ao pagamento dos juros externos sobre a dívida, anulando-os em alguns períodos.

Todavia, as exportações não conseguem substituir o mercado interno numa economia com o porte potencial da brasileira e, conseqüentemente, a escala de produção não exigiu ampliação ou criação de plantas maiores, influenciando assim negativamente nas expectativas dos empreendedores pelo risco de produção impingido à economia (BELLUZZO e ALMEIDA, 1999). Nesse quadro o crédito também era desnecessário.

Os investimentos diretos externos se compuseram com os investimentos internos públicos e privados. As plantas das unidades que compunham o pólo dinâmico (posteriormente também o setor exportador) da indústria contaram com recursos externos para seu financiamento. As plantas tradicionais foram financiadas com recursos locais do

empresariado privado, predominantemente recursos próprios, cabendo o financiamento da infra-estrutura ao Estado empreendedor, que também não carecia de crédito bancário.

Por ocasião da complementação do parque produtivo nacional, na segunda metade dos anos setenta, motivada pelo II PND (1975-1979), com o aparelhamento do setor intermediário, os grandes investimentos contaram com recursos externos provenientes de empréstimos geradores de dívida e não mais investimentos de risco, constituindo-se, portanto, de crédito externo, que somente aciona o sistema bancário interno na sua função de intermediário de recursos externos²⁶, quando não ingressavam diretamente pelas filiais das empresas transnacionais aqui instaladas. Assim, em diferentes ocasiões, o crédito externo se constituiu em importante alternativa de provimento de recursos à atividade produtiva, incluindo os investimentos.

Outra representação dos capitais externos para financiamento da atividade interna foram os empréstimos de organismos internacionais a exemplo do Banco Mundial ou Banco Interamericano de Desenvolvimento. Grandes projetos puderam contar com essa fonte de financiamento relativamente barata pelo objeto do financiamento, em geral obras de infra-estrutura.

3.4.3. O Crédito Público

Os recursos provenientes do setor financeiro público compreendido pelo BNDE²⁷, sua subsidiária Finame, bancos de desenvolvimento estaduais e bancos oficiais estaduais e federais, em alguma medida se confundiam com os subsídios de modo geral. As condições de crédito oferecidas por essas instituições eram mais atraentes do que as oferecidas pelas instituições comerciais e, em alguns casos, constituíram-se, de fato, em subsídio.

²⁶ Resolução 63 de 21/08/1967 do CMN.

²⁷ Atualmente BNDES, por acréscimo do termo Social à sigla.

No início da década de sessenta, com os militares no poder, o BNDE financiou projetos de investimento da iniciativa privada, contrariando estratégia anterior de financiamento das empresas públicas, e que visava provavelmente o fortalecimento da indústria nacional. Os recursos canalizados ao setor público no período anterior a 1964 equivaliam a 90% dos desembolsos do Banco, contra menos de 20% no período do II PND (CRUZ, 1994). A atuação do BNDE como agente financiador dos investimentos privados representou importante mecanismo de subsídio creditício, contribuindo para o enfraquecimento do setor público. Para isto, também contribuiu a falta de realismo tarifário, importante forma de autofinanciamento do setor público.

Os recursos provenientes do BNDE representaram fonte mais barata de financiamento relativamente aos originários da banca privada, pela própria forma de captação e pelos seus objetivos institucionais. Nas fases indicativas de prosperidade econômica a demanda de recursos ao órgão provocava escassez de financiamento, mostrando que as condições de oferta eram favoráveis.

Projetos de maior envergadura eram financiados pelo BNDE, principalmente pela possibilidade de operar no longo prazo, mesmo em períodos conturbados economicamente, já que o órgão visava fomentar a atividade econômica e não concorria com as instituições comerciais na captação de recursos.

Junto com o BNDE e capitaneados por ele, os bancos de desenvolvimento repassaram recursos e concederam crédito de longo prazo à indústria e à agroindústria, também financiando ampliação ou criação de plantas em condições de custo e prazo favorecidas.

Mesmo os bancos públicos comerciais operaram em segmentos específicos, fora da área de interesse dos bancos privados e, nesse sentido, concederam recursos por prazo mais longo e também a custos menores em relação aos prevalentes no mercado como um todo. Agricultores, pequenos e médios empresários industriais e comerciais entre outros segmentos, viabilizaram seus negócios à custa desses recursos. Provavelmente, essa

modalidade de crédito substituiu, em alguma medida, o crédito bancário, o que também ajuda a explicar o comportamento do crédito.

A participação do setor público na atividade bancária, como controlador direto de instituições federais e estaduais, antes da estratégia de saneamento do setor bancário público, facultou melhores condições de crédito também pelo menor custo de captação, porque o próprio setor público em seu conjunto era cliente dessas instituições, aplicando sobras de caixa, ou administrando sua folha de pagamento.

3.4.4. Os Subsídios

Se o crédito público, de uma maneira geral, se assemelhou ao crédito subsidiado, este não foi o único subsídio à iniciativa privada. As tarifas públicas subsidiadas representaram uma redução fictícia de custos para as empresas e um escoadouro de dinheiro público. As baixas taxas de juros reais – às vezes negativas – e que oneravam os orçamentos monetário e fiscal, representaram um subsídio financeiro magnificado com o crescimento da inflação.

Os financiamentos e empréstimos externos em moeda, contraídos pela iniciativa privada e estimulados pela política econômica, subsidiaram o setor privado quando, na década de setenta, tornou-se pública quase a totalidade do endividamento externo, desonerando o empresariado do custo das desvalorizações cambiais posteriores.

A administração da taxa de câmbio através de processos encadeados de valorização e desvalorização cambial, importante instrumento em favor da industrialização brasileira, promoveu o investimento e viabilizou o posterior escoamento da produção. Ao valorizar a taxa de câmbio subsidiava o investimento. O barateamento das importações de bens de capital promovido pela valorização cambial implicava menos recursos internos auferidos com a venda das divisas nessas operações cambiais.

Ao desvalorizar a taxa de câmbio, subsidiavam-se as exportações dos itens produzidos pelos investimentos baratos. Nesse caso, a compra de cambiais requeria maior dispêndio de moeda nacional. Como no Brasil a administração e guarda das reservas internacionais

sempre estiveram sob responsabilidade do governo e as operações com moeda estrangeira se restringiram aos segmentos vinculados ao comércio exterior e aos agentes financeiros autorizados a operar em câmbio pelo Banco Central, a sangria de divisas afetou o erário.

Essas oscilações das taxas reais de câmbio asseguraram boas condições de crédito aos investimentos, enquanto a economia brasileira substituiu importações. E, nesse sentido, ao estimular o desenvolvimento industrial, o governo incorreu nesse custo, entre outros.

A marcante presença do setor público na atividade econômica viabilizou, portanto, o uso dos subsídios em geral como “instrumento de crédito” ao setor privado substituindo, em alguma medida, o crédito tradicional. Esse aspecto talvez contribua para explicar a perda de dinamismo da atividade econômica nos anos oitenta e noventa, quando novos princípios se insurgiram contra a presença do Estado na economia, porque os recursos públicos já se haviam esgotado em favor do fortalecimento do setor privado.

Na esteira desse argumento deve-se acrescentar que a menor presença do Estado na atividade econômica também contribuiu para explicar a fraca demanda por crédito no período mais recente, dado que o setor público era um importante receptor de recursos no sistema de crédito. Seu afastamento da produção, no início do processo pelo seu empobrecimento e, posteriormente, pela privatização em larga escala, enfraqueceu o mercado de crédito pela menor demanda. Como a privatização se consolidou como instrumento de atração de capitais externos para financiamento das importações competitivas e, conseqüentemente, dos desequilíbrios em conta corrente do balanço de pagamentos, os recursos ingressados ou já eram o próprio investimento (Investimento Externo Direto) ou, um financiamento externo para aquisição ou construção de plantas industriais. Em ambos o sistema bancário interno não foi demandado para suprir recursos para investimento.

3.5. Considerações Finais Sobre o Crédito

No Brasil, os efeitos da vulnerabilidade externa ficaram patentes nas crises financeiras dos anos noventa – México em 1994, Ásia em 1997 e Rússia em 1998 – quando os ataques especulativos abalaram a economia interna, mormente o último, que provocou alterações substantivas na linha de atuação da política econômica, exigindo o desmonte da estratégia apoiada na fixação da taxa de câmbio por aproximadamente cinco anos. As conseqüências seriam restrições adicionais à oferta de crédito, já escassa e cara, na economia brasileira.

Nas crises do México e da Tailândia o país perdeu reservas porque aumentou a demanda cambial para cobertura dos prejuízos financeiros dos agentes em outros mercados. O Banco Central teve de suprir o mercado de câmbio para não comprometer o plano de estabilização e atuar no mercado monetário elevando as taxas de juros para evitar maior saída de recursos e normalizar, ao menos temporariamente, os mercados depois do ataque.

Na terceira e derradeira experiência do tipo para o Brasil, mesmo não sendo a moeda originalmente atacada, os efeitos do ataque à Rússia rapidamente se estenderam ao Real, provocando grande perda de reservas do país e o término da estratégia de “âncoragem cambial”. Apesar de os dois países apresentarem características econômicas distintas, os capitais voláteis esvaíram-se do mesmo modo, impondo pesadas perdas de divisas ao país.

Iniciando pela crise financeira internacional dos anos setenta e magnificada pelo predomínio das finanças sobre a produção, a atividade econômica interna deprimiu-se ao longo dos vinte últimos anos. Ao risco de crédito comum nos mercados financeiros, somou-se o risco da própria atividade produtiva, que num círculo vicioso intensificou a recessão e impediu sua ruptura. Daí decorreu inadimplência generalizada, porque não eram gerados recursos suficientes para honrar dívidas atrasadas.

Pela natureza do crédito, a inadimplência se manifestou predominantemente nas operações com o consumidor, o comércio, as atividades agrícolas e operações de capital de giro, mas mesmo não atuando sobre os financiamentos ao investimento, contribuiu para desestimulá-lo. Assim, além de comprometer as expectativas para demanda de crédito para

investimento, do lado da oferta o sistema bancário se retraiu, cobrando taxas de juros cada vez maiores na concessão de novos empréstimos, incorporando maior grau de risco e encarecendo a cadeia do crédito.

Outros fatores apontados para agravar a inadimplência no Brasil são os aspectos legais vinculados ao crédito em geral, apontados em PINHEIRO e CABRAL (1998). Ainda que tratem genericamente do crédito, a inadimplência, assim como outros fatores que o oneram, interferem em toda cadeia do financiamento, estendendo-se inclusive àquele destinado ao investimento. A inadimplência, além de dificultar o crédito, torna-o mais caro para os demandantes indistintamente, já que o próprio sistema prefere padronizar taxas e comportamento para evitar custos adicionais. Assim é que bons e maus pagadores sujeitam-se às mesmas condições de crédito, com boas ou más garantias. Também a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP –, embora seja inferior às demais taxas, ainda é elevada para estimular a demanda por financiamento longo.

A este custo do crédito somaram-se as receitas tributárias adicionais, necessárias à compensação das menores receitas ocasionadas pelo desaquecimento da atividade econômica, constituindo-se no que se convencionou chamar de cunha fiscal ou parafiscal, que também onera o crédito em geral pela adição dessas taxas à taxa de juros. As propostas de reforma tributária, em discussão desde o início da década de noventa, pelo menos, reforçam o componente de custo financeiro representado pela tributação. A elevada carga fiscal, em seu conjunto, contribui para o encarecimento do investimento e enquanto ele não se desenvolve não são criadas condições para reduzi-la.

As restrições ao crédito e a insuficiência das fontes alternativas de financiamento apresentadas neste capítulo representaram, junto com o ambiente macroeconômico tratado no segundo capítulo, obstáculos macroeconômicos ao investimento no país. A estas restrições devem ser acrescidas outras pela ótica da demanda por investimentos, relacionadas ao desempenho microeconômico nos principais complexos industriais considerados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 04

ASPECTOS MICROECONÔMICOS DA DEMANDA POR INVESTIMENTOS: ANÁLISE POR COMPLEXOS INDUSTRIAIS

Introdução

Neste capítulo foram analisados aspectos microeconômicos para ajudar a explicar as razões da baixa demanda por investimentos industriais. Para tanto, os setores industriais foram agrupados por complexos que reúnem atividades de uma mesma cadeia produtiva. O conceito de complexo industrial utilizado foi o mesmo definido por HAGUENAUER *et al.* (2001) como Mesocomplexo. O detalhamento de atividades desses complexos é compatível com a forma de apresentação dos dados das matrizes de insumo produto e de importação do IBGE construídas neste trabalho.

A análise dos setores agrupados por complexos permitiu avaliar se eventuais transformações nos setores foram generalizadas nos seus complexos, neste caso correspondendo a um processo coordenado de investimento nos moldes de uma política industrial. De outra forma, se referidas transformações foram isoladas, não refletiram um esforço coordenado de investimento, mas estratégias de política econômica não vinculadas a políticas industriais, como políticas de franqueamento de importações para ampliar a concorrência interna e combater a inflação.

Os complexos industriais analisados não incorporaram produtores de bens de uso difundido nas várias atividades, como embalagens e combustíveis, e bens de capital, porque representam material de consumo esporádico, não integram a cadeia de produção no processo regular de transformação e também não são específicos para determinados setores. Os complexos considerados são: (C1) Construção Civil, incorporando os setores Extração Mineral, Minerais Não Metálicos, Madeira e Mobiliário e Construção Civil; (C2) Siderúrgico, constituído dos setores Siderurgia e Outros Produtos Metalúrgicos; (C3) Eletrônico, compreendendo a Metalurgia de Não Ferrosos, Material Elétrico e Material Eletrônico; (C4) Material de Transporte, integrados pelos setores Automóveis, Caminhões e

Ônibus e Outros Veículos, Peças e Acessórios; (C5) Têxtil, composto pelas indústrias Têxtil e fabricantes de Vestuário e Acessórios; e (C6) Químico, abrigando Farmácia e Perfumaria, Borracha, Material Plástico, Químicos Diversos, Refino de Petróleo e Indústria Petroquímica e Extração de Petróleo, Gás, Carvão e Outros. A ordem de apresentação e a numeração dos complexos são as mesmas consideradas por HAGUENAUER *et al* (2001)²⁸.

Na análise dos complexos foram utilizadas informações estatísticas obtidas a partir do cálculo das matrizes de insumo-produto e de importações para o período de 1990 a 1996²⁹. As variáveis analisadas referem-se aos dados de produção e demanda intermediárias nacionais e importadas, exportações, ganhos de produtividade do trabalho, margens de lucro, ocupação de capacidade instalada e número de pessoas ocupadas, estas duas últimas, as únicas informações não derivadas das matrizes. Os dados quantitativos foram complementados por estudos setoriais, principalmente do BNDES que cobrem a evolução dos setores na segunda metade dos anos 90.

4.1. Desempenho da indústria: ganhos de produtividade e margens de lucro

A demanda por investimentos, num contexto de estabilidade das condições da concorrência (estruturas de mercado), da tecnologia (relação capital/produto) e das estratégias de crescimento das empresas (inovações incrementais), como analisado por Kalecki (1980), pode ser considerada uma função da taxa de lucro das empresas e de sua capacidade de autofinanciamento. As informações estatísticas obtidas das matrizes de insumo-produto permitem estimar a evolução de algumas variáveis que determinam a taxa de lucro dos setores da indústria brasileira, como produtividade e margem de lucro.

Evidentemente, o período aqui analisado está longe de caracterizar o contexto de estabilidade necessário para associar o investimento diretamente à evolução da taxa de

²⁸ Os complexos aqui analisados não representam a totalidade apresentada no trabalho dos referidos autores, que extrapola a indústria de transformação, sendo selecionados aqui os de interesse da pesquisa.

²⁹ Os dados analisados constam do Anexo Estatístico para todos os setores considerados, e os critérios de cálculo utilizados, do Apêndice Metodológico.

lucros. As mudanças bruscas no regime de política macroeconômica, a abertura da economia, a desestabilização das estruturas de mercado, a mudança tecnológica e outros fatores também afetaram fortemente as decisões de investimento neste período. Dessa forma, a análise apresentada a seguir pretende apenas destacar alguns aspectos microeconômicos da evolução dos investimentos nos grandes complexos industriais que complemente a análise dos determinantes macroeconômicos apresentada nos capítulos anteriores, no lugar de propor uma explicação acabada do rumo dos investimentos na indústria.

A produtividade, segundo Silva & Villela (1994), é definida como a razão entre produção e insumos, ambos medidos em termos físicos e se constitui num indicador de eficiência produtiva. Assim, aumentos de produtividade representam a possibilidade de aumentos de produção com igual ou menor quantidade de insumos, tornando o produtor mais competitivo. Entretanto, os ganhos podem espelhar condições de curto prazo, condicionadas pela política econômica, não se incorporando definitivamente ao processo produtivo. Períodos de recessão, por exemplo, podem proporcionar ganhos de produtividade se as demissões atingirem trabalhadores mais novos e, portanto, menos experientes. Mas também podem ser condicionados por estratégias de longo prazo, tornando-se duradouros por decorrer de investimentos em ativos, tecnologia ou educação.

Entretanto, a dificuldade de calcular a produtividade total incorporando todos os insumos utilizados no processo produtivo faz com que se utilize um indicador exclusivamente de ocupação da mão de obra, tornando-o um indicador parcial. Este cálculo é usual nas comparações entre países porque, junto com a taxa cambial e com os salários, permite calcular o custo unitário do trabalho, sinalizador da competitividade internacional³⁰. Essa medição também é parcial porque não considera eventuais alterações de qualidade do produto nem na composição de produtos.

³⁰ O Custo Unitário do Trabalho (CUT) é definido aqui como a razão entre os valores da folha de pagamento da indústria, deflacionados pelos Índices de Preços por Atacado (IPA-DI), e o Índice de Produção Física Industrial do IBGE.

Os ganhos de produtividade apurados pelo valor bruto da produção (VBP) consideram os efeitos sobre a produção decorrentes da incorporação dos ganhos de produtividade de outros setores no país a partir de alterações nos produtos fornecidos, e decorrentes da assimilação de ganhos incorporados com as importações intermediárias. Quando calculados pelo critério de valor adicionado (VA) apuram-se apenas os ganhos com alterações nos processos produtivos do próprio setor, sem incorporação de ganhos de outros setores.

O cálculo pelo valor adicionado permite, em tese, isolar os efeitos por setor de atividade e, embora pareça analiticamente mais adequado, não traduz corretamente o comportamento do indicador, representando apenas um artifício analítico para destacar os fatores de influência no próprio setor. Representa um indicador em potencial porque não é possível avaliar os ganhos de produtividade desconsiderando efeitos incorporados da produção de outros setores ou das importações. Assim, o critério de VBP se aproxima mais da realidade, sendo por isso usado nesta análise como indicador principal³¹.

Na indústria de transformação, o cálculo da produtividade com importações destacou quinze entre os vinte e oito setores tratados com ganhos superiores à média. Dos que se situaram abaixo dessa média, seis apresentaram variação negativa na média do período. Excluindo importações intermediárias, dezesseis setores apresentaram produtividade superior à média e sete setores registraram variações médias negativas no período.

Da comparação entre os setores não se observou regularidade de comportamento entre eles que permita considerar determinado período como de maior ou menor produtividade homogeneamente. O comportamento homogêneo observado para o grupo das atividades mais produtivas foi a redução do número de pessoas ocupadas e, para o grupo dos que apresentaram variação média negativa do indicador, os quatro menos produtivos não apresentaram tendência de redução do número de ocupados.

³¹ As tabelas com cálculos dos indicadores de produtividade pelo VBP, com e sem importações, e pelo VA constam do Anexo Estatístico, o mesmo se aplicando aos cálculos referentes às margens de lucro.

Outra característica que resultou da comparação entre os setores é a dispersão de comportamento em torno da média. O setor mais produtivo da indústria de transformação, automóveis, caminhões e ônibus, obteve ganho médio de produtividade no período de aproximadamente 14%, contra uma variação negativa de aproximadamente 5% para o de artigos do vestuário, o menos produtivo do grupo.

Os ganhos de produtividade anuais da indústria de transformação foram mais elevados em 1993, 1996, 1995 e 1992, nessa ordem. As taxas mais baixas, em ordem crescente, foram registradas em 1994, único período com variação média negativa, e 1991. Em 1991 e 1992, relativamente aos respectivos anos anteriores, houve redução do pessoal ocupado para o conjunto dos setores, estabilizando-se a partir daí até 1996, evidenciando que, para a indústria como um todo, o indicador de ocupação de mão de obra não explicou totalmente os ganhos de produtividade, embora apresentasse um comportamento tendencial de redução.

Em 1991 a economia brasileira registrou reversão nas taxas de crescimento do PIB, saindo de uma variação negativa de 4,3% em 1990 para um crescimento positivo de 1%. Em 1994, sua expansão foi de 5,9%, contra 4,9% do ano anterior. A exceção nos quatro períodos com maior ganho de produtividade foi 1996, quando o crescimento do PIB foi de apenas 2,7% contra 4,2% do ano anterior.

O setor da indústria de transformação mais importante na Formação Bruta de Capital Fixo, o de máquinas e equipamentos, figurou em décimo sétimo lugar em ganhos de produtividade, e abaixo dele na classificação ainda constam importantes produtores de bens intermediários. Os aumentos de produtividade foram maiores nos setores de bens finais (material de transporte e eletroeletrônicos) do que nos setores de bens intermediários. Estes últimos sofreram perdas importantes de participação no mercado para insumos e componentes importados.

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VBP & Importação Intermediária - Indústria de Transformação

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	6,0	12,9	22,6	-8,0	40,5	8,7	13,8
11 MATERIAL ELETRÔNICO	5,9	-0,8	19,3	-2,8	27,1	8,5	9,5
05 SIDERURGIA	3,7	16,7	8,9	5,9	2,9	19,1	9,5
16 BORRACHA	1,6	6,6	13,3	-0,8	6,0	20,1	7,8
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	4,6	10,9	8,1	0,0	3,4	15,8	7,1
22 TÊXTIL	2,9	0,4	4,9	0,4	12,1	21,9	7,1
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-2,5	17,1	15,5	-5,2	6,6	10,6	7,0
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	8,1	15,1	11,2	-12,3	5,5	12,6	6,7
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	3,5	26,9	4,1	0,8	-5,2	6,7	6,1
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	15,2	5,8	21,3	-6,0	-10,2	6,4	5,4
19 QUÍMICOS DIVERSOS	4,6	5,3	10,5	-4,6	1,6	11,9	4,9
10 MATERIAL ELÉTRICO	1,9	20,6	5,2	-12,7	9,8	3,7	4,8
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	-0,8	4,8	8,2	-5,2	6,4	9,6	3,8
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	2,7	1,7	7,2	-10,7	14,0	7,4	3,7
25 IND. DO CAFÉ	-5,9	8,1	8,7	13,7	-12,8	10,3	3,7
21 MATERIAL PLÁSTICO	-0,8	-4,4	5,5	-5,8	10,5	15,5	3,4
08 MÁQUINAS E TRATORES	-3,3	8,7	21,1	-5,3	1,7	-2,8	3,3
15 PAPEL E GRÁFICA	-1,9	-3,3	18,3	-10,4	11,3	1,6	2,6
07 METALURGIA	4,2	-2,9	6,1	2,4	-1,6	-1,4	1,2
29 IND. DO AÇÚCAR	0,2	1,5	-8,2	5,4	-3,1	10,4	1,0
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-9,3	11,2	11,3	-13,9	9,1	-6,1	0,4
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	-2,0	-6,3	4,0	-14,8	14,3	6,4	0,3
24 CALÇADOS / COURO E PELES	-6,8	0,9	7,4	-18,2	10,6	4,5	-0,3
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	7,7	-7,0	-1,6	-2,1	-1,2	2,4	-0,3
27 ABATE E PREP. DE CARNES	-4,3	-2,2	11,1	-14,7	5,6	0,9	-0,6
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	-7,5	-2,6	5,8	-7,8	3,3	-1,7	-1,8
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-5,0	-9,1	-22,7	-9,3	8,2	10,6	-4,6
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-4,9
Média	0,2	4,8	8,1	-5,8	6,7	7,6	3,6
Desvio Padrão	6,5	9,1	9,3	7,7	10,4	7,2	4,3

Fonte: IBGE – Elaboração do autor.

A margem de lucro da indústria de transformação como um todo oscilou bastante no período considerado, e entre os setores que a integram há, além de variações acentuadas, grande dispersão dos números em torno da média. Dos vinte e oito setores considerados, treze exibiram variações médias no período superiores ao do total da indústria de transformação, e outros treze setores apresentaram variações médias negativas.

Numa perspectiva agregada, o desempenho da produtividade (crescimento médio anual de 3,6%) e da margem de lucro (crescimento médio anual de 0,5%) da indústria de transformação, não parecem capazes de induzir investimentos significativos. Embora a evolução favorável do grau de utilização de capacidade, a partir de 1994 contribua para um quadro relativamente mais favorável, a dispersão setorial do comportamento das variáveis sugere a conveniência de uma análise desagregada.

TABELA 04.2 – MARGENS DE LUCRO VBP & IMPORTAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Margens de Lucro (VBP & Imp. Int. sobre Custos Nac. e Imp.) - var. % anual - Indústria de Transformação							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	-15,4	58,2	81,8	-33,8	-14,1	-20,0	9,4
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-29,3	67,8	28,3	-16,8	-0,3	-0,6	8,2
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	19,5	14,7	65,1	-24,6	-11,2	-15,1	8,1
25 IND. DO CAFÉ	12,2	-23,2	55,2	9,7	5,3	-13,5	7,6
08 MÁQUINAS E TRATORES	0,4	24,6	32,7	-23,9	7,0	-1,7	6,5
12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	4,4	-3,3	10,0	-9,4	35,2	-6,8	5,0
27 ABATE E PREP. DE CARNES	2,7	-5,6	32,2	-9,8	4,6	2,4	4,4
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	5,1	-2,9	9,9	-10,9	19,4	5,6	4,4
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	14,2	53,3	-29,1	-5,8	-13,3	0,9	3,4
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	11,4	22,8	-2,3	-23,2	6,2	0,8	2,6
24 CALÇADOS / COURO E PELES	9,0	27,0	-4,3	-23,3	4,7	-5,0	1,3
15 PAPEL E GRÁFICA	16,6	-23,5	-17,9	-2,9	45,6	-11,4	1,1
05 SIDERURGIA	13,0	14,8	-4,0	-14,1	5,6	-10,0	0,9
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	22,2	16,6	-4,7	-23,3	-9,8	0,3	0,2
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	11,3	-18,4	15,3	-3,7	8,2	-12,4	0,0
16 BORRACHA	-0,8	1,5	1,2	-5,8	8,1	-6,4	-0,4
07 METALURGIA	11,0	-22,0	7,1	0,3	1,1	-5,6	-1,3
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	6,8	3,9	-16,8	13,7	-3,9	-14,1	-1,7
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-5,0	12,1	2,0	-12,2	3,2	-11,8	-2,0
11 MATERIAL ELETRÔNICO	-1,0	2,8	-2,7	-15,8	15,3	-11,1	-2,1
22 TÊXTIL	-11,3	-5,7	9,4	-14,3	11,8	-3,0	-2,2
21 MATERIAL PLÁSTICO	-13,8	-10,8	15,1	-19,0	13,2	1,5	-2,3
29 IND. DO AÇÚCAR	-3,6	1,5	20,6	-10,9	-18,0	-13,3	-3,9
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-15,1	1,5	-1,5	-17,7	11,1	-3,2	-4,1
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	15,0	-12,8	-6,7	4,1	-8,8	-16,7	-4,3
19 QUÍMICOS DIVERSOS	3,9	-13,0	-3,4	-24,0	-4,1	6,9	-5,6
10 MATERIAL ELÉTRICO	-8,1	5,0	-17,5	-20,3	7,9	-13,7	-7,8
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-1,3	-10,2	-20,7	-12,5	-10,2	-9,3	-10,7
Média	2,7	6,3	9,1	-12,5	4,3	-6,7	0,5
Desvio Padrão	12,2	23,6	25,9	11,0	14,1	7,2	5,0

Fonte: IBGE – Elaboração do autor.

4.2. C1 - Complexo Construção Civil

Este complexo reúne os setores de extração mineral, minerais não metálicos, madeira e mobiliário e construção civil. O primeiro não pertence à indústria de transformação, e por isso não será analisado. A construção é incluída apenas para explicar o desempenho dos outros setores do complexo.³²

A construção civil, importante componente da demanda dos outros setores do complexo, teve demanda em expansão de 1993 a 1996. O aumento médio anual da produtividade foi de 4,3% e o da margem de lucro, de 11,4%. Apesar da expansão, os empregos gerados nesta atividade diminuíram de aproximadamente 4 milhões em 1990, para 3,5 milhões em 1996. A expansão das atividades na construção civil induziu o crescimento da demanda para outros setores.

QUADRO RESUMO 04.1 – CONSTRUÇÃO CIVIL

Construção Civil	valores em R\$ milhões constantes de 1996							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	MÉDIA
Demanda Interna Total	97.995	89.188	89.748	99.569	93.597	107.495	111.157	98.393
Demanda Interna Final	86.196	78.505	80.050	89.359	83.503	96.947	100.706	87.895
Demanda Interna Intermediária	11.799	10.683	9.698	10.211	10.094	10.548	10.450	10.498
Exportação	0	0	0	0	0	0	0	0
Importação para Demanda Total	0	0	0	0	0	0	0	0
Importação para Demanda Final	0	0	0	0	0	0	0	0
Importação Intermediária	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtividade (VBP Total) var. % anual		-2,7	7,4	7,8	-4,2	16,7	1,0	4,3
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		-2,7	7,4	7,8	-4,2	16,7	1,0	4,3
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		-9,3	37,0	22,1	-2,9	41,0	3,8	15,3
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-4,3	19,4	13,4	1,6	32,8	5,6	11,4
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Número de Pessoas Ocupadas	3.936.000	3.681.800	3.451.200	3.550.300	3.484.100	3.429.400	3.511.000	3.577.686

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

Minerais Não Metálicos

Esta atividade produziu bens principalmente para demanda intermediária, destinando cerca de 90% de sua produção para esse fim na média do período considerado. Os principais segmentos compreendidos são os da produção de cimento e de vidro. Os principais setores demandantes são a construção civil (cimento) e alimentos e bebidas (vidro).

³² A contribuição da construção civil nesta pesquisa está mais vinculada a sua produção de bens para formação bruta de capital fixo do que à demanda por investimento.

O grau de utilização de capacidade aumentou de 68,3%, na crise de 1990, para 83% em 1996, mas a produtividade e a margem de lucro tiveram quedas médias anuais de 0,3% e de 4,3%, respectivamente. Da comparação dos dados de 1996 com os de 1990 resulta uma redução de mais de 20% do contingente de mão de obra empregada. Nesse quadro desfavorável, o aumento do grau de utilização e a reestruturação do segmento de cimento induziram alguns investimentos.

QUADRO RESUMO 04.2 – MINERAIS NÃO METÁLICOS

Minerais Não Metálicos	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	21.805	21.798	19.094	18.366	17.711	16.646	16.392	18.830
Demanda Interna Final	1.679	1.932	1.829	1.835	1.387	1.781	1.817	1.751
Demanda Interna Intermediária	20.126	19.866	17.265	16.531	16.324	14.865	14.574	17.079
Exportação	543	660	789	995	751	729	685	736
Importação para Demanda Total	388	400	426	448	461	595	613	476
Importação para Demanda Final	20	24	24	25	21	43	48	29
Importação Intermediária	368	376	402	423	441	552	565	447
Produtividade (VBP Total) var. % anual		7,7	-7,0	-1,6	-2,1	-1,2	2,4	-0,3
Produtividade (VBP \pm Importações) var. % anual		7,7	-7,3	-1,8	-2,3	-2,0	2,3	-0,6
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		17,7	-14,7	-6,5	1,0	-8,2	-15,5	-4,4
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		15,0	-12,8	-6,7	4,1	-8,8	-16,7	-4,3
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	68,3	69,3	67,8	71,8	74,3	82,8	83,0	73,9
Número de Pessoas Ocupadas	545.700	506.500	478.800	468.900	462.700	443.900	427.500	476.286

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

O principal segmento do setor é a indústria de cimento, que evoluiu de acordo com o desempenho da construção civil e de obras públicas. Desta forma, a produção cresceu no período de 1994 a 1996, depois do Plano Real. Considerado o subperíodo de 1990 a 1996, todavia, o crescimento da produção de cimento no Brasil superou a registrada mundialmente, levando o país a ocupar o sétimo lugar em produção no ano de 1994. Em 1996 foi atingido recorde de produção e a capacidade instalada atingiu 85%, embora esta informação deva ser utilizada com reservas, ante a resistência das empresas em divulgar estes dados. O consumo em 1996 se equiparou ao até então recorde de 1980.

O setor normalmente trabalha com capacidade ociosa nas suas instalações em decorrência da execução de projetos propositadamente super dimensionados. Isso representa uma estratégia para impor barreiras a novos concorrentes e limitar as importações. Esta estratégia foi mais eficaz nos estados do Sul e Sudeste nos últimos anos, enquanto no Norte e Nordeste custos maiores e limitação da capacidade de produção viabilizaram o

crescimento das importações. Por ser uma indústria intensiva em capital, seu custo de capital é elevado, mas o de mão-de-obra também é alto.

De 1994 a 1996 o segmento passou por reestruturações societárias que provocaram redução do número de grupos empresariais. Grupos nacionais e estrangeiros adquiriram cimenteiras brasileiras e investiram em modernização e em ampliação de capacidade em plantas existentes, motivados pela perspectiva de crescimento da demanda pelo produto. Para os grupos europeus essa estratégia guiou-se pela orientação das matrizes, na busca de mercados mais promissores em países econômica e politicamente estáveis, ante a retração de suas atividades.

Em 1996 o maior grupo nacional adquiriu participação acionária em duas empresas do ramo, um grupo suíço adquiriu quatro empresas nacionais, um francês adquiriu outra empresa nacional e, no início de 1997, um grupo português adquiriu duas empresas nacionais e outro grupo nacional comprou mais uma empresa de outro grupo nacional. O controle dos oligopólios no país tem motivado os empresários do segmento a diversificarem atividades, o que sugere que poderão também, no futuro, vir a investir fora das fronteiras brasileiras (GOMES *et al.*, 1997).

A demanda do setor de alimentos e bebidas ficou também relativamente estável no período, declinando até 1992, recuperando-se até 1995 e voltando a declinar em 1996. A recuperação foi condizente com a recuperação dessa indústria posteriormente ao Plano Real. Todavia, nem todo aumento de produção de bebidas se refletiu na demanda por embalagens de vidro, haja vista o crescimento das embalagens substitutas de alumínio e de plástico. Não houve investimentos significativos de ampliação de capacidade na produção de vidro para a indústria de alimentos.

Madeira e Mobiliário

Esta atividade distribuiu sua produção de bens para demanda final e intermediária em proporções aproximadas, com pequeno destaque para a primeira. A produção para demanda

final é bastante concentrada no consumo das famílias. A produção intermediária é orientada prioritariamente para os setores de construção civil e de madeira e mobiliário.

QUADRO RESUMO 04.3 – MADEIRA E MOBILIÁRIO

Madeira e Mobiliário	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	15.731	13.505	12.249	13.948	13.042	13.672	13.600	13.678
Demanda Interna Final	8.047	6.934	6.622	8.078	7.079	7.963	7.849	7.510
Demanda Interna Intermediária	7.684	6.571	5.626	5.870	5.963	5.710	5.751	6.168
Exportação	582	754	1.111	1.744	1.353	1.337	1.265	1.164
Importação para Demanda Total	90	89	109	136	152	238	295	158
Importação para Demanda Final	25	31	39	61	92	153	171	82
Importação Intermediária	65	58	70	75	60	85	124	77
Produtividade (VBP Total) var. % anual		-7,5	-2,6	5,8	-7,8	3,3	-1,7	-1,8
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		-7,5	-2,7	5,8	-7,7	3,2	-2,0	-1,8
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		4,3	-24,5	27,9	-11,9	13,0	-16,2	-1,2
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		11,3	-18,4	15,3	-3,7	8,2	-12,4	0,0
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em % (*)	76,3	75,5	75,3	74,8	81,3	82,8	80,5	78,0
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em % (**)	61,5	67,3	67,0	75,3	77,0	76,8	81,0	72,3
Número de Pessoas Ocupadas	879.000	815.800	760.800	818.500	829.600	843.100	855.800	828.943

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

(*) Madeira (**) Mobiliário

O comportamento do valor da produção indica que o setor evoluiu reproduzindo as condições gerais da economia no período. A produtividade teve queda média anual de 1,8% e a margem de lucro não sofreu alterações em média. A utilização de capacidade aumentou de 61,5%, na crise do Plano Collor, para 81% em 1996. Nesse último ano, o nível de emprego ainda era inferior ao de 1990. No caso deste setor não houve investimentos significativos, nem em função do esgotamento de capacidade, nem de reestruturações patrimoniais profundas.

4.3. C2 - Complexo Siderúrgico

Este complexo é constituído da siderurgia e metalurgia, e em ambos predominam a oferta para consumo intermediário.

Siderurgia

O processo de privatização e o fim do controle de preços pelo Estado para o setor não alteraram substancialmente os valores de produção de 1990 a 1996, como se depreende dos dados da Matriz de Insumo Produto (MIP). Os fatores que podem ter concorrido para essa relativa estagnação são: o setor fabrica bens comercializáveis com preços cotados internacionalmente; na distribuição institucional da produção mundial os países subdesenvolvidos se especializaram em itens de menor valor agregado; e, no Brasil, a demanda permaneceu relativamente estagnada no período.

QUADRO RESUMO 04.4 – SIDERURGIA

Siderurgia	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	23.429	22.426	24.373	24.594	24.905	23.513	24.580	23.974
Demanda interna Final	4.412	5.659	6.721	6.493	4.633	4.628	4.263	5.258
Demanda interna Intermediária	19.017	16.767	17.652	18.101	20.273	18.885	20.318	18.716
Exportação	4.520	5.619	6.510	6.254	4.388	4.299	3.886	5.068
Importação para Demanda Total	468	573	544	504	538	654	630	559
Importação para Demanda Final	-14	-1	8	11	10	18	19	7
Importação Intermediária	482	574	536	493	528	637	611	552
Produtividade (VBP Total) var. % anual		3,7	16,7	8,9	5,9	2,9	19,1	9,5
Produtividade (VBP \div Importações) var. % anual		3,2	17,1	9,1	5,7	2,3	19,3	9,5
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		41,8	47,7	2,5	-21,5	16,3	-8,2	13,1
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		13,0	14,8	-4,0	-14,1	5,6	-10,0	0,9
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %		n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Número de Pessoas Ocupadas	136.400	126.500	117.400	108.600	104.000	96.000	84.100	110.429

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

Os valores de produção para demanda final concentraram-se quase que totalmente em exportações. Estas cresceram até 1992 e declinaram depois daquele ano, particularmente a partir de 1994. Naquele ano, à redução verificada nos valores de exportação correspondeu elevação de semelhante magnitude na demanda intermediária interna. Em proporção menor, o mesmo ocorreu em 1996.

A análise dos dados de produção intermediária revela que dos quarenta e dois setores da MIP, sete expandiram suas compras da siderurgia de 1990 a 1996. São eles, por ordem

decrecente de valores: veículos, peças e acessórios; automóveis, caminhões e ônibus; material elétrico; material eletrônico; químicos diversos; metalurgia dos não ferrosos; e extração de petróleo, gás e carvão. Em contrapartida, treze setores reduziram o consumo de itens da siderurgia no período: construção civil; madeira e mobiliário; alimentos e bebidas; papel e gráfica; farmácia e perfumaria; borracha; material plástico; extrativa mineral; têxtil; vestuário e acessórios; resfriamento e preparação do leite e laticínios; indústria do café; e serviços industriais de utilidade pública.

O setor de construção civil se destacou dos demais com demanda intermediária média de siderúrgicos no período de 4,5% do total, menor apenas que a da metalurgia que representa o único elo da cadeia. Em todos os setores que exibiram queda de demanda de siderúrgicos a partir de 1993 percebeu-se uma ruptura no padrão de comportamento, de estabilidade ou de crescimento, pois em todos a queda foi acentuada em 1993, seguindo-se uma trajetória declinante até 1996, porém em ritmo menos intenso.

O período de crescimento ou estabilidade da demanda de siderúrgicos pelo conjunto dos setores foi o mesmo em que ocorreram as privatizações no setor, depois de seu saneamento financeiro ocorrido ao final dos anos oitenta. O fim do controle de preços dos produtos do setor pelo Estado, também data de 1993.

Entre os setores com maiores participações nos valores de importação de siderúrgicos destacaram-se no período a siderurgia e a metalurgia, e em termos de crescimento, igualmente ao registrado para a demanda interna, despontaram os complexos automobilístico e eletroeletrônico. As importações de produtos siderúrgicos por estes complexos aumentaram simultaneamente ao aumento de suas compras no mercado interno. Esse aumento foi compensado pelo conjunto de setores da indústria de transformação, o que explica não ter ocorrido redução relevante de importações para nenhum setor isoladamente. O total de importações intermediárias de siderúrgicos ficou relativamente estável no período e as importações para demanda final cresceram por influência das variações de estoque.

Comparando os dois setores do complexo, a siderurgia registrou variações anuais dos ganhos de produtividade bastante mais elevadas que a metalurgia pelos três critérios utilizados. Como as importações de itens similares são pequenas relativamente à produção interna, não houve distinção entre os ganhos de produtividade pelo cálculo que considerou as importações e o que as excluiu. Já pelo cálculo do valor adicionado, as variações registradas foram maiores, evidenciando que o setor, além de incorporar ganhos de produtividade de outros setores incorporou, ele próprio, ganhos expressivos.

Parte desses resultados explica a expressiva redução do número de pessoas ocupadas no setor. Em 1996 o setor empregava pouco mais de 60% do contingente de pessoas empregado em 1990. Essa estratégia pode ter sido favorecida pelas privatizações. Para reforçar essa percepção note-se que as maiores variações anuais dos ganhos de produtividade, pelo critério de valor adicionado, vale dizer, ganhos próprios do setor, ocorreram em 1991 e 1992, início do processo de privatização. A variação média destes no período, 13% ao ano, pode ser considerada elevada.

As privatizações deram início a um longo processo, ainda inacabado de reestruturações patrimoniais que consumiram enormes quantidades de recursos financeiros das empresas (BNDES, 1995d; 1998d, 1999a). As empresas brasileiras iniciaram sua internacionalização comprando ativos no exterior. No Brasil, houve investimentos para adequar a produção a maiores níveis de especialização e de automação (laminação contínua), mas a expansão de capacidade não foi significativa. De 1992 a 1997 foram privatizadas seis siderúrgicas e apenas três registraram aumento de produção (BNDES, 2001b).

Metalurgia

A produção do setor fabricante de outros produtos metalúrgicos, elo final da cadeia siderúrgica, depois dos declínios registrados em 1991 e 1992, ficou estável em 1993 e se acomodou em um patamar ligeiramente superior nos três anos seguintes. Nesse contexto de relativa estabilidade dos valores da demanda total, as maiores oscilações ocorreram na demanda intermediária, mormente nos quatro primeiros anos da série.

Este setor compreende atividades variadas, reunindo os segmentos de: fundição; fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada; fabricação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos; forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento dos metais; fabricação de artigos de cutelaria, de serralharia e ferramentas manuais; e, fabricação de produtos diversos de metal. Os itens de produção variam desde estruturas metálicas utilizadas em pontes e edifícios, ou obras de caldeiraria pesada, até embalagens e artigos para uso doméstico.

QUADRO RESUMO 05.5 – METALURGIA

Metalurgia	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	23.154	22.471	20.334	20.692	21.468	21.242	21.366	21.533
Demanda Interna Final	2.847	3.177	3.466	3.556	3.212	3.298	3.283	3.263
Demanda Interna Intermediária	20.308	19.294	16.868	17.137	18.256	17.944	18.083	18.270
Exportação	812	1.041	1.356	1.415	1.089	1.026	940	1.097
Importação para Demanda Total	491	603	546	706	786	1.099	1.230	780
Importação para Demanda Final	136	175	177	207	247	328	348	231
Importação Intermediária	354	428	369	500	539	772	882	549
Produtividade (VBP Total) var. % anual		4,2	-2,9	6,1	2,4	-1,6	-1,4	1,2
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		3,9	-2,8	5,5	2,4	-2,6	-1,8	0,7
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		15,6	-27,3	16,9	2,8	-0,2	-8,6	-0,1
Margem de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		11,0	-22,0	7,1	0,3	1,1	-5,6	-1,3
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	75,5	77,8	79,3	82,8	86,5	87,0	89,5	82,6
Número de Pessoas Ocupadas	707.700	661.300	615.800	594.100	602.200	611.900	626.900	631.414

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

A demanda final de produtos metalúrgicos cresceu até 1993, estabilizando-se em patamar pouco abaixo do pico registrado naquele ano. Esse comportamento decorreu dos fluxos anuais de exportações do setor, que em 1993, ano de maior valor da série, representaram pouco menos de 7% da demanda total. Apesar da reduzida participação das exportações na demanda total, foram elas que determinaram o comportamento verificado na demanda final, já que os valores referentes a FBCF e a consumo familiar foram relativamente estáveis.

Entre os principais demandantes da produção intermediária do setor destacaram-se, em ordem de grandeza, a construção civil, os fabricantes de máquinas e equipamentos, os de veículos, peças e acessórios, a própria metalurgia, o setor de material elétrico, o de automóveis, caminhões e ônibus, a siderurgia e os produtores de material eletrônico. À exceção da construção civil, os setores mencionados registraram, de modo geral, redução da demanda de produtos metalúrgicos até 1992, seguida de recuperação com intensidades variadas. Já, a construção civil, principal setor que compõe a categoria FBCF, apresentou

acentuado e constante declínio no consumo intermediário desses produtos no período, explicando a maior parte da redução registrada na produção total de metalúrgicos para demanda intermediária.

Além disso, e apesar da importância da metalurgia na fabricação de bens de investimento, a demanda intermediária de produtos metalúrgicos pelo setor fabricante de máquinas e equipamentos também decresceu tendencialmente no período, sendo que o valor mais alto de produção foi registrado no primeiro ano da série. E, em 1996, o segundo maior demandante de produtos da metalurgia foi o setor de veículos, peças e acessórios, substituindo o fabricante de máquinas e equipamentos naquela posição.

As importações de produtos metalúrgicos para demanda final cresceram em todos os anos da série, sendo que os valores de 1996 superaram em 155% os de 1990, evolução pouco superior à verificada nos valores de importação para demanda intermediária.

As importações intermediárias de produtos metalúrgicos são pequenas em comparação com a produção interna, mas sua participação, equivalente a 1,5% do valor bruto da produção do setor em 1990, evoluiu para aproximadamente 4% em 1996. O crescimento dos valores de importação no período só foi interrompido em 1992. Os principais setores importadores desses produtos foram, em ordem decrescente de valor no período: construção civil, máquinas e equipamentos, veículos, peças e acessórios e metalurgia.

Todos esses setores exibiram acentuado crescimento nos valores de importação de produtos metalúrgicos ao longo do período, destacando-se o fabricante de veículos que mais que triplicou suas importações; em 1996 o valor de suas importações superou o da indústria mecânica.

As diferenças de magnitude entre os valores de produção interna e de importação nesses setores não permitem concluir que tenha havido substituição da produção local pela importada. Todavia, a evolução dos dados de produção e de importação anuais mostrou

declínio acentuado da produção e aumento expressivo da importação, revelando que este processo pode ter ocorrido em alguns segmentos.

Pelos três conceitos tratados, os ganhos médios de produtividade da metalurgia foram muito inferiores aos da siderurgia. Não houve diferenças substantivas de produtividade pelos critérios de VBP com e sem importações, exatamente porque as importações são pouco representativas em relação aos valores de produção interna. A diferença de ganhos de produtividade observada entre os dois setores do complexo pode ser explicada pelas mudanças estruturais ocorridas na siderurgia, o que não ocorreu no setor metalúrgico nesse período.

A margem de lucro média no período foi negativa, principalmente por influência da forte redução registrada em 1992, o que condiz com o comportamento de um setor atomizado em período recessivo como o registrado naquele ano. De 1990 a 1996 o setor aumentou gradativamente a utilização da capacidade instalada, sem interrupção, a despeito do qual não houve investimentos generalizados no setor.

Assim, a análise do complexo mostra que os investimentos concentraram-se na siderurgia e que foram subordinados ao processo de reorganização patrimonial e de internacionalização das empresas nacionais. A racionalização, a especialização e a modernização de segmentos da produção deram a tônica aos investimentos realizados no país. O aumento de capacidade foi pouco significativo.

4.4. C3 - Complexo Eletroeletrônico

Este complexo é constituído pelos setores da metalurgia de não ferrosos, de material elétrico e de material eletrônico. O primeiro, com valores de produção interna e de importação menores que os demais do complexo, produziu prioritariamente para demanda intermediária. O setor de material elétrico distribuiu sua produção de maneira relativamente uniforme entre bens para demanda intermediária e final e o de material eletrônico produziu, fundamentalmente, bens finais.

Metalurgia dos Não Ferrosos

Primeiro encadeamento produtivo do complexo, o setor aumentou o valor de sua produção total de 1993 a 1996, reproduzindo trajetória observada na produção para demanda intermediária. A demanda para exportações representou a categoria mais importante, mas não acompanhou a trajetória da demanda final. O maior valor foi registrado em 1992.

QUADRO RESUMO 04.6 – METALURGIA DE NÃO FERROSOS

Metalurgia dos Não Ferrosos	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	9.497	9.203	8.560	8.902	9.356	9.786	10.410	9.388
Demanda Interna Final	2.172	2.542	2.669	2.355	2.379	2.885	2.718	2.532
Demanda Interna Intermediária	7.324	6.661	5.891	6.547	6.978	6.901	7.692	6.856
Exportação	2.268	2.285	2.654	2.213	2.134	2.385	2.216	2.308
Importação para Demanda Total	466	665	665	699	742	1.000	956	742
Importação para Demanda Final	-6	14	2	12	23	54	39	20
Importação Intermediária	472	652	663	687	719	946	918	722
Produtividade (VBP Total) var. % anual		3,5	26,9	4,1	0,8	-5,2	6,7	6,1
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		2,6	27,1	4,0	0,7	-6,3	7,0	5,9
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		5,7	28,3	-2,2	5,4	-6,4	0,8	5,3
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		6,8	3,9	-16,8	13,7	-3,9	-14,1	-1,7
Utilização de capacidade ^(*) em % (*)	75,5	77,8	79,3	82,8	86,5	87,0	89,5	82,6
Número de Pessoas Ocupadas	71.800	67.000	57.300	55.600	55.900	56.300	55.000	59.843

Fontes dos dados brutos: IBGE; ^(*) FGV - elaboração do autor

(*) Metalurgia

Em ordem de importância, as principais demandas intermediárias vieram dos setores: metalurgia dos não ferrosos; material elétrico; metalurgia; veículos, peças e acessórios; construção civil; e máquinas e equipamentos. A produção para demanda própria do setor equivaleu a 34% em média no período e apresentou comportamento errático ao longo dos anos da série, assim como a metalurgia e o setor produtor de máquinas. No setor que representou a segunda maior demanda, material elétrico, os valores de produção declinaram até 1992 e tornaram a aumentar progressivamente até 1996, comportamento semelhante ao

exibido pelo produtor de veículos. De todos os setores mencionados, a construção civil foi o único setor que exibiu relativa estabilidade da demanda no período.

Os maiores valores de importação foram registrados pelo próprio setor e o total de importações, para demanda intermediária e final, representou menos de 8% do valor bruto da produção interna na média do período. Na série dos valores de importação de metalúrgicos não ferrosos destacaram-se os crescimentos verificados em 1991 e 1995.

As importações intermediárias, a exemplo da produção interna, foram preponderantes no total de importações, e estas cresceram sistematicamente até 1995 estabilizando-se em 1996. Confrontando esses valores com os de produção interna para demanda intermediária percebeu-se que até 1992 ocorreu relativa substituição da produção interna pelas importações mas, a partir de 1993, produção e importação cresceram simultaneamente: os valores de produção, influenciados pela demanda dos produtores de material elétrico e de veículos, e os de importação, explicados por comportamento disseminado entre as várias atividades constantes das matrizes. Esse mesmo comportamento foi constatado nos valores de importação para demanda final.

Os ganhos médios de produtividade do setor pelos dois conceitos de VBP se aproximaram porque as importações têm pouco peso na atividade, ao redor de 6%. Esse percentual se reduziu um pouco, na média do período, quando calculada a produtividade pelo valor adicionado. A proximidade desses números, entretanto, sugere que a maior parte dos ganhos de produtividade da metalurgia de não ferrosos foi intrínseca ao setor, que pouco agregou dos demais setores e/ou das importações intermediárias.

Este comportamento pode ter se originado de processos internos de racionalização com vistas à redução de custos, o que condiz com a redução de mão de obra observada no setor associada ao crescimento sistemático do indicador de utilização de capacidade instalada³³. A constância observada nos valores de exportação do setor sugere que eventuais pressões

³³ Os dados referentes à utilização de capacidade referem-se à metalurgia como um todo.

para redução de custos partiram de demandantes locais visando obter ganhos de produtividade. O aumento da produtividade do setor também não se traduziu em ampliação das margens de lucro; particularmente em 1993, 1995 e 1996, as variações das margens de lucro foram negativas.

O setor compreende os segmentos da metalurgia do alumínio, a de metais preciosos e a de outros não-ferrosos e suas ligas. Excluindo os metais preciosos, os metais considerados são: alumínio, chumbo, cobre, estanho, níquel e zinco.

No Brasil, o segmento de maior importância econômica é o de alumínio, pelas magnitudes dos valores de produção e de comércio exterior e pela sua ampla utilização comercial. O segundo segmento em importância econômica é o de cobre, pelas mesmas razões.

O Brasil é o sexto produtor mundial de alumínio, depois de Estados Unidos, Rússia, Canadá, China e Austrália. A produção conjunta desses países equivale a dois terços da produção mundial (BNDES, 1997c, 1998c e 1999c). O segmento de alumínio está se reestruturando no mundo e concentra-se em cerca de dez grandes grupos multinacionais com atuação mundial e que produzem desde a bauxita até o alumínio para consumo final: Alcan, Alcoa, Reynolds, Kaiser, Alumax, Pechiney, Norsk Hidro, Alusuisse, Alumix e Comalco (BNDES, 1999c). Com a ampliação da oferta da Rússia desde 1993 e a conseqüente redução do preço internacional, alguns grupos desativaram parte da capacidade produtiva, voltando-se para outras atividades, além de adotarem outras estratégias redutoras de custos como venda de unidades, aquisição de controle de geradoras de energia elétrica e acordo de fornecimento direto de alumínio em grande escala para a indústria automobilística.

A produção de bauxita no Brasil cresceu na década de noventa, principalmente pela ampliação de capacidade da Mineração Rio do Norte para atender à maior produção da Alunorte, responsável por transformar o país em exportador de alumina.

O consumo de alumínio no país cresceu na última década a um ritmo superior a 10% ao ano. Grande parte da expansão registrada no final da década deveu-se às demandas dos segmentos de fios e cabos, de folhas para embalagens e de chapas utilizadas na fabricação de embalagens para bebidas. Esse desempenho não se repetiu nos segmentos de fundição voltados para o setor automobilístico, e no responsável pela fabricação de esquadrias para a construção civil. Entre os maiores demandantes de alumínio estão os fabricantes de embalagens, de material de transporte e a construção civil.

A Alcan é a única fornecedora de chapas para embalagem de bebidas no país pelas características técnicas exigidas. Sua produção não atende à demanda para fabricação de latas, apesar dos investimentos em ampliação de capacidade, realizados pela empresa em 1997, exigindo importação de chapas ou de latas.

O Brasil tem uma participação reduzida no mercado mundial de cobre. Estados Unidos e Japão são os maiores consumidores e, Chile, Peru e Canadá, os produtores mais competitivos. Os principais demandantes de cobre são os setores de Construção Civil, Eletrônico, Máquinas e Equipamentos e Material de Transporte.

A produção de concentrado de cobre no país está totalmente direcionada para a Carajás Metais, única produtora local de cobre primário, e mesmo assim corresponde a menos de um quarto da demanda dessa empresa. A substituição de importações de concentrado de cobre, de maior peso do segmento, e a de cobre refinado, exigiriam investimentos caros na mineração, de um lado, e de maior consumo interno, de outro. As reservas brasileiras representavam, em 1995, menos de 2% das reservas mundiais e a Salobo é a principal jazida do país.

A indústria de concentrado no Brasil produz 46 mil t/ano, a de cobre refinado 176 mil t/ano e o segmento de transformação, 433 mil t/ano; dessa produção, 49% se destinam a fios e cabos, 45% a laminação e extrusão e os 6% restantes, a outros produtos. Assim como o de alumínio, o segmento é intensivo em energia elétrica demandando ainda outras fontes de energia como gás e óleo.

Na metalurgia do cobre, a produção de cátodo pela Caraíba de Metais apresenta produtividade do trabalho semelhante à americana, perdendo apenas para Chile e Canadá. Ocupa o décimo primeiro lugar entre as empresas do segmento que atuam no mundo. É também a única produtora de cobre metálico do país; é uma empresa competitiva que utiliza concentrado de cobre produzido pela mineradora do Grupo, além de importar do Chile e de Portugal.

A mineradora foi privatizada em 1989, mas o processo prolongou-se até 1994, sendo adquirida em leilão pela Caraíba de Metais. Esta foi comprada em 1995 por um consórcio de Fundos de Pensão, pela CSN e outros acionistas minoritários e passou a pertencer à empresa chefe do grupo Paranapanema, que também controla a Companhia Paraibuna de Metais e a Eluma. Com essa fusão, a Paranapanema transformou-se na segunda maior empresa de mineração e metais brasileira; a primeira é a Companhia Vale do Rio Doce.

Ao contrário desse segmento, o de transformados de cobre é constituído de aproximadamente 180 empresas, em geral de pequeno porte, mas incorporando também grandes que manufacturam o produto para consumo próprio, a exemplo da Siemens, da Trafo Equipamentos Elétricos e da WEG Motores. A demanda principal de fios e cabos e de laminados, que representam mais de 90% dos transformados de cobre, provém da Construção Civil, da Eletroeletrônica, do setor de Máquinas e Equipamentos e das telecomunicações. No segmento das transformadoras, os fabricantes de cabos e fios respondem por mais da metade da produção do gênero e as laminadoras, por cerca de 44% (BNDES, 1997c).

O panorama dos investimentos no setor mostra que houve alguma aplicação de capacidade no alumínio e na mineração de cobre. A produção de cobre passou por demorada mudança patrimonial e processo de racionalização.

Material Elétrico

A trajetória declinante dos valores brutos de produção para demanda total no período refletiu fundamentalmente o comportamento da produção para demanda intermediária. Nos

valores para demanda total, o maior registro ocorreu em 1990, seguindo-se três anos de relativa estabilidade em patamar mais reduzido, e flutuação nos três anos seguintes. Essa oscilação nos últimos três anos da série foi pautada por igual comportamento dos dados para demanda final.

QUADRO RESUMO 04.7 – MATERIAL ELÉTRICO

Material Elétrico	valores em R\$ milhões constantes de 1996							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	MÉDIA
Demanda Interna Total	15.638	13.665	13.312	13.463	12.614	14.472	13.508	13.810
Demanda Interna Final	6.688	5.951	6.401	6.701	6.123	7.884	7.183	6.704
Demanda Interna Intermediária	8.950	7.714	6.911	6.763	6.491	6.588	6.325	7.106
Exportação	1.115	1.427	1.734	2.073	1.494	1.558	1.393	1.542
Importação para Demanda Total	1.554	1.645	1.671	2.046	2.133	2.698	2.794	2.077
Importação para Demanda Final	878	1.048	1.100	1.406	1.362	1.920	1.761	1.354
Importação Intermediária	676	598	571	640	771	778	1.033	724
Produtividade (VBP Total) var. % anual		1,9	20,6	5,2	-12,7	9,8	3,7	4,8
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		1,9	20,7	4,7	-13,8	10,6	1,5	4,3
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		-3,5	24,6	-9,0	-32,5	21,4	-16,3	-2,5
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-8,1	5,0	-17,5	-20,3	7,9	-13,7	-7,8
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Número de Pessoas Ocupadas	203.600	174.600	140.900	136.100	147.900	153.400	141.100	156.800

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

Mais de 50% da produção para demanda final do período corresponderam a consumo das famílias e este, depois de declinar formou dois patamares, 1991-1992 e 1993-1994, e voltou a aumentar depois do plano de estabilização, formando um terceiro patamar mais elevado, provavelmente como reflexo do crescimento da atividade familiar de construção civil. O componente de demanda final FBCF não registrou variações significativas no período, ao contrário das exportações, que registrou trajetória declinante depois de 1993, o que pode ser explicado pela valorização cambial do imediato pós-plano, conjugado com o reaquecimento da demanda interna.

Os valores para demanda intermediária, com trajetória mais definida, declinaram no período e, a partir de 1993 foram acompanhados pelo crescimento de importações similares. Estas representaram, na média do período, cerca de 15% da produção interna total e foram crescentes ao longo do período. Em 1990 as importações totais representavam cerca de 10% da produção interna total e em 1996 essa participação superou 20%, por influência dos itens para demanda final e intermediária.

Esse comportamento indicou que parte da oferta nacional foi substituída pela de importados. A maior oferta total do período ocorreu em 1990 e foi suprida em 91% pela produção interna. O mesmo nível de oferta foi atingido em 1995 com 84% de produção interna. As importações para demanda final em 1995 e 1996 superaram em 80% e 120%, respectivamente, as de 1990, e as importações intermediárias cresceram a partir de 1993, depois de dois anos consecutivos de queda. Os valores de 1996 superaram os de 1992, ano de menor importação do período, em mais de 80%.

Os setores que mais demandaram material elétrico produzido internamente para consumo intermediário foram, na ordem: construção civil; material elétrico; serviços industriais de utilidade pública; máquinas e equipamentos; e material eletrônico. A produção interna para construção civil foi declinante no período, com interrupção desse comportamento em 1993, e as importações intermediárias similares foram relativamente constantes no período.

Já, a produção interna para consumo próprio do setor elétrico cresceu a partir de 1993 estabilizando-se em 1996 no patamar mais alto da série, e as importações também foram crescentes a partir de 1992. Isso mostra que a demanda se originou de fontes interna e externa, e que de alguma forma, houve substituição da produção local pela importada. Comportamento muito parecido ocorreu com o setor de material eletrônico, classificado como quinto maior demandante de produtos elétricos.

A produção intermediária local de material elétrico para o setor de serviços industriais de utilidade pública declinou no período, mas teve essa trajetória interrompida em 1991 e 1992. O aumento da produção nesse biênio pode ser explicado pela conclusão das obras e o início de operação de unidades geradoras de energia elétrica em Itaipu (700 Mw em 1991), Tucuruí (330 Mw em 1991 e 330 Mw em 1992 junto com a Eletronorte), Boa Esperança (65 Mw em 1991) e Salto Segredo/Copel (630 Mw em 1992), (Banco Central do Brasil - 1991 e 1992). Como os investimentos no setor de geração e transmissão não tiveram continuidade, a produção de material elétrico diminuiu a partir de 1993.

A produção demandada pelo setor máquinas e equipamentos, embora elevada manteve-se relativamente constante no período, depois da queda registrada em 1991, e suas importações também não foram expressivas.

Os ganhos médios de produtividade no período pelos conceitos de VBP com e sem importações são equivalentes e são os menores do complexo. Em ambas avaliações as maiores taxas anuais de crescimento foram as registradas em 1992 e 1995, nessa ordem. Em 1992, a produção para demanda total ficou próxima à média do período e a de 1995 foi a segunda maior da série. Em contrapartida, a maior redução no número de pessoas ocupadas, próximo de 20%, ocorreu exatamente em 1992. Em toda a série, o único registro negativo para os ganhos de produtividade pelo VBP ocorreu em 1994, ano de início do último plano de estabilização.

Pela ótica do valor adicionado, a produtividade média do período foi negativa e também a menor do complexo, e foi exatamente nos anos de maiores registros de ganhos de produtividade pelos outros conceitos, 1992 e 1995, que este indicador foi positivo e, além disso, igualmente elevado. Da mesma forma, para este conceito também servem os argumentos anteriores de que em 1992 a redução drástica do número de ocupados explicou os ganhos de produtividade, e para 1995 o crescimento da produção foi o aspecto preponderante para o resultado.

O valor negativo registrado para a produtividade pelo VA, confrontado com os ganhos pelo VBP indicou que, isoladamente, o setor não alterou significativamente processos produtivos, mas beneficiou-se dos aumentos de eficiência de outros setores e das importações.

Apesar do aumento da produtividade, a retração do principal mercado, o de geração e transmissão de energia resultou na queda da margem de lucro do setor. A expansão da demanda da construção civil, após o Plano Real, não foi suficiente para induzir investimentos no setor.

Material Eletrônico

O último setor do complexo no encadeamento produtivo registrou no período valores de produção próximos ao do produtor de material elétrico e os valores de importação desses produtos foram significativamente maiores que os de material elétrico. O setor se compõe dos segmentos de eletrônicos de consumo, informática, equipamentos para telecomunicações e componentes eletrônicos. Caracteriza-se pela ênfase na produção de bens finais, nacional e importada, diferentemente dos dois setores que o antecedem na cadeia produtiva. Por essa razão, a flutuação registrada nos valores de produção para demanda total foi determinada pelo comportamento da produção para demanda final.

QUADRO RESUMO 04.8 – MATERIAL ELETRÔNICO

Material Eletrônico	valores em R\$ milhões constantes de 1996								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	MÉDIA	
Demanda Interna Total	15.686	13.451	10.744	12.360	12.510	16.658	16.037	13.921	
Demanda Interna Final	12.101	10.933	8.530	10.098	10.527	14.711	14.536	11.634	
Demanda Interna Intermediária	3.584	2.519	2.214	2.262	1.983	1.947	1.501	2.287	
Exportação	943	1.118	1.234	1.175	820	827	929	1.006	
Importação para Demanda Total	3.219	3.812	4.748	6.761	6.608	7.784	8.577	5.930	
Importação para Demanda Final	1.779	1.725	3.057	4.759	3.953	4.467	4.702	3.492	
Importação Intermediária	1.440	2.087	1.691	2.002	2.654	3.317	3.875	2.438	
Produtividade (VBP Total) var. % anual		5,9	-0,8	19,3	-2,8	27,1	8,5	9,5	
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		0,1	-1,0	18,8	-6,8	28,5	4,8	7,4	
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		5,1	1,0	17,2	-14,8	42,2	-0,9	8,3	
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual			-1,0	2,8	-2,7	-15,8	15,3	-11,1	-2,1
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	70,0	70,3	65,3	68,8	75,3	79,3	80,0	72,7	
Número de Pessoas Ocupadas	163.000	139.700	112.700	109.100	118.500	122.800	112.800	125.514	

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

Estas duas variáveis apresentaram forte declínio no período até 1992, seguido de crescimento até 1995 e estabilizando-se em 1996. Os dados de produção interna e de importações evidenciaram substituição da produção local pela importada na medida em que os acréscimos verificados nos valores de importação se equipararam à redução registrada nos valores de produção. Assim é que os valores referentes à oferta total de eletrônicos em 1990 foram restabelecidos em 1993 e superados a partir daí. A participação das importações na oferta total evoluiu de 21% em 1990 para 53% em 1996, percentual próximo ao que se observou desde 1993. As maiores importações foram as de bens finais, embora tenha ocorrido o mesmo com referência às importações intermediárias vis-à-vis a produção para demanda intermediária.

A oferta de eletrônicos atendeu prioritariamente ao mercado interno, posto que a produção para exportação cresceu até 1992 e declinou a partir do ano seguinte, e em especial depois de 1994, quando o mercado interno foi estimulado pela estabilização de preços. Desta forma, os valores de exportação registrados em 1996 se aproximaram dos de 1990 e estes foram ligeiramente inferiores ao valor médio do período.

O crescimento da oferta para o mercado interno foi condizente com os resultados da política econômica que favoreceram o setor direta ou indiretamente, a exemplo da abertura comercial, do processo de estabilização de preços e da política de incentivos fiscais. Com a grande dependência das importações, especialmente de componentes eletrônicos, o aumento da produção exigiu maiores importações intermediárias. A ampliação do mercado interno com a estabilização de preços motivou também maiores importações de bens acabados, e os incentivos fiscais, especialmente os da ZFM, reduziram os custos de produção e contribuíram para ampliar as importações de componentes. Estes incentivos, por serem específicos para o setor, representaram estímulos importantes caracterizados como políticas verticais favoráveis para o setor.

Aproximadamente metade da produção para demanda final do período destinou-se às famílias que, como verificado com o setor de material elétrico, foi crescente nos dois anos finais da série, como resposta ao aumento da demanda interna pós-Real. Neste setor o crescimento foi mais acentuado, exatamente porque sua produção é prioritariamente para demanda final. Em parte compensados pelo aumento da demanda interna, os valores de exportação declinaram nos três últimos anos da série, relativamente aos de anos anteriores. Os valores de produção para FBCF foram declinantes até 1993, recuperando-se nos anos seguintes e atingindo o valor mais alto em 1995, todavia próximo do registrado em 1990.

O consumo intermediário de material eletrônico é bastante concentrado no próprio setor. Apresentando consumo bastante mais reduzido que a própria eletrônica, os outros setores que mais demandaram esses produtos foram serviços prestados às famílias, comunicações, máquinas e equipamentos e material elétrico, nessa ordem.

A demanda de produtos eletrônicos pelo próprio setor declinou acentuadamente de 1990 a 1996, sendo que neste ano a demanda representou pouco mais que a quarta parte do demandado em 1990, antes da abertura comercial. O declínio destes valores foi compensado por correspondente aumento dos valores de importação, sinalizando a substituição da demanda de produtos nacionais pelos importados. O mesmo comportamento foi observado no setor de serviços prestados às famílias e no de material elétrico. O setor de comunicações, embora tenha expandido também sua demanda por produtos eletrônicos importados, não registrou redução da demanda interna de forma tendencial que caracterizasse substituição de fornecimento. Os produtores de máquinas e equipamentos reduziram a demanda interna de eletrônicos, e a elevação dos valores de similares importados não compensou, em termos absolutos, essa queda, o que apontou restrições do setor demandante e não escolha de mercados.

O setor registrou o segundo maior ganho de produtividade pelo cálculo do VBP com importações intermediárias e o terceiro quando excluídas as importações, além de ter sido o mais produtivo entre os setores deste complexo pelos três conceitos trabalhados. Sua reestruturação produtiva proporcionou ganhos de produtividade registrados no indicador baseado no valor adicionado e estes ganhos foram ainda maiores quando consideradas as importações intermediárias. Assim, novos processos produtivos associados a maiores importações explicaram seus resultados, e pelos três enfoques destacaram-se os percentuais observados em 1995; esse ano foi marcado pela estabilização de preços e pela valorização cambial.

Os novos processos com vistas à redução de custos provocaram redução do contingente de pessoas ocupadas no setor, de tal forma que em 1993 o setor empregou menos de 70% do contingente empregado em 1990. A partir daquele ano o aumento do nível de emprego não restabeleceu os níveis anteriores, assegurando menores custos com mão de obra.

Estes mesmos fatores são os que provavelmente explicaram a elevada margem de lucro do setor em 1995. Além de elevada, a margem obtida naquele ano contrastou com o resultado médio negativo do período, resultado que pode ser explicado pelo crescimento das

importações, já que a abertura comprometeu a incipiente produção interna de componentes eletrônicos.

Os investimentos no setor foram induzidos pelo aumento do nível de utilização de capacidade provocado pela explosão do consumo de bens duráveis pós-Plano Real, pela redução dos preços dos equipamentos de informática e eletrônicos em geral e pelo surgimento de novos sistemas de telecomunicações (telefonia celular). Houve ampliação e modernização da capacidade das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, responsáveis pela maior parte da produção nacional de equipamentos de áudio e vídeo. Novos investidores estrangeiros estabeleceram-se neste segmento (LG e Samsung). Houve também novos investidores no setor de informática (Dell e Compaq) e investimentos para produção de equipamentos para telefonia celular (estações) e de telefones celulares (Motorola, Lucent e outros).

O impulso resultante da expansão do consumo não atingiu o setor de componentes eletrônicos, cuja demanda foi quase totalmente canalizada para o exterior e atendida por importações. A indústria eletrônica no país tornou-se uma indústria essencialmente montadora moderna com alto conteúdo importado (BNDES, 1995g; 1997b e 2001a).

4.5. C4 - Complexo Material de Transporte

O complexo é constituído dos setores produtores de veículos, peças e acessórios e de automóveis, caminhões e ônibus. O comportamento do conjunto dos dados deste último se destacou dos demais setores da indústria de transformação pelas variações observadas nos dados de produção, pelas importações de itens similares, pelos ganhos de produtividade e pelas margens de lucro.

Outros Veículos, Peças e Acessórios

Neste setor, aproximadamente um terço da produção atendeu à demanda final na média do período analisado. Nos três primeiros anos considerados os valores da produção final permaneceram relativamente estáveis, elevando-se ao nível mais alto da série em 1993 e recuando nos três anos seguintes para um patamar mais baixo e estável. Os valores para demanda intermediária recuaram quase 20% em 1991 relativamente a 1990, elevaram-se em 1992 e em 1993, estabilizando-se a partir daí. A demanda total foi estável na maior parte do período, registrando valores apenas cerca de 10% inferiores ao médio do período em 1991 e 1992.

QUADRO RESUMO 04.9 – OUTROS VEÍCULOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS

Veículos, Peças e Acessórios	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	20.168	17.131	17.757	20.676	20.187	20.633	19.925	19.497
Demanda Interna Final	5.756	5.331	5.598	7.371	6.838	6.723	6.241	6.265
Demanda Interna Intermediária	14.411	11.800	12.159	13.305	13.350	13.910	13.684	13.231
Exportação	3.072	3.383	3.747	4.533	3.551	3.374	3.597	3.608
Importação para Demanda Total	1.902	2.354	3.144	3.150	2.988	3.493	3.962	2.999
Importação para Demanda Final	398	683	1.295	710	625	693	576	711
Importação Intermediária	1.504	1.671	1.849	2.441	2.363	2.800	3.386	2.288
Produtividade (VBP Total) var. % anual		-2,5	17,1	15,5	-5,2	6,6	10,6	7,0
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		-4,6	16,4	14,0	-5,1	4,8	7,4	5,5
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		-7,5	30,6	17,4	-16,0	10,0	-4,1	5,1
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-5,0	12,1	2,0	-12,2	3,2	-11,8	-2,0
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	68,0	75,0	71,8	79,5	85,0	88,3	86,3	79,1
Número de Pessoas Ocupadas	290.600	258.700	230.400	235.300	242.100	236.100	212.300	243.643

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

A divergência de comportamento entre os dados de produção desta atividade e os dos produtores de automóveis, caminhões e ônibus é notória e se explica pela natureza dos bens produzidos. Como parte significativa da produção refere-se a embarcações, aeronaves e veículos ferroviários, trata-se de demanda final por bens de investimento, neste caso, muito

heterogênea, cuja evolução agregada não permite identificar os movimentos de seus principais componentes. De todo modo, a relativa estagnação mostra que não houve movimento de expansão conjunta da demanda por vários tipos de meios de transporte de carga e de passageiros.³⁴

A demanda interna final de produtos do setor aumentou em 1992 e, particularmente, em 1993. Como o setor produz também peças e acessórios para reposição, parte da explicação para o melhor desempenho naquele período pode ter sido o crescimento da demanda motivado pela maior oferta de automóveis posteriormente ao acordo automotivo. O maior registro de valores de produção de bens finais da série ocorreu em 1993, declinando gradativamente até 1996, determinado principalmente pelos valores de exportações; estas representaram quase 60%, em média, da demanda final. O comportamento dos valores referentes a consumo familiar e a exportações pareceu obedecer à dinâmica do acordo automotivo orientando os mercados entre unidades das corporações do setor.

Na média do período, pouco menos de 40% da produção para demanda intermediária desta atividade foram consumidas pelo setor produtor de automóveis. A segunda maior demanda veio do próprio setor, absorvendo aproximadamente 20% da produção, e a seguir destacaram-se os setores de serviços prestados às famílias e de transportes, ambos demandando cerca de 15% da produção.

A demanda do setor fabricante de automóveis, caminhões e ônibus declinou até 1992, elevando-se nos dois anos seguintes e voltando a declinar nos outros dois anos da série, ou seja, um comportamento dissociado do verificado para sua produção. Os valores da demanda intermediária do próprio setor declinaram até 1992, voltando a aumentar ano a ano até 1996, talvez em resposta à dinâmica estabelecida pelo conjunto dos setores a partir da mudança do quadro político de 1992 e continuando depois do plano de estabilização.

³⁴ A evolução dos serviços de transporte aéreo, aquático e ferroviário nos anos noventa é analisada em BNDES, 1997g, 1997i, 1998i, 1999e e 2001c.

No comércio exterior desses itens, as exportações predominaram sobre as importações até 1994, padrão que se reverteu nos dois anos seguintes. As importações dos similares externos para demanda final cresceram acentuadamente nos primeiros anos da abertura comercial e declinaram a partir de 1993. A importação para demanda intermediária foi realizada prioritariamente pelos setores: automóveis, caminhões e ônibus, outros veículos, peças e acessórios, transportes e serviços para as famílias. Dentre estes, somente os fabricantes de automóveis, caminhões e ônibus importaram crescentemente veículos, peças e acessórios. Para o conjunto dos setores, todavia, os valores dessas importações foram crescentes ao longo do período concomitantemente com a redução de tarifas.

O ganho percentual médio de produtividade, embora elevado, equivaleu à metade do registrado pelo outro setor do complexo quando considerado o conceito de VBP com importações, particularmente no biênio 1992-1993. Excluídas as importações intermediárias análogas, a produtividade média diminuiu, mas também se manteve mais elevada no biênio mencionado. Pelos dois conceitos considerados, os resultados obtidos em 1993 provavelmente se explicaram pelos efeitos já mencionados da influência exercida pela produção de automóveis depois do acordo automotivo.

Todavia, a redução dos ganhos de produtividade quando excluídas as importações mostra que estas foram importantes para o desempenho do setor. Ao contrário do outro integrante do complexo, o setor incorporou ganhos com as compras externas. Sem elas o valor médio do período se equiparou aos ganhos pelo conceito de valor adicionado, ou seja, pouco foi incorporado de outros produtores internos. Neste sentido, os bons resultados decorreram de inovações do próprio setor e das importações, estas beneficiadas pelas reduções de tarifas do período.

As inovações provavelmente compreenderam também a redução de mão de obra ocupada na atividade, a julgar pela evolução dos números apresentados para esse indicador: declinaram mais de 20% até 1992 e quase 27% até 1996. Paralelamente a essa redução, aumentou a utilização de capacidade em mais de vinte pontos percentuais de 1990 a 1995; estes períodos representaram, respectivamente, o menor e o maior registros da série. Em

1996 este indicador declinou apenas ligeiramente, permanecendo próximo ao índice de pico. O setor apresentou margens negativas de lucro na média do período, o que foi condizente com o desempenho pouco ativo dos principais demandantes finais do setor de transportes e com a ampliação das importações concorrentes.

Automóveis, Caminhões e Ônibus

O setor, tipicamente fabricante de bens finais, produziu bens intermediários em pequena quantidade, o mesmo podendo-se dizer em relação às importações. Os valores de produção de bens finais declinaram ligeiramente nos períodos de 1991 e 1992, para se recuperar a partir de 1993. A partir daquele ano os valores se estabilizaram em patamares bastante mais elevados em cada um dos dois biênios posteriores. Portanto, as duas quebras significativas da série ocorreram em 1993 e em 1995. A primeira pode ser explicada pelos efeitos decorrentes do acordo automotivo celebrado em 1992, que favoreceu a produção e o comércio do setor, podendo-se concluir que os objetivos do acordo foram atendidos, uma vez que o novo patamar de produção superou o anterior em aproximadamente 25%.

QUADRO RESUMO 04.10 – AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES E ÔNIBUS

Automóveis, Caminhões e Ônibus	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	14.311	13.492	13.563	16.978	16.072	22.020	21.555	16.856
Demanda Interna Final	13.322	12.571	12.647	15.991	15.094	21.080	20.621	15.904
Demanda Interna Intermediária	989	921	916	988	977	940	934	952
Exportação	1.389	1.710	3.363	2.949	2.156	1.468	1.593	2.090
Importação para Demanda Total	121	478	878	1.898	2.602	4.392	2.337	1.815
Importação para Demanda Final	86	436	837	1.850	2.555	4.337	2.273	1.768
Importação Intermediária	35	42	41	48	47	56	63	48
Produtividade (VBP Total) var. % anual		6,0	12,9	22,6	-8,0	40,5	8,7	13,8
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		5,9	12,9	22,6	-8,0	40,6	8,6	13,8
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		41,6	-8,9	103,8	-46,1	316,6	-6,3	66,8
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		4,4	-3,3	10,0	-9,4	35,2	-6,8	5,0
Utilização de capacidade ^(*) em % (*)	68,0	75,0	71,8	79,5	85,0	88,3	86,3	79,1
Número de Pessoas Ocupadas	108.400	96.500	85.900	87.700	90.200	87.900	79.200	90.829

Fontes dos dados brutos: IBGE; ^(*) FGV - elaboração do autor

(*) Material de Transporte

A segunda mudança de patamar está relacionada a dois fatores: aumento da renda interna por contingência da estabilização de preços e aumento do crédito para o consumo, no marco do Regime Automotivo aprovado nesse ano.

Nesse sentido, os dados indicam que o favorecimento fiscal e tarifário contemplado no Regime Automotivo resultou no crescimento da produção de bens finais do setor, e este foi

preservado da ameaça potencial da abertura comercial. Seus fornecedores; ao contrário, não contaram com esse benefício.

A demanda intermediária dos produtos do setor foi bastante concentrada nos dois setores do complexo, especialmente no próprio, e no setor serviços prestados às famílias. Neste último, a demanda cresceu exatamente nos períodos de 1992 e 1995, a exemplo do ocorrido com os valores registrados na produção para demanda final.

A abertura comercial viabilizou expressivo crescimento das importações de produtos similares aos produzidos pelo setor. Tomando-se os períodos de valores extremos, 1990 e 1995, verificou-se que os valores de importações para demanda final em 1995 superaram em mais de 50 vezes os de 1990. O crescimento desses valores no período só foi interrompido em 1996. Também neste caso os efeitos conjuntos do acordo automotivo e da política tarifária explicaram esses resultados, mormente pela oportunidade às empresas de melhor explorar o comércio nos países do Mercosul.

Os maiores valores de exportação do setor no período foram registrados em 1992 e 1993, nessa ordem, fato condizente com os objetivos do acordo automotivo. Por outro lado, a maior redução percentual dos valores de exportação ocorreu exatamente em 1995, quando o mercado interno foi estimulado pelo plano de estabilização, como confirmaram os próprios números de produção do setor.

Pela análise dos valores de produção interna e de comércio exterior pôde-se depreender que a política econômica do período favoreceu o setor, e mais do que isso, as políticas específicas contribuíram para seu desempenho no tocante à produção para o mercado interno e seu comércio exterior. Todavia, em que pesem estas considerações, as variáveis mencionadas não foram as de maior realce nessa atividade; as mais destacadas foram as referentes aos ganhos de produtividade. Foi o setor que exibiu as maiores taxas de variação desses indicadores nos conceitos baseados no VBP com e sem importações, destacando-se ainda das atividades classificadas em segundo lugar nos dois conceitos. Além disso, esses

resultados foram bem distribuídos ao longo do período, sendo que apenas em 1994 a variação foi negativa.

Estes resultados revelam que as medidas específicas de política econômica para o setor, associadas às transformações de processos produtivos, para adequá-lo ao ambiente competitivo, lograram bons resultados na atividade. Estas alterações nos processos produtivos, a título de modernização, implicaram redução de quase 30% do contingente de mão de obra empregada no setor, considerando-se os períodos de 1990 e 1996. Esta iniciativa exigiu melhor aproveitamento da mão de obra remanescente por meio de mudanças na organização da produção.

O grau de utilização da capacidade evoluiu no período analisado até superar 88% da ocupação em 1995, revelando não só a redução do contingente de mão de obra, mas também fornecendo indícios da necessidade de investimentos que ampliassem a capacidade de produção. Como resultado do conjunto de fatores mencionados, as margens de lucro do setor na média do período superaram em muito às da indústria de transformação e igualmente às demais variáveis analisadas, foram maiores nos períodos de 1993 e 1995, corroborando os argumentos já explorados anteriormente.

As montadoras iniciaram um amplo processo de expansão e renovação da capacidade de produção a partir de 1997, com renovação de técnicas de produção e de modelos. Houve investimentos germinativos das montadoras já instaladas e entradas de montadoras novas (Renault, PSA, Honda, Toyota, entre outras). Houve também investimentos de fornecedores mundiais das montadoras (Valeo, Magnetti Marelli, Delphi, Visteon, etc.). A capacidade de produção do setor dobrou até o final da década. Os efeitos de indução de investimentos não se fizeram sentir no segmento de autopeças ocupado por empresas nacionais, algumas das quais foram desnacionalizadas e outras perderam seu mercado junto às montadoras no processo de reorganização e internacionalização das linhas de suprimento do setor.

4.6. C5 - Complexo Têxtil

Integram este complexo os setores: têxtil, e vestuário e acessórios. O primeiro produziu na média do período pouco mais de um quarto para demanda final e o segundo dedicou-se quase que exclusivamente à produção de bens finais. Os valores do conjunto das variáveis consideradas no primeiro setor do complexo foram mais expressivos que os do setor de vestuário, assim como seu desempenho.

Têxtil

A tendência declinante verificada nos valores de produção interna para demanda total foi, em grande medida, compensada pelo crescimento dos valores das importações similares. Tomando-se os dois anos extremos do período, a produção para demanda total declinou 18%. A produção de bens finais, com comportamento semelhante ao verificado nos valores totais, declinou quase 30% na mesma base de comparação e as importações concorrentes aumentaram 136%.

QUADRO RESUMO 04.11 – TÊXTIL

Têxtil	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	22.181	21.200	19.912	20.018	19.326	19.064	18.197	19.985
Demanda Interna Final	6.248	5.963	5.756	5.910	4.914	5.079	4.392	5.466
Demanda Interna Intermediária	15.933	15.237	14.155	14.109	14.412	13.985	13.805	14.519
Exportação	1.430	1.705	1.997	1.759	1.295	1.249	1.048	1.497
Importação para Demanda Total	524	783	858	1.623	1.697	2.142	2.142	1.395
Importação para Demanda Final	93	132	146	261	214	382	312	220
Importação Intermediária	431	651	712	1.361	1.483	1.759	1.829	1.175
Produtividade (VBP Total) var. % anual		2,9	0,4	4,9	0,4	12,1	21,9	7,1
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		1,8	0,0	1,7	-0,4	10,5	21,0	5,8
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual			-13,0	-9,4	22,0	-24,8	39,8	15,6
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual			-11,3	-5,7	9,4	-14,3	11,8	-3,0
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	85,3	77,5	75,0	82,8	85,5	84,8	80,8	81,6
Número de Pessoas Ocupadas	408.000	383.100	360.000	355.900	344.900	308.000	243.000	343.271

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

A substituição da produção interna pela importada foi mais marcante na demanda intermediária. A produção interna declinou 13% de 1990 a 1996 e as importações cresceram 324%. Os principais demandantes da produção intermediária do setor foram os próprios integrantes do complexo. Em ambos houve queda de demanda, mas no têxtil, maior demandante, o declínio foi mais acentuado.

Na consideração das importações intermediárias são os mesmos setores que ampliaram de forma mais significativa estes valores. O têxtil expandiu as importações que competem com sua produção em 335% nos anos extremos do período e o setor de vestuário importou, na mesma base de referência, 289% a mais. Nestes setores, portanto, os valores de produção e de importação confirmaram os efeitos da concorrência dos importados, motivada pela redução de tarifas aduaneiras.

A concorrência exigiu do setor modernização de processos, entre outras medidas redutoras de custo para aumentar a competitividade interna. Todavia, essas mudanças não se traduziram em aumento dos valores de exportação, que depois de aumentarem cerca de 40% de 1990 a 1992, declinaram quase 50% em 1996. Assim, os valores de exportação do setor em 1996 corresponderam a pouco mais de 70% do seu equivalente em 1990.

O uso de bens intermediários fica evidenciado nos cálculos de produtividade, uma vez que o nível médio do período, quando consideradas as importações intermediárias, superou significativamente o resultado obtido sem as mesmas. Pode-se concluir ainda que, praticamente todo o ganho adicional de produtividade do setor, assim entendido o diferencial de produtividade entre o cálculo pelo valor bruto da produção com importações e o obtido pelo cálculo do valor adicionado, decorreu das importações.

Os altos índices de produtividade do setor foram explicados, em grande medida, pela redução do número de pessoas ocupadas como resultado de processos de modernização. O setor desocupou no período 40% do contingente de mão de obra. Também isso, provavelmente, explicou os elevados percentuais de utilização de capacidade, que na média do período superou 80%.

A competição dos importados e o grande número de empresas do setor, que em alguns segmentos estão defasadas tecnologicamente, explicaram a margem de lucro negativa na média do período, em que pesem os registros positivos em 1993 e 1995.

Vestuário e Acessórios

Os valores de produção e comércio exterior do setor de vestuário ilustraram as conseqüências da abertura comercial no país e as dificuldades para manter sua posição no mercado interno. Em 1996, seus valores de produção representaram dois terços dos registrados em 1990; essa redução foi constatada na produção para demanda final e total, registrando-se maior percentual de queda, embora os valores não tenham sido representativos, na demanda intermediária.

QUADRO RESUMO 04.12 – VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS

Vestuário e Acessórios	valores em R\$ milhões constantes de 1996							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	MÉDIA
Demanda Interna Total	14.878	11.535	10.610	11.146	9.198	10.466	9.960	11.113
Demanda Interna Final	14.460	11.167	10.273	10.828	8.920	10.201	9.701	10.793
Demanda Interna Intermediária	419	368	337	318	279	265	259	321
Exportação	195	212	312	349	265	178	154	238
Importação para Demanda Total	83	95	62	98	135	337	313	160
Importação para Demanda Final	79	91	59	93	128	325	303	154
Importação Intermediária	4	5	4	5	7	11	10	7
Produtividade (VBP Total) var. % anual		-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-4,9
Produtividade (VBP \div Importações) var. % anual		-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-5,0
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		-29,6	-1,7	-1,7	-39,3	32,4	-5,8	-7,6
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-15,1	1,5	-1,5	-17,7	11,1	-3,2	-4,1
Utilização de capacidade ^(b) em %	73,5	72,0	65,8	75,8	74,3	81,8	75,3	74,0
Número de Pessoas Ocupadas	1.679.000	1.574.500	1.498.900	1.575.600	1.609.400	1.644.100	1.582.600	1.594.871

Fontes dos dados brutos: IBGE; ^(b) FGV - elaboração do autor

O acentuado crescimento percentual das importações de produtos do vestuário no período, entretanto, não mostrou deslocamento da demanda interna para os importados, seja para bens finais ou intermediários. Houve grande disparidade entre os valores das produções local e importada, o que pode explicar esse comportamento apenas microeconomicamente.

Neste sentido, os dados corroboraram as constatações acerca do crescimento da informalidade no setor, que acompanhou as transformações de processos produtivos. Às vezes confundida com terceirização de processos, a informalidade, incluindo o descaminho, deve ter suprido grande parte da demanda final e intermediária, mesmo porque as atividades mais importantes do setor não se prestam à modernização de processos, dada a ênfase em atividades manuais.

Considerando os extremos da série, a queda de 5% registrada no número de pessoas ocupadas, relativizada pela queda registrada nos valores de produção, indicou que essa

informalidade ocorreu também nas próprias empresas do setor. Não deve ser por outro motivo que os percentuais de utilização de capacidade oscilaram pouco, à exceção de 1992, acompanhando a forte redução da demanda, e de 1995, maior registro, quando do pronunciado crescimento da demanda. Neste sentido, os percentuais extremos de utilização de capacidade naqueles períodos refletiram apenas a adaptação da oferta a flutuações mais bruscas do mercado. Outra possível explicação para o comportamento descrito pode ter sido uma redução acentuada dos preços de produção do setor que implicou a mesma produção com valores menores. Entretanto, tal comportamento não se verificou na série do deflator implícito para a atividade³⁵.

De um total de quarenta e dois setores de atividade das MIP, apenas seis setores não exibiram queda nos valores demandados ao setor de vestuário e destes, apenas a administração pública demandou valores significativos, sugerindo que nas várias atividades a demanda interna pode ter sido substituída pela atividade informal. Os setores que mais demandaram bens intermediários do setor no período foram vestuário, o fabricante de automóveis, a construção civil e o têxtil, além da citada administração pública.

As importações intermediárias, embora tenham registrado crescimento generalizado, não atingiram valores próximos aos da produção interna que pudessem justificar um processo de substituição da demanda interna pela importada. Entre os maiores demandantes da produção importada destacaram-se o setor de vestuário, os fabricantes de calçados e artigos de couros e peles e a construção civil.

Os valores de exportação do setor cresceram até 1993 e declinaram, ano a ano até 1996, representando no último ano da série menos de 80% daqueles de 1990. Estes resultados indicaram que, provavelmente, as alterações em processos produtivos não proporcionaram crescimento das exportações motivado por ganhos de competitividade.

Os indicadores de produtividade do setor, com informações que podem espelhar apenas uma parte da atividade, admitindo-se como válida a hipótese de alto grau de informalidade,

³⁵ Veja-se Anexo Estatístico.

mostraram produtividade negativa nos três conceitos. Além disso, a variação negativa mais pronunciada referiu-se ao conceito de valor adicionado, mostrando que, por si só, o setor não agregou produtividade. O resultado do setor melhorou quando foram incorporados os ganhos das demais atividades internas, embora tenha permanecido negativo. Não houve alterações com a inclusão das importações porque os valores envolvidos foram pequenos, relativamente aos da produção interna. Provavelmente pelas mesmas razões apontadas para os resultados de produtividade, as margens de lucro foram negativas na média do período.

Neste complexo o fator preponderante parece ter sido a abertura comercial que contribuiu para a redução de margens de lucro nos dois setores que o integram, evidenciando a defasagem tecnológica em parte das empresas nacionais. O aumento das importações pode ter sido responsável pelo declínio da produção em ambos, mas particularmente no primeiro exigiu modernização para reduzir custos, justificando a redução do número de ocupados e os elevados níveis de utilização de capacidade. No segundo, o crescimento da informalidade pode ter provocado as discretas alterações no nível de utilização de capacidade combinadas com a redução de empregados. Esse aspecto também pode explicar as perdas de produtividade contabilizadas pelas informações oficiais de produção. No setor têxtil os altos índices de produtividade foram justificados por sua reestruturação e pela incorporação de ganhos análogos de setores fornecedores do exterior.

Os investimentos em modernização concentraram-se no reduzido grupo das grandes empresas. A ênfase em processos de automação vinculados à microeletrônica tornou os segmentos de fiação e tecelagem intensivos em capital. Os ajustes internos decorrentes da reestruturação setorial foram mais custosos para as pequenas e médias empresas porque, ao contrário das grandes, não são empresas exportadoras.

Na primeira metade da década de noventa houve um processo de concentração das exportações em poucas empresas. Grande parte delas é constituída de empresas de grande porte integradas (fiação e tecelagem), o que não garantiu, no período, a preservação de seu espaço no mercado externo. O deslocamento da produção de algodão do Nordeste para o Centro Oeste, com elevados índices de rendimento permitiu acesso a matéria prima barata e

reverteu o crescimento das importações de algodão da primeira metade da década. No segmento de confecções, as empresas eficientes são competitivas nas exportações de produtos de cama, mesa e banho, roupa de praia e camisetas. O deslocamento da produção para exportação para locais no Nordeste, de baixo custo de mão-de-obra, também aumentou a competitividade das exportações.

Para as grandes empresas capitalizadas os investimentos em modernização e a importação de insumos foram o caminho adequado para responder às pressões da abertura da economia. Para a maioria das empresas de menor porte, a informalidade foi a resposta defensiva adotada.

4.7. C6 - Complexo Químico

Os setores analisados deste complexo foram somente os integrantes da indústria de transformação excluindo-se, portanto, o de extração de petróleo, gás, carvão e outros. Destes, o setor de refino de petróleo e indústria petroquímica se destacou dos demais pelos elevados valores de produção e importação – os maiores da indústria de transformação. Seguiram pela ordem do encadeamento produtivo, químicos diversos, borracha, material plástico e farmácia e perfumaria.

Refino de Petróleo e Indústria Petroquímica

A produção para demanda final representou, na média do período, 11% da produção para demanda total, flutuando também no período e registrando o maior valor em 1993. Naquele ano a produção de bens finais do setor equivaleu a praticamente o dobro da registrada em 1990 e mais de 140% da registrada em 1996, sendo determinados pela conjugação de exportações e consumo familiar maiores.

QUADRO RESUMO 04.13 – REFINO DE PETRÓLEO E INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Refino de Petróleo e Indústria Petroquímica	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	47.315	46.474	49.859	55.140	47.014	43.554	44.796	47.736
Demanda Interna Final	4.099	4.316	6.221	8.006	5.393	5.309	3.295	5.234
Demanda Interna Intermediária	43.216	42.158	43.637	47.134	41.621	38.246	41.500	42.502
Exportação	2.762	2.006	2.976	3.424	2.514	2.106	1.568	2.479
Importação para Demanda Total	2.351	3.853	4.286	5.433	4.421	5.804	5.745	4.556
Importação para Demanda Final	201	353	368	518	354	517	431	392
Importação Intermediária	2.150	3.500	3.917	4.916	4.066	5.287	5.314	4.164
Produtividade (VBP Total) var. % anual		8,1	15,1	11,2	-12,3	5,5	12,6	6,7
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		5,1	14,7	10,2	-12,1	2,2	12,9	5,5
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		-25,4	138,2	55,7	-28,0	-5,6	-11,0	20,7
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-15,4	58,2	81,8	-33,8	-14,1	-20,0	9,4
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Número de Pessoas Ocupadas	87.600	81.900	76.600	76.900	74.600	67.600	61.600	75.257

Fontes dos dados brutos: IBCE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

O comportamento errático da produção de bens finais se repetiu na de bens para consumo intermediário, assim como o período de pico de produção. A demanda intermediária setorial destes produtos distribuiu-se, pela ordem de grandeza na média do período, entre: o próprio setor de refino, o comércio, o setor de transportes, de material plástico, a agricultura e o setor químico.

Os valores demandados pelo setor de refino apresentaram queda até 1993 e alta de 1994 a 1996; na fase do declínio ocorreu uma interrupção acentuada em 1991. Os demais setores citados mostraram comportamento mais errático, à exceção do fabricante de químicos diversos e de material plástico, ambos pertencentes ao mesmo complexo químico. Os valores de produção intermediária de químicos cresceram até 1994 estabilizando-se a partir daí, e os de material plástico ficaram relativamente estáveis no período.

Os setores que mais demandaram produtos dessa indústria e não pertencem ao complexo químico registraram pico de demanda em 1993. Os fatores a seguir podem ter relação com esse comportamento. Entre os meses iniciais de 1992 e o final de 1993 várias empresas do segmento petroquímico foram privatizadas. Além disso, a redução dos preços do petróleo no mercado internacional, motivada por ampliação da oferta pelos países da OPEP, pode também ter tornado o mercado interno mais atrativo, inclusive porque a economia brasileira vivia naquele momento uma fase de recuperação.

Estas mesmas razões podem ter promovido o crescimento das importações totais de produtos similares até 1993. Todavia, em continuidade, seguiu-se uma queda em 1994 e nova alta nos dois últimos anos da série. Também para esta variável a demanda intermediária foi a mais significativa e foi seu comportamento que determinou o das importações para demanda total. Nos extremos da série, a evolução dos valores de importação para demanda intermediária se aproximou de 150%.

Para esse comportamento deve ter contribuído a reestruturação do setor, que contemplou também o processo de privatização da petroquímica. A petroquímica mundial iniciou um processo de reorganização nos anos noventa, com grande número de aquisições e associações de empresas. A reestruturação da petroquímica e de fertilizantes no Brasil teve início com o processo de privatização, mas ainda não está concluído. Isso não foi suficiente, todavia, para tornar a indústria nacional competitiva internacionalmente, dado que no exterior elas são mais integradas na cadeia, suas plantas são grandes e as empresas são internacionalizadas.

Apesar da relativa falta de competitividade, o Brasil está entre os principais produtores mundiais de petroquímicos. Com a redução de tarifas de importação a partir de 1990, as empresas racionalizaram custos administrativos e de pessoal e investiram em eficiência operacional.

Os principais demandantes de produtos petroquímicos no país foram: a própria atividade, o setor de transporte, o de material plástico, o de químicos diversos e o têxtil. À exceção do setor de transportes, os setores exibiram tendência de crescimento dessas importações no período, registrando variações, na comparação do último ano da série com o primeiro, nas seguintes proporções: refino de petróleo e petroquímica 305%; material plástico 261%; químicos diversos 92%; e têxtil 238%. Este mesmo comportamento marcou as importações pelos setores menos representativos em valores de importação.

Considerando a abrangência desse comportamento, pode-se admitir que os setores demandantes adequaram suas compras às condições ditadas pelo setor ofertante e, nessas condições, a reestruturação de processos produtivos e redução de custos no setor, condicionou o crescimento das importações.

Os valores das exportações de produtos desta atividade reforçaram este argumento, pois declinaram acentuadamente depois de 1993, quando a reformulação de processos produtivos e a privatização terminaram. Estes valores em 1996 representaram menos da metade dos observados em 1993.

Por outro lado, o ganho de produtividade médio do período pelo valor adicionado foi o terceiro maior do conjunto de setores considerados nesta análise, ilustrando os efeitos internos ao setor decorrentes das alterações em processos produtivos. Estas alterações compreenderam a redução do número de pessoas ocupadas gradativamente no período, de modo a reduzir o contingente de pessoas em 30% em 1996 relativamente a 1990.

Quando considerada a produção de fornecedores internos, os ganhos de produtividade caíram sensivelmente e melhoraram ligeiramente com a inclusão das importações,

significando que o setor isoladamente foi bastante mais produtivo que seus fornecedores, especialmente os internos. Os bons resultados do setor se estenderam à margem de lucro, especialmente em 1992 e 1993, quando grande parte das privatizações já havia ocorrido.

Químicos Diversos

A produção para demanda total do setor foi estável no período, com ligeira oscilação em 1994 e 1995, mas os valores inicial e final do período foram bastante próximos. O principal determinante desse comportamento adveio da produção para demanda intermediária, que representou cerca de 90% da produção do setor na média do período.

QUADRO RESUMO 04.14 – QUÍMICOS DIVERSOS

Químicos Diversos	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	18.358	18.992	18.543	18.676	17.012	16.532	17.932	18.006
Demanda Interna Final	1.320	2.075	1.772	1.932	1.945	1.977	2.181	1.886
Demanda Interna Intermediária	17.037	16.917	16.771	16.744	15.067	14.556	15.751	16.120
Exportação	465	529	702	858	673	762	797	684
Importação para Demanda Total	961	1.222	1.430	1.524	1.722	1.777	1.975	1.516
Importação para Demanda Final	16	5	152	142	129	9	24	68
Importação Intermediária	945	1.217	1.278	1.383	1.593	1.768	1.951	1.448
Produtividade (VBP Total) var. % anual		4,6	5,3	10,5	-4,6	1,6	11,9	4,9
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		3,4	4,8	10,0	-6,3	0,4	11,7	4,0
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		7,4	-5,1	7,2	-31,7	-5,5	25,3	-0,4
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		3,9	-13,0	-3,4	-24,0	-4,1	6,9	-5,6
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	82,3	82,8	82,3	85,5	85,5	86,0	84,3	84,1
Número de Pessoas Ocupadas	197.800	198.000	184.400	168.900	164.200	158.900	154.300	175.214

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

A produção para demanda final apresentou oscilação pouco mais acentuada, porém seus reduzidos valores comparativos não interferiram no comportamento da série relativa à demanda total. O valor mais destoante da série foi o de 1990. A partir de 1991 até 1996, os valores mostraram relativa estabilidade em patamar mais elevado. No último ano foi registrado o maior valor do período.

A série de produção intermediária, embora tenha exibido certa estabilidade, pode ser agrupada em dois períodos, o primeiro de 1990 até 1993, quando os valores foram maiores, e o segundo de 1994 a 1996. Também para esta variável o maior valor da série foi registrado em 1990, e o menor foi observado em 1995.

O principal destino da produção intermediária foram os setores: agrícola, químico, construção civil, papel e gráfica, farmácia e perfumaria e madeira e mobiliário. Nestes, os comportamentos das respectivas demandas de produtos químicos foram díspares. A agricultura registrou demanda bastante mais elevada, mantendo-se num mesmo patamar no período de 1990 a 1993. De 1994 a 1996 os valores declinaram cerca de 25%, considerando a média destes dois períodos. Este declínio foi condizente com o comportamento da atividade agrícola, que piorou em 1995 e 1996, no comparativo com a do quinquênio anterior (Banco Central do Brasil - 1991 a 1996).

O crescimento verificado na atividade agrícola em 1994 foi explicado, entre outros fatores, pelas aquisições de insumos no período de plantio. Desta forma, o comportamento da agricultura pode ter sido determinado pela manutenção de um patamar maior de produção até 93. Depois disso, o declínio da demanda de fertilizantes pode explicar o patamar mais reduzido da produção do setor, condizente com os resultados ruins da agricultura até 1996.

O segundo maior demandante, o próprio setor químico, apresentou valores crescentes até 1994, que se estabilizaram até 1996. Todavia, comparando-se os períodos extremos, a variação dos valores demandados foi de aproximadamente 20%. A estabilização dos valores no último triênio do período, e o discreto ritmo de crescimento da atividade podem ser explicados pelo crescimento de importações similares, em decorrência de alterações de processos produtivos do setor, determinadas pela estratégia de especialização internacional.

O declínio da demanda de produtos do setor pela construção civil no triênio 1994 a 1996 seguiu o comportamento de certa forma generalizado para os demais fornecedores. No setor de papel e gráfica houve um aumento dos valores demandados ao setor químico em 1993 e 1994, comportamento determinado pela dinâmica do setor demandante, que aumentou sua produção naqueles períodos. No setor de perfumaria, os valores se estabilizaram de 1992 até 1996, depois de declinarem relativamente aos anos anteriores. Finalmente, em madeira e mobiliário não foram registradas alterações de comportamento que interferissem nos resultados globais da química.

As importações intermediárias de produtos químicos concentraram-se nos setores agrícola e químico absorvendo, em média, 80% dos valores do período. No setor agrícola, o comportamento dessas aquisições divergiu do observado para as compras internas, na medida em que, depois do declínio observado em 1994, as importações aumentaram nos dois últimos anos da série. Apesar da piora dos resultados da agricultura nos últimos anos da série e em contraposição aos valores observados para a demanda interna, as importações de fertilizantes químicos não foram sacrificadas.

As importações de produtos químicos pelo próprio setor cresceram sem interrupção no período, mudando de patamares em 1991 e 1994 e exibindo novo crescimento mais acentuado em 1996. Confrontando os períodos extremos da série, as importações cresceram 134% substituindo parte da produção local. Neste sentido, em 1996 as importações intermediárias de químicos pela química representaram 47% da demanda intermediária interna contra 24% em 1990, corroborando a tese de especialização dos mercados.

Os valores das exportações do setor reforçaram este argumento, pois não foram registradas evoluções significativas posteriormente à reestruturação do setor, e estas corresponderam a menos de 4%, em média no período, da produção interna para demanda total.

Os ganhos de produtividade pelo critério de valor adicionado apresentaram variação média negativa no período, mesmo com a redução do número de pessoas ocupadas a cada ano; em 1996, a mão de obra empregada no setor equivaleu a 78% da empregada em 1990. Os resultados de produtividade reverteram considerando o valor bruto da produção. O acréscimo da produção interna respondeu praticamente sozinho pela acentuada reversão daqueles resultados e os dados de importação reforçaram este comportamento, podendo-se concluir que para o setor foi particularmente importante a incorporação dos ganhos de produtividade de seus fornecedores internos. Entretanto, este resultado não implicou elevação das margens de lucro médias no período.

A utilização de capacidade esteve pressionada, percentual acima de 80%, sem indicação de criação de capacidade, ao contrário, a evolução crescente registrada para este indicador foi

acompanhada de comportamento declinante da produção. O fator que melhor explica este indicador parece ser a racionalização dos processos de produção.

Borracha

Seus valores de produção interna ficaram estáveis no período em relação ao comportamento dos demais setores, particularmente no componente de demanda intermediária, que é a relevante neste setor. A produção de bens finais do setor aumentou até 1993, declinando posteriormente até 1996, mas este componente representou, na média do período, apenas 11% da produção para demanda total e foi determinado pelos valores de exportação.

QUADRO RESUMO 05.15 – BORRACHA

Borracha	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	7.192	6.871	7.014	7.585	7.222	7.171	6.935	7.142
Demanda Interna Final	555	669	755	967	887	843	799	782
Demanda Interna Intermediária	6.637	6.203	6.258	6.617	6.335	6.329	6.136	6.359
Exportação	411	542	720	799	653	626	620	625
Importação para Demanda Total	359	409	396	503	632	767	730	542
Importação para Demanda Final	11	11	5	21	41	58	56	29
Importação Intermediária	349	398	390	481	591	709	674	513
Produtividade (VBP Total) var. % anual		1,6	6,6	13,3	-0,8	6,0	20,1	7,8
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		0,7	6,8	12,5	-2,5	4,3	20,3	7,0
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		0,4	8,8	15,2	-9,1	18,6	9,4	7,2
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-0,8	1,5	1,2	-5,8	8,1	-6,4	-0,4
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	78,5	79,3	73,8	82,8	86,3	90,5	85,0	82,3
Número de Pessoas Ocupadas	82.600	78.400	74.900	72.000	70.300	66.900	53.800	71.271

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

Entre os maiores demandantes da produção intermediária do setor destacaram-se no período: borracha, serviços prestados às famílias, transportes e automóveis. De todos estes, o único que aumentou sua demanda no período foi o setor automobilístico (MONTENEGRO e PAN, 1997). Os demais exibiram relativa estabilidade ou queda nos valores demandados.

As importações de bens intermediários, embora pouco representativas relativamente à produção interna, cresceram até 1995. As importações desses bens finais mais que quintuplicaram no período, mas representaram, na média, menos de 0,5% da produção interna total. A importação de bens para uso intermediário distribuiu-se prioritariamente entre os setores produtores de borracha e de automóveis. Os valores para o primeiro

ficaram relativamente estáveis no período e, para o segundo, cresceram cerca de 240% considerando os anos extremos da série.

As exportações do setor representaram na média do período menos de 9% da produção para demanda total, e cresceram até 1993, decrescendo depois ano a ano até 1996; em 1996 ainda estavam 50% maiores que as de 1990.

O setor por si só obteve significativos ganhos de produtividade no período, como se depreendeu pelos valores referentes ao cálculo pelo valor adicionado. A inclusão das importações intermediárias aumentou sua produtividade, mas ao se agregar apenas a produção interna de outras atividades os ganhos foram reduzidos para nível inferior àquele observado no cálculo pelo valor adicionado. Daí conclui-se que as importações aumentaram a produtividade do setor, e o fornecimento interno o prejudicou.

A redução verificada no número de ocupados no setor foi constante no período e significativa, declinando cerca de 35% de 1990 a 1996, explicando os ganhos de produtividade, já que a produção permaneceu praticamente inalterada. Paralelamente a este comportamento, aumentou a utilização de capacidade que em 1995, ano de ápice, superou 90% de utilização. Na média do período foi possível ao setor registrar margem de lucro praticamente nula, intercalando ao longo da série resultados positivos e negativos.

Material Plástico

A produção de material plástico teve como principal destino o consumo intermediário, representando cerca de 90% da produção para demanda total na média do período, a exemplo das importações de seus similares. A produção de bens finais cresceu mais acentuadamente no ano seguinte ao do plano de estabilização e a de bens intermediários teve sua tendência declinante interrompida em 1996. Embora as importações de bens intermediários de material plástico tenham representado menos de 5% da produção interna para demanda total na média do período, estas foram crescentes enquanto os valores da produção interna exibiram trajetória descendente. Em 1990 as importações intermediárias representaram pouco mais de 2% da produção interna total e em 1996, pouco mais de 6%.

QUADRO RESUMO 05.16 – MATERIAL PLÁSTICO

Material Plástico	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	10.361	9.691	8.491	9.043	8.115	8.888	9.651	9.177
Demanda Interna Final	883	987	863	1.111	876	1.443	1.234	1.056
Demanda Interna Intermediária	9.478	8.704	7.628	7.932	7.239	7.445	8.417	8.121
Exportação	152	202	335	386	286	264	234	266
Importação para Demanda Total	246	299	303	389	419	677	709	435
Importação para Demanda Final	3	18	10	23	35	106	89	41
Importação Intermediária	242	282	293	366	385	570	620	394
Produtividade (VBP Total) var. % anual		-0,8	-4,4	5,5	-5,8	10,5	15,5	3,4
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		-1,4	-4,9	4,9	-6,4	8,7	15,4	2,7
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		-12,8	-15,9	23,0	-26,7	29,7	17,4	2,5
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-13,8	-10,8	15,1	-19,0	13,2	1,5	-2,3
Utilização de capacidade ⁽¹⁾ em %	71,5	66,0	64,0	69,5	72,5	83,3	81,8	72,6
Número de Pessoas Ocupadas	192.400	182.500	168.200	170.700	163.700	164.900	155.100	171.071

Fontes dos dados brutos: IBGE; ⁽¹⁾ FGV - elaboração do autor

Pela natureza dos produtos do setor a demanda da produção interna foi bastante desconcentrada, mas mesmo assim, entre os maiores demandantes figuraram: a construção civil, o setor de transportes, o comércio e o próprio material plástico. A demanda pela construção civil foi declinante e condicionada pelo próprio desempenho da atividade. Os setores transporte e comércio não registraram oscilações pronunciadas, mantendo o nível de compras. Já, o setor de material plástico exibiu queda dos valores até 1993 e recuperação depois daquele ano, ambas discretas; esse comportamento repetiu o verificado para o agregado da atividade intermediária do setor.

As importações de produtos plásticos aumentaram quase três vezes de 1990 a 1996, embora na média do período tenham representado cerca de 5% dos valores da produção interna para demanda total. Os valores foram crescentes e determinados pelas importações de bens intermediários. Assim como a produção interna, estas importações foram distribuídas entre os vários setores de atividade, mas destacando-se a construção civil como principal demandante. Pelo comportamento crescente destas importações pelo setor de construção pôde-se inferir que parte da demanda interna foi transferida para as importações. As exportações de material plástico representaram menos de 3% da produção interna do setor.

A atividade agregou poucos ganhos de produtividade dos fornecedores internos e externos àqueles obtidos pelo cálculo do valor adicionado. Relativamente ao declínio observado nos dados referentes ao grau de ocupação da mão de obra, os ganhos de produtividade foram discretos. O número de pessoas ocupadas pelo setor em 1996 correspondeu à cerca de 80%

do contingente empregado em 1990. Na média do período a margem de lucro foi negativa, como ocorreu com cerca de metade dos setores pertencentes à indústria de transformação. O nível de utilização de capacidade do setor declinou acentuadamente até 1992, revertendo de forma mais acentuada até 1996, concomitantemente à redução do número de ocupados, indicando utilização mais intensa do trabalho.

Assim como no caso dos têxteis, as empresas grandes e capitalizadas realizaram investimentos em modernização e ampliação de capacidade para atender a demanda em expansão do setor automotivo. O segmento das empresas de menor porte, descapitalizadas, recorreram à informalidade para poder sobreviver.

Farmácia e Perfumaria

As oscilações observadas nos valores de produção para demanda total foram determinadas pelas flutuações em ambas categorias de produção, demanda final e intermediária, mas a primeira correspondeu a 85% da produção total média do período e predominou acentuadamente sobre as importações concorrentes; estas representaram, em média, menos de 5% das importações totais de produtos farmacêuticos e de perfumaria. Assim, a demanda final foi prioritariamente atendida com a produção local e a intermediária distribuída entre os mercados interno e externo.

A demanda interna final evoluiu para um novo patamar em 1993, interrompido em 1994 apenas, provavelmente repercutindo alterações de padrão de consumo em decorrência do plano de estabilização. A demanda intermediária, entretanto, foi mais estável quando considerado o somatório da produção local e importada. Desta forma, as oscilações da produção interna foram contrabalançadas com as importações, caracterizando substituição de parte dessa produção pela importada. Na comparação dos períodos final e inicial, a produção intermediária interna caiu cerca de 40% e a importada cresceu acima de 100%; a partir de 1995, os valores dessas importações superaram os da produção interna.

Da produção do setor destinada a consumo intermediário no período, quase 90% distribuiu-se entre cinco setores de atividade: serviços prestados às famílias; agricultura;

administração pública; alimentos e bebidas; e farmácia e perfumaria. No setor de serviços às famílias os valores registrados foram os maiores e mais estáveis deles, refletindo a essencialidade destes bens. Na agricultura, o consumo de fármacos foi norteado pelo comportamento da atividade agropecuária no período. Assim, evoluiu até 1993 e declinou posteriormente, definindo um patamar mais baixo nos três anos finais do período.

QUADRO RESUMO 05.17 – FARMÁCIA E PERFUMARIA

Farmácia e Perfumaria	valores em R\$ milhões constantes de 1996							MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Demanda Interna Total	10.718	9.304	10.786	12.831	10.305	11.638	11.433	11.002
Demanda Interna Final	8.623	7.897	8.872	10.651	8.942	10.467	10.196	9.378
Demanda Interna Intermediária	2.095	1.407	1.914	2.179	1.363	1.171	1.238	1.624
Exportação	185	286	333	417	323	345	368	322
Importação para Demanda Total	861	1.386	985	1.014	1.373	1.672	1.927	1.317
Importação para Demanda Final	14	28	11	47	65	96	193	65
Importação Intermediária	847	1.358	974	968	1.307	1.577	1.734	1.252
Produtividade (VBP Total) var. % anual		-9,3	11,2	11,3	-13,9	9,1	-6,1	0,4
Produtividade (VBP s/ Importações) var. % anual		-14,6	16,9	12,8	-17,8	8,3	-7,4	-0,3
Produtividade (Valor Adicionado) var. % anual		-63,5	239,3	35,6	-24,9	8,8	-6,6	31,5
Margens de Lucro (VBP & Imp. Int.) var. % anual		-29,3	67,8	28,3	-16,8	-0,3	-0,6	8,2
Utilização de capacidade ^(*) em %	78,8	77,8	79,0	75,3	72,5	83,3	82,5	78,4
Utilização de capacidade ^(**) em %	75,0	72,3	62,0	65,8	80,3	77,5	75,8	72,6
Número de Pessoas Ocupadas	118.700	120.600	119.600	126.100	123.200	128.500	136.400	124.729

Fontes dos dados brutos: IBGE; ^(*) FGV - elaboração do autor

(*) Produtos Farm. e Veterinários

(**) Perfumarias, Sabões e Velas

O consumo de produtos farmacêuticos pela administração pública sofreu drástica redução a partir de 1994. A demanda média dos primeiros quatro anos da série foi quase sete vezes maior que a registrada no período de 1994 a 1996. Neste último período as importações similares substituíram a produção interna.

Os setores alimentos e bebidas e farmácia e perfumaria se equipararam em valores médios demandados no período. O primeiro apresentou demanda relativamente estável, com discreta elevação no ano do Plano Real, e o segundo compensou com importações as menores compras internas em 1991 e as de 1994 a 1996. Neste último, por seu caráter altamente internacionalizado, a distribuição de mercados tende a ser definida pela matriz, incumbindo às filiais apenas adaptarem-se à conduta exigida.

Neste sentido, a maior parte das importações intermediárias de produtos da farmácia e perfumaria coube ao próprio setor farmacêutico, secundado pela administração pública. Juntos absorveram mais de 95% dessas importações. Como foi mencionado, o setor

farmacêutico administrou as compras alternando mercados interno e externo, e a administração pública priorizou as importações, principalmente a partir de 1994, mas em linhas gerais, aumentando os valores na medida em que declinavam as tarifas de importação. Apesar da presença de empresas estrangeiras no setor, as exportações foram pouco significativas no período e relativamente constantes a partir de 1992.

O setor somente registrou ganhos de produtividade quando considerado o que ele próprio adicionou à produção, o que salientou as alterações em processos produtivos na definição destes ganhos. Examinando os dados referentes à ocupação de mão de obra, essa percepção é mais clara porque, ao contrário da maioria dos setores, neste não se observou redução do contingente de trabalhadores. O número ficou relativamente estável de 1991 a 1995, e em 1996 foi o maior do período, cerca de 15% superior ao do ano de 1990, menor da série.

Foi o quarto setor em produtividade pelo valor adicionado na indústria de transformação, figurando entre os últimos por ambos os cálculos referentes ao valor bruto da produção. Desconsideradas as importações o ganho médio foi negativo, revertendo o sinal, porém permanecendo em patamar bastante baixo com sua inclusão. Em resumo, o setor agregou perdas de produtividade da cadeia produtiva.

As margens de lucro do setor foram elevadas, provavelmente espelhando sua própria dinâmica, ao adaptar-se à especialização de mercados entre unidades das corporações. O nível de utilização da capacidade instalada do setor é contabilizado separadamente pela FGV para os segmentos de produtos farmacêuticos e veterinários e de perfumaria, sabões e velas. Para o primeiro, na comparação ponta a ponta do período, a utilização aumentou quase quatro pontos, ultrapassando o nível de 80%. Para o segundo, na mesma base de comparação, os valores extremos se equipararam ao redor de 75%.

4.8. Conclusões

A análise do desempenho dos principais complexos da indústria de transformação brasileira nos anos noventa aponta aspectos microeconômicos que explicam a evolução desfavorável dos investimentos industriais nesse período. A identificação desses aspectos complementa as contribuições dos capítulos anteriores que enfatizaram a dimensão macroeconômica do problema.

Em particular, as informações detalhadas analisadas neste capítulo fornecem elementos que explicam o comportamento agregado dos investimentos industriais discutidos no capítulo primeiro. A análise acima apresentada mostra que os investimentos foram predominantemente associados a processos de racionalização e modernização da produção para fazer frente ao desafio da abertura. A prioridade atribuída a esse tipo de investimento explica-se tanto pela defasagem acumulada ao longo da década de oitenta, quando os investimentos foram escassos, como pelas condições de elevado custo de capital e de limitadas fontes de financiamento que tornaram as decisões de investimento extremamente viesadas em favor dos projetos de menor volume de recursos e mais rápido retorno.

A ampliação significativa de capacidade ficou restrita a segmentos dos elos de bens finais dos complexos material de transporte (indústria automotiva) e eletroeletrônico (indústria eletrônica). Em ambos os casos, os projetos foram comandados por empresas estrangeiras capazes de vencer as restrições ao financiamento com maior facilidade do que as nacionais. Também em ambos os casos os impulsos indutores de investimentos complementares para os outros elos das cadeias (encadeamentos para trás) foram limitados pela opção em favor da importação de insumos e componentes, recorrendo às redes mundiais de suprimento das matrizes. Ambos casos têm ainda em comum o fato de que os investimentos foram predominantemente voltados para o mercado doméstico, de modo que o aumento do conteúdo importado não foi compensado pela expansão proporcional das exportações. Por essas razões, uma parte importante do efeito multiplicador dos investimentos realizados esvaiu-se, assim como a sustentabilidade dos projetos ficou condicionada à capacidade de financiamento dos déficits comerciais resultantes.

No que diz respeito à ampliação de capacidade no outro extremo das cadeias produtivas, houve investimentos em segmentos de atuação dos grandes grupos e empresas nacionais. No caso da indústria de cimento, parte importante da capacidade de financiamento das empresas foi destinada a aquisições de outras empresas, para enfrentar a ameaça da entrada de novos investidores estrangeiros. A privatização e os subseqüentes processos demorados de reestruturação patrimonial consumiram a capacidade de financiamento dos grupos nacionais nos complexos siderúrgico e químico. A capacidade de investimento restante foi destinada à modernização e à especialização das plantas produtivas. A ampliação de capacidade foi marginal. Também neste caso, portanto, os efeitos multiplicadores dos investimentos realizados foram relativamente fracos uma vez que parte importante dos equipamentos foi importada. Dessa forma, o setor metalúrgico, do complexo siderúrgico recebeu apenas parte do estímulo que as encomendas de equipamentos poderiam ter representado.

Nos complexos mais heterogêneos, quanto ao porte e à capacidade de financiamento das empresas, os investimentos em modernização ficaram restritos ao grupo das empresas de maior porte. É o caso do complexo têxtil e de segmentos do complexo químico, como o de plásticos, e do setor moveleiro. As empresas de menor porte, sem meios para investir, e enfrentando crescente pressão tributária, optaram pela informalização de suas atividades.

De modo geral, todos os setores fortemente vinculados à demanda intermediária sofreram fortemente a concorrência das importações subsidiadas pela valorização cambial. O resultado foi a retração de investimentos os quais, mais uma vez ficaram restritos à modernização e às empresas mais capitalizadas. O enfraquecimento dos elos entre a produção doméstica de bens finais e as produções domésticas de insumos e componentes, teve como resultado a perda da capacidade de induzir investimentos complementares que pudessem potencializar o poder de indução de crescimento dos investimentos industriais.

O principal resultado das iniciativas das empresas foi o aumento da produtividade da mão de obra em termos do valor adicionado por empregado. Os setores que exibiram maiores ganhos no período foram: Automóveis, Caminhões e Ônibus; Farmácia e Perfumaria;

Refino de Petróleo e Indústria Petroquímica e Siderurgia. Estes setores foram também os únicos estudados que obtiveram margens médias de lucro positivas no período, sinalizando que os rearranjos internos favoreceram a lucratividade das empresas.

Todavia, como o cálculo das margens de lucro utilizou o valor bruto da produção e não o valor adicionado, é importante observar que as margens de lucro beneficiaram-se também dos ganhos de produtividade por meio da produção de outros setores, bem como os de suas importações. Foi exatamente nestes quatro setores que os ganhos de produtividade pelo VA superaram os apurados pelos dois conceitos de VBP, revelando que para estes a reorganização de plantas é que promoveu ganhos de produtividade.

Para os demais setores, os ganhos de produtividade estiveram associados à reorganização da cadeia produtiva relacionada com a abertura comercial, uma vez que estes ganhos derivaram da compra de insumos importados, ou mesmo de insumos locais, cujos preços foram reduzidos com a concorrência dos importados. E nestes setores, as importações somaram ganhos de produtividade àqueles já obtidos com a produção exclusivamente doméstica. O aumento de produtividade baseado nas importações não foi sustentável porque estava condicionado a um processo de valorização cambial. Assim, desvalorizações cambiais como a de 1999, comprometeram os ganhos de produtividade não associados a investimentos.

Portanto, os ganhos de produtividade observados na indústria de transformação foram apenas em parte decorrentes de processos de reorganização industrial, sendo que a abertura e a valorização cambial foram os aspectos que mais contribuíram para esses resultados nos setores pesquisados. Assim, o aumento da produtividade se relacionou à política cambial para a maioria dos setores, sem garantia de sustentabilidade em prazo longo, dado que esta pressupunha quantidade de divisas que o país pode não ser capaz de gerar e/ou uma taxa de câmbio permanentemente valorizada.

Esta conclusão está apoiada no comportamento das importações, as quais, para o conjunto dos setores industriais apresentaram um crescimento médio no período superior em mais de

20% àquele registrado pela produção. Os maiores crescimentos das importações foram assinalados nos setores: Automóveis, Caminhões e Ônibus; Vestuário e Acessórios; Têxtil; e Material Plástico. O mesmo cálculo para a produção identificou os setores: Automóveis, Caminhões e Ônibus; Construção Civil; Farmácia e Perfumaria; e Material Eletrônico.

O setor automobilístico é o único que expandiu produção e importações simultaneamente. Os demais apresentaram uma relação inversa entre as duas variáveis, evidenciando o caráter substitutivo das importações, conforme apontado no âmbito microeconômico em vários setores. A seleção dos setores que apresentaram crescimentos médios no período acima do verificado para o conjunto destacou sete deles em produção e quatro em importações. A intersecção de ambas classificações mostrou que o setor automobilístico foi o único que se destacou em ambas, aliás, em primeiro lugar. Entre os quatro maiores importadores, o setor de vestuário foi o último em produção, o têxtil o antepenúltimo e o de material plástico o décimo segundo em dezessete setores.

Associando os setores com maior crescimento de produção e de exportações, notou-se que entre os primeiros sete exportadores, Farmácia e Perfumaria, Material Plástico, Químicos Diversos, Automóveis, Caminhões e Ônibus, Material Elétrico, Minerais Não Metálicos e Metalurgia, apenas o automobilístico e o farmacêutico se destacaram em crescimento de produção. Isto mostra que a expansão das exportações não foi acompanhada pelo aumento da produção, indicando algum grau de substitutibilidade entre mercados, ou seja, o crescimento das exportações não se vinculou a investimentos que ampliassem a capacidade produtiva e, conseqüentemente, as vendas. Neste sentido, o crescimento das vendas externas representou a busca de mercados, diante da baixa capacidade de absorção interna.

A baixa demanda por investimentos é também explicada pela análise comparativa das taxas de crescimento da produção, importação e exportação agregadas no período analisado. As importações cresceram 20%, as exportações, 4%, e a produção para demanda interna não apresentou crescimento. Houve crescimentos de produção nos setores de Material Eletrônico, de Automóveis e de Construção Civil, mas na categoria de demanda final e no período posterior ao Plano Real para os três setores. O automobilístico apresentou

crescimento também no ano seguinte ao fechamento do Acordo Automotivo. Portanto, o comportamento da produção nesses setores se relacionou com o aumento do consumo familiar decorrente do aumento da renda real. Como a expansão do mercado reverteu rapidamente com a crise de 1998, não foram deflagrados investimentos em ampliação de capacidade³⁶.

A utilização de capacidade em todos os setores pesquisados também indicou escassez de investimentos, uma vez que seus índices foram crescentes no período e situaram-se acima de 80%, em média, de 1995 até o final da década. E esse comportamento não esteve associado ao crescimento da produção, conforme destacado. Se a produção tivesse aumentado proporcionalmente mais que a utilização de capacidade, haveria evidência de investimentos. Este comportamento foi reforçado pelos indicadores de pessoal ocupado, que foi declinante no período, sinalizando a ocorrência de processos redutores de custo em detrimento de expansão de capacidade produtiva.

³⁶ Mais uma vez o setor automobilístico constituiu uma exceção, cujos investimentos se explicam por incentivos fiscais promovidos pelo Regime Automotivo.

CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi caracterizar os investimentos na indústria de transformação e analisar seus condicionantes tanto macroeconômicos como microeconômicos relacionados com as transformações ocorridas no país nos anos noventa. Este período se caracterizou pelos franqueamentos do comércio e das finanças do país, pelo afastamento do Estado da atividade produtiva e das tarefas de coordenação do desenvolvimento industrial. Uma consequência importante foi o reduzido nível de investimento produtivo, que restringiu o crescimento econômico, apesar dos ganhos de produtividade registrados pela indústria. Além de escasso, o investimento realizado não foi generalizado entre os complexos industriais e nem mesmo entre os setores que integram os complexos, o que enfraqueceu ainda mais sua capacidade indutora de crescimento.

Argumentou-se que a política econômica e a escassez de crédito de longo prazo foram determinantes para esse resultado. A política econômica priorizou o ajuste, em decorrência do agravamento do quadro inflacionário do início da década e a valorização cambial obstaculizou a inserção do país no ambiente competitivo internacional. Os déficits gerados na conta corrente do balanço de pagamentos reforçaram as estratégias de privatização e de abertura da conta de capitais. A atração de financiamento externo privilegiou atividades de serviços em detrimento de projetos industriais, e os IED na indústria representaram, em grande medida, aquisição de plantas e de marcas.

A escassez de crédito para investimento, por sua vez, também decorreu de condições macroeconômicas que impediram o desenvolvimento de mecanismos de financiamento de longo prazo. Desde a crise dos anos setenta o setor público demandou recursos caros e de curto prazo para financiar a dívida pública, concorrendo com o investimento privado. E, para os agentes financeiros, essas operações foram rentáveis e mais seguras, afastando-os do segmento de crédito privado.

O comportamento dos investimentos foi analisado no primeiro capítulo e os argumentos referentes à lógica da política econômica foram apresentados nos capítulos dois e três, circunscrevendo-se a análise ao impacto na indústria de transformação.

A dimensão microeconômica do processo pela ótica dos demandantes foi tratada de forma indireta, a partir do desempenho dos principais complexos e setores da indústria de transformação para colher informações específicas sobre os investimentos. Esta análise constou do capítulo quatro.

As variáveis analisadas no primeiro capítulo referentes a FBCF, extraídas das matrizes de insumo-produto e de importações, desembolsos do BNDES para investimento, informações de duas pesquisas realizadas pela CNI em conjunto com a CEPAL, investimentos externos diretos, gastos com P&D e informações de outra pesquisa conjunta do Seade com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, mostraram que os investimentos foram escassos na indústria de transformação.

Os dados da FBCF apontaram queda dos investimentos até 1992, seguida de discreta recuperação até 1996, porém sem atingir o patamar registrado no início do período. Ademais, essa recuperação foi impulsionada por importações de bens para FBCF, caracterizando substituição de alguns equipamentos de fabricação nacional por importados, portanto, com baixo encadeamento com a produção doméstica de bens de capital.

Os desembolsos do BNDES foram relativamente estáveis de 1990 a 1996, elevando-se ligeiramente até 1999. Esta elevação, todavia, deveu-se à expectativa de desvalorização cambial naquele período, induzindo a substituição do financiamento externo pelo interno. Além disso, mereceram registro algumas ocorrências pontuais de 1997 a 1999, relacionadas ao transporte metroviário no Distrito Federal, em São Paulo e no Rio de Janeiro, à modernização e ampliação do porto de Sepetiba também no Rio de Janeiro e ao aumento de desembolsos com infra-estrutura para telecomunicações em 1999, preparatórios para a privatização do setor. Especificamente para a indústria de transformação, os desembolsos declinaram de 1997 a 1999, sinalizando também os baixos investimentos financiados com recursos daquela Instituição.

As informações da primeira pesquisa CNI/Cepal com empresários apontaram preferência pelos investimentos em modernização para obter ganhos de eficiência. Esses investimentos foram precedidos de reestruturações patrimoniais em vários setores, não se configurando como preparação para um novo ciclo de investimentos de expansão de capacidade. Predominaram estratégias voltadas para reposição de equipamentos, redução de custos e superação de obstáculos ao crescimento da produção, todas modalidades que apresentavam menores custos relativos de capital. O nível de investimento estimado pela pesquisa, à época, para o período de 1992 a 1997 também foi baixo, próximo ao do período de 1981 a 1988, e as intenções de expandir plantas ou investir em novos produtos referiram-se a horizonte temporal mais longo.

Já a segunda pesquisa realizada pelas mesmas instituições para o biênio 1998/1999 registrou mudança de perfil dos investimentos em todos os setores, em favor daqueles direcionados à ampliação e criação de plantas e desenvolvimento de novos produtos, denotando o esgotamento de políticas defensivas ante a abertura comercial. Mesmo assim, os investimentos em ganhos de eficiência, redutores de custos e para eliminação de gargalos na produção, aumentaram *pari passu*. Entretanto, as intenções de investimento registradas pela pesquisa não se materializaram em função da crise cambial de 1999.

Os IED representaram importante fonte de financiamento dos déficits em transações correntes, mas poucos investimentos em plantas produtoras ou em inovação de produtos. Os valores mais expressivos foram registrados no setor automobilístico, depois da implementação do Regime Automotivo, em 1995, que estabeleceu fortes incentivos ao investimento nesse setor. Além disso, houve também registro de investimentos estrangeiros concentrados nos setores de Alimentos e Bebidas, Material Eletrônico e de Comunicação, Química e Máquinas e Equipamentos a partir de 1994. Os maiores investimentos, entretanto, ocorreram na segunda metade da década e se vincularam aos serviços, até então públicos, submetidos a processos de concessão aos investidores privados.

Os gastos com P&D foram também examinados por sua importância para o desenvolvimento da indústria. O desenvolvimento tecnológico concentrou-se em poucos setores e não representou atividade rotineira das empresas. O registro mais expressivo foi

observado no setor fabricante de automóveis. A mecânica reverteu comportamento declinante observado de 1991 a 1995 nestes gastos, quando predominaram as importações de equipamentos no país. Os percentuais mais elevados em relação ao faturamento em 1996, 1997 e 1998 foram positivos para o setor mecânico, mas não se generalizou na indústria.

A pesquisa da Fundação Seade para o Estado de São Paulo revelou, ao contrário do indicado na pesquisa CNI/Cepal, desconcentração dos investimentos em favor de pequenos e médios investidores. Além disso, apontou predomínio dos investimentos no setor de serviços na Região Metropolitana de São Paulo, enquanto os da indústria prevaleceram no litoral e interior. Das três pesquisas realizadas pela Fundação, esta foi a primeira que apurou investimentos no setor de serviços superiores aos da indústria, corroborando as evidências dos baixos investimentos industriais, dado que São Paulo representa o principal pólo industrial do país.

Na indústria, os investimentos em implantação e ampliação de capacidade corresponderam a quase 90% do total de investimentos. Apesar disso, as inversões da indústria de transformação representaram apenas 17,5% em 2001, contra 47,5% em 2000. O setor de máquinas e equipamentos figurou entre os últimos setores em investimentos. Por intensidade em tecnologia, os dados revelaram piora dos resultados da indústria em 2001 relativamente a 2000. Mesmo assim, na comparação com o setor de serviços, a indústria incorporou mais tecnologia nos investimentos.

Portanto, as reformas dos anos noventa no país, assim entendidas a abertura econômica, as privatizações, a desregulação de mercados e a estabilização monetária, não se transmitiram aos investimentos produtivos de maior fôlego, promotores do crescimento. Os investimentos foram insuficientes, de curta duração e de caráter defensivo diante das transformações internas no país. Sua discreta reação refletiu apenas espasmos de consumo, sem atuar na remoção dos obstáculos de natureza cambial que agravaram a vulnerabilidade externa do país a partir de 1998.

O segundo capítulo abordou os aspectos macroeconômicos externos e internos que contribuíram para o fraco desempenho do investimento na indústria, especialmente depois da abertura comercial. Com ela, as importações expuseram o produtor nacional à concorrência externa, o que foi fundamental para que o plano de estabilização de 1994 rompesse os mecanismos de indexação com trinta anos de existência. As políticas aduaneira e cambial atuaram também para o atendimento deste objetivo. Com isso, entretanto, a liberalização da conta de capitais representou uma condição para financiar os déficits comerciais gerados com a abertura e, a partir dessa situação, o "aperfeiçoamento" da política econômica se cingiu ao esforço de adequar o desempenho da economia às exigências dos financiadores externos, mormente após a crise de 1999.

A disciplina fiscal tornou-se indispensável para atrair os capitais externos e para isso foram importantes, não apenas a redução de gastos públicos, mas também o processo de alienação de bens e concessão de serviços públicos para reduzir os gastos e abrir oportunidades de mercado para a iniciativa privada. A política monetária também foi fundamental para atrair capitais externos, mas comprometeu as contas públicas aumentando o custo financeiro das dívidas interna e externa o que, por sua vez, exigiu maior rigor fiscal, formando um círculo vicioso. Esse processo reproduziu um comportamento generalizado no mundo a partir da crise dos anos setenta, que se consolidou nos anos noventa. O Estado estruturante deu lugar ao mercado, para que este promovesse o investimento e o crescimento.

No Brasil, a estabilização monetária, a melhora das contas públicas, os processos de privatização e de concessões e as elevadas taxas de juros representaram uma estratégia para atrair capitais e financiar os déficits em conta corrente, sem qualquer vínculo com uma estratégia consistente de indução de investimentos produtivos. A prioridade da reestruturação econômica foram os ganhos de produtividade, a partir da maior integração econômica com o exterior, promovendo-se racionalização de custos e aprimoramento de técnicas de produção. Acreditava-se que mais integrado, o país pudesse contar com maior dotação de capital para investimento. A ampliação de plantas e o desenvolvimento de tecnologia deveriam ocorrer num momento posterior.

Entretanto, a sucessão de crises especulativas na economia fragilizada pelo aprofundamento da vulnerabilidade externa do país resultou na estagnação do período 1999 a 2002. Assim, são passadas mais de duas décadas com níveis muito baixos de investimento industrial. A opção por políticas de ajuste teve início nos anos oitenta, desenhando um cenário desfavorável ao investimento, e as condições tornaram-se mais arduas com as aberturas comercial e financeira a partir dos anos noventa, que exacerbou a necessidade de ajuste.

O aprofundamento do ajuste agravou as contas públicas e o maior rigor fiscal foi o único instrumento para compensar parte das perdas financeiras do setor público. Diante desse quadro, a política econômica procurou reverter expectativas desfavoráveis, não do setor produtivo, mas dos agentes que financiavam os desequilíbrios estruturais do balanço de pagamentos com recursos de curto prazo.

A evidente vulnerabilidade externa no país impediu que qualquer ajuste interno revertesse expectativas negativas de forma duradoura. A partir de 1999, as expectativas pessimistas se generalizaram comprometendo inclusive o fluxo de capitais de curto prazo em vários momentos. A partir de então, as variáveis fundamentais para viabilizar o ingresso de capitais não mais se referiam apenas ao esforço fiscal. Os déficits comerciais crônicos dominaram também as expectativas, exigindo dos formuladores da política econômica maior empenho para revertê-los. Novamente o recurso a medidas *ad hoc* dominou a política econômica sem que os setores exportadores tivessem reunido condições estruturais para gerar os superávits necessários. O resultado da balança comercial passou a depender da redução de importações pela via da retração de absorção doméstica.

O capítulo terceiro mostrou que as reformas estruturais dos anos noventa não corrigiram a grave deficiência de financiamento privado de longo prazo. As razões que explicaram as más condições do crédito de longo prazo no país referem-se a deficiências estruturais e ao ambiente macroeconômico. Mesmo nas fases de expansão do investimento no Brasil, o sistema bancário não precisou atuar porque o setor produtivo contou com outras formas de crédito. Até mesmo a inflação representou uma modalidade de “crédito” funcional para o financiamento da atividade produtiva sem os riscos do endividamento. Como o processo foi

duradouro, moldou o comportamento dos empresários e do próprio sistema financeiro, que aprenderam a conviver com uma economia cronicamente inflacionada e indexada.

O investimento também contou, ao longo da industrialização, com subsídios governamentais que atenderam interesses nacionais de estruturação do parque produtivo substituindo, de certa forma, o crédito privado. Outra fonte estrutural de financiamento no Brasil foram os investimentos externos diretos e os empréstimos em moeda em fases distintas do nosso desenvolvimento. O primeiro iniciou nos anos cinquenta e o segundo, depois de financiar o crescimento econômico dos anos setenta, financiou a renovação da dívida externa com capitais de curto prazo na década de oitenta.

Com os processos de privatização no país a partir do final dos anos oitenta, seguindo a tendência internacional dominante, as condições do crédito pioraram porque grande parte dos ativos públicos foi alienada ao capital estrangeiro, que contava com financiamento externo para o desenvolvimento de suas atividades no país. E estas nem sempre se traduziram em expansão do investimento, posto apenas absorverem os ativos fixos existentes, sem ampliar ou criar plantas.

Assim, a inflação crônica, o ativismo do setor público nas fases de expansão, investindo diretamente ou concedendo crédito barato, e o acesso a recursos externos contribuíram para afastar o crédito bancário privado das suas funções mais fundamentais como o financiamento de longo prazo dos investimentos. Como as condições macroeconômicas criaram ao longo do tempo expectativas contrárias ao investimento, a própria demanda por crédito foi comprometida, e a isto se somaram as más condições de oferta.

O capítulo quarto mostrou que as empresas adaptaram-se às condições vigentes e adotaram estratégias condizentes, priorizando a redução de custos, sem ampliar capacidade produtiva em escala suficiente para promover o crescimento da atividade econômica. A comprovação deste argumento resultou do estudo dos problemas e estratégias dos maiores complexos industriais. Comprovou-se que como parte da estratégia de defesa, as indústrias adotaram processos de reestruturação societária, modernização de processos produtivos e adaptação

de suas plantas industriais. Nestas estratégias se enquadrou a maioria das empresas de setores pertencentes a todos os complexos industriais analisados.

O que se concluiu é que a grande maioria das empresas industriais conseguiu se adaptar à abertura da economia com esforço de investimento relativamente baixo. A explicação é que obtiveram ganhos de eficiência substituindo insumos locais por importados. Obtiveram também ganhos de produtividade incorporando alguns equipamentos importados e reduzindo o número de funcionários. Isto explica a baixa demanda por investimentos a despeito dos ganhos de produtividade.

Do ponto de vista microeconômico, a opção das empresas nacionais e estrangeiras de não investir na ampliação de capacidade foi perfeitamente compreensível, porque o aumento da demanda interna pós-estabilização foi apenas transitório. Quem investiu, como a indústria automobilística, conta hoje com níveis elevados de capacidade ociosa. O custo do capital também tornou a opção por pouco investimento perfeitamente compreensível.

Do ponto de vista macroeconômico, entretanto, a opção por investir pouco resultou em uma profecia auto-realizável porque inviabilizou o crescimento sustentado da economia. O erro mais grave dos gestores da política econômica foi ter imaginado que o mercado poderia, sem intervenção do Estado, evitar que se materializassem comportamentos individualmente racionais, mas macroeconomicamente indesejáveis.

Neste sentido, a política econômica foi orientada pela necessidade de adequação da estrutura produtiva ao ambiente internacional, favorecendo processos de privatização e de aberturas comercial e financeira. Essa adequação foi auxiliada por deliberações de matrizes de grupos internacionais aplicadas às filiais brasileiras. Com o plano de estabilização em 1994, a política econômica reuniu mais elementos para justificar a inserção do país no ambiente globalizado, ante a necessidade de tornar o parque produtivo nacional mais produtivo e competitivo.

Para esta estratégia foram funcionais a internacionalização e a concentração da produção, porque assim as "respostas" à política econômica seriam mais rápidas. Prevaleceu mais uma vez no país a mentalidade do curto prazo, contrapondo-se a projetos de longo prazo de efeitos duradouros, como atualização tecnológica para atuação em mercados externos desenvolvidos e ampliação da capacidade produtiva. Iniciativas de curto prazo inviabilizaram mecanismos de financiamento adequados, e sem eles, a economia tende a transformar a inflação nesse instrumento, podendo perpetuar processos inflacionários.

Os investimentos em eficiência contaram com apoio governamental, inclusive subsídios para setores considerados prioritários para a política econômica, todavia, não se constituíram no estágio inicial de um novo ciclo de investimentos. Durante os anos noventa, os investimentos se caracterizaram, conforme apontado nos estudos CNI/Cepal (1997 & 2001), numa primeira fase, por um "miniciclo de modernizações", porque priorizaram redução de custos e melhoria de qualidade dos produtos. No final da década de noventa e início da década atual, os investimentos foram de melhor qualidade relativamente aos do primeiro ciclo porque mais equilibrados entre investimentos em eficiência, e em plantas e produtos. Todavia, ainda não configuraram um "ciclo robusto de investimento", dadas as restrições emanadas do ambiente econômico no país, dentre as quais destacam-se as deficiências relativas ao financiamento doméstico e à infra-estrutura, e as incertezas de natureza fiscal e cambial.

Apesar da importância dos processos de reestruturação para a indústria, estes não foram suficientes para atender às necessidades de crescimento do país. Um novo ciclo de investimentos requer a extensão dos estímulos às cadeias produtivas, o investimento em infra-estrutura e a produção interna de itens essenciais ao processo produtivo, que hoje são importados. E neste sentido, o ambiente financeiro desregulamentado e o afastamento do Estado de suas funções desenvolvimentistas representam um forte obstáculo ao crescimento.

VII. BIBLIOGRAFIA

- ABIQUIM – COMISSÃO DE ECONOMIA. *A Competitividade da Indústria Química Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Abiquim, 1999.
- AFONSO, J. R. R. Descentralizar e depois estabilizar: a complexa experiência brasileira. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro: 3(5), 31-62, 1996.
- AGLIETTA, M. *Macroéconomie Financière*. Paris: Éditions La Découverte, 1995.
- ALÉM, A. C. O Desempenho do BNDES no Período Recente e as Metas da Política Econômica. Texto para discussão nº 65. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.
- ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. O aumento do investimento: o desafio de elevar a poupança privada no Brasil, 1997. Não publicado.
- AMADEO, E. et al. *Estrutura da Política de Subsídios no Brasil*. Versão 2 de 15/6/2000. Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, 2000. Não publicado.
- ANFAVEA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. *Carta da Anfavea*. São Paulo: vários números.
- ANPEI – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE P,D & E DAS EMPRESAS INOVADORAS. *Indicadores Empresariais de inovação Tecnológica*. São Paulo: Anpei, vários números.
- ARIDA, P. Observações sobre o Plano Real. *Economia Aplicada*. São Paulo: FIPE/USP. (3), 109-115, 1999.
- BACHA, E. L. O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Nobel, 14(1), 5-17, 1990.
- _____. Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil – Ano- base 2000. Brasília, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil – Ano- base 1995. Brasília, 1998.
- _____. *Relatório Anual*. Brasília, vários números.
- BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BAER, W. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil* (Paulo de Almeida Rodrigues, trad.) Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas (trabalho original publicado em 1966), 1985.

- BAER, W. A recente experiência brasileira de desenvolvimento. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA. 3(2), 265-302, 1973.
- BARBOSA, F.; GIAMBIAGI, F. O ajuste fiscal de 1990-93: uma análise retrospectiva. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 49(3), 521-543, 1995.
- BARROS, J.R.M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Editora 34. 17(2), 11-31, 1997.
- BATISTA Jr., P.N. Déficit e financiamento do setor público brasileiro: 1983-1988. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, 10(4), 5-29, 1990.
- BELLUZZO, L.G.M.; ALMEIDA, J.S.G. Economia Brasileira: da crise da dívida aos impasses do Real, 1999. Não publicado.
- BELLUZZO, L.G.M. Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza. In *Poder e Dinheiro - Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1997a.
- _____. Financiamento externo e déficit público, 1997b. Não publicado.
- _____. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". *Economia e Sociedade*. (4), 11-20, 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. Investimentos na Indústria Brasileira Depois da Abertura e do Real: o Mini-ciclo de Modernizações, 1995-1997. Brasília: CEPAL, Série Reformas Económicas 44, 1999.
- BLEANEY, M. *The Rise and Fall of Keynesian Economics*. London: Macmillan, 1985.
- BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Componentes Eletrônicos: Perspectivas para o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001a. (BNDES Setorial).
- _____. Impactos da Privatização no Setor Siderúrgico. Rio de Janeiro: BNDES, AO2, 2001b.
- _____. *Aspectos da Competitividade do Setor Aéreo (Modal Aéreo II)*. Rio de Janeiro: GESET2/AI, março de 2001c. (Informe Infra-Estrutura – Área de Projetos de Infra-estrutura).
- _____. Níquel – Novos Parâmetros de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: BNDES, AO2, 2000a.

- _____. *Perspectivas da Indústria Fornecedora do Setor de Petróleo*. Rio de Janeiro: BNDES, AO2, 2000b. (Informe Setorial nº 33).
- _____. *Mercado Nacional de Pneumáticos*. Rio de Janeiro: AO2, março de 2000c. (Informe Setorial nº30).
- _____. *Reestruturação na Siderurgia*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999a. (BNDES Setorial).
- _____. *Emprego na Indústria Automobilística e de Autopeças*. Rio de Janeiro: AO2, dezembro de 1999b. (Informe Setorial nº 27).
- _____. *A Indústria do Alumínio – Desempenho Recente e Perspectivas*. Rio de Janeiro: BNDES, AOI2, 1999c. (Informe Setorial nº 25).
- _____. *Autopeças – Panorama Atual*. Rio de Janeiro: AO2, maio de 1999d. (Informe Setorial nº 23).
- _____. *Ferrovias:Privatização e Regulação*. Rio de Janeiro: GESET2/AI, maio de 1999e.(Informe Infra-Estrutura nº 34).
- _____. *Retrospectiva 98: Produção*. Rio de Janeiro: Área de Operações Industriais 2 – AO2, abril de 1999f. (Informe Setorial nº 21).
- _____. *Complexo Eletrônico: O Segmento de Placas de Circuito Impresso*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998a. (BNDES Setorial).
- _____. *Telecomunicações Pós Privatização: Perspectivas Industriais e Tecnológicas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998b. (BNDES Setorial nº 8).
- _____. *Impacto da Crise Asiática no Mercado de Alumínio*. Rio de Janeiro: BNDES, AOI2, 1998c (Informe Setorial nº18).
- _____. *Reestruturação da Siderurgia*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998d. (Informe Setorial nº 13).
- _____. *Políticas Industriais em Países Selecionados: sumário*: BNDES, 1998e.
- _____. *Tecelagem e Malharia*. Rio de Janeiro: AO1, 1998f.
- _____. *Setor de Autopeças no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: AO2, novembro de 1998g. (Informe Setorial nº 19).
- _____. *Desempenho da Indústria Automobilística*. Rio de Janeiro: AO2, abril de 1998h. (Informe Setorial nº15).

- _____. *Transporte Ferroviário Regional de Passageiros*. Rio de Janeiro: março de 1998i. (Informe Infra-Estrutura nº 19 – Área de Projetos de Infra-estrutura).
- _____. *A Indústria Eletrônica na Zona Franca de Manaus*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997a.
- _____. *Complexo Eletrônico*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997b. (BNDES Setorial).
- _____. *Indústria do Cobre*. Rio de Janeiro: BNDES, AO2, 1997c.
- _____. *Complexo Químico*. Rio de Janeiro: 1997d. (BNDES Setorial).
- _____. *Metais Não Ferrosos*. Rio de Janeiro: BNDES, AOI2, 1997e. (Informe Setorial nº 11).
- _____. *Desempenho do Setor de Autopeças*. Rio de Janeiro: AO2, setembro de 1997f. (Informe Setorial nº12).
- _____. *Navegação de Cabotagem no Brasil*. Rio de Janeiro: GESET3/AI, maio de 1997g. (Informe Infra-Estrutura nº 10).
- _____. *Novos Investimentos da Indústria Automobilística*. Rio de Janeiro: AO2, abril de 1997h. (BNDES Setorial nº 11).
- _____. *Marinha Mercante – Navegação de Longo Curso no Brasil*. Rio de Janeiro: GESET3/AI, janeiro de 1997i. (Informe Infra-Estrutura nº 6).
- _____. *Eletrônica de Consumo*. Rio de Janeiro:BNDES, AO1/GESET3, 1996a. (Informe Setorial).
- _____. *Telecomunicações: Comutação Telefônica de Pequeno Porte*. Rio de Janeiro: BNDES, AO1/GESET3, 1996b.
- _____. *Reestruturação da Indústria de Autopeças*. Rio de Janeiro: AO2, julho de 1996c. (Informe Setorial nº10).
- _____. *Análise Conjuntural da Indústria Confeccionista Brasileira*. Rio de Janeiro: BNDES, AO1, 1996d (Informe Setorial nº9).
- _____. *O Segmento de Cinescópios no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 1995a. (BNDES Setorial).
- _____. *Alumínio – Mercado de Chapas e de Latas para Bebidas*. Rio de Janeiro: BNDES, AO2, 1995b.
- _____. *Desempenho Global do Complexo Químico no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, AO1, 1995c.

- _____. *Tendências Tecnológicas da Siderurgia*. Rio de Janeiro: BNDES, AO1, 1995d. (Informe Setorial nº4).
- _____. *Panorama Global da Indústria Petroquímica*. Rio de Janeiro: BNDES, 1995e. (Informe Setorial nº 4).
- _____. *A Indústria Petroquímica*. Rio de Janeiro: BNDES, 1995f. (BNDES Setorial nº 2).
- _____. *Complexo Eletrônico*. Rio de Janeiro: BNDES: 1995g. (BNDES Setorial).
- _____. *Análise Conjuntural do Setor Têxtil*. Rio de Janeiro: AO1, novembro de 1995h. (Informe Setorial nº 8).
- _____. *Autopeças – Um Setor em Transformação*. Rio de Janeiro: AO2, outubro de 1995i. (Informe Setorial nº8).
- BONELLI, R.; GONÇALVES, R. R. *Para onde vai a estrutura industrial brasileira?* (versão revista). Texto para discussão nº 540. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- BOYER, R. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. (Renée B. Zicman, trad.) São Paulo: Nobel (trabalho original publicado em 1986), 1990.
- BOYER, R.; DRACHE, D. *States against markets. The limits of globalization*. New York: Routledge, 1997.
- BOYER, R.; SAILLARD, Y. *Théorie de la régulation L'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.
- BRAGA, J. C. S. A Financeirização da Riqueza: A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais. *Economia e Sociedade*. (2), 25-57, 1993.
- CANUTO, O.; LIMA, G. T. Basel 2: From Substantive Regulation to Procedural Regulation In: *Uneven Architecture: The Space of Emerging Countries in the International Financial System*. 1 ed. São Paulo : Fundação Konrad Adenauer, 2002, v.1, p. 209-226.
- CARNEIRO, R. M. Reformas liberais, estabilidade e estagnação. (A economia brasileira na década de 90). Tese de Livre Docência, Unicamp, Campinas, São Paulo, 2000.
- CARNEIRO, R. M. Liberalização financeira e crescimento econômico. *Economia e Sociedade*. (6), 193-96, 1996.
- CARNEIRO, R.M. Liberalização, ajustamento e estabilização: notas sobre o argumento neoliberal. *Economia e Sociedade* (5), 189-192, 1995.

- CARNEIRO, R.M. Crise, Ajustamento e Estagnação. *Economia e Sociedade* (2), 145-169, 1993.
- CEPAL. El pacto fiscal: fortalezas, debilidades, desafios. N.U., Chile: Autor, 1998.
- CHESNAIS, F. et al. *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã Ed., 1998.
- CHICK, V. *The Evolution of the Banking System and the Theory of Saving, Investment and Interest*. In Philip Arestis & Sheila C. Dow (ed) *On Money, Method and Keynes. Selected Essays*. London: St. Martin's Press, 1992.
- CINTRA, M. A. M.; PRATES, D. M. Transformações Institucionais do Sistema Financeiro Brasileiro Após o Plano Real e o Desafio do Financiamento de Longo Prazo. Freitas, M. C. P. de (Coord.). São Paulo: FUNDAP, 1999.
- CIOCCA, P.; NARDOZI, G. *The high price of money*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- CISESKI, P. P. *Os déficits gêmeos no Brasil*. (Disponível no Banco Central do Brasil, DESPA/REPEC), 1998.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) e COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Investimentos na Indústria Brasileira 1998/2002*. Rio de Janeiro, 2001.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) e COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Investimentos na Indústria Brasileira 1995/1999*. Rio de Janeiro, 1997.
- COSTA, F.N. Circuito de financiamento da economia brasileira. *Economia e Sociedade* (9), 69-93, 1997.
- COUTINHO, L.; BELLUZZO, L.G.M. "Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. *Economia e Sociedade*. (11), 137-50, 1998.
- _____. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. "*Economia e Sociedade*". (7), 129-154, 1996.
- CRUZ, P.R.D.C. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra. *Economia e Sociedade* (3), 65-80, 1994.
- DELFIN NETTO, A. Como as Nações se Desenvolvem? *Conjuntura Econômica*. 53(5), 1999.
- DESEP; INSTITUTO CAJAMAR. *Crise brasileira anos oitenta e governo Collor*. Cajamar, S.P.: Autores, 1993.

- EICHENGREEN, B. *Globalizing Capital*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.
- EICHENGREEN, B.; FLANDREAU, M. *The gold standart in theory and history*. London: Routledge, 1996.
- EISNER, R. *How Real Is The Federal Deficit?* London: The Free Press, Macmillan Publishers, 1986.
- EPSTEIN, G. A.; GINTIS, H. M. Macroeconomic Policies for sustainable growth. In *Macroeconomic Policy after the Conservative Era*. Great Britain: Cambridge ed., 1995a.
- EPSTEIN, G. A.; GINTIS, H. M. Macroeconomic Policy after the conservative era: a dual approach to state and market. In *Macroeconomic Policy after the Conservative Era*. Great Britain: Cambridge ed., 1995b.
- FERREIRA, C.K.L.; *et al.* A Institucionalidade do Sistema Monetário e Financeiro. Formato Institucional do Sistema Monetário e Financeiro. Um Estudo Comparado. In Marcos Antonio Macedo Cintra & Maria Cristina Penido de Freitas (Orgs). *Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros. Um Estudo Comparado*. (pp 13-144). São Paulo: Fundap: Fapesp, 1998.
- FERREIRA, C. K. L. *O financiamento da indústria e infra-estrutura no Brasil: crédito de longo prazo e mercado de capitais*. Tese de doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.
- FRANCO, G. H. B. *O Desafio Brasileiro – Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FREITAS, M.C.P.; PRATES, D.M. *Abertura Externa e Sistema Financeiro*. São Paulo: Fundap, 1998.
- FREITAS, C. P. A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. *Economia e Sociedade* (8), 51-83, 1997.
- FURUGUEM, A. S. *et al.* *Dívida Pública Líquida: evolução 1982-95 e perspectivas de curto prazo*. Brazil Research. Banco de Investimento Garantia S.A, 1996.
- GAZETA MERCANTIL – *Balanço Anual*. São Paulo, vários números.
- GIAMBIAGI, F. *A crise fiscal da União: o que aconteceu recentemente?* BNDES. Textos para Discussão 35. Rio de Janeiro, 1996a.
- GIAMBIAGI, F. *Política Fiscal y estabilización en América Latina: el caso brasileño*. Borrador para discusión. Chile: CEPAL, 1996b.

- GIAMBLIAGI, F. O desequilíbrio interno. In *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989.
- GOMES, M. T. de O. *et al.* *A Indústria do Cimento*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.
- GONÇALVES, R. R. A Política Industrial em uma Perspectiva de Longo Prazo. IPEA, 1996.
- GORINI, A. P. F.; MARTINS, R. F. Novas Tecnologias e Organização do Trabalho no Setor Têxtil: Uma Avaliação do Programa de Financiamentos do BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.
- GORINI, A. P. F.; SIQUEIRA, S. H. G. *Complexo Têxtil Brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES AO1/GESET2, 1997a.
- _____. *O Segmento de Fiação no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997b.
- GUTTMAN, R. A Transformação do Capital Financeiro. *Economia e Sociedade* (7), 1996.
- _____. *How Credit Money Shapes the Economy*. New York: M.E. Sharpe, 1994.
- HAGUENAUER, L. *et al.* Evolução das cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90. Brasília: IPEA, 2001.
- HAGUENAUER, L. *et al.* Competição e Internacionalização na Indústria Brasileira. In *O Brasil e A Economia Global*, Baumann, R (org.) Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.
- HELLEINER, E.. *States and the Reemergency of Global Finance*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- HERSCOVICI, A. A Teoria da Regulação: Metodologia e Modelos de Crescimento. In *Crise ou Regulação: ensaios sobre a teoria da regulação*. (J.P. de Mendonça, P. Nakatani e R. A. Carcanholo, org.) UFES, Vitória, 1ª ed., 1994.
- HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IEDI - INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Os Indicadores de Inovação no Brasil*. São Paulo: Carta IEDI nº 72. 23/92003.
- _____. Trajetória recente da Indústria Brasileira: Autor. São Paulo: IEDI, 1998a.
- _____. Políticas Industriais em Países Selecionados: Autor. São Paulo: IEDI, 1998b.
- INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS - IMF. Vários números.
- KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica* (Paulo de Almeida, trad.) São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Economistas (trabalho original publicado em 1954), 1983

_____. *Crescimento e Ciclo nas Economias Capitalistas* (Jorge Miglioli, trad.). São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

KEYNES, J.M. *A Teoria Geral do Emprego dos Juros e da Moeda* (Mário R. da Cruz, trad.). São Paulo: Abril Cultural, col. Os Economistas (trab. original publicado em 1936), 1983.

_____. *A Treatise on Money. The Applied Theory of Money*. The collected writings of John Maynard Keynes. London: Royal Economic Society, vol. V & VI (trabalho original publicado em 1930), 1979.

_____. A Distinção entre Poupança e Investimento. In Tamás Szmercsányi (org), (Miriam M. Leite trad.) *John Maynard Keynes*. São Paulo: Ática (pp 127-137), 1978.

KREGEL, J. A. Riscos e Implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. *Economia e Sociedade*. (7) 29-49, 1996.

_____. Minsky's "Two Price" Theory of Financial Instability and Monetary Policy. In Fazzari e Papadimitriou (eds) *Financial Conditions and Macroeconomic Performance*. New York: M. E. Sharpe, 1992.

LAPLANE, M.; SARTI, F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. *Economia e Sociedade*. (18) 63-94, jan/jun.2002.

_____. Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90. Texto para discussão nº 629. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

LAPLANE, M. F. *O Complexo Eletrônico na Dinâmica Industrial dos anos 80*. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas/SP, 1992.

LEIBFRITZ, W.; ROSEVEARE, D.; Noord, P. *Fiscal Policy, Government debt and economic performance*. OECD, Working Papers nº144. Paris, 1994.

LORDON, F. *Les Quadratures de la Politique économique – Les infortunes de la vertu*. Paris: Biblioteque Albin Michel Économie, 1994.

MACEDO, A. R. P. *et al. Produtos Sólidos de Madeira*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

MACEDO, A. R. P.; ROQUE, C. A. L. *Painéis de Madeira*. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

MAIA, J. B. Z. Os dilemas da política econômica. *Cadernos Puc Economia*. São Paulo: Educ. (9), 113-140, 2000.

- MARFAN, M. La política fiscal macroeconómica. In *Políticas macro-económicas: una perspectiva latinoamericana*. Chile: René Cortázar editor, 1986.
- MARGLIN, S.; SHOR, J. *The Golden Age of Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- MDIC – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO. Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva no Complexo Eletrônico. 2000.
- MENDONÇA, A. A Teoria da Regulação e a Crise dos Paradigmas na Ciência Económica. *Crise ou Regulação: ensaios sobre a teoria da regulação*. (J.P. de Mendonça, P. Nakatani e R. Carcanholo, org.) Vitória: UFES, 1994.
- MINSKY, H. P. *Stabilizing na Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- _____. John Maynard Keynes. New York: Columbia University Press, 1975.
- MOFFIT, M. *O Dinheiro do Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MONTENEGRO, R. S. P.; PAN, S. S. K. *Panorama do Setor de Borrachas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.
- MOREIRA, M. M. Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre produtividade, concentração e comércio exterior. Texto para Discussão, nº 67 (b). Depec-BNDES, 1999.
- _____. A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se pode dizer? BNDES, 1996.
- NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. USA: Cambridge University Press (trabalho original publicado em 1990), 1996.
- OECD/MAI – The Multilateral Agreement on Investment. Disponível: http://www.oecd.org/publications/pol_brief/1997/9702_POL.HTM, 1997.
- OLIVEIRA, G. *Brasil-FMI: Frustrações e Perspectivas*. São Paulo: Bial, 1993.
- OLIVEIRA, M. H. Principais Matérias Primas Utilizadas na Indústria Têxtil. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.
- PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C. (1998) *Câmbio nominal e câmbio real*. A. C. Pastore & Associados, 1998.
- PEREIRA, T. R. *Endividamento Externo e o Ajustamento Financeiro da Grande Empresa Industrial nos Anos Noventa*. Dissertação de Mestrado em Economia – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas/SP, 1999.

- PINHEIRO, A.C.; CABRAL, C. Mercado de crédito no Brasil: o papel do judiciário e de outras instituições. *Ensaio BNDES* (9). Rio de Janeiro, 1998.
- PLATTEK, M. Contribuição dos Desembolsos do BNDES para a Formação Bruta de Capital Fixo: Uma Análise para a Década de 90. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 8 nº 15, p.103-124, junho 2001.
- PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. (A Responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista Keynesiano). *Economia e Sociedade*. (7) 85-127, 1996.
- PUGA, F. P. Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. Textos para discussão. BNDES, 1999.
- RIZZIERI, J. *Dívidas e déficits gêmeos*. Indicadores antecedentes, (29), 1998.
- SANTOS, A. M. M. dos; GONÇALVES, J. R. J. *Complexo Automotivo*. Rio de Janeiro: BNDES, março de 2001. (BNDES Setorial).
- SANTOS, A. M. M. dos; PINHÃO, C. M. M. *Indústria Automobilística no Mercosul*. Rio de Janeiro: AO2, abril de 2000. (BNDES Setorial).
- SANTOS, A. M. M. dos. *Desempenho da Indústria Automobilística*. Rio de Janeiro: BNDES AO2, janeiro de 2000. (BNDES Setorial).
- _____. *Complexo Automotivo*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. (BNDES Setorial).
- SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS E SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Investimentos Privados Anunciados no Estado de São Paulo em 2001*. São Paulo, 2002.
- SERRA, J. As vicissitudes do orçamento. *Revista de Economia Política*. Nobel. 13 (4), 143-149, 1994.
- SHACKLE, G.L.S. *Origens da Economia Contemporânea. Invenção e tradição no pensamento econômico (1926-1939)* (Carmen C. Myiake, trad.). São Paulo: Hucitec. (trabalho original publicado em 1967), 1991.
- SILVA, A. M. *Intermediação Financeira*. Universidade de São Paulo, 1980. Não publicado.
- SILVA, R.; VILELLA, A. Ganhos de Produtividade: Aspectos Conceituais e Implicações Econômicas. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES. V. 1 Nº 2p. 77-98. 1994.
- SINGER, H.W. *The Golden Age of The Keynesian Consensus: Pendulum Swings Back. Great Britain: World Development*, 1997.

- SINGH, A. *Corporate Financial Patterns in Industrializing Economies: A Comparative International Study*. Washington D. C. International Financial Corporate – The World Bank. 1995. (Technical Paper – N° 2).
- SINOPSE ECONÔMICA. Rio de Janeiro: IPEA, 01/02/2000.
- SIQUEIRA, T. V. Concentração de Propriedade nas Empresas Brasileira de Capital Aberto. Rio de Janeiro: BNDES, s/d. Não publicado.
- _____. A Indústria Brasileira nos Últimos 16 Anos do Século 20: 1985/2000. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 7 n° 14, p.55-106, dezembro de 2000.
- STUDART, R. O sistema Financeiro e o Financiamento do Crescimento: Uma Alternativa Pós-keynesiana à Visão Convencional. In Gilberto T. Lima, João Sicsú & Luiz F. de Paula (orgs). In *Macroeconomia Moderna. Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus (pp 151-224), 1999.
- _____. Saving, financial markets and economic development: theory and lessons from Brazil. In *Finance, Development and Structural change. Post Keynesian Perspectives*. USA: Phillip Arestis and V. Chick. Edward Elgar Publishing Company, 1995a.
- _____. Investment finance in economic development. London: Routledge, 1995b.
- TAVARES, M.C. *Ciclo e Crise. O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*. Campinas: Unicamp – IE (trabalho original publicado em 1978), 1998.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J.L. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- THÉRET, B. L'état la finance e le social: souveraineté nationale et construction européenne. Paris: La Découverte, 1996.
- TONETO Jr., R. *Estado Bancos e Acumulação Financeira no Brasil: 1964-1984*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, 1992.
- VEIGA, P. M. A Indústria nos Anos 90: Fontes de Transformação e Questões de Política Industrial. Especial Sobeet ano III (13), 2000.
- VELLOSO, R. Rumo ao déficit público sustentável (1996/97), 1996. Não publicado.
- VILLELA, R. Crise e ajuste fiscal nos anos 80: um problema de política econômica ou de economia política?, s/d.
- WALTER, A. *World Money and World Power*. New York: Harvester-Wheatsheaf, 1993.

WERNECK, R. F. Ajuste fiscal e dispêndios não financeiros do setor público. *Revista de Economia Política*. Brasiliense. 10(1), 140-153, 1990.

ZYSMAM, J. Governments, Markets, and Growth - Financial Systems and the Politics of Industrial Change. USA: Cornell University Press (trab. original publicado em 1983), 1990.

ANEXO METODOLÓGICO

Os dados setoriais considerados no estudo foram obtidos das Matrizes de Insumo Produto (MIP) e de Importação (MI) construídas pelo autor a partir do Sistema de Contas Nacionais preparado pelo IBGE, para os períodos de 1990 a 1996. Para este período existem informações das Tabelas de Recursos e Usos de Bens e Serviços, com abertura por Setores de Atividade. A escolha do período se justificou pelas mudanças estruturais ocorridas na economia com a abertura econômica no início da década de noventa e o aumento dos ganhos de produtividade. Dados mais atualizados, se disponíveis, enriqueceriam o estudo, porém a série dos sete anos considerados permitiu analisar o processo produtivo brasileiro pós-abertura.

A escolha dos dados das Contas Nacionais justificou-se pela preferência dada ao tratamento dos dados do universo ao invés dos dados amostrais, contidos em pesquisas periódicas do próprio Instituto, e também por provir de uma mesma fonte. Julgaram-se essas informações mais precisas e melhor organizadas para o propósito da pesquisa. O conjunto de informações estatísticas obtidas das matrizes compreendeu: dados de produção intermediária e por item de demanda final; de importações por setor de atividade com a mesma abertura das informações sobre produção; de investimento, pela variável Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) por setor fornecedor da produção nacional e da importada; além das demais informações setoriais por item de demanda final.

As matrizes compreenderam quarenta e dois setores produtores, segundo classificação do IBGE e cinquenta e um demandantes, incluídos aí os setores intermediários e os itens de demanda final, que somados correspondem à demanda total da economia, ou o valor bruto da produção ou da importação, respectivamente para as matrizes de insumo produto e de importação. Desse conjunto, foram analisados os setores integrantes da indústria de transformação e a construção civil, uma vez que este último integra a variável FBCF, *proxy* do investimento analisado no estudo.

Foi utilizado um artifício analítico para “isolar” a produção interna da importada; a matriz de insumo produto foi construída, exclusivamente, com dados de consumo nacional, e a de importação, apenas com dados de consumo de produtos importados. Assim, ambas as matrizes representaram “matrizes virtuais” expressando respectivamente a produção setorial isenta de insumos importados e a produção apenas com consumo de importados.

Produção

As informações relativas à produção correspondem às MIP anuais para referidas atividades, construídas a partir de dados primários das tabelas 3 e 18, constantes das Tabelas de Recursos e Usos de Bens e Serviços. A tabela 3 refere-se à Oferta e Demanda da Produção Nacional a Preço Básico e contém, originalmente, oitenta linhas elencando “Produtos” e 52 colunas, assim distribuídas: uma com o valor da produção, quarenta e quatro colunas correspondendo a consumo intermediário, seis à demanda final e uma última com a demanda total. A tabela 18, ou Matriz D, corresponde à Matriz de Participação Setorial na Produção dos Produtos Nacionais, com 42 linhas, correspondentes às atividades econômicas e 80 colunas correspondentes a “Produtos”; é a matriz transposta da matriz de produção, ou tabela 1. Os valores utilizados estão a preços básicos, livres portanto de impostos e margens de comercialização.

Selecionados os dados originais, para montagem das MIP pré multiplicou-se a Matriz D [42 x 80] pela Tabela 3 [80 x 51], obtendo-se uma matriz [42 x 51] que correspondeu à produção dos quarenta e dois setores considerados (linhas), demandada por cinquenta e uma atividades (colunas), assim consideradas a demanda intermediária e a final nas suas diversas formas. A multiplicação de matrizes é preferível à simples agregação de produtos para compor os respectivos setores, porque considera as efetivas participações percentuais de cada item na atividade (Matriz D). Construídas as matrizes para o período de 1990 a 1996, seus dados foram inflacionados para o último período de referência, 1996, pelo “Deflator Implícito do Valor Adicionado a Preços Básicos, por Classes e Atividades”.

Deflator Implícito do PIB

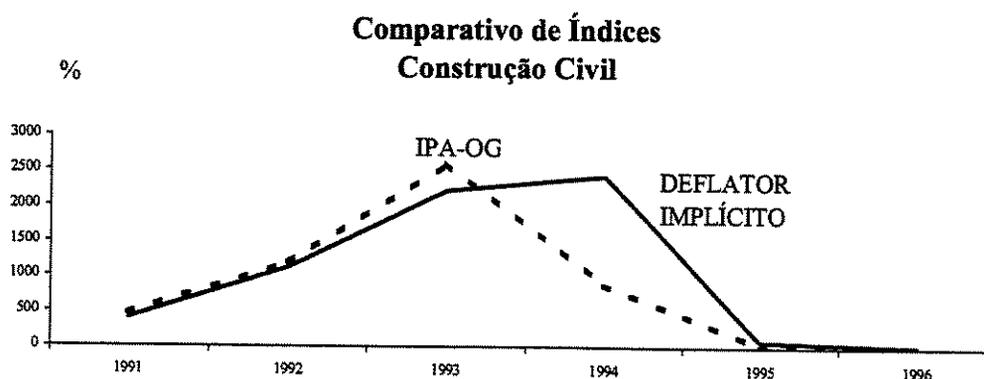
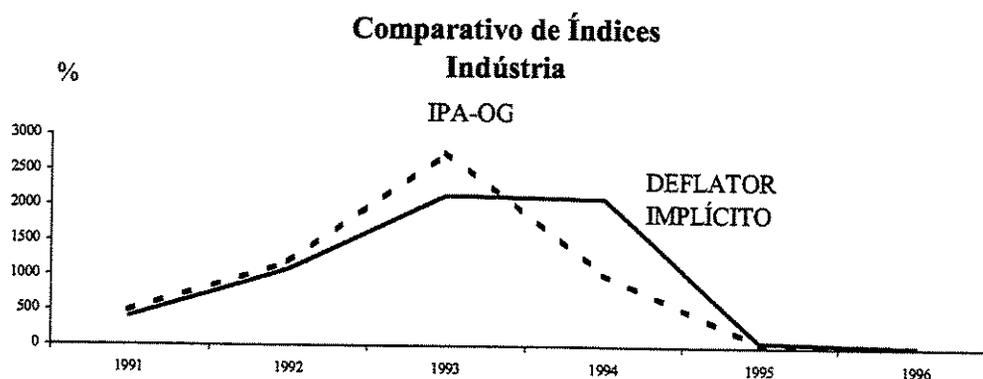
Foi utilizado o deflator implícito em lugar de outros índices de preços porque: (i) é o índice de preço mais abrangente da economia, pois se refere ao total de bens e serviços produzidos; (ii) ao contrário dos índices de preços, que são baseados em uma amostra fixa de produtos, a estrutura do deflator varia de acordo com a composição do PIB; (iii) e os índices são plenamente consistentes com os dados de produção e importação das matrizes, dado que sua agregação por atividade é a mesma daqueles dados.

O Índice de Preços no Atacado – Oferta Global (IPA-OG), da Fundação Getulio Vargas, à primeira vista pode parecer mais adequado para esse fim do que o deflator implícito, por referir-se à oferta global e também por ser calculado para as várias atividades. Todavia, optou-se pelo uso do deflator pelas razões apontadas acima e porque a classificação por atividade do IPA-OG é diferente da contida nas matrizes do IBGE. Sua utilização dependeria de agrupamentos de setores de atividade, em alguns casos, e de exclusões, em outros, para adequá-los ao formato da classificação do IBGE. Para tanto seria necessário o conhecimento de todo conjunto de ponderações utilizado na construção dos índices, sem ganhos analíticos.

O fato de referir-se à oferta global também pode indicar que o IPA é mais adequado à atualização de preços das importações do que o deflator implícito, uma vez que este último, por ser o deflator do PIB, necessariamente refere-se à produção interna. Todavia, como as importações são consideradas no estudo para avaliar sua concorrência com a produção local, a consideração de um deflator extraído da produção local pareceu adequado. Além disso, a variação de preços que importa para o estudo é exatamente a variação interna, independentemente da consideração de fatores que a originaram nos países exportadores, quer sejam aspectos relacionados a ganhos de produtividade, a inovações tecnológicas ou a fatores conjunturais externos. Assim, o deflator apenas “extraiu” a variação de preços no mercado interno.

Além disso, a hipótese admitida na construção das matrizes de importação, que considera estruturas de produção análogas, interna e externa, para cômputo das importações por setor ofertante, se estende aos preços, porque as importações, junto com a produção intermediária local, compõem os custos das diferentes atividades.

Um último aspecto a considerar relativamente à escolha do índice para transformação dos valores nominais em valores constantes, é que considerados de forma agregada, porque não é possível comparar por atividade face às classificações distintas, as variações ocorridas nos dois índices têm comportamento muito parecido para a indústria e para a construção civil³⁷, como se depreende da leitura dos gráficos abaixo:



Fontes: FGV e IBGE

³⁷ A Construção Civil é um setor importante na composição da FBCF, analisada neste trabalho.

O deflator utilizado para atualizar os valores a preços de 1996, último ano das informações, correspondeu ao índice de cada setor de produção intermediária. Para os setores geradores de serviços e para os itens de demanda final, para os quais não existem índices específicos, utilizou-se o deflator agregado do PIB.

Importação

O procedimento de apuração das informações referentes às importações foi semelhante ao utilizado para a produção, na construção das MIP. As MI resultaram da pré multiplicação da Matriz D pela Tabela 4 – Oferta e Demanda de Produtos Importados, semelhante, na forma, à Tabela 3 de Produção, porém com os valores de importação. Da mesma forma, resultou uma matriz [42 x 51], correspondendo ao consumo de importados por setor de atividade de cada setor produtor no Resto do Mundo. A pré multiplicação da Matriz D, de participação percentual da produção nacional para obtenção das MI, incorporou a hipótese que a estrutura produtiva no Resto do Mundo é semelhante à nacional. Assim, os itens produzidos aqui e no exterior foram oriundos de setores análogos. A admissão dessa hipótese permitiu construir matrizes de importação respeitando-se a proporcionalidade entre os itens fabricados, com a vantagem de que o procedimento foi igual para os sete períodos considerados, não causando nenhuma inconsistência intrínseca aos dados.

As matrizes, depois de inflacionadas pelo Deflator Implícito, foram dispostas também por setores, cada um deles reunindo informações de produção e consumo para cada ano, para viabilizar a comparação dos dados ao longo do período de referência.

Portanto, as MI informaram a produção importada, à semelhança da produzida internamente, para os setores considerados. Isso permitiu avaliar o grau de interferência das importações na produção interna, ou, em que medida as importações ocuparam o espaço da produção local, quais setores foram “substituídos” e qual o destino dessas importações, além da própria “qualidade” dessas importações, já que a abertura comercial da década de noventa se voltou, entre outros fatores, para o aparelhamento da indústria nacional.

FBCF

Os dados de investimento considerados referem-se ao item Formação Bruta de Capital Fixo de demanda final das MIP e das MI, respectivamente para a fabricação e para importação de itens de investimento. As informações foram extraídas dessas matrizes, elencando apenas os setores produtores desses itens. Por representar um item da demanda final e não intermediária, não há informações por setor de atividade, ou setor demandante dos investimentos.

Ganhos de Produtividade

O indicador de produtividade nesta pesquisa referiu-se, exclusivamente, à produção por pessoal ocupado, desconsiderando-se portanto demais itens de custo. Dessa forma, as variações da produtividade resultaram da variação percentual anual da razão entre valor da produção e número de pessoas ocupadas nos setores de atividade. Esse cálculo foi apresentado segundo três critérios, sendo que a variável pessoal ocupado manteve-se inalterada, variando apenas os dados da produção, como segue: o primeiro cálculo considerou o valor bruto da produção setorial interna acrescida das importações intermediárias, o segundo considerou também o VBP, exclusive as importações e, o terceiro, considerou o valor adicionado da produção setorial interna, ou seja, deduzindo do VBP os custos de produção nacionais e importados. Os dados de produção interna se originaram das MIP, os de importação, das MI e os de pessoal ocupado foram extraídos do Sistema de Contas Nacionais – quadros 12a até 12g.

O principal enfoque analítico desta variável é o que considera o VBP, uma vez que ganhos de produtividade de setores ofertantes na cadeia produtiva são repassados aos setores demandantes no consumo intermediário e estes, associados aos ganhos de produtividade gerados no próprio setor, podem gerar maior oferta com menor ou igual ocupação de mão de obra. A análise das informações segundo o VA representa um artifício analítico para avaliar o potencial gerador de produtividade isoladamente nos setores de atividade, sem incorporar ganhos resultantes de outros setores internos ou do exterior, no caso das importações.

A partir dos setores que exibiram maiores ganhos de produtividade, bem como de suas características, pôde-se avaliar em que medida a política econômica considerou a verticalidade no processo produtivo, voltada ou não para setores específicos. Esta avaliação permitiu constatar, a partir dos efeitos encadeados da estrutura produtiva, a presença ou não de políticas protecionistas. E este é mais um elemento para caracterizar os propósitos da política econômica.

Margens de Lucro

A partir dos dados obtidos das MIP e das MI, foram calculadas as margens de lucro por setor, a partir da divisão dos valores de produção e importação somados, pelos custos internos e externos de cada setor. O cálculo contemplou dois critérios: o primeiro considerou o valor bruto da produção nacional total acrescido das importações intermediárias no numerador; e o segundo, o valor bruto da produção nacional intermediária acrescido das importações intermediárias no numerador. O denominador da fração, correspondente aos custos totais dos setores, foi o mesmo para os dois critérios. Como para os demais setores, utilizou-se o deflator implícito, e isto se prestou à atualização dos valores absolutos, já que para cálculo das margens de lucro relativas pode-se trabalhar com dados correntes.

Nível de Utilização de Capacidade Instalada

As informações sobre utilização de capacidade foram tabuladas pela Fundação Getúlio Vargas por setor. Estes não correspondem necessariamente aos setores das matrizes do IBGE e nos casos em que essa discrepância ocorreu, foi mencionado em nota nas tabelas.

Organização dos Dados

As informações setoriais tratadas no estudo foram agrupadas de acordo com os complexos industriais a que os setores pertencem. Foram considerados seis complexos industriais entre os definidos por HAGUENAUER *et al.* (2001) como Mesocomplexos, posto que sua classificação é a mesma das matrizes. Na seqüência estão listados os complexos pela ordem de apresentação dos autores e os setores que os compõem:

(C1) - Construção**Extração Mineral****Minerais Não Metálicos****Madeira e Mobiliário****Construção Civil****(C2) - Siderurgia****Outros Produtos Metalúrgicos****Siderurgia****(C3) - Eletroeletrônica****Material Eletrônico****Material Elétrico****Metalurgia de Não Ferrosos****(C4) - Material de Transporte****Veículos, Peças e Acessórios****Automóveis, Caminhões e Ônibus****(C5) - Têxtil e Vestuário****Têxtil****Vestuário, Calçados e Acessórios****(C6) - Química****Extração de Petróleo e Gás****Refino de Petróleo e Indústria Petroquímica****Químicos Diversos****Indústria da Borracha****Material Plástico****Farmácia e Perfumaria**

Do total de setores que integram os complexos industriais foram analisados os pertencentes à indústria de transformação, totalizando dezesseis setores de atividade. Além destes, foram considerados o setor de construção civil e o produtor de máquinas e equipamentos³⁸, para efeito de sua contribuição na produção de bens para FBCF.

As informações referentes a FBCF representaram a principal fonte quantitativa de dados de investimento. Entretanto, como estas informações aparecem nas MIP e nas MI apenas como item de demanda final, sem especificação dos setores demandantes, a análise do investimento trilhou dois caminhos: avaliação qualitativa e quantitativa das variáveis dos setores dos complexos para aferir indícios de investimento, e avaliação dos dados de produção e importação de bens para FBCF, acrescida de outras informações, a saber: desembolsos do BNDES; pesquisas com empresários elaboradas pela CNI/Cepal; investimentos externos diretos no país; dados de P&D, apurados pela Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – Anpei; e outra pesquisa feita pelo Seade para o Estado de São Paulo.

³⁸ O setor produtor de máquinas e equipamentos não integra nenhum complexo industrial por constituir-se de um setor de bens de capital, cuja produção se faz presente em todos os setores.

ANEXO ESTADÍSTICO

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

FBCE Total - R\$ mil constantes (produção nacional e importada)		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Medida
CODIGO ATIVIDADE		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
34	CONSTRUÇÃO CIVIL	120.689.283	114.827.220	102.472.768	103.475.778	104.364.454	98.251.213	100.695.711	106.396.632
08	MAQUINAS E TRATORES	10.662.647	8.819.550	7.226.792	7.443.302	12.267.266	14.294.741	12.778.553	10.498.979
12	AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	6.402.270	5.596.046	5.369.408	6.116.438	7.057.903	8.407.317	6.537.080	6.498.066
11	MATERIAL ELETRÔNICO	4.805.214	4.660.068	3.948.260	4.345.964	6.506.563	7.247.345	7.974.411	5.641.118
35	COMERCIO	4.241.423	3.587.706	3.407.287	3.643.329	3.321.156	4.097.732	3.337.904	3.662.362
01	AGROPECUÁRIA	1.898.228	1.821.257	2.285.742	2.512.434	2.662.839	3.230.043	1.866.765	2.325.330
10	MATERIAL ELÉTRICO	1.632.667	1.500.832	1.360.788	1.519.687	2.090.386	2.450.887	2.533.171	1.869.774
40	SERV. PREST. ÀS EMPRESAS	1.399.655	1.427.766	1.517.520	1.804.431	1.424.157	1.627.747	1.573.701	1.539.282
13	VEÍCULOS, PEÇAS E ACCESS.	1.515.800	1.284.747	1.188.525	1.399.388	1.854.975	1.738.321	1.370.103	1.478.837
14	MADEIRA E MOBILIÁRIO	1.792.117	1.407.223	1.385.662	1.385.688	1.428.381	1.417.221	1.534.033	1.478.618
32	INDÚSTRIAS DIVERSAS	719.091	745.214	754.167	540.318	603.859	774.309	839.058	710.860
07	METALURGIA	595.621	501.856	556.772	540.627	677.777	784.261	801.089	636.858
42	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	390.903	389.447	412.384	474.931	396.301	462.154	379.108	415.033
36	TRANSPORTE	480.108	399.607	369.525	406.145	360.726	445.218	365.812	403.877
15	PAPEL E GRÁFICA	51.006	41.113	46.494	60.576	58.014	52.597	48.162	51.138
37	COMUNICAÇÕES	37.440	37.782	38.039	31.168	27.428	34.892	62.635	38.483
22	TÊXTIL	17.768	20.798	21.906	17.606	21.105	22.572	22.568	20.618
21	MATERIAL PLÁSTICO	16.001	16.656	16.173	13.437	16.683	17.439	16.922	16.187
27	ABATE E PREP. DE CARNES	11.465	10.230	12.239	10.707	13.831	17.170	10.295	12.277
33	SERV. IND. DE UTIL. PÚBLICA	10.370	11.466	10.300	11.746	11.076	12.653	7.455	10.724
39	SERV. PREST. ÀS FAMÍLIAS	11.299	9.426	9.060	9.818	9.295	11.599	9.307	9.972
02	EXTRATIVA MINERAL	9.797	7.975	7.387	7.651	8.758	10.936	12.105	9.230
04	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	8.622	7.499	7.336	7.279	6.861	7.454	7.912	7.566
26	PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	8.360	6.155	5.350	6.173	8.126	10.892	7.450	7.501
19	QUÍMICOS DIVERSOS	6.756	5.730	5.940	6.533	8.188	9.869	7.731	7.250
31	ALIMENTOS E BEBIDAS	6.871	5.540	4.877	5.472	7.289	8.735	5.810	6.371
05	SIDERURGIA	6.209	5.076	3.991	4.240	5.504	5.675	6.258	5.279
28	RESF. E PREP. DO LEITE E LAT.	5.100	4.073	3.936	3.779	4.083	4.222	3.188	4.054
06	METALURGIA DOS NÃO-FERR.	3.491	3.062	3.165	3.804	3.717	4.050	4.383	3.668
30	ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	3.527	2.680	1.537	2.230	2.342	3.302	2.526	2.592
20	FARMÁCIA E PERFUMARIA	3.024	3.434	2.072	1.859	2.162	2.700	2.131	2.483
17	ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	2.662	1.997	1.567	1.212	1.518	2.112	1.895	1.852
25	IND. DO CAFÉ	1.867	1.356	1.838	1.152	894	1.062	948	1.302
16	BORRACHA	1.432	1.195	1.106	1.243	1.480	1.443	1.150	1.293
29	IND. DO AÇÚCAR	996	822	702	639	703	1.066	963	842
24	CALÇADOS / COURO E PELES	122	98	79	90	108	125	105	104
23	VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	90	86	80	89	100	111	90	92
03	EXTR. PETR./GÁS/CARVÃO/OUT.	22	21	20	29	37	48	30	30
18	REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	-8.603	1.525	3.363	-5.565	-8.864	-10.438	82	-4.0/1
TOTAIS		157.440.719	147.174.354	152.464.150	155.811.426	145.227.182	145.460.795	142.828.602	145.772.459

FONTE: IBGE (dados primários) - Elaboração do autor

FBCF Nacional - R\$ mil constantes		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Média
CODIGO ATIVIDADE		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Média
34	CONSTRUÇÃO CIVIL	120.689.283	114.827.220	102.472.768	103.475.778	104.364.454	98.251.213	100.695.711	106.396.632
08	MÁQUINAS E TRATORES	8.671.955	6.214.730	5.169.367	5.489.825	8.631.863	9.914.422	8.183.801	7.467.995
12	AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	6.359.720	5.386.261	5.166.469	5.894.675	6.647.436	7.920.973	6.190.904	6.223.777
11	MATERIAL ELETRÔNICO	3.586.892	3.538.636	2.530.344	2.377.334	4.108.335	4.903.750	4.829.133	3.696.346
35	COMERCIO	4.182.820	3.520.921	3.338.639	3.571.344	3.259.598	4.005.151	3.257.862	3.590.905
01	AGROPECUÁRIA	1.898.224	1.821.251	2.285.732	2.512.424	2.662.822	3.230.020	1.866.735	2.325.316
14	MADEIRA E MOBILIÁRIO	1.779.834	1.393.260	1.367.880	1.370.059	1.409.777	1.391.861	1.506.622	1.459.899
40	SERV. PREST. ÀS EMPRESAS	1.352.528	1.363.995	1.428.961	1.677.743	1.336.647	1.536.037	1.489.028	1.454.991
10	MATERIAL ELÉTRICO	1.382.660	1.085.552	944.573	953.639	1.416.805	1.549.182	1.548.174	1.268.655
13	VEÍCULOS, PEÇAS E ACCESS.	1.452.201	896.556	511.246	1.206.461	1.765.368	1.392.339	887.993	1.158.880
07	METALURGIA	505.902	394.500	439.589	429.437	511.624	584.953	576.258	491.752
36	TRANSPORTE	480.100	399.515	369.331	406.100	360.722	445.146	365.721	403.805
42	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	361.414	350.464	363.004	423.158	356.691	408.718	330.066	370.502
32	INDÚSTRIAS DIVERSAS	345.732	308.181	309.380	137.258	163.809	100.428	205.923	224.387
15	PAPEL E GRÁFICA	50.769	40.919	46.211	60.157	57.514	51.876	47.385	50.690
37	COMUNICAÇÕES	18.434	16.291	16.333	8.972	8.099	5.155	16.176	12.780
27	ABATE E PREP. DE CARNES	11.465	10.230	12.239	10.707	13.831	17.170	10.295	12.277
21	MATERIAL PLÁSTICO	11.901	11.148	10.434	8.242	10.607	9.345	9.870	10.221
33	SERV. IND. DE UTIL. PÚBLICA	10.019	10.951	9.696	10.917	10.391	11.936	7.052	10.137
39	SERV. PREST. ÀS FAMÍLIAS	11.002	9.038	8.648	9.442	8.798	10.948	8.631	9.501
22	TÊXTIL	9.764	9.875	10.114	6.246	7.929	5.259	7.227	8.059
26	PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	8.360	6.155	5.350	6.173	8.126	10.892	7.450	7.501
19	QUÍMICOS DIVERSOS	6.756	5.730	5.940	6.533	8.188	9.869	7.731	7.250
04	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	8.163	6.863	6.614	6.399	6.054	6.232	6.567	6.699
31	ALIMENTOS E BEBIDAS	6.871	5.540	4.877	5.472	7.289	8.735	5.810	6.371
05	SIDERURGIA	6.136	4.920	3.789	4.124	5.391	5.440	5.917	5.102
28	RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	5.100	4.073	3.936	3.779	4.083	4.222	3.188	4.054
06	METALURGIA DOS NÃO-FERR.	3.284	2.714	2.722	3.236	3.245	3.356	3.581	3.162
02	EXTRATIVA MINERAL	4.622	3.246	2.984	1.833	2.218	1.114	2.757	2.682
30	ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	3.527	2.680	1.537	2.230	2.342	3.302	2.526	2.592
20	FARMÁCIA E PERFUMARIA	3.024	3.433	2.071	1.859	2.162	2.700	2.130	2.483
17	ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	2.662	1.997	1.567	1.212	1.518	2.112	1.895	1.852
25	IND. DO CAFÉ	1.867	1.356	1.838	1.152	894	1.062	948	1.302
16	BORRACHA	1.417	1.026	775	1.167	1.472	1.314	969	1.163
29	IND. DO AÇÚCAR	996	822	702	639	703	1.066	963	842
24	CALÇADOS / COURO E PELES	122	98	79	90	108	125	105	104
23	VESTUÁRIO E ACCESSÓRIOS	90	86	80	89	100	111	90	92
03	EXTR. PETR./GÁS/CARVÃO/OUT.	22	21	20	29	37	48	30	30
18	REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	-34.953	-36.963	-21.834	-23.378	-32.891	-51.412	-41.276	-34.672
TOTALS		153.200.683	141.623.292	26.834.007	130.062.554	137.134.160	135.756.170	132.051.951	136.666.117

FONTE: IBGE (dados primários) - Elaboração do autor

FBCF Importada - R\$ mil constantes		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Média
CÓDIGO ATIVIDADE									
08	MÁQUINAS E TRATORES	1.990.692	2.604.820	2.057.425	1.953.477	3.635.403	4.380.319	4.594.752	3.030.984
11	MATERIAL ELETRÔNICO	1.218.322	1.121.432	1.417.916	1.968.630	2.398.229	2.343.595	3.145.278	1.944.772
10	MATERIAL ELÉTRICO	250.007	415.280	416.215	566.048	673.581	901.704	984.997	601.119
32	INDÚSTRIAS DIVERSAS	373.360	437.033	444.787	403.060	440.050	673.881	633.136	486.472
13	VEÍCULOS, PEÇAS E ACCESS.	63.600	388.191	677.279	192.927	89.607	345.982	482.109	319.956
12	AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	42.550	209.785	202.939	221.763	410.467	486.343	346.176	274.289
07	METALURGIA	89.718	107.356	117.183	111.190	166.153	199.308	224.830	145.106
40	SERV. PREST. ÀS EMPRESAS	47.127	63.770	88.559	126.688	87.510	91.711	84.673	84.291
35	COMÉRCIO	58.603	66.785	68.647	71.985	61.558	92.582	80.042	71.457
42	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29.488	38.983	49.380	51.773	39.610	53.435	49.042	44.530
18	REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	26.350	38.488	25.197	17.813	24.027	40.974	41.358	30.601
37	COMUNICAÇÕES	19.006	21.491	21.706	22.196	19.329	29.737	46.459	25.703
14	MADEIRA E MOBILIÁRIO	12.283	13.963	17.781	15.629	18.604	25.360	27.411	18.719
22	TÊXTIL	8.003	10.923	11.792	11.360	13.176	17.313	15.341	12.558
02	EXTRATIVA MINERAL	5.175	4.729	4.403	5.818	6.540	9.822	9.348	6.548
21	MATERIAL PLÁSTICO	4.100	5.508	5.739	5.195	6.076	8.094	7.052	5.966
04	MINERAIS NÃO-METÁLICOS	459	636	722	880	807	1.222	1.345	867
33	SERV. IND. DE UTIL. PÚBLICA	352	515	604	829	685	717	403	586
06	METALURGIA DOS NÃO-FERR.	208	348	444	568	472	695	802	505
39	SERV. PREST. ÀS FAMÍLIAS	297	388	412	376	497	651	675	471
15	PAPEL E GRÁFICA	237	194	283	419	500	721	777	447
05	SIDERURGIA	73	156	202	116	113	235	341	177
16	BORRACHA	15	168	331	76	8	129	182	130
36	TRANSPORTE	9	92	194	45	4	72	91	72
01	AGROPECUÁRIA	4	5	10	10	16	23	29	14
TOTAIS		4.240.036	5.551.042	5.630.149	5.748.871	8.093.021	9.704.625	10.776.650	7.106.342

FONTE: IBGE (dados primários) - Elaboração do autor

DESEMBOLSOS DO BNDES

DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (US\$ MIL)

RAMOS E GÊNEROS - CNAE	1990		1991		1992		1993		1994	
	VALOR	%								
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.372.405	73,0	2.059.238	66,9	1.564.282	49,2	1.538.537	47,7	2.240.339	40,7
PRODUTO ALIMENTÍCIO E BEBIDA	221.477	6,8	223.361	7,3	296.032	9,3	279.020	8,7	522.575	9,5
PRODUTO DO FUMO	0	0,0	40.496	1,3	476	0,0	5.618	0,2	3	0,0
PRODUTO TÊXTIL	109.652	3,4	92.429	3,0	95.712	3,0	101.751	3,2	152.144	2,8
CONFECÇÃO VESTUÁRIO E ACESSÓRIO	10.513	0,3	11.023	0,4	8.612	0,3	7.249	0,2	9.349	0,2
COURO E ARTEFATO	16.818	0,5	17.910	0,6	7.133	0,2	10.431	0,3	28.227	0,5
PRODUTO DE MADEIRA	38.242	1,2	16.436	0,5	15.328	0,5	28.546	0,9	84.001	1,5
CELULOSE, PAPEL E PRODUTO	788.317	24,3	621.259	20,2	378.860	11,9	298.657	9,3	196.869	3,6
EDIÇÃO IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO	11.927	0,4	11.391	0,4	18.225	0,6	14.717	0,5	24.445	0,4
REFINO PETRÓLEO, COQUE E ÁLCOOL	236.444	7,3	311.861	10,1	79.025	2,5	42.103	1,3	56.189	1,0
PRODUTO QUÍMICO	120.754	3,7	125.671	4,1	98.419	3,1	69.365	2,2	85.546	1,6
ARTIGO DE BORRACHA E PLÁSTICO	88.728	2,7	79.248	2,6	56.828	1,8	71.277	2,2	150.869	2,7
PRODUTO MINERAL NÃO METÁLICO	60.737	1,9	36.988	1,2	54.606	1,7	100.012	3,1	105.518	1,9
METALURGIA BÁSICA	294.606	9,1	166.020	5,4	158.620	5,0	189.215	5,9	206.809	3,8
PRODUTO DE METAL	51.611	1,6	35.492	1,2	40.492	1,3	54.198	1,7	81.166	1,5
MÁQUINA E EQUIPAMENTO	73.547	2,3	66.182	2,2	83.699	2,6	124.055	3,8	216.118	3,9
MÁQUINA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA	25.589	0,8	16.026	0,5	20.771	0,7	2.984	0,1	6.594	0,1
MÁQ. APARELHO E MATERIAL ELÉTRICO	11.378	0,4	10.452	0,3	15.574	0,5	17.633	0,5	53.555	1,0
MATERIAL ELETRÔNICO E COMUNICAÇÃO	25.265	0,8	10.903	0,4	17.809	0,6	25.572	0,8	25.641	0,5
EQUIP MÉDICO, PRECISÃO, AUTOM INDL	4.094	0,1	2.170	0,1	2.097	0,1	1.124	0,0	6.974	0,1
VEÍCULO AUTOMOTOR	42.650	1,3	34.686	1,1	28.915	0,9	30.991	1,0	129.411	2,3
OUTROS EQUIP TRANSPORTE	120.269	3,7	92.675	3,0	69.564	2,2	52.012	1,6	65.975	1,2
MÓVEL E INDÚSTRIAS DIVERSAS	19.313	0,6	11.300	0,4	8.790	0,3	11.588	0,4	28.518	0,5
RECICLAGEM	475	0,0	25.258	0,8	8.693	0,3	417	0,0	3.844	0,1

FONTE: AP/DEPLAN

DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (US\$ MIL)

RAMOS E GÊNEROS - CNAE	1995		1996		1997		1998		1999	
	VALOR	%								
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	4.327.159	56,4	4.215.083	43,9	5.564.262	33,8	6.264.335	38,3	4.472.363	45,3
PRODUTO ALIMENTÍCIO E BEBIDA	1.050.174	13,7	856.416	8,9	1.243.224	7,6	1.008.569	6,2	818.868	8,3
PRODUTO DO FUMO	37.306	0,5	1.189	0,0	2.381	0,0	4.347	0,0	1.567	0,0
PRODUTO TÊXTIL	316.129	4,1	136.881	1,4	297.433	1,8	324.991	2,0	202.856	2,1
CONFECCÃO VESTUÁRIO E ACESSÓRIO	23.570	0,3	15.977	0,2	25.490	0,2	42.771	0,3	61.992	0,6
COURO E ARTEFATO	57.543	0,7	129.905	1,4	105.880	0,6	50.170	0,3	25.167	0,3
PRODUTO DE MADEIRA	66.568	0,9	76.716	0,8	138.267	0,8	103.136	0,6	57.289	0,6
CELULOSE, PAPEL E PRODUTO	369.357	4,8	508.676	5,3	495.554	3,0	347.162	2,1	163.064	1,7
EDIÇÃO IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO	35.709	0,5	36.267	0,4	33.864	0,2	83.661	0,5	18.958	0,2
REFINO PETRÓLEO, COQUE E ALCOOL	209.660	2,7	165.646	1,7	91.391	0,6	235.368	1,4	65.709	0,7
PRODUTO QUÍMICO	248.129	3,2	357.724	3,7	269.714	1,6	263.624	1,6	210.356	2,1
ARTIGO DE BORRACHA E PLÁSTICO	233.620	3,0	170.397	1,8	249.899	1,5	232.406	1,4	106.863	1,1
PRODUTO MINERAL NÃO METÁLICO	243.420	3,2	233.877	2,4	269.411	1,6	152.899	0,9	56.202	0,6
METALURGIA BÁSICA	337.702	4,4	541.832	5,6	879.953	5,3	603.211	3,7	511.593	5,2
PRODUTO DE METAL	137.771	1,8	107.754	1,1	116.187	0,7	143.358	0,9	113.635	1,1
MÁQUINA E EQUIPAMENTO	389.400	5,1	264.159	2,8	371.737	2,3	652.173	4,0	269.610	2,7
MÁQUINA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA	11.462	0,1	11.354	0,1	4.404	0,0	2.020	0,0	3.333	0,0
MÁQ. APARELHO E MATERIAL ELÉTRICO	89.996	1,2	148.303	1,5	101.418	0,6	130.103	0,8	74.288	0,8
MATERIAL ELETRÔNICO E COMUNICAÇÃO	39.045	0,5	56.631	0,6	80.051	0,5	91.492	0,6	89.430	0,9
EQUIP MÉDICO, PRECISÃO, AUTOM INDL	12.452	0,2	16.554	0,2	3.970	0,0	16.868	0,1	701	0,0
VEÍCULO AUTOMOTOR	245.257	3,2	248.553	2,6	173.400	1,1	675.932	4,1	693.272	7,0
OUTROS EQUIP TRANSPORTE	120.267	1,6	80.896	0,8	526.289	3,2	1.027.454	6,3	903.463	9,1
MÓVEL E INDÚSTRIAS DIVERSAS	44.482	0,6	42.029	0,4	77.523	0,5	71.325	0,4	23.426	0,2
RECICLAGEM	8.139	0,1	7.347	0,1	6.824	0,0	1.294	0,0	718	0,0

FONTE: AP/DEPLAN

DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (US\$ MIL)

RAMOS E GÊNEROS - CNAE	2000	
	VALOR	%
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	5.557.372	44,8
PRODUTO ALIMENTÍCIO E BEBIDA	657.677	5,3
PRODUTO DO FUMO	243	0,0
PRODUTO TÊXTIL	211.775	1,7
CONFECÇÃO VESTUÁRIO E ACESSÓRIO	14.460	0,1
COURO E ARTEFATO	61.242	0,5
PRODUTO DE MADEIRA	109.117	0,9
CELULOSE, PAPEL E PRODUTO	171.969	1,4
EDIÇÃO IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO	14.841	0,1
REFINO PETRÓLEO, COQUE E ÁLCOOL	11.796	0,1
PRODUTO QUÍMICO	213.287	1,7
ARTIGO DE BORRACHA E PLÁSTICO	103.129	0,8
PRODUTO MINERAL NÃO METÁLICO	96.306	0,8
METALURGIA BÁSICA	932.341	7,5
PRODUTO DE METAL	60.368	0,5
MÁQUINA E EQUIPAMENTO	348.996	2,8
MÁQUINA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA	493	0,0
MÁQ. APARELHO E MATERIAL ELÉTRICO	139.426	1,1
MATERIAL ELETRÔNICO E COMUNICAÇÃO	91.328	0,7
EQUIP MÉDICO, PRECISÃO, AUTOM INDL	2.547	0,0
VEÍCULO AUTOMOTOR	838.245	6,8
OUTROS EQUIP TRANSPORTE	1.447.270	11,7
MÓVEL E INDÚSTRIAS DIVERSAS	28.601	0,2
RECICLAGEM	1.916	0,0

FONTE: AP/DEPLAN

Desembolsos do BNDES para FBCF

	FBCF/PIB	DESEMB.	Variações anuais em p.p.	
			FBCF/PIB	DESEMB.
1990	20,90	3,25		
1991	18,39	4,20	-2,51	0,95
1992	18,32	4,42	-0,07	0,22
1993	18,25	4,04	-0,07	-0,38
1994	18,32	4,58	0,07	0,54
1995	19,24	4,22	0,92	-0,36
1996	19,06	4,30	-0,18	0,08
1997	19,62	5,18	0,56	0,88
1998	19,61	6,25	-0,01	1,07
1999	17,75	5,97	-1,86	-0,28

Fonte: Platttek, 2001

INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS

Fluxos de Investimentos e reinvestimentos estrangeiros registrados no Brasil
Indústria de transformação - valores em US\$ milhões

Período	1991	1992	1993	1994	média
Veículos Automotores	-7,3	-69,7	1.629,4	208,1	440,1
Químicos Diversos	98,4	70,0	-106,2	405,3	116,9
Material Elétrico e de Comunicações	29,3	11,9	-16,2	211,9	59,2
Alimentos Diversos	-13,2	117,6	33,2	88,7	56,6
Metalurgia	79,7	-77,8	16,2	120,0	34,5
Têxtil	-5,2	5,8	20,1	69,2	22,5
Farmácia e Perfumaria	28,3	-13,6	61,4	5,9	20,5
Construção Naval	6,1	-0,4	24,6	43,9	18,6
Madeira	8,9	10,3	-7,4	58,6	17,6
Fósforos Tintas e Vernizes	-107,8	39,1	136,6	2,2	17,5
Construção Aérea	71,4	-11,4	-0,6	0,9	15,1
Adubos e Fertilizantes	5,5	-0,2	8,7	33,3	11,8
Bebidas	7,8	15,8	-0,4	5,9	7,3
Mecânica	42,6	-194,9	-28,7	203,1	5,5
Frigorífico	0,5	1,0	-0,2	10,9	3,1
Cimento	-0,5	-9,5	-3,0	24,4	2,9
Borracha	200,2	-242,3	8,7	36,8	0,8
Beneficiamento Torrefação e Moagem	1,3	1,6	8,7	-12,4	-0,2
Material Ferroviário	-1,9	-0,1	0,0	0,0	-0,5
Vidro e cristal	6,8	-21,9	2,4	8,9	-0,9
Vestuário	8,7	6,2	-62,0	43,0	-1,0
Editorial e Gráfica	-0,2	-9,3	-2,5	4,1	-2,0
Papel e Celulose	14,6	-37,5	13,7	0,9	-2,1
Autopeças	-146,4	25,6	0,5	111,9	-2,1
Fumo	1,7	-5,6	-26,6	17,8	-3,2
Material de Construção	-3,1	-14,3	-25,6	26,9	-4,0
Siderurgia	0,1	-117,5	2,6	26,0	-22,2
Derivados de Petróleo	77,2	-62,9	40,4	-206,9	-38,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Conversão de outras moedas em US\$ pelas taxas cambiais de final de período. Valores referentes a registros de investimentos no BCB, não conciliáveis com dados de Balanços de Pagamentos. Média e desvio padrão dos fluxos: 27,7 e 85,7, respectivamente.

BCB - DIRETORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS / FIRCE

Ingressos de Investimentos Diretos

Valores por Atividade de Aplicação de Recursos

Censo de Capitais Estrangeiros/1996 - valores em US\$milhões

Discriminação	1995	2000	1996
	Estoque	Estoque	Fluxo
Fabr. produtos aliments. e bebidas	2.332,4	4618,7	185,9
Fabr. de produtos do fumo	715,4	723,8	250,0
Fabr. de produtos têxteis	527,8	676,7	72,8
Conf. de arts. vestuário e acessórios	78,1	148,5	0,0
Prep. couros, fabr. artefs. e calçados	426,9	49,3	0,0
Fabr. de produtos de madeira	29,0	239,7	0,0
Fabr. celul., papel e produtos papel	1.401,6	1572,7	21,9
Edição, impressão, repr. gravações	116,6	190,9	0,0
Fabr. coque, petróL., combs. nucls.,	0,0	0,7	0,0
Fabr. de produtos químicos	4.747,7	6042,7	221,6
Fabr. artigos de borracha e plástico	1.317,9	1781,9	30,2
Fabr. produtos minerais não-metáls.	816,0	1170,3	194,9
Metalurgia básica	2.566,2	2513,3	30,2
Fabr. de produtos de metal	572,8	593,3	63,7
Fabr. máquinas e equipamentos	2.072,3	3324,4	179,2
Fabr. máquinas escrit. e equps.	441,4	281,3	10,0
Fabr. máquinas, apars. e mats.	1.100,3	990,3	30,2
Fabr. mat. eletrôn. e equps. de	589,7	2169,2	62,1
Fabr. equps. méds., ótics., automação,	168,4	735,9	57,8
Fabr. mont. veícs. automs., rebs.	2.851,3	6351,4	286,1
Fabr. outros equps. transporte	223,0	355,8	0,0
Fabr. móveis e indústrias diversas	294,4	182,8	43,4

Considera os ingressos de investimentos acima de US\$ 10 milhões por empresas receptoras/ano. Conversões em US\$ às paridades históricas.

GASTOS EM PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Participação % de Gastos em P&D no Faturamento Médio das Empresas										
SETORES	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Extração mineral	1,02									1,02
Produtos de Origem Vegetal	0,45									0,45
Minerais Não Metálicos	1,10									1,10
Meturgia	0,28	0,33	1,28	0,89	0,78	0,35	0,51	0,24	1,05	0,63
Máquinas Industriais (1)	1,99	1,76	1,41	1,19	0,40	2,55	2,92	3,12	1,21	1,84
Material Elétrico e de Comunicações	1,51	1,02								1,26
Papel e Celulose	1,40	1,32	0,35	0,36	0,48	0,48	0,52	0,50	0,70	0,68
Química	1,25	0,70	0,86	0,64	0,80	0,56	0,62	0,83	0,62	0,76
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1,67									1,67
Produtos Alimentares	0,21	0,10	0,13		0,22	0,15	0,17	0,25	0,20	0,18
Energia, Água e Esgoto e Limpeza Pública	0,11									0,11
Cerâmica			0,78	1,82	2,71	5,55	2,84	0,72	0,99	2,20
Meturgia de Produtos Primários			0,36	0,25	0,29	0,27	0,34	0,36	0,24	0,30
Equipamentos de Transporte			3,46	2,89	4,29	6,81	1,95	2,50	4,07	3,71
Material Plástico e Borracha (2)	0,34		0,97	1,49	1,19	0,89	1,12	1,38	0,92	1,04
Equipamentos Elétricos			2,42	0,87	1,13	1,22	1,43	2,05	1,60	1,53
Instrumentos de Medição				1,76	2,14	1,60	2,05	6,86	3,32	2,96
Média Geral	1,14	0,61	0,67	0,60	0,69	0,74	0,69	0,86	0,76	0,75
Número de Empresas Informantes	42	42	n/d	444	560	328	289	326	207	

(1) Apenas Máquinas em 1991 E 1992

(2) Apenas Material Plástico em 1991

GANHOS DE PRODUTIVIDADE

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VBP & Importação Intermediária (42 setores)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
41 ALUGUEL DE IMÓVEIS	121,5	-8,8	-21,2	-19,0	56,3	42,9	28,6
12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	6,0	12,9	22,6	-8,0	40,5	8,7	13,8
37 COMUNICAÇÕES	4,0	13,2	13,7	-23,7	13,2	47,5	11,3
11 MATERIAL ELETRÔNICO	5,9	-0,8	19,3	-2,8	27,1	8,5	9,5
05 SIDERURGIA	3,7	16,7	8,9	5,9	2,9	19,1	9,5
02 EXTRATIVA MINERAL	14,0	8,2	-13,2	-2,2	14,0	27,4	8,0
16 BORRACHA	1,6	6,6	13,3	-0,8	6,0	20,1	7,8
33 SERV. IND. DE UTIL. PÚBLICA	20,4	11,5	-7,4	-0,1	5,6	16,3	7,7
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	4,6	10,9	8,1	0,0	3,4	15,8	7,1
22 TÊXTIL	2,9	0,4	4,9	0,4	12,1	21,9	7,1
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-2,5	17,1	15,5	-5,2	6,6	10,6	7,0
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	8,1	15,1	11,2	-12,3	5,5	12,6	6,7
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	3,5	26,9	4,1	0,8	-5,2	6,7	6,1
03 EXTR. PETR./GÁS/ CARVÃO/OUT.	11,7	-35,1	-38,5	21,8	2,5	71,6	5,7
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	15,2	5,8	21,3	-6,0	-10,2	6,4	5,4
19 QUÍMICOS DIVERSOS	4,6	5,3	10,5	-4,6	1,6	11,9	4,9
10 MATERIAL ELÉTRICO	1,9	20,6	5,2	-12,7	9,8	3,7	4,8
42 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-10,1	-8,8	14,7	-3,9	39,5	-4,2	4,5
34 CONSTRUÇÃO CIVIL	-2,7	7,4	7,8	-4,2	16,7	1,0	4,3
38 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-9,3	80,5	33,0	-50,0	-26,6	-3,5	4,0
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	-0,8	4,8	8,2	-5,2	6,4	9,6	3,8
01 AGROPECUÁRIA	-6,8	-1,3	-2,2	14,4	9,8	9,0	3,8
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	2,7	1,7	7,2	-10,7	14,0	7,4	3,7
25 IND. DO CAFÉ	-5,9	8,1	8,7	13,7	-12,8	10,3	3,7
21 MATERIAL PLÁSTICO	-0,8	-4,4	5,5	-5,8	10,5	15,5	3,4
08 MÁQUINAS E TRATORES	-3,3	8,7	21,1	-5,3	1,7	-2,8	3,3
15 PAPEL E GRÁFICA	-1,9	-3,3	18,3	-10,4	11,3	1,6	2,6
39 SERV. PREST. ÀS FAMÍLIAS	0,4	3,6	10,4	-20,3	14,6	3,1	1,9
07 METALURGIA	4,2	-2,9	6,1	2,4	-1,6	-1,4	1,2
29 IND. DO AÇÚCAR	0,2	1,5	-8,2	5,4	-3,1	10,4	1,0
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-9,3	11,2	11,3	-13,9	9,1	-6,1	0,4
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	-2,0	-6,3	4,0	-14,8	14,3	6,4	0,3
43 SERV. PRIV. NÃO MERCANTIS	-9,0	6,2	5,6	-20,0	17,6	-0,8	-0,1
24 CALÇADOS / COURO E PELES	-6,8	0,9	7,4	-18,2	10,6	4,5	-0,3
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	7,7	-7,0	-1,6	-2,1	-1,2	2,4	-0,3
27 ABATE E PREP. DE CARNES	-4,3	-2,2	11,1	-14,7	5,6	0,9	-0,6
40 SERV. PREST. ÀS EMPRESAS	-1,4	-2,6	16,4	-24,4	3,3	3,5	-0,9
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	-7,5	-2,6	5,8	-7,8	3,3	-1,7	-1,8
36 TRANSPORTE	-5,6	4,7	2,8	-15,7	3,8	-4,5	-2,4
35 COMÉRCIO	-10,7	-2,5	4,8	-16,7	6,5	-1,5	-3,4
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-5,0	-9,1	-22,7	-9,3	8,2	10,6	-4,6
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-4,9
Média	2,9	5,0	6,0	-7,7	8,7	10,0	4,1
Desvio Padrão	20,2	15,8	12,9	12,2	13,8	15,0	5,7

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VBP - sem importações (42 setores)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
41 ALUGUEL DE IMÓVEIS	121,5	-8,8	-21,2	-19,0	56,3	42,9	28,6
12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	5,9	12,9	22,6	-8,0	40,6	8,6	13,8
37 COMUNICAÇÕES	3,8	13,5	14,0	-23,7	12,8	47,4	11,3
05 SIDERURGIA	3,2	17,1	9,1	5,7	2,3	19,3	9,5
03 EXTR. PETR./GÁS/CARVÃO/OUT.	8,8	-32,5	-35,5	19,2	7,3	81,0	8,0
02 EXTRATIVA MINERAL	14,6	8,2	-13,4	-3,1	13,9	27,4	7,9
33 SERV. IND. DE UTIL. PÚBLICA	18,3	12,9	-6,2	-0,1	5,6	16,8	7,9
11 MATERIAL ELETRÔNICO	0,1	-1,0	18,8	-6,8	28,5	4,8	7,4
16 BORRACHA	0,7	6,8	12,5	-2,5	4,3	20,3	7,0
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	3,6	11,6	7,6	-1,6	4,1	16,3	6,9
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	2,6	27,1	4,0	0,7	-6,3	7,0	5,9
22 TÊXTIL	1,8	0,0	1,7	-0,4	10,5	21,0	5,8
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	5,1	14,7	10,2	-12,1	2,2	12,9	5,5
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-4,6	16,4	14,0	-5,1	4,8	7,4	5,5
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	15,7	7,4	22,4	-8,6	-12,9	7,2	5,2
42 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-10,2	-8,9	14,5	-3,8	39,6	-4,2	4,5
34 CONSTRUÇÃO CIVIL	-2,7	7,4	7,8	-4,2	16,7	1,0	4,3
10 MATERIAL ELÉTRICO	1,9	20,7	4,7	-13,8	10,6	1,5	4,3
38 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-9,1	81,3	33,0	-50,0	-26,9	-3,5	4,1
19 QUÍMICOS DIVERSOS	3,4	4,8	10,0	-6,3	0,4	11,7	4,0
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	-1,1	5,0	8,1	-5,5	6,5	9,6	3,8
01 AGROPECUÁRIA	-7,1	-0,8	-2,4	14,2	9,6	9,0	3,8
25 IND. DO CAFÉ	-5,9	8,1	8,7	13,8	-12,8	10,3	3,7
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	2,6	2,1	7,2	-10,8	13,3	7,4	3,6
08 MÁQUINAS E TRATORES	-4,0	10,0	21,1	-5,7	0,0	-2,1	3,2
21 MATERIAL PLÁSTICO	-1,4	-4,9	4,9	-6,4	8,7	15,4	2,7
15 PAPEL E GRÁFICA	-2,1	-3,3	17,2	-10,8	10,3	1,8	2,2
39 SERV. PREST. ÀS FAMÍLIAS	0,4	3,5	10,1	-20,2	14,5	3,0	1,9
29 IND. DO AÇÚCAR	0,2	1,2	-8,2	5,5	-3,1	10,4	1,0
07 METALURGIA	3,9	-2,8	5,5	2,4	-2,6	-1,8	0,7
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	-2,2	-5,4	3,5	-15,3	13,6	6,8	0,1
43 SERV. PRIV. NÃO MERCANTIS	-9,0	6,2	5,6	-20,0	17,6	-0,8	-0,1
24 CALÇADOS / COURO E PELES	-7,5	1,6	7,1	-18,7	11,1	4,7	-0,3
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-14,6	16,9	12,8	-17,8	8,3	-7,4	-0,3
27 ABATE E PREP. DE CARNES	-4,0	-2,1	11,2	-14,8	5,6	1,0	-0,5
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	7,7	-7,3	-1,8	-2,3	-2,0	2,3	-0,6
40 SERV. PREST. ÀS EMPRESAS	-2,4	-3,8	15,0	-23,7	3,9	3,7	-1,2
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	-7,5	-2,7	5,8	-7,7	3,2	-2,0	-1,8
36 TRANSPORTE	-7,1	4,1	4,0	-15,6	5,2	-2,0	-1,9
35 COMÉRCIO	-10,9	-2,5	4,8	-16,8	6,6	-1,5	-3,4
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-5,0
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-5,5	-9,2	-24,2	-10,1	6,8	9,2	-5,5
Média	2,1	5,3	5,9	-8,3	8,3	10,1	3,9
Desvio Padrão	20,3	15,8	12,7	12,0	14,1	16,0	5,7

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VA (exclui demanda interm. Nac. e imp.) (42 setores)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
27 ABATE E PREP. DE CARNES	57,8	-87,0	3170,6	-42,5	28,3	10,1	522,9
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	92,2	-33,4	134,7	-73,3	386,5	28,7	89,2
12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	41,6	-8,9	103,8	-46,1	316,6	-6,3	66,8
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-63,5	239,3	35,6	-24,9	8,8	-6,6	31,5
41 ALUGUEL DE IMÓVEIS	133,9	-10,1	-23,3	-19,1	61,5	45,0	31,3
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	79,8	124,2	-34,0	-13,5	-39,2	21,3	23,1
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	-25,4	138,2	55,7	-28,0	-5,6	-11,0	20,7
15 PAPEL E GRÁFICA	19,2	-35,0	-35,2	-22,6	203,1	-16,5	18,8
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	52,7	22,8	66,4	-18,8	-17,4	-8,5	16,2
34 CONSTRUÇÃO CIVIL	-9,3	37,0	22,1	-2,9	41,0	3,8	15,3
05 SIDERURGIA	41,8	47,7	2,5	-21,5	16,3	-8,2	13,1
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	35,9	42,1	4,0	-46,2	33,1	9,4	13,1
37 COMUNICAÇÕES	-7,3	24,3	9,3	-22,6	21,8	45,5	11,8
33 SERV. IND. DE UTIL. PÚBLICA	6,5	24,2	-3,6	-2,7	14,6	19,9	9,8
08 MÁQUINAS E TRATORES	-2,9	32,5	42,8	-19,2	6,4	-3,9	9,3
03 EXTR. PETR./GÁS/CARVÃO/OUT.	12,6	-41,1	-52,9	28,4	1,2	107,2	9,2
11 MATERIAL ELETRÔNICO	5,1	1,0	17,2	-14,8	42,2	-0,9	8,3
16 BORRACHA	0,4	8,8	15,2	-9,1	18,6	9,4	7,2
01 AGROPECUÁRIA	-10,0	-11,8	-4,1	43,1	16,1	3,1	6,1
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	5,7	28,3	-2,2	5,4	-6,4	0,8	5,3
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-7,5	30,6	17,4	-16,0	10,0	-4,1	5,1
22 TÊXTIL	-13,0	-9,4	22,0	-24,8	39,8	15,6	5,0
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	42,7	25,4	3,0	-36,5	-18,0	10,6	4,5
39 SERV. PREST. ÀS FAMÍLIAS	3,1	2,9	11,9	-20,2	21,9	5,9	4,3
42 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-12,1	-9,7	8,2	-0,8	35,6	2,0	3,9
02 EXTRATIVA MINERAL	34,9	9,1	-29,5	-14,6	11,2	11,5	3,8
38 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-11,8	91,1	34,8	-53,7	-34,7	-7,7	3,0
21 MATERIAL PLÁSTICO	-12,8	-15,9	23,0	-26,7	29,7	17,4	2,5
24 CALÇADOS / COURO E PELES	6,1	29,8	3,4	-40,4	18,5	-3,5	2,3
43 SERV. PRIV. NÃO MERCANTIS	-8,8	6,2	5,0	-20,1	19,0	-0,6	0,1
07 METALURGIA	15,6	-27,3	16,9	2,8	-0,2	-8,6	-0,1
19 QUÍMICOS DIVERSOS	7,4	-5,1	7,2	-31,7	-5,5	25,3	-0,4
40 SERV. PREST. ÀS EMPRESAS	-0,3	-4,5	16,9	-25,5	4,0	2,7	-1,1
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	4,3	-24,5	27,9	-11,9	13,0	-16,2	-1,2
10 MATERIAL ELÉTRICO	-3,5	24,6	-9,0	-32,5	21,4	-16,3	-2,5
36 TRANSPORTE	0,6	-3,9	-3,8	-9,5	6,2	-8,3	-3,1
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	17,7	-14,7	-6,5	1,0	-8,2	-15,5	-4,4
35 COMÉRCIO	-10,7	-10,0	-3,4	-6,3	6,2	-8,1	-5,4
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-29,6	-1,7	-1,7	-39,3	32,4	-5,8	-7,6
29 IND. DO AÇÚCAR	-5,6	4,0	17,8	-8,4	-32,3	-30,4	-9,2
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-5,4	-12,5	-30,4	-16,2	0,1	1,6	-10,4
25 IND. DO CAFÉ	-298,4	-385,8	-221,1	48,4	-2,3	-24,6	-147,3
Média	4,3	5,8	81,8	-17,5	31,3	4,4	18,3
Desvio Padrão	59,1	81,7	490,7	22,9	81,5	22,9	85,3

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VBP & Importação Intermediária - Indústria de Transformação

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
C2.1 05 SIDERURGIA	3,7	16,7	8,9	5,9	2,9	19,1	9,5
C2.2 07 METALURGIA	4,2	-2,9	6,1	2,4	-1,6	-1,4	1,2
C3.1 06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	3,5	26,9	4,1	0,8	-5,2	6,7	6,1
C3.2 10 MATERIAL ELÉTRICO	1,9	20,6	5,2	-12,7	9,8	3,7	4,8
C3.3 11 MATERIAL ELETRÔNICO	5,9	-0,8	19,3	-2,8	27,1	8,5	9,5
C4.1 13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-2,5	17,1	15,5	-5,2	6,6	10,6	7,0
C4.2 12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	6,0	12,9	22,6	-8,0	40,5	8,7	13,8
C5.1 22 TÊXTIL	2,9	0,4	4,9	0,4	12,1	21,9	7,1
C5.2 23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-4,9
C6.2 18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	8,1	15,1	11,2	-12,3	5,5	12,6	6,7
C6.3 19 QUÍMICOS DIVERSOS	4,6	5,3	10,5	-4,6	1,6	11,9	4,9
C6.4 16 BORRACHA	1,6	6,6	13,3	-0,8	6,0	20,1	7,8
C6.5 21 MATERIAL PLÁSTICO	-0,8	-4,4	5,5	-5,8	10,5	15,5	3,4
C6.6 20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-9,3	11,2	11,3	-13,9	9,1	-6,1	0,4
Média	0,9	8,7	9,9	-5,4	9,7	9,3	5,5
Desvio Padrão	6,8	10,0	6,3	7,1	11,7	8,4	4,6

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VBP (s/ imp.) - Indústria de Transformação

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
C2.1 05 SIDERURGIA	3,2	17,1	9,1	5,7	2,3	19,3	9,5
C2.2 07 METALURGIA	3,9	-2,8	5,5	2,4	-2,6	-1,8	0,7
C3.1 06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	2,6	27,1	4,0	0,7	-6,3	7,0	5,9
C3.2 10 MATERIAL ELÉTRICO	1,9	20,7	4,7	-13,8	10,6	1,5	4,3
C3.3 11 MATERIAL ELETRÔNICO	0,1	-1,0	18,8	-6,8	28,5	4,8	7,4
C4.1 13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-4,6	16,4	14,0	-5,1	4,8	7,4	5,5
C4.2 12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	5,9	12,9	22,6	-8,0	40,6	8,6	13,8
C5.1 22 TÊXTIL	1,8	0,0	1,7	-0,4	10,5	21,0	5,8
C5.2 23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-5,0
C6.2 18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	5,1	14,7	10,2	-12,1	2,2	12,9	5,5
C6.3 19 QUÍMICOS DIVERSOS	3,4	4,8	10,0	-6,3	0,4	11,7	4,0
C6.4 16 BORRACHA	0,7	6,8	12,5	-2,5	4,3	20,3	7,0
C6.5 21 MATERIAL PLÁSTICO	-1,4	-4,9	4,9	-6,4	8,7	15,4	2,7
C6.6 20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-14,6	16,9	12,8	-17,8	8,3	-7,4	-0,3
Média	-0,7	9,0	9,3	-6,4	8,8	8,5	4,8
Desvio Padrão	7,0	10,3	6,5	7,4	12,3	8,8	4,5

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VA (exclui demanda interm. Nac. e imp.) - Indústria de Transformação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
	C2.1 05 SIDERURGIA	41,8	47,7	2,5	-21,5	16,3	
C2.2 07 METALURGIA	15,6	-27,3	16,9	2,8	-0,2	-8,6	-0,1
C3.1 06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	5,7	28,3	-2,2	5,4	-6,4	0,8	5,3
C3.2 10 MATERIAL ELÉTRICO	-3,5	24,6	-9,0	-32,5	21,4	-16,3	-2,5
C3.3 11 MATERIAL ELETRÔNICO	5,1	1,0	17,2	-14,8	42,2	-0,9	8,3
C4.1 13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-7,5	30,6	17,4	-16,0	10,0	-4,1	5,1
C4.2 12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	41,6	-8,9	103,8	-46,1	316,6	-6,3	66,8
C5.1 22 TÊXTIL	-13,0	-9,4	22,0	-24,8	39,8	15,6	5,0
C5.2 23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-29,6	-1,7	-1,7	-39,3	32,4	-5,8	-7,6
C6.2 18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	-25,4	138,2	55,7	-28,0	-5,6	-11,0	20,7
C6.3 19 QUÍMICOS DIVERSOS	7,4	-5,1	7,2	-31,7	-5,5	25,3	-0,4
C6.4 16 BORRACHA	0,4	8,8	15,2	-9,1	18,6	9,4	7,2
C6.5 21 MATERIAL PLÁSTICO	-12,8	-15,9	23,0	-26,7	29,7	17,4	2,5
C6.6 20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-63,5	239,3	35,6	-24,9	8,8	-6,6	31,5
Média	-2,7	32,2	21,7	-21,9	37,0	0,0	11,0
Desvio Padrão	27,3	72,2	28,9	14,6	82,1	12,2	18,8

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo YBP & Importação Intermediária - Indústria de Transformação							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
12 AUTOM./CAMINHÕES/ÔNIBUS	6,0	12,9	22,6	-8,0	40,5	8,7	13,8
11 MATERIAL ELETRÔNICO	5,9	-0,8	19,3	-2,8	27,1	8,5	9,5
05 SIDERURGIA	3,7	16,7	8,9	5,9	2,9	19,1	9,5
16 BARRACHA	1,6	6,6	13,3	-0,8	6,0	20,1	7,8
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	4,6	10,9	8,1	0,0	3,4	15,8	7,1
22 TÊXTIL	2,9	0,4	4,9	0,4	12,1	21,9	7,1
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-2,5	17,1	15,5	-5,2	6,6	10,6	7,0
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	8,1	15,1	11,2	-12,3	5,5	12,6	6,7
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	3,5	26,9	4,1	0,8	-5,2	6,7	6,1
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	15,2	5,8	21,3	-6,0	-10,2	6,4	5,4
19 QUÍMICOS DIVERSOS	4,6	5,3	10,5	-4,6	1,6	11,9	4,9
10 MATERIAL ELÉTRICO	1,9	20,6	5,2	-12,7	9,8	3,7	4,8
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	-0,8	4,8	8,2	-5,2	6,4	9,6	3,8
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	2,7	1,7	7,2	-10,7	14,0	7,4	3,7
25 IND. DO CAFÉ	-5,9	8,1	8,7	13,7	-12,8	10,3	3,7
21 MATERIAL PLÁSTICO	-0,8	-4,4	5,5	-5,8	10,5	15,5	3,4
08 MÁQUINAS E TRATORES	-3,3	8,7	21,1	-5,3	1,7	-2,8	3,3
15 PAPEL E GRÁFICA	-1,9	-3,3	18,3	-10,4	11,3	1,6	2,6
07 METALURGIA	4,2	-2,9	6,1	2,4	-1,6	-1,4	1,2
29 IND. DO AÇÚCAR	0,2	1,5	-8,2	5,4	-3,1	10,4	1,0
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-9,3	11,2	11,3	-13,9	9,1	-6,1	0,4
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	-2,0	-6,3	4,0	-14,8	14,3	6,4	0,3
24 CALÇADOS / COURO E PELES	-6,8	0,9	7,4	-18,2	10,6	4,5	-0,3
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	7,7	-7,0	-1,6	-2,1	-1,2	2,4	-0,3
27 ABATE E PREP. DE CARNES	-4,3	-2,2	11,1	-14,7	5,6	0,9	-0,6
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	-7,5	-2,6	5,8	-7,8	3,3	-1,7	-1,8
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-5,0	-9,1	-22,7	-9,3	8,2	10,6	-4,6
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-4,9
Média	0,2	4,8	8,1	-5,8	6,7	7,6	3,6
Desvio Padrão	6,5	9,1	9,3	7,7	10,4	7,2	4,3

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VBP (s/ imp.) - Indústria de Transformação

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	5,9	12,9	22,6	-8,0	40,6	8,6	13,8
05 SIDERURGIA	3,2	17,1	9,1	5,7	2,3	19,3	9,5
11 MATERIAL ELETRÔNICO	0,1	-1,0	18,8	-6,8	28,5	4,8	7,4
16 BORRACHA	0,7	6,8	12,5	-2,5	4,3	20,3	7,0
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	3,6	11,6	7,6	-1,6	4,1	16,3	6,9
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	2,6	27,1	4,0	0,7	-6,3	7,0	5,9
22 TÊXTIL	1,8	0,0	1,7	-0,4	10,5	21,0	5,8
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	5,1	14,7	10,2	-12,1	2,2	12,9	5,5
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-4,6	16,4	14,0	-5,1	4,8	7,4	5,5
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	15,7	7,4	22,4	-8,6	-12,9	7,2	5,2
10 MATERIAL ELÉTRICO	1,9	20,7	4,7	-13,8	10,6	1,5	4,3
19 QUÍMICOS DIVERSOS	3,4	4,8	10,0	-6,3	0,4	11,7	4,0
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	-1,1	5,0	8,1	-5,5	6,5	9,6	3,8
25 IND. DO CAFÉ	-5,9	8,1	8,7	13,8	-12,8	10,3	3,7
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	2,6	2,1	7,2	-10,8	13,3	7,4	3,6
08 MÁQUINAS E TRATORES	-4,0	10,0	21,1	-5,7	0,0	-2,1	3,2
21 MATERIAL PLÁSTICO	-1,4	-4,9	4,9	-6,4	8,7	15,4	2,7
15 PAPEL E GRÁFICA	-2,1	-3,3	17,2	-10,8	10,3	1,8	2,2
29 IND. DO AÇÚCAR	0,2	1,2	-8,2	5,5	-3,1	10,4	1,0
07 METALURGIA	3,9	-2,8	5,5	2,4	-2,6	-1,8	0,7
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	-2,2	-5,4	3,5	-15,3	13,6	6,8	0,1
24 CALÇADOS / COURO E PELES	-7,5	1,6	7,1	-18,7	11,1	4,7	-0,3
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-14,6	16,9	12,8	-17,8	8,3	-7,4	-0,3
27 ABATE E PREP. DE CARNES	-4,0	-2,1	11,2	-14,8	5,6	1,0	-0,5
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	7,7	-7,3	-1,8	-2,3	-2,0	2,3	-0,6
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	-7,5	-2,7	5,8	-7,7	3,2	-2,0	-1,8
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-17,3	-3,4	-0,1	-19,2	11,4	-1,1	-5,0
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-5,5	-9,2	-24,2	-10,1	6,8	9,2	-5,5
Média	-0,7	5,1	7,7	-6,5	6,0	7,2	3,1
Desvio Padrão	6,6	9,4	9,6	7,8	10,8	7,2	4,2

Ganhos Percentuais de Produtividade Anuais pelo VA (exclui demanda interm. Nac. e imp.) - Indústria de Transformaçã							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
27 ABATE E PREP. DE CARNES	57,8	-87,0	3170,6	-42,5	28,3	10,1	522,9
28 RESFR. E PREP. DO LEITE E LAT.	92,2	-33,4	134,7	-73,3	386,5	28,7	89,2
12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	41,6	-8,9	103,8	-46,1	316,6	-6,3	66,8
20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-63,5	239,3	35,6	-24,9	8,8	-6,6	31,5
30 ÓLEOS VEG. E GORDURAS ALIM.	79,8	124,2	-34,0	-13,5	-39,2	21,3	23,1
18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	-25,4	138,2	55,7	-28,0	-5,6	-11,0	20,7
15 PAPEL E GRÁFICA	19,2	-35,0	-35,2	-22,6	203,1	-16,5	18,8
17 ELEM. QUÍMICOS NÃO-PETROQ.	52,7	22,8	66,4	-18,8	-17,4	-8,5	16,2
05 SIDERURGIA	41,8	47,7	2,5	-21,5	16,3	-8,2	13,1
31 ALIMENTOS E BEBIDAS	35,9	42,1	4,0	-46,2	33,1	9,4	13,1
08 MÁQUINAS E TRATORES	-2,9	32,5	42,8	-19,2	6,4	-3,9	9,3
11 MATERIAL ELETRÔNICO	5,1	1,0	17,2	-14,8	42,2	-0,9	8,3
16 BORRACHA	0,4	8,8	15,2	-9,1	18,6	9,4	7,2
06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	5,7	28,3	-2,2	5,4	-6,4	0,8	5,3
13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACCESS.	-7,5	30,6	17,4	-16,0	10,0	-4,1	5,1
22 TÊXTIL	-13,0	-9,4	22,0	-24,8	39,8	15,6	5,0
26 PROD. DE OR. VEGETAL / FUMO	42,7	25,4	3,0	-36,5	-18,0	10,6	4,5
21 MATERIAL PLÁSTICO	-12,8	-15,9	23,0	-26,7	29,7	17,4	2,5
24 CALÇADOS / COURO E PELES	6,1	29,8	3,4	-40,4	18,5	-3,5	2,3
07 METALURGIA	15,6	-27,3	16,9	2,8	-0,2	-8,6	-0,1
19 QUÍMICOS DIVERSOS	7,4	-5,1	7,2	-31,7	-5,5	25,3	-0,4
14 MADEIRA E MOBILIÁRIO	4,3	-24,5	27,9	-11,9	13,0	-16,2	-1,2
10 MATERIAL ELÉTRICO	-3,5	24,6	-9,0	-32,5	21,4	-16,3	-2,5
04 MINERAIS NÃO-METÁLICOS	17,7	-14,7	-6,5	1,0	-8,2	-15,5	-4,4
23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-29,6	-1,7	-1,7	-39,3	32,4	-5,8	-7,6
29 IND. DO AÇÚCAR	-5,6	4,0	17,8	-8,4	-32,3	-30,4	-9,2
32 INDÚSTRIAS DIVERSAS	-5,4	-12,5	-30,4	-16,2	0,1	1,6	-10,4
25 IND. DO CAFÉ	-298,4	-385,8	-221,1	48,4	-2,3	-24,6	-147,3
Média	2,1	4,9	123,1	-21,7	38,9	-1,3	24,3
Desvio Padrão	67,7	98,4	600,1	21,8	98,3	14,8	104,4

MARGENS DE LUCRO

Margens de Lucro (VBP & Imp. Int. sobre Custos Nac. e Imp.) - var. % anual - Indústria de Transformação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	média
C2.1 05 SIDERURGIA	13,0	14,8	-4,0	-14,1	5,6	-10,0	0,9
C2.2 07 METALURGIA	11,0	-22,0	7,1	0,3	1,1	-5,6	-1,3
C3.1 06 METALURGIA DOS NÃO-FERR.	6,8	3,9	-16,8	13,7	-3,9	-14,1	-1,7
C3.2 10 MATERIAL ELÉTRICO	-8,1	5,0	-17,5	-20,3	7,9	-13,7	-7,8
C3.3 11 MATERIAL ELETRÔNICO	-1,0	2,8	-2,7	-15,8	15,3	-11,1	-2,1
C4.1 13 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESS.	-5,0	12,1	2,0	-12,2	3,2	-11,8	-2,0
C4.2 12 AUTOM. / CAMINHÕES / ÔNIBUS	4,4	-3,3	10,0	-9,4	35,2	-6,8	5,0
C5.1 22 TÊXTIL	-11,3	-5,7	9,4	-14,3	11,8	-3,0	-2,2
C5.2 23 VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	-15,1	1,5	-1,5	-17,7	11,1	-3,2	-4,1
C6.2 18 REF. DE PETR. E IND. PETROQ.	-15,4	58,2	81,8	-33,8	-14,1	-20,0	9,4
C6.3 19 QUÍMICOS DIVERSOS	3,9	-13,0	-3,4	-24,0	-4,1	6,9	-5,6
C6.4 16 BORRACHA	-0,8	1,5	1,2	-5,8	8,1	-6,4	-0,4
C6.5 21 MATERIAL PLÁSTICO	-13,8	-10,8	15,1	-19,0	13,2	1,5	-2,3
C6.6 20 FARMÁCIA E PERFUMARIA	-29,3	67,8	28,3	-16,8	-0,3	-0,6	8,2
Média	-4,3	8,1	7,8	-13,5	6,4	-7,0	-0,4
Desvio Padrão	11,9	25,3	24,4	11,2	11,5	7,1	4,9

PESSOAL OCUPADO

PESSOAL OCUPADO POR ATIVIDADE - 1990 - 1996

CÓDIGO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
01	14.911.400	15.268.200	15.642.100	15.571.600	15.365.300	15.163.000	13.901.400
02	301.200	278.400	261.100	268.200	246.700	230.300	182.500
03	34.100	33.400	32.700	29.600	30.100	30.700	26.400
04	545.700	506.500	478.800	468.900	462.700	443.900	427.500
05	136.400	126.500	117.400	108.600	104.000	96.000	84.100
06	71.800	67.000	57.300	55.600	55.900	56.300	55.000
07	707.700	661.300	615.800	594.100	602.200	611.900	626.900
08	520.000	452.200	433.000	414.600	431.100	421.800	416.400
10	203.600	174.600	140.900	136.100	147.900	153.400	141.100
11	163.000	139.700	112.700	109.100	118.500	122.800	112.800
12	108.400	96.500	85.900	87.700	90.200	87.900	79.200
13	290.600	258.700	230.400	235.300	242.100	236.100	212.300
14	879.000	815.800	760.800	818.500	829.600	843.100	855.800
15	458.200	447.800	439.200	408.700	427.100	433.600	422.200
16	82.600	78.400	74.900	72.000	70.300	66.900	53.800
17	91.400	91.500	85.100	78.100	75.900	77.500	75.300
18	87.600	81.900	76.600	76.900	74.600	67.600	61.600
19	197.800	198.000	184.400	168.900	164.200	158.900	154.300
20	118.700	120.600	119.600	126.100	123.200	128.500	136.400
21	192.400	182.500	168.200	170.700	163.700	164.900	155.100
22	408.000	383.100	360.000	355.900	344.900	308.000	243.000
23	1.679.000	1.574.500	1.498.900	1.575.600	1.609.400	1.644.100	1.582.600
24	433.700	406.800	406.300	428.100	403.100	360.500	331.900
25	71.000	74.300	74.500	73.200	74.200	75.500	73.400
26	324.100	322.700	322.900	316.100	319.700	324.100	312.700
27	223.700	232.600	242.100	239.500	242.300	253.300	244.700
28	59.500	61.900	64.400	62.500	63.300	67.100	63.000
29	81.100	87.700	91.300	88.900	89.900	95.300	89.500
30	52.500	51.400	50.400	49.100	49.700	50.300	47.300
31	636.400	668.200	669.100	652.800	660.800	670.200	646.700
32	265.600	273.700	286.800	291.700	286.000	272.100	234.800
33	324.000	306.900	290.700	315.100	283.500	255.100	231.500
34	3.936.000	3.681.800	3.451.200	3.550.300	3.484.100	3.429.400	3.511.000
35	7.619.200	7.675.800	7.748.500	8.242.300	8.549.600	8.870.700	8.903.800
36	2.087.300	2.061.100	2.040.300	2.064.900	2.161.800	2.265.000	2.259.400
37	174.200	168.200	172.200	178.200	184.600	182.600	170.000
38	1.005.900	928.100	871.400	884.100	839.800	798.800	775.600
39	7.482.300	7.549.000	7.625.200	7.538.500	8.079.300	8.662.600	8.786.800
40	1.472.400	1.576.100	1.687.400	1.692.700	1.853.800	2.032.200	2.169.800
41	313.400	273.800	244.100	227.200	254.600	287.300	274.600
42	5.713.800	5.990.100	6.279.800	5.965.500	5.633.500	5.320.000	5.355.400
43	4.116.100	4.604.100	4.657.100	4.838.800	5.113.700	5.406.800	5.326.000

Fonte: IBGE

SUBSÍDIOS

Renúncias Fiscais e Subsídios - R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Tributários (1)	10.743,6	27.693,2	23.063,8	26.918,4	28.323,1	34.028,7	42.601,1
Zona Franca de Manaus e Amazônia	2.032,1	2.224,3	2.663,3	3.352,1	2.718,1	2.262,6	3.294,9
Áreas de livre Comércio	3,0	35,6	47,5	48,3	48,1	29,5	25,8
Informática	272,0	296,5	410,8	480,2	534,0	1.080,3	1.230,0
Máquinas e Equipamentos	643,8	646,7	361,3	92,4	600,5	127,8	140,5
Componentes de Aeronaves e Embarcações	38,8	23,2	26,5	36,1	46,6	88,3	94,6
Lojas Francas	79,2	248,0	168,2	149,5	117,9	184,3	145,3
Bagagem	156,5	1.400,9	880,3	801,3	540,8	348,0	494,3
Mineração	0,7	0,1	0,4	0,3	2,3	0,0	0,0
Objetos de Arte	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	31,8
Material Promocional	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2
Itaipu Binacional	0,0	6,5	12,0	2,9	2,8	0,0	0,0
Construção Naval	126,2	119,2	295,5	123,1	94,8	103,1	121,7
Setor Automotivo	0,0	0,0	839,8	920,2	1.106,7	180,0	184,7
Rendimentos Isentos e não tributáveis	0,5	8.885,3	3.169,4	4.249,9	4.398,1	6.856,6	6.046,7
Deduções do rendimento Tributável	989,8	3.084,9	2.066,3	2.894,1	3.154,0	3.500,9	4.403,8
Deduções do Imposto Devido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Desenvolvimento Regional	691,6	1.453,2	2.805,5	2.181,2	1.285,8	1.283,2	1.377,0
SUDENE	59,8	387,8	829,4	567,6	174,1	206,4	292,0
SUDAM	69,2	261,3	765,8	487,1	266,7	281,5	299,6
FINOR	326,3	351,1	561,5	658,2	498,1	468,9	387,1
FINAM	225,0	438,9	626,3	453,6	335,4	315,7	378,3
FUNRES	11,3	14,0	22,5	14,8	11,4	10,7	20,1
Benefícios ao Trabalhador	31,1	107,9	200,3	171,4	172,0	265,7	126,4
Cultura	95,8	27,3	91,2	53,3	48,7	209,8	192,8
Criança e Adolescente	42,6	6,4	4,0	5,4	6,7	12,0	7,9
Audiovisual	191,0	80,4	83,3	87,9	58,2	109,6	77,8
Micro e Pequenas Empresas	0,7	534,4	711,1	1.290,4	516,7	1.247,0	2.286,3
Ciência e Tecnologia	134,3	425,2	268,9	170,0	52,7	41,7	53,1
Doações a institutos de pesquisa	0,0	0,0	0,0	1,8	2,0	2,5	1,6
Doações a entidades s/ fins lucrativos	0,0	0,0	0,0	23,5	22,5	27,8	25,9
Operações de crédito p/ habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	93,8
Operações de crédito p/ Fundos constitucionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,0	31,3
Operações de crédito p/ aquisição de taxis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,4	57,8
Propriedade Territorial Rural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0	18,0
Desporto	16,9	23,7	50,0	21,2	0,0	0,0	0,0
Destinados à exportação	3.704,2	6.930,3	7.696,1	9.638,9	12.793,0	15.985,5	22.037,0
Crédito do IPI	3.704,2	4.236,7	4.676,7	4.594,5	6.767,4	7.729,1	11.653,7
Draw-back	0,0	2.693,6	3.019,5	3.762,6	5.755,2	7.056,4	9.157,0
Créditos do PIS/COFINS	0,0	0,0	0,0	1.281,8	270,5	1.200,0	1.226,3
Outros	1.492,9	1.133,1	212,1	122,9	0,0	0,0	0,0
Previdenciários (2)	3.110,4	3.904,7	5.258,3	5.532,6	6.582,6	7.387,2	7.412,9
Seguro Especial	1.646,0	2.066,4	2.259,3	2.386,9	2.540,7	2.851,3	3.198,1
Produtor Rural Pessoa Física e Jurídica	394,3	495,0	541,2	571,8	608,7	683,0	766,1
Clubes de Futebol Profissional	46,7	58,7	64,2	45,2	48,1	54,0	60,5
SIMPLES	0,0	0,0	989,1	1.044,9	1.726,4	1.937,4	1.400,0
Empregados Domésticos	102,0	128,0	140,0	147,9	157,4	176,7	198,2
Entidades Filantrópicas	921,3	1.156,6	1.264,6	1.336,0	1.501,4	1.684,9	1.790,0
Subsídios Explícitos	1.800,6	1.866,1	1.773,7	9.001,5	1.988,2	3.342,7	18.398,8
AGF E ESTOQ. ESTRAT.	595,2	222,4	555,4	288,9	193,3	379,1	1.219,0
CUST.AGROPECUÁRIO	521,6	277,1	198,5	258,7	158,5	123,3	180,8
EGF	637,6	516,2	233,2	28,4	9,8	3,2	38,7
PRONAF	0,0	0,0	63,3	171,9	287,7	324,5	606,0
GARANTIA E SUST. DE PREÇOS	0,0	0,0	0,0	182,2	78,7	83,0	229,8
INVESTIMENTO	0,0	0,0	0,0	0,0	13,7	12,9	88,1
PROEX	46,1	40,3	302,0	615,9	816,5	856,0	1.226,5
PESA (2%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,3	122,4
Seguro Habitacional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Equalização de Juros do Crédito Rural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA (4)	0,0	0,0	421,4	529,3	311,0	1.125,4	1.094,2
FCVS	0,0	0,0	0,0	6.926,0	119,0	424,0	13.593,3
Subsídios Implícitos	4.578,8	4.251,7	4.333,3	6.191,7	5.420,3	4.292,3	4.123,8
FRD	0,0	0,0	0,0	1,4	3,6	40,8	74,7
FMM	8,4	40,1	27,7	22,2	8,4	-1,6	24,3
FND	514,2	356,1	140,1	626,3	80,6	207,9	235,7
BANCO DA TERRA	0,0	0,0	0,0	-	1,3	11,9	25,0
FAT (5)	3.162,0	2.634,8	2.865,7	3.427,2	3.712,6	2.356,4	1.390,3
FUNDOS REGIONAIS (6)	845,4	1.199,7	1.261,1	2.035,0	1.679,0	1.451,3	2.175,7
PROER	0,0	0,0	0,0	-	-	166,5	216,1
FIES (7)	0,0	0,0	0,0	-	-	11,9	-88,5
PROEX (8)	8,3	3,5	11,9	29,7	-96,0	11,9	-88,5
PRODECER (9)	1,6	4,4	3,1	0,2	0,3	0,2	0,0
CACAU (9)	1,5	2,6	0,0	1,1	0,2	0,2	0,0
RECOOP (9)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	16,3	25,2
FUNCAFÉ	37,4	10,5	23,7	48,4	30,4	30,5	45,2
TOTAL	20.233,3	36.905,7	34.429,1	47.644,1	42.314,2	49.050,9	72.536,6

MATRIZ DE INSUMO PRODUCTO

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12
1990 01	11.499.880	6.261	522	71.630	865.523	8.706	4.164	3.657	225	573	3.276
1991 01	11.485.962	4.450	509	59.109	427.130	7.419	3.510	3.111	206	519	3.019
1992 01	13.780.019	4.326	589	61.214	400.195	7.998	4.067	2.575	176	359	3.218
1993 01	14.014.839	5.995	51	69.067	478.332	11.619	4.161	110	220	475	215
1994 01	13.504.993	8.505	60	84.922	777.143	12.742	5.706	151	269	661	247
1995 01	13.280.325	9.876	73	94.674	735.874	12.754	5.755	142	296	752	224
1996 01	14.564.811	11.194	63	117.262	899.979	16.312	6.461	148	330	881	228
1990 02	324.274	326.386	5.399	709.490	459.381	372.258	72.239	32.046	21.054	24.552	6.681
1991 02	277.240	296.613	5.065	538.932	447.641	288.391	58.913	25.320	19.054	21.603	5.969
1992 02	315.195	306.821	5.260	506.735	441.247	276.138	63.804	19.742	16.708	15.679	5.909
1993 02	291.688	378.494	5.620	533.568	479.228	442.426	60.835	388	18.981	19.240	859
1994 02	213.347	464.426	6.421	456.510	643.107	347.233	61.251	496	21.960	24.156	878
1995 02	241.867	559.837	7.864	524.934	624.195	335.673	62.947	447	24.473	28.233	671
1996 02	243.058	580.181	6.313	605.114	707.283	424.813	65.423	465	25.895	31.878	658
1990 03	909	5.272	14.085	7.609	16.872	3.565	6.507	5.818	334	9.893	19
1991 03	792	188	9.770	17.627	47.533	736	15.035	100	73	67	19
1992 03	901	168	10.048	16.249	44.082	705	15.655	79	65	49	19
1993 03	840	220	13.532	17.461	101.306	1.138	15.733	36	80	63	23
1994 03	616	225	13.861	13.703	141.965	894	13.905	49	96	82	25
1995 03	692	270	16.205	14.713	103.312	867	13.402	54	109	101	25
1996 03	724	296	13.211	17.141	137.489	1.143	14.168	58	121	119	26
1990 04	99.561	86.142	29.488	3.280.386	198.266	117.457	178.011	172.016	180.476	139.818	155.583
1991 04	86.261	63.728	30.966	2.927.634	164.600	92.890	161.075	155.669	187.672	141.314	156.152
1992 04	97.488	57.919	33.657	2.839.772	141.830	90.070	176.889	125.196	169.911	105.927	157.003
1993 04	89.751	74.243	43.617	2.943.892	160.301	141.739	171.448	121.414	202.773	131.795	179.557
1994 04	66.110	82.524	56.556	2.890.925	199.083	113.728	190.069	165.759	266.451	187.752	204.648
1995 04	74.260	92.080	65.008	3.030.588	177.292	109.873	180.825	150.243	273.914	202.853	177.251
1996 04	77.863	96.930	51.746	3.427.232	202.923	142.732	187.097	150.990	286.988	227.040	173.980
1990 05	4.445	10.196	18.177	213.537	9.120.055	49.557	4.817.948	1.592.188	315.014	93.156	689.261
1991 05	4.443	7.525	17.816	186.498	7.585.000	46.170	4.221.317	1.374.923	312.127	88.506	645.713
1992 05	4.948	7.341	21.102	202.317	7.456.135	53.576	5.188.074	1.230.566	314.226	73.478	722.349
1993 05	4.800	3.469	27.121	208.247	8.140.331	68.460	4.974.889	1.231.833	370.821	84.821	815.748
1994 05	3.727	3.826	33.343	190.177	9.481.093	60.492	5.192.732	1.576.303	458.729	115.074	878.984
1995 05	3.809	4.318	36.429	198.002	8.485.392	57.813	5.174.426	1.362.154	460.995	120.204	880.677
1996 05	3.901	4.457	29.228	226.480	9.649.093	67.352	5.379.604	1.309.179	488.065	135.837	873.561

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SFT.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12
1990 06	2.959	1.674	11.672	18.762	231.843	2.454.559	1.046.480	536.469	972.622	173.652	130.776
1991 06	2.827	1.260	11.504	15.711	181.771	1.966.920	893.156	455.366	945.427	164.320	122.050
1992 06	3.071	1.130	11.774	14.483	150.749	1.940.970	922.340	344.130	802.906	115.655	115.170
1993 06	3.121	1.476	14.952	1.824	159.431	2.557.633	870.577	339.916	933.998	140.327	128.740
1994 06	2.355	1.623	18.484	1.735	194.805	2.331.795	926.761	440.863	1.169.709	190.761	139.278
1995 06	2.313	1.824	21.428	1.820	174.704	2.269.640	901.107	410.708	1.234.467	211.316	124.783
1996 06	2.406	1.887	17.593	2.064	197.973	2.740.544	962.064	426.128	1.340.269	244.728	126.800
1990 07	149.302	218.492	161.438	179.820	581.097	172.277	1.818.573	2.855.165	549.944	310.819	589.878
1991 07	150.265	164.441	165.498	156.399	483.922	156.775	1.627.440	2.539.567	558.337	307.852	570.799
1992 07	168.926	148.896	177.428	151.073	421.153	160.946	1.759.145	1.980.374	496.515	226.000	564.130
1993 07	163.344	195.443	230.852	158.678	456.125	206.855	1.729.145	2.004.238	605.197	285.722	649.076
1994 07	126.774	213.090	283.717	147.941	552.631	187.625	1.855.795	2.613.956	757.181	389.201	701.663
1995 07	128.863	238.359	278.671	159.110	503.592	182.047	1.885.206	2.416.632	799.709	432.574	730.363
1996 07	133.122	253.425	226.239	184.185	574.712	215.236	1.973.999	2.295.395	855.485	492.731	730.704
1990 08	220.351	328.731	221.388	353.334	870.462	186.042	536.048	2.756.565	495.096	169.521	466.364
1991 08	191.979	216.749	199.221	273.957	642.789	157.156	427.006	2.021.063	436.625	145.220	397.356
1992 08	273.802	244.260	270.209	325.751	683.143	195.015	559.129	1.417.970	479.286	130.412	470.302
1993 08	324.117	394.516	337.106	340.950	744.468	291.837	660.283	639.656	721.089	198.776	646.328
1994 08	229.618	371.446	334.883	275.895	782.193	231.466	614.330	824.480	778.472	233.592	609.546
1995 08	211.909	370.307	289.789	276.373	666.191	201.090	542.076	757.956	735.561	233.616	578.186
1996 08	237.710	431.497	251.536	336.658	797.665	259.471	618.014	559.972	857.370	287.732	612.905
1990 10	10.830	13.332	6.532	16.140	80.326	18.484	67.496	757.388	1.170.815	476.644	75.479
1991 10	9.387	8.616	5.886	12.047	55.893	14.457	50.856	546.499	961.078	376.224	61.011
1992 10	12.085	9.119	7.761	13.336	53.109	16.092	59.299	447.515	872.838	294.612	64.474
1993 10	13.389	14.053	9.931	14.399	61.517	22.991	63.771	466.179	1.124.274	389.408	81.355
1994 10	9.705	13.507	10.130	11.924	67.162	19.033	61.718	549.155	1.287.237	476.442	79.918
1995 10	9.656	14.270	9.181	12.691	63.248	18.704	61.561	548.542	1.328.558	559.829	75.677
1996 10	10.434	16.100	7.925	14.966	71.280	22.206	64.277	542.095	1.319.669	606.828	74.645
1990 11	5.221	18.335	4.707	32.544	52.329	8.398	21.250	215.124	90.395	2.261.141	14.863
1991 11	4.682	11.518	4.120	23.606	36.524	6.547	16.120	157.608	75.856	1.390.628	12.515
1992 11	5.930	10.987	5.152	23.296	32.974	7.152	18.633	121.060	68.522	1.208.628	13.322
1993 11	6.682	14.756	6.518	23.514	35.259	9.670	19.449	107.944	81.871	1.116.258	16.986
1994 11	4.921	13.201	6.465	17.752	34.859	7.209	17.344	111.291	83.427	1.064.648	16.447
1995 11	4.789	14.551	6.310	19.430	32.146	6.911	16.493	108.554	89.065	1.006.916	15.083
1996 11	5.304	14.316	5.069	19.663	32.847	7.589	16.632	94.866	83.229	600.970	15.317

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12
1990 12	5.105	4.161	2.577	5.839	11.495	4.337	21.182	48.993	6.043	3.102	345.468
1991 12	5.647	3.392	2.789	6.016	10.800	4.896	19.476	40.566	6.080	3.099	322.972
1992 12	6.981	3.357	3.288	6.313	10.187	5.478	21.778	32.118	5.806	2.388	326.153
1993 12	5.657	4.075	3.801	5.243	9.423	5.673	15.825	28.800	7.362	3.039	366.344
1994 12	4.266	4.202	4.353	4.696	10.915	4.978	16.560	37.233	8.724	3.985	375.490
1995 12	4.039	4.361	4.196	4.638	9.309	4.433	16.138	33.801	8.815	4.288	308.811
1996 12	4.616	5.023	3.637	5.954	11.505	5.837	17.226	30.372	9.779	5.013	304.927
1990 13	14.920	10.665	5.527	8.846	21.744	19.375	37.909	504.348	33.745	15.721	5.838.180
1991 13	12.924	7.152	5.131	6.969	16.427	15.704	31.455	387.200	29.835	13.265	4.924.776
1992 13	16.307	7.459	6.565	7.873	16.592	17.241	36.286	317.142	28.658	10.580	4.811.542
1993 13	16.697	11.164	8.391	8.310	18.552	23.234	37.764	310.388	37.929	13.937	5.544.170
1994 13	12.517	11.051	8.822	6.942	20.220	20.358	38.476	392.036	43.897	17.414	5.806.869
1995 13	13.315	11.788	7.963	7.126	17.655	20.614	38.053	398.728	45.445	19.493	4.851.205
1996 13	14.047	13.451	6.816	8.648	20.970	25.474	41.089	414.165	49.709	22.337	4.727.008
1990 14	95.310	9.388	5.674	21.183	43.403	24.730	66.259	82.408	42.446	179.257	105.497
1991 14	88.757	6.572	5.546	17.196	32.070	21.311	55.044	68.090	40.076	164.511	95.202
1992 14	97.206	5.541	5.525	15.318	26.908	20.803	55.470	50.222	33.183	111.735	87.523
1993 14	100.573	7.173	5.458	16.626	22.410	24.267	54.108	51.302	40.166	148.754	98.096
1994 14	90.518	8.259	7.000	16.520	28.757	22.868	60.724	70.081	52.919	214.660	112.038
1995 14	96.279	9.332	8.052	17.978	25.454	21.898	59.927	66.220	56.628	241.704	101.664
1996 14	104.774	9.882	6.521	20.872	29.630	25.664	62.905	67.524	60.808	275.939	101.938
1990 15	51.555	33.660	37.567	294.663	76.397	44.182	192.884	142.772	116.494	99.941	64.351
1991 15	50.870	25.920	39.381	263.229	65.493	42.139	175.894	129.278	120.992	101.001	64.080
1992 15	51.437	20.761	37.351	223.407	49.988	38.659	168.889	90.796	95.656	66.156	56.242
1993 15	46.525	25.337	46.427	221.992	52.262	47.438	156.721	88.088	109.520	78.968	61.835
1994 15	35.985	27.131	56.044	203.463	62.224	42.200	162.953	111.562	133.931	104.811	65.301
1995 15	42.886	34.894	75.949	251.575	65.367	47.195	181.847	119.297	162.083	133.110	66.854
1996 15	45.354	38.153	63.616	300.160	77.035	57.317	197.460	126.494	179.096	156.947	69.308
1990 16	3.813	35.005	4.652	49.439	100.972	10.976	61.561	261.050	37.449	16.080	795.722
1991 16	3.494	25.535	4.614	41.824	81.989	9.922	53.164	223.917	36.854	15.394	751.048
1992 16	3.732	23.532	5.039	40.870	72.018	10.454	58.760	180.968	33.513	11.591	757.406
1993 16	3.992	30.356	6.627	42.932	79.567	13.568	57.639	185.465	40.522	14.614	879.235
1994 16	2.894	32.636	8.032	39.516	95.141	12.111	60.186	235.972	49.788	19.479	934.287
1995 16	2.727	36.154	9.371	42.057	86.099	11.657	57.843	217.502	51.960	21.330	946.104
1996 16	2.924	37.019	7.351	47.007	95.013	13.289	58.815	215.807	53.740	23.574	917.611

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12
1990 17	191.856	13.705	678	170.355	129.352	241.037	67.158	32.659	28.752	9.892	22.378
1991 17	203.387	9.760	692	139.804	101.618	209.879	57.150	27.857	27.766	9.302	22.784
1992 17	210.084	9.864	757	153.311	100.726	250.637	69.172	24.476	28.042	7.725	21.468
1993 17	181.631	13.364	1.027	167.931	116.255	339.948	70.477	25.695	35.189	10.113	25.191
1994 17	148.218	14.836	1.220	161.534	145.702	319.378	76.285	33.460	44.572	13.964	26.272
1995 17	143.187	15.283	1.338	160.350	122.417	315.243	68.673	29.219	43.906	14.327	24.922
1996 17	156.239	16.208	1.125	184.823	138.904	367.718	72.606	30.462	47.386	16.397	26.606
1990 18	2.366.252	328.787	47.312	863.732	420.775	99.526	308.057	265.256	250.674	52.569	160.580
1991 18	2.086.163	227.880	44.962	692.476	332.959	87.525	266.859	234.893	266.310	70.571	156.010
1992 18	2.990.529	257.574	58.467	821.870	337.101	104.369	338.212	211.350	260.899	59.133	171.246
1993 18	3.102.497	360.127	77.450	939.042	374.394	132.118	344.513	222.988	323.789	74.256	178.984
1994 18	2.357.515	383.253	92.884	854.641	437.627	116.307	352.124	275.738	386.151	96.652	182.177
1995 18	1.944.940	342.131	87.236	741.101	331.792	96.232	289.092	222.502	366.123	93.623	145.033
1996 18	2.044.392	373.645	72.987	877.491	390.485	114.868	309.463	235.573	387.166	105.452	150.535
1990 19	7.510.450	172.759	30.010	279.914	162.380	207.248	228.451	173.427	110.867	29.113	243.436
1991 19	7.716.539	125.399	29.702	241.231	132.978	187.313	200.891	152.896	111.698	28.471	235.100
1992 19	7.987.471	109.572	30.729	244.241	117.785	192.885	229.272	127.091	105.788	21.919	249.619
1993 19	7.241.510	158.406	44.836	264.945	138.870	274.864	232.922	126.822	129.612	29.001	296.062
1994 19	5.746.479	160.495	51.198	229.097	156.467	231.417	228.358	151.407	149.515	36.361	294.517
1995 19	5.482.869	166.713	55.951	249.069	140.021	214.932	223.454	142.971	160.287	40.044	319.442
1996 19	5.966.017	186.020	47.863	315.356	171.986	269.602	256.958	160.922	188.045	49.525	353.577
1990 20	348.458	4.360	817	3.367	3.764	6.025	4.125	2.419	1.147	682	899
1991 20	290.225	3.193	834	2.914	3.149	5.448	3.445	2.055	1.108	655	871
1992 20	411.974	2.822	878	2.946	2.820	5.836	4.151	1.751	1.050	489	857
1993 20	425.733	4.015	1.231	3.160	3.158	8.091	2.595	1.344	1.090	630	1.046
1994 20	305.472	4.102	1.419	2.912	3.732	7.115	2.654	1.681	1.324	817	1.078
1995 20	259.292	4.294	1.565	2.936	3.168	6.659	2.468	1.521	1.346	898	976
1996 20	302.591	4.801	1.348	3.510	3.772	8.094	2.698	1.614	1.483	1.050	1.016
1990 21	249.239	16.651	6.125	44.877	22.750	21.586	94.663	213.505	269.256	271.534	222.044
1991 21	237.518	11.951	6.015	37.375	17.861	19.085	80.439	180.204	260.818	256.107	206.233
1992 21	254.743	10.486	6.213	34.769	15.104	19.227	84.635	138.558	225.672	183.480	198.031
1993 21	255.462	13.712	7.461	37.318	13.371	23.801	83.752	144.508	279.246	236.972	231.841
1994 21	183.136	13.939	8.541	32.461	15.099	20.081	82.656	173.703	324.137	298.667	232.564
1995 21	198.769	15.343	9.846	34.344	13.107	18.983	78.995	159.435	336.746	325.731	247.673
1996 21	233.436	18.557	9.095	45.316	16.608	25.276	94.899	187.048	411.564	424.986	283.800

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12
1990 22	202.953	14.831	2.749	36.823	23.965	8.214	13.770	51.944	9.137	12.510	78.349
1991 22	185.585	10.440	2.783	31.102	18.522	7.085	11.548	42.975	8.683	11.561	70.842
1992 22	209.398	9.467	2.819	28.086	15.968	7.359	12.377	34.005	7.654	8.432	67.225
1993 22	214.729	11.836	1.198	10.626	8.169	5.251	6.403	30.558	6.849	8.322	68.309
1994 22	164.859	12.806	1.394	9.703	9.266	4.426	6.648	39.136	8.447	10.944	64.925
1995 22	166.267	13.994	1.448	10.261	7.098	3.550	6.157	35.710	8.764	11.914	59.790
1996 22	170.686	15.017	1.173	12.314	7.947	4.097	6.564	37.185	9.643	13.954	65.571
1990 23	2.316	10.679	4.147	6.174	19.007	2.882	8.486	13.754	4.055	4.736	37.844
1991 23	2.117	7.274	3.836	4.881	14.401	2.427	6.845	11.043	3.739	4.248	33.430
1992 23	2.361	6.512	4.067	4.628	12.283	2.484	7.346	8.668	3.299	3.105	32.751
1993 23	2.407	6.899	4.381	3.957	11.126	2.643	5.931	7.404	3.329	3.248	31.437
1994 23	1.846	6.093	4.339	3.002	10.885	1.937	5.100	7.849	3.399	3.586	27.543
1995 23	1.882	5.627	4.193	2.683	8.176	1.552	4.109	6.146	3.007	3.328	20.554
1996 23	1.944	5.859	3.344	3.054	9.163	1.799	4.255	6.216	3.199	3.769	20.294
1990 24	31.790	315	67	856	669	175	3.073	14.142	2.451	1.933	23.661
1991 24	28.666	227	65	713	539	156	2.577	11.730	2.364	1.820	21.641
1992 24	26.793	206	69	644	470	160	2.473	8.095	1.980	1.286	18.858
1993 24	25.918	266	91	670	517	210	2.406	8.204	2.431	1.656	21.626
1994 24	21.006	281	106	621	611	181	2.648	11.178	2.955	2.137	24.513
1995 24	22.111	314	125	675	552	175	2.614	10.634	3.100	2.352	23.154
1996 24	21.605	340	107	799	623	222	2.762	10.761	3.593	2.978	22.753
1990 25	5.311	73	28	124	163	44	249	375	140	144	156
1991 25	5.404	49	28	105	121	38	216	314	135	134	146
1992 25	6.714	46	31	101	105	39	232	251	121	100	142
1993 25	671	64	42	101	116	52	230	204	151	126	179
1994 25	535	71	50	95	141	46	238	258	186	163	188
1995 25	553	90	62	115	133	48	249	253	202	190	193
1996 25	582	98	51	137	152	59	263	256	218	217	195
1990 26	64.702	6.158	212	3.735	2.378	900	2.800	21.108	716	701	802
1991 26	70.429	5.098	211	3.277	1.476	795	2.485	18.907	692	658	759
1992 26	80.096	5.344	226	3.163	1.329	841	2.684	14.945	620	490	738
1993 26	48.302	776	318	872	1.546	1.180	1.295	1.037	781	615	914
1994 26	39.892	812	369	834	2.146	1.035	1.320	1.294	946	784	954
1995 26	40.289	892	417	898	1.981	982	1.305	1.205	990	880	949
1996 26	46.979	988	349	1.086	2.470	1.191	1.378	1.215	1.066	997	962

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12
1990 27	43.312	182	51	812	4.080	100	733	555	223	228	279
1991 27	43.356	129	51	699	2.079	88	653	465	216	215	263
1992 27	51.569	120	55	678	1.935	93	691	372	194	160	255
1993 27	50.408	163	72	494	2.298	125	410	364	242	202	299
1994 27	46.441	191	88	559	3.661	124	438	470	300	265	319
1995 27	49.186	239	112	642	3.469	131	465	470	334	318	324
1996 27	57.578	273	95	834	4.571	168	503	487	365	367	330
1990 28	3.450	249	92	353	547	171	783	1.026	450	457	511
1991 28	3.158	169	92	300	408	148	680	849	434	427	482
1992 28	3.692	155	100	290	352	152	730	680	388	317	467
1993 28	3.785	219	137	307	391	206	732	641	486	400	590
1994 28	2.891	234	160	280	470	176	742	796	587	508	616
1995 28	2.796	272	182	313	433	171	745	744	618	571	621
1996 28	3.025	295	150	369	493	208	777	740	661	643	626
1990 29	5.272	341	157	989	1.087	557	973	1.022	243	207	301
1991 29	5.936	325	210	1.093	1.188	696	1.049	1.047	277	218	339
1992 29	7.376	315	241	1.125	1.097	775	1.204	884	256	166	333
1993 29	6.588	297	227	654	850	690	678	511	263	184	333
1994 29	5.155	323	275	606	1.020	617	708	651	324	240	353
1995 29	4.349	342	297	601	841	538	655	580	334	270	321
1996 29	4.993	412	276	799	1.104	738	763	649	383	322	344
1990 30	545.620	1.360	158	5.020	1.150	1.196	1.421	23.871	448	610	796
1991 30	645.513	1.078	157	5.002	951	1.110	1.331	24.860	432	614	817
1992 30	772.735	1.030	166	5.181	844	1.198	1.505	20.321	389	486	864
1993 30	735.771	644	237	670	684	1.291	854	624	492	366	543
1994 30	615.041	667	275	622	820	1.144	873	780	598	468	566
1995 30	549.756	721	310	652	722	1.089	855	728	625	526	559
1996 30	774.371	799	261	767	833	1.309	904	736	673	598	567
1990 31	3.122.973	6.205	778	7.682	4.494	1.679	7.384	10.126	2.465	2.376	2.824
1991 31	3.364.081	4.984	845	7.143	3.425	1.578	6.996	9.516	2.631	2.474	2.917
1992 31	3.865.132	4.532	910	6.926	3.032	1.696	7.614	7.591	2.364	1.839	2.857
1993 31	3.601.640	5.750	1.185	7.111	3.379	2.236	7.333	7.415	2.829	2.272	3.281
1994 31	2.850.470	6.380	1.475	6.792	4.431	2.056	7.895	9.730	3.578	3.104	3.582
1995 31	2.923.351	6.941	1.696	7.101	4.000	1.975	7.479	8.833	3.669	3.379	3.169
1996 31	3.349.506	8.130	1.513	9.061	5.050	2.468	8.649	9.965	4.309	4.204	3.462

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	
1990	32	38.169	41.245	90.262	62.676	876.444	320.696	230.601	229.826	115.665	88.870	439.984
1991	32	34.868	28.307	91.036	49.967	668.643	272.287	187.390	185.387	106.827	79.074	391.697
1992	32	39.102	25.710	91.271	48.075	576.717	281.866	203.462	146.390	95.550	58.760	387.680
1993	32	82.485	17.203	30.710	32.086	279.383	197.358	55.418	18.544	17.142	20.497	54.197
1994	32	58.594	17.348	34.877	27.852	313.434	165.448	54.565	22.547	19.774	25.254	54.353
1995	32	43.717	16.082	33.415	24.756	232.955	130.917	44.123	19.218	18.241	23.585	41.894
1996	32	50.043	16.572	26.027	27.616	255.026	147.798	44.790	18.641	19.245	25.539	40.629
1990	33	440.129	235.039	115.614	554.844	819.445	454.336	409.413	369.504	86.958	51.259	110.186
1991	33	561.671	243.674	162.592	667.728	946.755	584.227	502.969	450.683	121.534	69.567	147.584
1992	33	702.802	238.147	188.290	691.831	881.703	653.223	589.475	386.164	117.202	55.575	157.924
1993	33	455.116	205.823	165.744	485.953	651.292	565.727	386.715	265.073	95.176	47.303	123.322
1994	33	344.614	221.301	200.554	447.665	779.448	505.898	404.132	337.311	116.832	62.894	130.646
1995	33	309.002	217.667	207.404	422.898	625.969	432.747	344.641	275.912	108.239	61.160	102.572
1996	33	360.724	262.624	191.508	557.723	815.516	581.199	413.546	322.911	131.774	79.269	116.806
1990	34	3.563	19.995	28.992	29.615	25.495	12.399	37.282	57.340	13.281	16.341	23.663
1991	34	3.236	14.001	27.637	24.054	19.869	10.757	30.923	47.225	12.556	15.031	21.463
1992	34	3.608	12.441	29.098	22.661	16.826	10.935	32.950	36.794	11.009	10.918	20.880
1993	34	3.742	17.586	41.910	26.086	20.370	15.524	35.417	41.317	14.579	15.072	26.558
1994	34	3.184	20.845	56.018	26.467	26.843	15.289	40.751	57.929	19.738	22.142	31.068
1995	34	3.387	23.950	67.739	29.223	25.192	15.295	40.615	55.388	21.357	25.168	28.380
1996	34	3.669	26.890	58.312	35.806	30.488	19.068	45.277	60.238	24.203	30.412	30.166
1990	35	2.447.750	210.762	107.799	321.530	623.670	166.181	744.231	939.045	438.256	442.051	551.797
1991	35	2.222.986	141.374	108.337	271.349	466.679	142.850	645.619	772.472	422.554	413.679	518.126
1992	35	2.489.571	131.413	118.581	263.341	403.938	146.998	692.234	620.358	377.632	307.841	504.215
1993	35	2.741.637	186.014	145.863	287.930	405.228	175.426	686.661	609.002	463.238	382.742	586.680
1994	35	2.144.815	193.294	164.703	256.628	481.566	147.350	686.669	745.807	553.702	478.919	607.119
1995	35	1.980.019	208.989	173.175	262.668	429.897	136.365	664.606	667.799	565.876	520.996	603.899
1996	35	2.200.570	235.491	152.253	318.320	502.831	167.859	707.118	679.325	620.706	601.276	629.443
1990	36	1.952.352	272.709	73.168	773.875	672.104	217.403	381.721	361.386	171.639	192.663	438.177
1991	36	1.812.575	197.890	70.613	640.848	602.458	179.565	318.064	302.139	162.200	177.292	406.424
1992	36	2.113.432	180.767	77.479	610.394	500.251	181.606	334.080	237.625	143.738	131.902	407.991
1993	36	2.149.493	253.945	104.648	659.997	591.701	237.705	324.474	242.381	180.423	167.870	485.256
1994	36	1.603.284	297.973	126.718	601.124	739.931	192.292	333.655	302.642	213.638	214.974	509.454
1995	36	1.567.726	331.191	141.078	593.364	650.544	174.698	307.382	262.529	214.747	229.590	483.300
1996	36	1.605.970	349.264	114.557	686.184	743.178	206.059	328.535	265.989	229.249	258.676	484.996

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12
1990 37	18.775	27.936	18.618	77.235	101.364	37.250	91.717	186.626	55.288	73.048	85.760
1991 37	17.996	22.319	20.093	71.828	86.244	35.279	86.208	175.607	59.387	76.751	86.776
1992 37	24.324	23.256	24.080	79.623	82.581	40.566	107.224	160.687	60.912	65.475	97.233
1993 37	26.548	30.577	29.061	86.380	79.773	47.483	103.549	166.304	72.659	83.806	101.087
1994 37	17.896	30.064	32.192	72.724	87.536	38.958	98.929	193.500	81.647	102.240	98.149
1995 37	17.025	31.722	35.596	73.798	74.144	35.001	90.559	170.278	81.325	106.845	82.426
1996 37	27.598	48.802	42.244	123.417	125.935	61.641	137.966	252.258	125.635	176.197	119.771
1990 38	157.847	61.194	41.147	54.718	106.454	38.410	56.284	54.608	39.785	44.967	86.668
1991 38	107.505	32.592	29.746	33.818	62.998	25.312	35.484	34.132	28.547	31.416	59.537
1992 38	252.146	61.114	66.012	65.715	113.781	54.506	76.652	51.657	51.645	47.309	121.595
1993 38	230.054	74.893	82.877	66.714	118.873	67.078	73.751	53.861	60.544	57.565	135.356
1994 38	242.491	109.752	136.439	82.616	194.516	81.711	102.451	88.702	99.866	103.430	194.488
1995 38	404.517	197.080	257.116	141.144	286.056	127.679	156.660	127.276	167.005	181.942	276.026
1996 38	494.204	248.633	249.238	193.962	390.199	179.327	195.777	154.986	212.700	247.333	330.649
1990 39	322.606	86.002	48.889	123.320	130.746	28.040	86.000	193.474	46.330	53.266	104.075
1991 39	296.204	61.628	47.687	102.745	104.363	25.043	73.386	164.667	45.303	50.804	96.820
1992 39	344.860	57.755	52.954	102.844	93.473	27.385	83.827	139.805	43.428	40.623	100.293
1993 39	303.441	69.648	64.991	101.754	96.809	33.871	78.340	138.575	51.060	50.067	110.135
1994 39	233.630	73.343	77.127	91.275	113.130	29.248	79.224	169.163	60.091	63.669	113.739
1995 39	226.499	75.607	83.668	90.209	95.180	26.089	70.607	143.852	57.832	64.199	93.160
1996 39	227.719	80.710	68.384	106.667	110.156	32.196	77.377	158.723	66.852	80.186	96.071
1990 40	638.236	174.929	275.261	98.333	112.212	29.839	101.224	193.486	100.310	120.538	180.869
1991 40	652.109	139.136	295.119	90.663	99.206	29.367	95.197	180.778	107.570	125.808	186.173
1992 40	813.667	137.964	344.335	95.261	93.682	33.290	113.017	157.050	105.170	101.902	202.002
1993 40	895.887	206.582	356.832	116.129	120.090	50.054	128.519	186.680	147.582	149.045	272.190
1994 40	571.779	181.584	353.380	87.481	117.507	36.588	109.996	194.398	148.406	162.601	236.243
1995 40	542.948	184.367	339.373	85.474	97.493	32.364	97.154	164.374	142.015	163.307	242.963
1996 40	792.335	279.161	390.228	140.970	158.811	54.327	145.317	240.538	216.627	265.949	344.567
1990 41	8.692	28.745	8.159	43.614	15.279	10.774	49.474	60.396	21.431	24.181	13.165
1991 41	7.812	20.030	7.744	35.267	11.924	9.340	40.815	49.472	20.139	22.101	11.869
1992 41	9.201	18.714	8.573	34.934	10.624	9.991	45.731	40.520	18.564	16.873	12.139
1993 41	8.870	24.647	11.495	37.464	11.914	13.156	45.825	42.450	22.952	21.755	14.388
1994 41	8.380	32.184	16.923	41.861	17.250	14.241	58.100	65.590	34.258	35.241	18.547
1995 41	13.373	55.217	30.533	68.924	24.083	21.193	86.446	93.566	55.344	59.801	25.302
1996 41	14.223	61.095	25.886	83.247	28.524	25.928	95.018	100.450	61.917	71.366	26.489

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 01	1.786	1.609.388	308.240	196.322	3.028.015	2.937	51.319	22.631	419	737.442	3.149
1991 01	1.612	1.223.366	238.883	177.397	3.230.059	3.733	51.219	29.195	428	944.343	2.847
1992 01	1.525	1.460.940	327.080	186.773	2.798.629	2.669	62.042	18.592	424	812.326	2.906
1993 01	194	1.533.127	496.282	211.124	1.873.168	87	70.002	17.487	27	600.078	3.259
1994 01	236	1.856.518	650.532	302.348	2.441.821	110	121.484	22.838	32	1.034.855	4.560
1995 01	242	1.856.088	498.523	291.176	2.280.391	134	133.444	28.493	32	904.194	4.730
1996 01	268	2.158.265	566.582	314.751	2.894.402	164	138.591	27.503	35	888.578	4.703
1990 02	23.313	3.546	51.151	7.814	311.407	35.671	79.426	31.738	4.350	2.649	4.007
1991 02	19.951	2.567	37.241	6.748	253.791	38.780	64.127	37.259	4.126	2.662	3.455
1992 02	17.513	2.795	46.250	6.325	197.518	25.695	65.558	22.413	3.771	2.743	3.249
1993 02	490	344	61.063	6.383	143.663	10.299	84.592	19.534	420	702	495
1994 02	537	308	55.538	6.110	159.805	12.953	89.286	18.955	462	756	491
1995 02	474	287	42.393	6.060	178.971	16.024	95.045	24.549	408	587	437
1996 02	516	325	44.414	6.097	198.114	18.062	98.429	22.096	428	554	403
1990 03	4.258	34	16.726	5.406	13.324	6.942.762	6.420	550	4.639	22	20
1991 03	70	26	112	22	1.299	7.727.981	14.311	127	20	24	18
1992 03	62	29	140	21	1.031	5.210.698	15.111	77	19	25	17
1993 03	28	25	202	22	377	3.036.068	15.165	71	11	23	17
1994 03	32	25	194	22	420	3.714.752	15.552	71	14	28	20
1995 03	35	30	165	23	472	3.980.058	16.339	96	18	31	28
1996 03	40	35	182	24	545	5.997.970	15.833	90	21	30	27
1990 04	94.866	81.466	38.681	4.554	158.534	50.578	53.411	227.006	18.639	2.556	1.682
1991 04	92.918	66.818	30.924	4.238	136.548	61.494	48.951	306.260	20.157	2.812	1.600
1992 04	84.089	74.540	39.502	4.064	108.748	41.985	53.463	190.487	18.973	2.991	1.526
1993 04	90.999	70.766	55.441	4.328	78.906	29.885	61.495	168.275	16.702	2.675	1.401
1994 04	110.084	67.698	55.282	4.466	93.478	42.254	73.728	185.362	20.441	3.111	1.536
1995 04	107.921	63.635	40.700	4.239	107.437	48.889	76.250	221.767	20.173	2.694	1.534
1996 04	115.042	67.668	43.036	4.325	120.657	54.821	75.787	197.794	20.713	2.540	1.402
1990 05	784.266	88.501	40.968	15.744	12.331	76.236	121.573	22.348	11.913	6.355	5.638
1991 05	736.002	68.549	32.988	14.829	10.202	94.247	122.401	29.730	12.237	6.901	5.189
1992 05	740.034	84.461	46.926	15.807	9.602	69.787	151.858	20.443	12.722	7.776	5.415
1993 05	837.684	68.186	7.109	2.331	7.120	48.910	159.493	5.433	1.496	2.317	958
1994 05	949.001	61.827	7.108	2.355	8.372	63.808	189.225	5.726	1.672	2.662	1.009
1995 05	913.827	56.484	5.097	2.213	9.380	73.956	196.933	6.691	1.689	2.347	1.037
1996 05	984.598	60.689	5.343	2.248	10.643	84.756	187.710	6.056	1.797	2.152	943

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 06	639.486	66.799	79.490	8.549	36.741	7.433	48.183	23.574	32.008	7.044	2.244
1991 06	587.747	51.050	61.976	7.941	31.460	8.559	45.498	29.719	32.416	7.334	2.054
1992 06	499.767	53.454	74.615	7.241	24.297	5.803	48.211	17.623	28.626	7.242	1.858
1993 06	557.650	49.971	101.325	724	17.065	4.162	50.083	2.255	387	1.016	408
1994 06	640.521	45.414	99.835	753	20.529	5.715	62.121	2.404	451	1.167	428
1995 06	646.122	43.912	73.875	705	24.745	6.592	65.311	2.772	453	1.023	437
1996 06	713.561	48.311	79.492	702	28.045	7.515	63.618	2.492	470	938	397
1990 07	2.062.110	348.144	110.776	79.513	148.876	211.336	140.726	106.485	39.602	80.568	46.136
1991 07	1.987.875	278.759	88.062	77.065	131.548	249.740	139.287	140.561	41.542	86.275	43.443
1992 07	1.760.210	303.237	113.016	73.277	106.685	168.847	151.603	85.581	38.896	90.092	40.721
1993 07	2.049.883	293.774	155.395	77.985	77.702	108.926	160.465	75.750	35.146	86.044	39.088
1994 07	2.363.906	268.452	149.039	80.764	91.205	145.867	198.785	79.564	40.558	96.063	41.037
1995 07	2.395.820	260.826	107.494	76.327	108.559	171.421	211.459	97.928	41.049	84.560	41.151
1996 07	2.603.779	282.177	115.325	77.634	122.206	197.120	203.080	89.079	43.040	79.939	38.193
1990 08	748.504	144.058	368.119	83.015	560.385	543.457	107.070	85.360	96.057	247.261	36.503
1991 08	631.220	104.560	266.970	70.872	445.417	578.805	93.262	99.721	90.281	237.396	31.610
1992 08	684.223	137.342	412.104	83.459	438.495	473.427	125.017	74.489	103.364	302.297	34.494
1993 08	960.836	120.328	694.218	108.975	388.354	392.222	124.608	79.297	86.833	351.567	35.102
1994 08	961.340	96.820	589.609	97.358	401.313	458.331	133.515	71.986	87.328	343.841	32.229
1995 08	877.391	88.096	387.462	81.917	410.083	483.083	132.170	79.063	82.509	272.144	29.059
1996 08	1.037.652	99.979	451.768	91.422	491.083	606.112	133.080	78.820	90.992	280.278	29.499
1990 10	142.815	10.782	12.385	7.015	38.701	18.164	8.417	3.992	6.174	9.736	1.671
1991 10	113.747	7.544	8.830	5.692	29.021	18.804	7.066	4.721	5.644	9.166	1.428
1992 10	108.676	8.977	13.092	6.000	25.877	14.902	8.518	3.255	5.804	10.972	1.463
1993 10	136.856	8.747	22.112	7.207	21.406	12.908	9.303	3.336	5.361	12.418	1.735
1994 10	142.773	7.317	19.099	6.686	22.815	15.323	10.384	3.159	5.593	12.422	1.667
1995 10	149.487	7.180	13.229	6.321	26.943	16.954	11.210	3.660	5.693	10.391	1.645
1996 10	160.034	7.852	15.151	6.505	30.302	20.797	10.785	3.563	6.133	10.388	1.597
1990 11	50.660	9.252	16.913	3.184	25.225	17.206	5.550	4.940	4.840	15.432	2.004
1991 11	40.766	6.318	11.651	2.607	18.942	17.431	4.646	5.594	4.416	14.074	1.649
1992 11	37.915	7.173	15.567	2.685	16.056	12.733	5.360	3.606	4.313	15.115	1.599
1993 11	44.852	6.681	23.119	3.087	12.290	9.996	5.509	3.383	3.861	14.869	1.759
1994 11	42.731	5.154	18.865	2.676	12.111	11.280	5.670	3.033	3.798	13.924	1.597
1995 11	43.110	5.042	13.718	2.444	14.067	12.835	6.018	3.637	3.846	12.240	1.601
1996 11	43.400	5.088	13.789	2.409	14.587	14.322	5.377	3.202	3.890	10.602	1.420

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 12	113.051	5.133	5.507	1.327	7.410	6.605	1.862	2.617	1.670	3.873	925
1991 12	102.484	4.561	5.372	1.409	7.881	9.201	1.950	3.612	2.048	4.858	1.017
1992 12	95.470	5.258	7.449	1.449	6.933	6.799	2.268	2.327	2.064	5.473	1.017
1993 12	107.872	4.317	8.670	1.418	4.230	4.238	2.160	1.305	1.520	4.162	905
1994 12	119.368	3.851	8.073	1.401	4.775	5.413	2.579	1.315	1.686	4.465	922
1995 12	118.313	3.571	5.388	1.237	5.121	5.806	2.628	1.525	1.578	3.593	866
1996 12	130.119	4.110	6.493	1.353	6.430	7.423	2.641	1.475	1.846	3.780	876
1990 13	2.792.599	23.287	8.280	10.679	12.636	11.254	4.194	3.526	3.406	6.327	1.598
1991 13	2.289.299	16.423	6.088	9.850	10.043	12.082	3.815	4.323	3.314	6.176	1.414
1992 13	2.200.369	19.169	9.070	10.102	9.599	9.704	4.612	2.898	3.412	7.439	1.423
1993 13	2.505.786	18.275	15.356	11.334	8.438	8.504	4.846	2.889	3.019	8.442	1.630
1994 13	2.853.564	16.178	13.313	11.381	8.874	10.125	5.564	2.784	3.171	8.516	1.598
1995 13	3.124.114	16.750	9.008	10.532	9.392	10.889	5.795	3.220	3.094	6.966	1.568
1996 13	3.544.165	18.901	10.477	11.007	11.263	13.646	5.767	3.117	3.492	7.102	1.522
1990 14	102.466	2.314.631	141.593	3.705	8.479	30.602	36.968	6.881	14.648	14.401	13.025
1991 14	91.444	1.711.777	106.964	3.344	6.976	33.759	33.915	8.451	14.480	14.554	11.420
1992 14	75.654	1.721.338	125.152	3.221	5.507	22.334	34.455	5.086	12.614	14.408	10.294
1993 14	89.719	1.771.766	179.422	2.891	1.735	3.530	37.402	3.434	11.925	12.149	7.865
1994 14	108.871	1.738.463	187.008	3.519	2.084	4.841	48.874	3.526	14.141	14.853	8.538
1995 14	111.604	1.679.028	139.560	3.327	2.336	5.564	52.346	4.212	14.361	13.294	8.530
1996 14	121.492	1.791.881	148.231	3.649	2.625	6.349	50.618	4.046	15.542	12.860	7.981
1990 15	95.916	119.878	5.056.422	18.082	47.807	215.058	106.440	439.482	143.120	110.416	85.953
1991 15	94.097	97.598	4.150.351	17.909	43.922	265.025	107.446	592.598	154.780	122.510	83.412
1992 15	74.417	95.094	4.763.087	15.129	30.989	156.986	104.433	321.302	127.227	111.568	69.648
1993 15	81.644	87.460	6.209.189	15.253	21.228	106.675	105.894	272.014	112.776	100.504	69.973
1994 15	91.560	77.591	6.034.027	15.456	24.953	141.767	127.959	278.981	128.127	111.643	71.715
1995 15	105.923	85.821	4.827.448	16.756	34.848	193.129	155.333	393.459	148.974	114.139	82.548
1996 15	119.121	96.291	5.470.935	17.560	40.098	226.862	154.318	369.503	161.176	110.080	79.178
1990 16	167.778	61.706	45.110	1.672.113	44.394	25.607	23.796	16.793	20.514	53.686	19.270
1991 16	155.807	47.652	35.604	1.583.856	38.685	29.869	22.758	21.418	21.027	56.417	17.698
1992 16	141.826	53.328	45.741	1.593.344	31.276	20.350	25.358	13.340	19.856	59.109	16.988
1993 16	164.324	51.747	64.479	1.737.813	22.604	14.632	27.202	11.986	18.600	56.279	18.056
1994 16	185.176	46.117	62.288	1.788.986	26.677	19.508	32.944	12.313	21.218	62.798	18.590
1995 16	184.838	44.086	45.662	1.658.185	32.213	22.884	34.468	14.902	21.281	55.320	18.422
1996 16	194.589	46.288	46.807	1.705.275	34.697	25.195	32.145	13.166	21.591	49.964	16.573

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 17	20.173	28.178	299.786	31.886	534.060	779.989	996.251	512.974	32.551	58.695	1.538
1991 17	18.660	22.315	231.144	29.979	447.891	959.701	939.170	673.134	35.108	60.467	1.400
1992 17	18.504	26.117	329.480	31.691	420.439	636.601	1.142.053	419.245	33.015	69.724	1.447
1993 17	22.171	25.848	483.697	34.452	328.858	460.635	1.264.811	387.737	31.263	68.455	1.592
1994 17	25.518	22.417	487.026	35.283	397.520	635.171	1.606.954	420.065	35.609	78.380	1.657
1995 17	24.155	21.197	333.023	31.108	387.864	680.868	1.557.824	463.088	33.846	64.564	1.586
1996 17	26.756	24.420	353.370	32.326	461.625	781.768	1.489.500	417.896	36.520	61.591	1.500
1990 18	247.918	409.701	496.990	887.866	635.907	9.965.556	1.573.172	526.402	2.370.174	1.189.314	86.858
1991 18	243.970	318.939	385.122	871.253	556.649	12.499.145	1.685.939	713.174	2.575.659	1.304.018	82.448
1992 18	242.242	410.503	575.061	930.317	515.614	8.460.916	2.018.041	483.339	2.639.711	1.512.803	88.256
1993 18	286.302	413.697	841.779	998.065	378.969	5.600.589	2.135.687	425.889	2.525.419	1.436.220	88.196
1994 18	312.696	356.249	797.436	961.329	429.445	7.545.200	2.436.794	411.187	2.807.657	1.589.779	89.134
1995 18	279.578	296.579	493.576	816.762	440.443	8.058.152	2.450.981	476.109	2.558.851	1.178.828	76.652
1996 18	305.879	329.285	530.581	778.274	512.022	9.939.871	2.432.003	452.749	2.576.125	1.066.277	68.923
1990 19	103.318	429.976	755.450	187.329	141.794	344.453	1.885.857	501.854	231.875	334.042	13.985
1991 19	98.049	336.937	605.849	176.572	126.227	401.820	1.866.064	620.173	242.221	354.536	12.995
1992 19	92.845	385.654	803.759	170.362	103.831	268.240	1.908.292	370.490	235.248	378.780	12.609
1993 19	110.642	392.845	1.177.972	192.264	78.057	201.903	1.939.272	368.076	231.049	364.186	14.216
1994 19	117.028	328.758	1.068.414	183.350	87.891	252.259	2.303.659	349.794	248.826	380.019	13.831
1995 19	119.641	317.026	798.374	163.294	104.486	276.099	2.280.601	390.964	248.308	323.999	13.568
1996 19	142.730	375.082	926.796	180.407	126.472	336.319	2.284.046	373.526	279.250	339.769	13.474
1990 20	1.049	4.333	9.258	2.837	17.679	13.512	64.384	259.129	2.317	8.841	580
1991 20	1.006	3.384	7.327	2.670	13.680	15.823	55.038	45.073	2.412	8.450	541
1992 20	908	3.647	9.493	2.517	14.038	11.332	73.420	192.609	2.222	10.420	507
1993 20	1.071	3.833	13.163	2.948	10.708	7.873	83.317	207.877	2.223	3.090	545
1994 20	1.184	3.294	12.577	2.855	12.201	10.189	96.430	49.596	2.426	3.381	563
1995 20	1.152	3.024	8.897	2.519	12.022	11.267	84.214	32.767	2.325	2.845	586
1996 20	1.300	3.445	9.764	2.688	14.578	13.230	86.782	18.951	2.562	2.762	558
1990 21	186.919	514.588	88.119	15.477	27.305	63.106	146.206	278.325	514.784	132.338	76.235
1991 21	171.020	391.235	68.311	14.404	23.314	72.253	137.868	350.025	520.293	137.149	68.880
1992 21	148.069	416.141	83.694	13.732	17.990	47.383	146.520	207.746	469.327	137.396	63.099
1993 21	174.833	414.284	117.700	14.700	12.318	29.293	160.269	190.314	450.087	133.186	67.300
1994 21	186.174	349.799	107.528	14.283	13.734	37.036	183.776	185.170	486.454	140.790	65.621
1995 21	184.856	332.970	77.920	13.045	16.432	42.898	191.571	223.948	484.765	122.776	64.698
1996 21	229.979	412.167	93.812	14.392	20.840	55.219	210.494	233.075	578.554	130.279	68.381

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 22	64.414	199.771	57.913	304.244	13.774	65.691	20.822	12.662	93.970	6.970.365	4.993.069
1991 22	57.651	152.313	44.340	274.905	11.588	73.557	19.433	16.102	95.080	7.204.789	4.509.397
1992 22	51.085	158.065	54.906	253.748	9.257	49.036	20.861	9.510	83.187	6.831.085	4.009.912
1993 22	58.160	157.980	70.550	276.581	4.317	19.951	19.318	7.189	79.459	6.219.666	4.400.362
1994 22	64.975	138.265	67.395	263.153	5.064	26.749	23.527	7.474	88.157	6.987.040	4.348.360
1995 22	64.740	131.651	48.249	252.673	5.791	30.826	24.309	9.068	89.494	6.308.908	4.344.050
1996 22	72.593	153.859	52.902	273.990	6.598	35.569	24.269	8.944	101.035	6.100.830	4.375.379
1990 23	6.924	8.530	10.861	6.746	7.019	18.479	3.766	6.765	3.037	16.426	35.042
1991 23	6.037	6.197	8.013	6.128	5.706	20.140	3.375	8.077	2.942	16.606	31.006
1992 23	5.339	6.698	10.002	5.896	4.479	13.332	3.653	4.893	2.684	16.678	28.181
1993 23	5.234	5.570	11.662	6.059	2.659	7.882	3.256	3.610	2.187	15.666	29.188
1994 23	4.988	4.238	9.327	5.802	2.574	8.641	3.291	3.062	2.146	16.562	27.792
1995 23	4.280	3.538	5.762	5.242	2.594	8.451	2.937	3.127	1.914	14.213	26.947
1996 23	4.624	3.871	6.030	5.442	2.838	9.468	2.797	2.813	2.056	13.820	26.513
1990 24	3.149	37.538	4.107	9.336	866	488	10.394	2.129	3.956	10.376	100.890
1991 24	2.865	27.910	3.134	8.828	745	560	9.577	2.706	3.977	10.528	89.086
1992 24	2.399	26.122	3.433	8.814	545	370	8.948	1.603	3.479	9.336	70.652
1993 24	2.787	24.984	4.784	9.600	393	267	9.439	1.490	3.305	8.690	73.663
1994 24	3.168	24.122	4.952	9.905	477	343	12.399	1.476	3.690	10.443	83.261
1995 24	3.202	23.935	3.762	9.195	583	404	13.494	1.764	3.723	9.527	85.987
1996 24	3.583	25.542	3.953	9.453	646	495	12.771	1.752	4.286	8.783	77.508
1990 25	168	252	503	53	110	192	174	546	78	272	162
1991 25	154	192	407	49	83	206	164	718	80	287	145
1992 25	137	210	508	47	68	141	181	475	75	290	136
1993 25	165	208	734	52	49	103	195	500	72	285	149
1994 25	185	202	720	54	57	138	240	638	84	329	157
1995 25	192	211	565	54	69	172	257	735	92	299	171
1996 25	209	228	614	55	78	204	259	612	100	279	158
1990 26	1.132	17.191	41.940	845	4.200	5.036	21.191	29.834	642	8.622	757
1991 26	1.103	14.798	34.688	779	3.885	6.245	21.306	41.129	673	9.471	683
1992 26	988	18.603	43.667	766	3.348	4.534	23.724	27.030	632	9.749	636
1993 26	846	3.581	61.886	877	2.309	1.193	24.996	24.706	546	9.014	699
1994 26	940	3.951	61.099	1.005	2.910	1.573	31.095	26.911	612	10.409	722
1995 26	948	3.923	44.201	941	3.293	1.773	31.697	31.239	611	9.084	744
1996 26	1.033	4.749	50.086	1.038	4.031	2.125	32.781	30.985	663	9.033	685

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 27	276	7.911	1.961	955	6.721	299	2.549	36.865	138	3.211	1.489
1991 27	256	6.038	1.538	865	6.080	323	2.530	48.938	142	3.435	1.406
1992 27	227	7.129	2.048	904	4.573	222	2.671	28.341	133	3.519	1.251
1993 27	265	7.156	3.070	1.020	3.632	162	3.116	27.966	125	1.755	372
1994 27	301	8.577	3.748	1.428	4.385	218	3.980	29.091	149	2.506	408
1995 27	317	8.596	2.927	1.380	4.956	280	3.981	32.863	169	2.313	444
1996 27	351	10.794	3.502	1.608	5.215	335	3.743	27.930	185	2.445	418
1990 28	546	815	3.280	189	406	1.039	1.755	8.902	250	855	497
1991 28	502	622	2.663	176	308	1.167	1.676	11.013	258	901	446
1992 28	444	677	3.202	169	254	769	1.788	6.837	240	911	415
1993 28	535	679	1.878	190	186	351	2.144	7.040	232	874	455
1994 28	594	649	1.807	193	215	458	2.936	7.523	264	1.000	467
1995 28	602	652	1.387	184	247	547	3.117	9.154	271	886	481
1996 28	651	701	1.477	189	278	646	3.330	9.233	290	818	438
1990 29	376	610	1.577	143	574.914	13.486	9.809	17.639	263	641	254
1991 29	427	581	1.532	168	580.898	18.511	10.908	26.155	347	842	262
1992 29	398	669	2.033	168	501.118	13.092	12.851	17.186	328	906	254
1993 29	369	511	1.538	140	361.904	677	13.693	15.335	234	673	236
1994 29	416	473	1.500	144	432.784	925	16.835	16.014	272	763	248
1995 29	399	445	1.069	129	422.428	938	15.453	17.006	260	641	256
1996 29	474	527	1.251	145	513.456	1.181	16.192	16.840	304	656	250
1990 30	49.455	1.999	22.241	761	99.032	72.366	122.984	537.682	4.915	8.342	843
1991 30	56.179	1.685	21.054	772	103.981	100.878	141.905	821.987	5.970	9.264	820
1992 30	51.644	1.904	27.852	744	90.687	76.262	167.989	571.359	6.070	9.252	765
1993 30	514	948	3.124	486	66.405	15.018	181.700	521.216	440	4.787	538
1994 30	573	864	3.015	480	86.319	20.637	239.067	609.106	492	5.516	556
1995 30	576	837	2.201	433	95.696	22.091	229.791	682.531	488	5.000	574
1996 30	629	923	2.373	456	132.567	35.537	283.651	719.129	531	4.768	543
1990 31	3.766	10.569	8.510	1.683	65.424	5.739	8.571	17.625	2.371	7.369	4.705
1991 31	3.834	8.749	7.250	1.686	67.334	7.648	8.865	25.144	2.669	8.448	4.753
1992 31	3.436	9.803	9.225	1.640	52.323	4.451	9.810	15.967	2.459	8.752	4.500
1993 31	3.836	9.541	12.857	1.766	4.937	2.678	10.570	14.473	2.227	8.224	4.692
1994 31	4.445	9.451	13.018	1.959	6.102	3.706	13.407	15.866	2.624	9.639	4.998
1995 31	4.370	9.070	9.489	1.816	6.853	3.984	13.360	18.251	2.593	8.377	4.896
1996 31	5.208	11.006	10.970	2.042	8.384	4.769	13.871	18.066	2.981	8.616	5.012

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 32	180.800	73.065	594.443	55.016	290.928	1.107.688	123.106	109.054	52.600	137.792	208.315
1991 32	158.248	53.216	441.024	49.074	238.208	1.218.345	110.795	130.878	50.796	136.147	179.937
1992 32	141.566	58.301	556.259	47.246	189.253	814.273	121.340	80.203	47.085	140.150	169.729
1993 32	31.419	14.634	465.116	21.358	38.558	38.405	59.551	18.361	24.552	37.710	29.966
1994 32	33.542	12.548	421.870	21.060	42.664	48.071	67.859	17.679	26.338	39.581	29.076
1995 32	29.002	10.654	254.062	17.708	42.348	46.672	58.906	18.070	22.185	29.104	24.000
1996 32	30.872	11.491	258.665	17.788	45.414	51.127	54.759	16.084	22.747	26.356	21.507
1990 33	179.526	307.828	572.291	76.926	742.191	586.685	75.465	85.048	145.452	336.076	74.857
1991 33	237.250	338.166	642.361	102.624	920.516	974.034	102.646	153.330	212.065	502.503	97.703
1992 33	228.884	401.435	875.352	105.746	789.059	703.948	121.451	101.488	212.507	558.348	99.571
1993 33	177.650	260.484	825.609	75.391	381.113	338.200	87.112	61.882	133.087	355.421	71.030
1994 33	200.200	232.318	797.986	76.746	450.268	451.600	105.676	63.277	152.057	396.881	73.022
1995 33	177.234	197.081	518.967	63.634	482.632	470.380	98.384	68.299	135.419	310.277	64.277
1996 33	219.941	243.963	627.419	73.673	613.559	610.579	107.867	70.257	161.604	330.615	67.947
1990 34	26.419	24.858	47.206	6.103	40.406	58.550	14.670	22.105	10.566	19.453	8.700
1991 34	23.579	18.434	35.797	5.495	33.802	65.601	13.478	27.104	10.410	19.645	7.674
1992 34	20.682	19.895	44.350	5.148	26.345	43.109	14.501	16.316	9.487	19.844	7.110
1993 34	26.267	21.142	68.467	6.009	20.860	33.926	16.997	15.993	9.726	20.687	8.274
1994 34	32.621	20.780	72.888	6.741	27.142	49.908	22.728	18.145	12.241	25.422	9.380
1995 34	33.722	20.602	55.392	6.528	34.017	60.753	24.727	22.860	12.748	23.206	9.644
1996 34	38.928	23.691	62.243	7.028	40.154	73.291	25.209	22.024	14.128	22.977	9.484
1990 35	541.372	750.976	1.136.597	165.992	370.388	704.321	366.536	752.236	220.818	776.325	478.001
1991 35	497.063	570.875	916.346	153.886	279.075	757.378	333.066	912.899	228.237	819.475	428.745
1992 35	440.050	622.794	1.136.967	149.088	227.347	516.493	369.565	591.673	213.112	824.257	398.528
1993 35	515.297	626.731	1.613.596	163.098	153.769	321.518	391.338	548.141	202.565	801.736	422.620
1994 35	567.600	595.280	1.525.784	165.410	175.725	415.118	467.600	556.081	226.838	911.420	426.460
1995 35	561.869	576.598	1.129.667	154.205	199.664	481.765	473.758	635.964	220.858	791.065	417.663
1996 35	623.415	634.295	1.220.327	161.541	230.694	584.194	478.876	590.635	241.841	743.279	386.693
1990 36	178.757	497.220	368.262	103.294	359.868	1.417.179	315.908	366.439	94.857	232.433	85.710
1991 36	161.496	358.432	282.913	93.718	307.909	1.653.384	299.206	465.203	95.313	264.299	77.367
1992 36	140.428	387.864	357.274	90.945	247.089	1.140.649	325.557	292.179	90.309	244.121	74.136
1993 36	159.679	391.724	515.054	100.223	180.245	846.792	366.500	272.916	86.701	206.826	80.159
1994 36	173.276	331.254	481.837	99.938	203.076	1.133.046	442.709	279.012	98.246	272.777	81.242
1995 36	162.482	306.120	348.178	90.750	225.554	1.280.623	435.135	323.236	94.996	234.297	78.635
1996 36	178.187	329.581	371.031	91.464	256.168	1.447.452	420.567	292.111	99.643	214.470	72.659

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1990 37	59.079	78.175	178.591	19.630	50.223	140.693	50.415	77.005	36.473	54.059	45.282
1991 37	59.598	66.348	152.630	20.061	46.693	173.039	52.532	107.720	40.969	61.817	44.718
1992 37	60.874	84.236	219.802	21.949	41.779	129.052	65.988	76.019	43.798	72.880	47.855
1993 37	67.976	83.405	308.822	23.140	27.315	73.828	70.576	68.688	41.879	68.267	46.676
1994 37	70.062	67.983	273.276	21.540	29.517	90.137	78.374	64.681	43.761	69.691	43.959
1995 37	66.597	62.032	189.592	19.167	33.798	100.758	78.162	74.965	41.809	58.458	41.473
1996 37	104.941	97.194	293.885	28.205	54.959	166.169	109.237	98.750	63.415	79.137	55.913
1990 38	50.861	26.417	74.872	10.111	71.215	146.548	54.110	6.236	14.079	57.655	11.543
1991 38	34.402	14.817	43.143	6.895	45.112	124.379	37.732	5.808	10.538	44.059	7.868
1992 38	62.110	27.532	105.573	12.718	73.065	169.424	84.720	3.791	17.894	89.272	13.063
1993 38	70.100	30.076	148.937	13.660	51.140	117.989	87.186	5.602	17.558	84.577	14.635
1994 38	105.691	32.184	188.482	18.125	81.119	211.407	142.899	5.313	25.362	124.221	18.936
1995 38	168.451	44.835	217.082	26.514	157.061	397.421	241.202	6.733	38.889	172.606	28.575
1996 38	218.731	57.324	272.942	31.990	209.098	540.215	276.895	6.649	48.010	192.137	30.663
1990 39	50.667	127.618	144.455	29.544	75.611	93.446	44.465	52.729	32.491	77.015	62.157
1991 39	46.626	96.994	112.586	27.214	64.764	107.823	42.210	68.105	33.000	79.312	55.760
1992 39	44.295	110.946	148.992	27.045	53.528	76.521	49.490	47.509	32.559	84.701	54.422
1993 39	49.719	101.386	199.370	27.863	36.368	52.781	51.288	43.619	29.371	79.994	58.487
1994 39	53.978	88.311	187.056	27.737	41.880	67.967	59.744	41.737	32.324	87.701	59.370
1995 39	49.932	78.559	127.290	24.361	46.983	73.837	57.840	46.068	30.029	73.428	56.473
1996 39	57.858	86.878	139.709	25.501	53.317	88.819	59.840	49.831	33.378	71.141	54.552
1990 40	96.049	91.128	256.214	35.700	71.529	180.496	57.790	375.767	52.414	78.493	95.897
1991 40	97.262	76.599	220.446	36.490	67.835	229.527	60.202	523.176	58.557	89.798	96.007
1992 40	95.100	92.098	304.502	38.126	58.976	168.257	72.202	351.236	59.491	100.992	99.160
1993 40	127.865	103.552	497.759	47.118	49.444	140.263	89.578	364.896	64.584	111.385	122.139
1994 40	117.955	75.824	393.711	39.256	47.744	153.095	89.041	307.276	60.392	102.067	102.975
1995 40	107.921	66.696	264.811	33.651	52.848	164.688	85.709	341.932	55.655	82.622	93.746
1996 40	167.410	102.737	400.294	48.708	84.022	267.707	117.480	444.563	82.998	109.505	124.054
1990 41	19.218	49.141	84.733	8.153	10.504	32.206	19.229	34.541	23.749	31.851	43.662
1991 41	17.071	36.237	63.870	7.300	8.820	35.960	17.564	42.095	23.252	31.989	38.295
1992 41	15.743	41.121	83.201	7.190	7.238	24.850	19.864	26.625	22.274	33.982	37.301
1993 41	18.634	40.760	119.796	7.826	5.294	18.206	21.729	24.365	21.308	33.032	40.501
1994 41	25.485	44.117	140.563	9.670	7.558	29.479	32.027	30.478	29.549	44.745	50.646
1995 41	39.347	65.294	159.437	13.989	14.071	53.507	52.019	57.366	45.869	60.979	77.768
1996 41	44.756	74.080	176.753	14.836	16.208	63.554	52.351	54.575	50.226	59.534	75.579

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
1990 01	60.487	2.902.224	7.035.581	11.973.172	4.131.430	1.276.303	3.506.051	2.485.522	14.803	16.586	13.091
1991 01	49.107	2.639.005	5.816.022	11.709.724	4.178.945	1.539.963	3.360.837	2.474.519	13.763	28.522	11.590
1992 01	39.934	3.431.269	5.134.017	12.413.423	4.034.118	1.617.864	2.251.282	2.123.714	15.156	25.446	9.081
1993 01	52.001	2.327.555	5.858.737	10.464.686	3.830.731	1.156.965	3.673.944	2.372.246	14.698	11.460	8.810
1994 01	56.599	2.844.597	7.939.436	10.154.291	3.957.776	1.483.307	4.305.491	3.116.598	20.628	10.964	8.392
1995 01	51.923	2.269.962	9.583.108	10.352.581	4.094.080	1.671.606	5.139.448	3.385.428	22.572	9.354	7.637
1996 01	46.735	2.953.326	10.187.277	9.743.267	3.673.461	2.064.097	5.701.913	3.429.908	25.548	9.434	7.434
1990 02	7.700	169	5.024	9.762	940	2.251	4.587	148.143	239.686	5.032	674.197
1991 02	5.690	133	3.613	8.435	775	2.075	3.128	119.330	212.467	7.355	565.422
1992 02	4.680	191	3.201	9.384	835	1.983	2.174	92.738	214.399	6.657	471.905
1993 02	4.364	248	2.707	6.911	317	127	2.476	98.802	198.091	5.231	433.750
1994 02	4.054	160	2.777	6.069	281	143	2.239	105.030	199.984	4.838	378.913
1995 02	4.063	115	3.461	7.726	245	182	3.209	125.090	224.039	4.038	358.327
1996 02	4.012	168	3.299	7.352	224	200	2.709	112.180	234.792	4.078	334.193
1990 03	385	8	841	530	7	953	5.205	883	945	52.689	2.284
1991 03	18	6	25	36	6	7	17	358	555	101.960	2.010
1992 03	15	9	22	41	7	7	12	280	561	92.593	1.682
1993 03	18	5	24	32	5	4	17	301	515	32.899	1.543
1994 03	18	4	29	31	6	4	17	330	522	23.765	1.380
1995 03	20	5	40	43	7	7	26	408	580	13.379	1.281
1996 03	21	6	40	43	7	8	24	384	644	13.847	1.230
1990 04	5.700	25.152	137.995	4.849	9.637	14.008	6.623	414.010	114.877	3.120	13.566.830
1991 04	4.637	21.270	112.973	4.472	8.902	14.610	5.067	380.962	108.182	4.010	13.794.792
1992 04	3.911	30.572	102.760	5.051	9.740	14.283	3.615	305.554	110.965	3.676	11.586.659
1993 04	4.674	17.342	109.472	3.922	7.848	10.672	4.941	318.861	100.462	3.973	10.593.417
1994 04	4.768	12.572	127.281	3.671	7.843	13.344	4.997	382.615	107.694	3.725	10.134.807
1995 04	4.537	12.043	148.776	4.503	7.837	19.143	6.749	421.963	114.408	3.164	8.376.906
1996 04	4.510	15.166	140.014	4.347	7.087	20.329	5.699	375.995	124.177	3.247	7.691.479
1990 05	1.635	5.495	6.352	3.001	3.890	924	6.377	44.876	46.906	2.773	740.644
1991 05	1.317	4.618	5.016	2.859	3.447	890	4.717	41.578	45.412	5.533	977.603
1992 05	1.144	7.360	4.527	3.191	3.898	880	3.286	36.526	52.623	4.847	1.035.035
1993 05	1.165	305	4.188	2.511	1.732	689	4.579	7.469	38.826	1.905	904.758
1994 05	1.176	217	4.716	2.399	1.654	825	4.526	8.657	42.400	1.530	864.396
1995 05	1.115	213	5.718	2.892	1.710	1.195	6.231	9.753	41.713	1.027	700.102
1996 05	1.098	266	5.394	2.698	1.540	1.269	5.215	8.750	44.530	1.039	675.491

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
1990 06	3.348	185	10.013	1.250	37.114	387	3.635	15.442	174.551	759	498.127
1991 06	2.658	152	7.689	1.195	31.923	388	2.743	13.539	166.548	1.400	746.509
1992 06	2.137	214	6.611	1.332	32.762	384	1.890	10.352	163.256	1.190	430.765
1993 06	540	125	1.742	1.050	718	302	1.895	3.088	141.871	558	405.052
1994 06	544	89	1.964	1.003	685	361	1.875	3.587	155.228	534	466.702
1995 06	510	88	2.380	1.204	707	521	2.579	4.021	161.988	477	449.445
1996 06	504	109	2.248	1.122	637	554	2.161	3.609	177.221	460	439.541
1990 07	51.035	17.331	266.737	137.306	117.262	43.007	318.866	419.673	121.394	51.042	7.179.789
1991 07	41.921	14.266	213.310	133.346	105.816	42.684	243.681	382.284	121.853	87.033	7.135.277
1992 07	34.796	20.086	189.446	149.752	112.940	42.363	169.841	300.290	124.175	80.825	5.827.229
1993 07	39.758	11.971	204.935	116.978	93.076	33.169	234.552	318.677	115.838	38.002	5.387.141
1994 07	39.889	8.215	227.052	111.358	88.611	38.164	230.135	368.066	126.751	36.624	5.013.504
1995 07	38.312	8.032	273.991	135.316	91.341	55.241	318.508	416.281	139.133	30.401	4.451.111
1996 07	38.236	10.370	262.959	129.918	84.206	61.179	270.490	376.798	141.811	30.798	4.265.764
1990 08	52.349	15.260	125.908	92.971	47.913	198.755	77.714	217.644	59.722	869.484	1.400.919
1991 08	38.971	11.458	90.288	81.338	39.052	175.767	53.868	179.143	53.628	1.319.874	1.199.403
1992 08	38.912	19.667	97.891	111.735	50.626	211.343	45.056	171.975	66.104	1.293.084	1.185.272
1993 08	51.656	13.891	125.345	103.321	49.208	203.616	72.151	216.052	77.283	803.574	1.343.796
1994 08	45.005	8.355	120.551	85.314	40.743	207.023	61.964	216.781	73.851	779.542	1.167.686
1995 08	38.575	7.278	129.973	92.418	37.526	271.548	77.138	219.104	80.260	643.297	986.325
1996 08	42.298	10.324	136.674	97.416	37.851	324.462	71.256	217.708	80.034	658.264	958.625
1990 10	2.575	1.238	6.435	4.311	2.607	6.481	3.924	10.906	46.868	695.691	4.668.242
1991 10	1.920	881	4.573	3.766	2.128	5.655	2.804	8.948	38.106	1.196.168	3.616.585
1992 10	1.748	1.363	4.515	4.720	2.506	6.556	2.127	7.867	41.409	1.064.649	3.194.512
1993 10	2.380	869	5.561	4.219	2.293	6.211	3.310	9.476	40.051	468.095	3.110.899
1994 10	2.153	559	5.677	3.627	1.973	6.386	3.028	9.948	39.791	434.406	2.669.822
1995 10	1.975	545	6.574	4.120	1.944	8.667	3.985	10.786	44.068	390.818	2.582.284
1996 10	2.136	711	6.663	4.194	1.906	10.234	3.595	10.403	45.854	372.611	2.292.982
1990 11	3.361	1.497	8.283	5.761	2.462	8.084	4.299	12.632	13.881	16.211	72.299
1991 11	2.398	1.055	5.599	4.779	1.929	6.886	2.857	9.870	11.505	27.703	59.303
1992 11	2.054	1.532	5.173	5.584	2.171	7.145	2.063	8.144	11.918	25.464	52.807
1993 11	2.549	897	5.790	4.521	1.878	5.919	2.974	8.983	10.491	11.464	53.584
1994 11	2.179	528	5.512	3.654	1.522	5.779	2.509	8.822	9.269	11.017	45.962
1995 11	2.073	518	6.592	4.304	1.529	8.246	3.384	9.808	9.896	9.385	42.136
1996 11	2.016	606	6.018	3.926	1.391	8.578	2.807	8.602	9.261	9.323	39.303

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
1990 12	1.260	497	3.802	2.690	1.639	1.621	3.294	6.906	1.749	43.293	57.172
1991 12	1.200	483	3.360	2.985	1.645	1.757	2.718	7.170	1.835	40.031	56.035
1992 12	1.064	730	3.159	3.578	1.857	1.921	1.970	6.002	1.968	41.597	46.746
1993 12	1.082	344	3.031	2.375	1.347	1.448	2.496	5.442	1.376	64.961	43.631
1994 12	1.045	231	3.280	2.188	1.246	1.569	2.409	6.107	1.460	60.045	40.326
1995 12	930	210	3.742	2.462	1.213	2.089	3.199	6.463	1.465	49.810	35.498
1996 12	1.027	299	3.825	2.569	1.195	2.536	2.822	6.326	1.647	52.295	33.442
1990 13	3.931	627	5.658	3.868	2.515	4.170	4.590	9.630	4.095	21.273	194.145
1991 13	3.099	486	4.243	3.506	2.161	3.730	3.410	8.284	3.749	34.884	169.878
1992 13	2.714	750	4.075	4.284	2.462	4.389	2.497	7.087	4.100	32.975	148.510
1993 13	3.460	481	4.875	3.724	2.161	4.211	3.710	8.273	3.981	16.832	143.016
1994 13	3.284	313	5.101	3.273	1.917	4.333	3.492	8.906	4.095	16.282	129.054
1995 13	3.047	290	5.881	3.723	1.888	5.750	4.654	9.601	4.246	13.731	119.086
1996 13	3.183	392	5.923	3.775	1.841	6.917	4.085	9.208	4.742	13.927	111.150
1990 14	46.913	1.324	37.593	24.262	3.987	5.057	6.734	61.501	70.987	5.230	3.640.556
1991 14	35.909	1.018	28.239	21.835	3.367	4.755	4.871	51.996	66.068	9.379	3.324.655
1992 14	27.692	1.397	26.479	23.043	3.517	4.360	3.441	38.879	62.355	8.165	2.518.997
1993 14	33.170	1.062	29.498	18.268	2.686	2.395	4.145	42.704	62.161	3.625	2.540.993
1994 14	35.107	754	41.285	18.386	2.484	2.978	4.706	53.552	71.654	3.333	2.519.927
1995 14	34.177	679	51.062	22.474	2.475	4.422	6.526	60.975	81.051	2.801	2.239.625
1996 14	34.349	924	55.779	21.913	2.426	4.800	6.137	56.955	81.141	2.687	2.123.450
1990 15	193.035	72.550	386.698	126.903	100.612	45.948	114.011	788.728	161.934	117.840	131.456
1991 15	162.809	60.904	314.755	125.528	92.332	47.758	88.524	731.143	165.148	201.858	126.615
1992 15	120.209	76.317	249.645	125.758	88.130	40.670	55.219	512.723	150.587	175.064	94.233
1993 15	136.662	41.577	255.240	92.762	68.740	29.692	72.050	512.239	128.710	78.528	84.106
1994 15	134.046	27.934	275.278	86.092	63.662	34.444	68.701	576.168	137.543	73.207	77.177
1995 15	147.677	31.604	379.957	119.671	74.992	58.426	108.599	745.520	164.771	63.349	76.923
1996 15	152.169	41.986	376.965	118.760	71.563	65.401	95.456	697.452	183.341	64.412	75.968
1990 16	394.585	1.731	13.093	9.119	4.228	13.492	6.845	20.474	33.138	22.859	299.610
1991 16	318.808	1.380	10.077	8.536	3.684	13.283	5.045	17.967	31.998	39.915	285.488
1992 16	273.471	1.991	9.190	9.825	4.038	13.021	3.614	14.481	33.576	35.020	242.429
1993 16	328.828	1.151	9.945	7.666	3.338	10.049	4.991	15.342	30.331	15.653	225.134
1994 16	326.520	784	10.796	7.148	3.099	11.705	4.782	17.315	32.558	13.885	199.482
1995 16	310.174	762	12.839	8.558	3.142	17.090	6.512	19.279	33.608	11.416	168.116
1996 16	306.424	950	11.959	7.961	2.827	17.924	5.377	16.976	35.009	10.831	148.226

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
1990 17	40.987	1.109	13.762	7.650	2.757	27.796	28.992	208.018	33.631	14.823	107.348
1991 17	32.123	884	11.003	6.977	2.518	27.341	20.767	212.090	32.145	28.214	111.080
1992 17	29.972	1.393	9.966	8.936	2.812	29.916	16.798	130.729	36.409	27.181	95.079
1993 17	37.475	833	11.087	7.225	2.384	23.996	24.197	138.014	34.156	14.322	90.539
1994 17	38.325	587	12.634	7.003	2.319	29.258	24.333	164.792	38.006	13.021	74.698
1995 17	33.951	535	13.709	7.820	2.151	39.234	30.841	157.361	36.636	10.679	62.260
1996 17	33.916	684	13.218	7.479	2.022	42.647	26.244	142.354	39.612	10.911	66.628
1990 18	266.933	65.894	221.537	106.546	92.065	62.474	157.907	426.960	239.909	526.109	1.660.603
1991 18	225.436	49.930	169.879	94.176	74.133	58.713	110.845	372.644	247.981	868.725	1.548.045
1992 18	211.247	87.324	184.137	135.478	100.947	68.371	96.087	349.929	285.486	792.556	1.525.349
1993 18	257.583	54.899	209.131	112.189	86.438	53.857	140.252	382.436	274.450	358.331	1.574.800
1994 18	247.376	36.305	220.847	102.789	79.706	61.890	131.334	415.574	287.224	342.564	1.396.866
1995 18	210.356	28.660	217.516	99.195	64.147	74.122	146.416	400.914	281.558	297.048	1.020.102
1996 18	203.830	38.246	207.553	99.244	60.956	82.831	127.456	375.331	275.684	296.120	1.002.810
1990 19	233.547	3.839	38.014	19.606	14.732	25.595	62.537	381.949	113.612	43.123	1.359.202
1991 19	187.394	3.053	29.269	18.308	12.780	25.102	49.321	339.415	110.323	74.558	1.433.672
1992 19	155.911	4.214	25.646	20.630	13.495	23.429	35.903	261.170	118.182	65.001	1.268.011
1993 19	203.429	2.702	30.301	17.495	12.344	20.148	51.440	287.568	111.834	29.777	1.212.834
1994 19	188.713	1.759	31.462	15.476	10.861	22.149	47.882	307.548	112.052	28.231	915.782
1995 19	173.108	1.614	35.493	17.825	10.454	30.392	63.385	322.456	115.413	24.127	782.597
1996 19	184.459	2.152	36.027	18.124	10.207	34.693	64.545	312.516	134.919	24.227	901.647
1990 20	5.051	273	5.545	8.992	2.859	921	4.092	134.702	2.098	5.098	8.346
1991 20	3.974	227	3.918	7.447	2.268	922	2.863	103.510	1.910	5.924	7.728
1992 20	3.349	323	4.127	10.552	2.995	903	2.399	104.414	2.146	5.555	6.300
1993 20	3.908	187	4.673	8.602	2.585	736	3.466	116.370	2.074	7.026	6.299
1994 20	3.677	134	4.951	7.625	2.316	837	3.305	124.565	2.130	6.573	5.774
1995 20	3.296	129	5.111	7.473	1.972	1.150	3.868	112.517	1.974	5.511	4.943
1996 20	3.450	167	5.297	7.792	1.980	1.296	3.588	111.342	2.225	5.731	4.729
1990 21	383.869	28.344	143.869	208.405	217.064	13.996	57.399	331.156	159.110	11.601	2.605.205
1991 21	302.040	22.178	109.193	192.338	185.889	13.523	41.557	286.282	151.661	20.249	2.404.970
1992 21	243.986	30.432	94.877	210.841	194.118	12.645	28.383	219.810	151.244	17.249	1.871.451
1993 21	299.963	18.084	104.790	168.375	164.088	9.538	39.823	237.969	141.255	7.787	1.831.024
1994 21	279.416	11.532	107.268	148.293	144.228	10.520	36.037	253.963	143.279	7.007	1.526.798
1995 21	264.150	11.159	126.866	176.888	145.798	15.287	48.811	281.693	149.374	6.013	1.351.713
1996 21	301.241	16.420	139.390	194.434	154.096	18.852	47.548	292.006	180.639	6.065	1.492.479

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
1990 22	163.249	30.921	91.781	16.138	5.432	153.375	257.026	42.107	111.353	8.948	44.268
1991 22	127.540	23.686	68.186	14.713	4.555	145.041	191.805	37.122	106.606	12.892	39.836
1992 22	102.159	33.590	61.078	16.389	4.937	140.188	125.766	28.584	104.383	11.648	32.053
1993 22	125.676	19.789	68.070	9.505	3.910	112.310	169.675	29.351	100.434	9.685	40.832
1994 22	122.559	13.450	74.390	8.924	3.643	131.928	163.874	33.516	107.282	8.986	34.333
1995 22	115.765	12.905	87.447	10.508	3.595	190.648	227.046	37.132	116.241	7.511	26.413
1996 22	122.037	16.842	85.588	10.209	3.359	209.377	212.790	36.572	125.391	7.611	25.329
1990 23	9.871	2.736	6.918	6.967	3.621	6.613	3.598	10.938	2.916	89	44.393
1991 23	7.264	2.032	4.998	6.096	2.940	6.119	2.476	8.973	2.657	300	37.967
1992 23	5.432	2.848	4.438	6.822	3.133	5.845	1.725	7.033	2.696	190	31.122
1993 23	6.095	1.391	4.086	4.395	2.141	3.946	1.964	6.157	2.129	138	24.278
1994 23	6.148	790	3.771	3.377	1.645	4.010	1.557	5.755	1.991	155	18.018
1995 23	5.776	659	3.879	3.400	1.404	5.165	1.791	5.429	1.826	142	13.162
1996 23	5.798	843	3.703	3.227	1.293	5.574	1.503	4.868	1.981	139	12.301
1990 24	1.501.202	201	1.049	23.412	1.305	206	2.044	10.938	18.837	204	16.891
1991 24	1.072.301	157	798	22.805	1.118	199	1.527	9.431	17.513	434	15.639
1992 24	723.268	217	695	24.345	1.169	191	998	6.630	15.303	338	12.289
1993 24	842.699	124	774	20.854	980	150	1.464	7.123	13.611	181	11.925
1994 24	962.494	80	807	19.606	863	170	1.416	8.422	15.901	178	10.016
1995 24	960.527	78	955	21.902	874	247	1.851	9.474	17.051	156	8.837
1996 24	957.674	113	1.015	19.792	920	279	1.539	8.511	17.966	152	9.541
1990 25	94	1.674.500	3.049	428	526	39	967	6.612	87	96	2.027
1991 25	73	1.435.274	2.443	395	484	40	752	6.147	84	324	1.881
1992 25	59	2.262.318	2.229	435	553	39	519	5.110	86	201	1.539
1993 25	73	1.689.267	2.632	349	201	30	737	6.235	81	148	1.498
1994 25	74	1.605.540	3.267	333	191	34	732	8.683	89	166	1.413
1995 25	75	1.436.728	3.754	388	194	50	982	9.167	103	154	1.257
1996 25	76	1.586.598	3.594	376	190	55	912	7.856	108	151	1.162
1990 26	1.113	9.391	655.208	46.491	61.318	288	262.605	3.158.185	855	477	9.890
1991 26	899	8.289	537.353	45.780	56.900	289	206.537	3.136.496	843	1.156	9.182
1992 26	750	13.336	487.058	51.884	62.919	281	145.470	2.792.642	867	828	7.500
1993 26	835	4.874	530.457	39.393	51.722	224	196.712	2.812.242	550	497	7.328
1994 26	813	4.502	588.390	37.517	49.036	257	193.051	3.215.287	594	523	6.866
1995 26	755	4.057	685.143	44.224	49.127	363	255.268	3.551.104	630	473	6.004
1996 26	784	4.547	720.391	45.433	50.097	402	237.916	3.911.930	680	466	5.542

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
1990 27	633.748	715	27.931	2.072.081	1.156	81	115.826	234.299	5.952	253	2.929
1991 27	519.604	581	21.451	2.024.247	1.048	83	88.731	213.532	5.979	794	2.714
1992 27	408.271	796	20.098	2.157.890	1.084	81	59.039	160.564	5.818	515	2.224
1993 27	535.659	135	23.594	1.856.189	252	63	89.823	187.724	5.779	360	2.163
1994 27	537.890	112	32.412	1.751.887	250	79	87.483	219.027	6.303	403	2.050
1995 27	475.230	114	39.380	1.949.398	258	119	110.945	225.444	6.097	370	1.850
1996 27	441.279	157	42.439	1.748.948	262	137	88.648	197.649	6.165	368	1.717
1990 28	2.160	209	15.998	7.013	2.386.151	132	7.108	157.221	291	227	6.684
1991 28	1.759	168	13.127	6.772	2.239.016	135	5.638	146.865	280	597	6.211
1992 28	1.388	240	11.239	7.248	2.292.741	130	3.779	110.272	286	407	5.076
1993 28	1.807	143	13.536	6.177	2.135.729	101	1.195	132.596	273	259	4.943
1994 28	1.811	109	14.190	5.828	1.884.801	115	1.204	152.700	294	277	4.640
1995 28	1.619	104	16.222	6.499	1.821.159	163	1.583	166.824	319	252	4.064
1996 28	1.521	126	17.041	5.850	1.851.664	178	1.454	168.009	332	247	3.738
1990 29	471	1.023	117.371	1.930	48.116	611.533	461	711.971	157	7.815	2.358
1991 29	452	934	104.783	2.082	48.505	740.419	403	724.246	177	7.085	2.278
1992 29	399	1.431	102.101	2.520	56.857	773.465	283	623.950	185	7.282	1.878
1993 29	171	80	110.286	441	46.804	597.998	350	658.778	143	12.172	1.729
1994 29	171	58	121.057	418	44.126	705.855	353	799.043	157	11.255	1.628
1995 29	158	55	125.766	470	39.136	900.846	460	777.261	167	9.357	1.430
1996 29	173	74	131.859	479	39.453	1.065.368	445	768.843	189	9.810	1.347
1990 30	6.243	182	66.682	4.760	25.169	215	2.141.704	1.394.722	899	332	5.784
1991 30	5.820	146	61.715	5.148	26.008	214	1.925.993	1.489.992	971	806	5.364
1992 30	5.551	209	59.892	6.253	32.713	209	1.405.777	1.247.984	1.052	579	4.383
1993 30	680	125	65.469	4.948	27.251	169	1.939.640	1.324.533	396	348	4.294
1994 30	652	94	77.321	5.007	29.571	194	1.929.033	1.588.515	421	367	4.018
1995 30	597	90	84.575	5.546	27.821	270	2.390.600	1.616.983	440	331	3.513
1996 30	619	111	102.697	6.414	27.802	298	2.901.269	1.986.588	475	326	3.254
1990 31	7.155	2.706	39.804	106.564	24.868	1.539	11.444	1.189.507	7.134	507	6.563
1991 31	6.289	2.347	33.211	110.911	23.984	1.670	9.500	1.164.685	7.624	1.570	6.113
1992 31	5.257	3.514	30.182	126.033	25.959	1.626	6.878	934.682	7.885	1.073	4.957
1993 31	6.163	2.299	30.061	96.128	21.093	1.234	9.552	1.129.398	6.980	708	4.830
1994 31	6.261	1.947	35.702	92.724	20.291	1.481	9.754	1.354.900	7.749	772	4.562
1995 31	5.807	1.789	42.197	108.314	20.083	2.099	12.694	1.443.300	7.842	702	4.063
1996 31	6.368	2.172	45.306	115.546	20.596	2.498	12.954	1.352.422	9.342	693	3.772

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
1990 32	143.089	8.602	94.719	61.366	43.629	78.384	71.227	105.967	57.827	201.838	340.739
1991 32	107.622	6.441	68.667	54.101	35.710	72.478	49.268	87.633	67.998	354.304	305.940
1992 32	89.657	9.123	61.551	61.209	38.472	69.842	34.727	69.433	58.399	313.535	255.893
1993 32	20.809	14.684	15.855	15.939	19.325	6.645	11.770	34.791	148.722	135.697	609.870
1994 32	19.460	9.300	16.191	13.968	16.899	7.251	10.621	36.995	149.847	123.037	517.403
1995 32	15.855	6.259	16.150	13.980	14.236	8.876	12.064	34.573	374.894	102.117	315.315
1996 32	15.524	9.204	15.083	13.074	12.747	9.391	9.936	30.516	131.279	96.909	336.743
1990 33	101.155	45.515	222.118	203.395	96.993	97.255	134.068	495.811	55.935	6.850.665	230.570
1991 33	114.895	51.357	243.307	270.947	119.828	136.123	140.148	618.551	75.853	5.922.238	285.477
1992 33	103.493	78.574	235.606	331.184	139.534	141.502	106.719	529.544	84.467	6.229.840	262.156
1993 33	83.296	30.413	170.725	172.957	77.112	73.095	98.565	374.859	52.684	10.667.332	170.731
1994 33	82.086	20.487	184.848	161.229	71.719	85.187	94.397	423.372	55.826	9.831.857	152.899
1995 33	69.182	17.723	194.996	171.489	64.661	110.471	114.041	418.706	51.235	8.156.946	115.570
1996 33	78.655	25.948	213.520	187.754	68.018	136.554	110.700	432.337	62.025	8.282.772	123.542
1990 34	10.759	7.338	19.412	30.071	14.378	19.484	10.926	35.440	8.543	203.418	6.074.558
1991 34	8.256	5.597	14.364	27.065	12.003	18.414	7.729	29.896	7.921	347.965	5.347.064
1992 34	6.761	7.790	12.641	30.070	12.710	17.404	5.344	23.272	8.016	305.823	4.391.162
1993 34	8.900	4.922	14.967	25.671	11.484	14.717	8.084	26.920	7.937	137.316	4.484.533
1994 34	9.666	3.670	17.878	26.369	11.771	18.901	8.534	33.509	9.383	129.616	4.603.637
1995 34	9.510	3.699	22.018	32.766	12.376	28.638	12.041	38.727	10.064	111.734	4.160.839
1996 34	10.063	5.052	22.443	33.340	12.136	32.917	10.878	37.190	11.465	112.084	4.177.345
1990 35	294.774	201.280	1.198.532	880.143	209.773	135.512	536.046	1.571.971	270.720	311.791	6.656.271
1991 35	230.056	161.383	864.816	784.248	187.680	137.147	434.386	1.421.758	263.762	537.841	6.145.921
1992 35	185.400	231.563	743.596	852.199	203.995	132.955	276.270	1.118.231	270.935	457.294	5.043.347
1993 35	220.233	141.667	848.787	687.826	173.503	97.497	415.826	1.255.319	272.873	209.683	5.028.047
1994 35	217.035	106.027	1.030.999	646.118	160.781	110.257	441.916	1.454.361	283.550	192.916	4.676.950
1995 35	202.417	97.356	1.254.291	707.815	156.847	153.136	573.606	1.585.707	322.894	166.632	3.965.889
1996 35	209.181	122.020	1.286.739	669.134	153.505	172.589	581.775	1.605.065	319.984	173.418	3.775.191
1990 36	164.867	132.333	488.859	693.957	222.849	120.221	659.406	782.465	122.440	202.295	2.286.911
1991 36	127.671	100.290	358.102	607.593	192.517	119.803	493.863	709.974	112.872	342.262	2.136.962
1992 36	103.754	144.987	312.611	673.213	209.527	118.188	371.211	556.089	115.199	296.437	1.717.898
1993 36	128.263	86.650	360.730	548.876	182.287	94.512	782.495	636.134	108.274	133.803	1.647.205
1994 36	123.714	66.410	359.781	485.585	162.235	105.538	500.471	658.919	108.723	125.131	1.469.542
1995 36	113.252	62.378	422.611	535.418	156.862	147.116	478.234	681.914	109.152	106.294	1.148.496
1996 36	110.812	74.064	411.244	512.949	145.106	163.595	414.381	634.993	113.530	108.930	1.086.287

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	
1990	37	36.830	28.269	57.094	63.719	30.239	13.990	35.071	111.752	36.141	119.181	206.837
1991	37	31.778	24.776	48.131	65.576	28.808	14.709	28.148	107.746	38.806	192.167	193.430
1992	37	30.182	40.641	49.651	85.677	35.774	15.975	22.796	98.603	45.436	176.594	192.396
1993	37	34.153	24.759	53.820	68.261	30.195	10.873	31.257	106.926	46.586	81.673	206.873
1994	37	30.789	15.281	53.305	58.205	25.697	11.582	27.374	110.452	45.809	72.771	166.812
1995	37	27.846	14.133	60.434	66.536	24.838	16.114	35.486	117.355	54.192	62.158	133.151
1996	37	40.262	26.454	84.033	92.434	33.299	25.351	43.775	153.939	71.190	68.622	198.124
1990	38	12.077	16.136	45.102	55.763	19.269	9.805	53.812	76.680	25.434	490.452	183.283
1991	38	7.018	9.309	25.232	38.021	12.182	6.995	28.776	49.346	17.958	990.247	122.999
1992	38	10.472	25.409	43.758	85.578	25.662	13.057	41.355	76.990	37.251	1.106.402	213.094
1993	38	13.512	14.847	47.853	65.789	21.168	10.197	55.223	79.932	32.670	492.521	188.074
1994	38	16.542	12.997	67.408	81.273	25.811	15.456	71.086	119.839	47.017	483.843	239.191
1995	38	23.638	19.762	125.136	154.452	41.228	35.262	155.126	212.208	77.638	433.175	338.362
1996	38	27.875	30.258	143.308	176.824	45.312	45.637	157.722	227.323	99.419	442.732	381.003
1990	39	33.327	38.825	94.380	92.690	61.226	41.330	46.731	144.552	32.838	448.008	718.481
1991	39	26.306	30.384	71.555	85.560	52.480	39.854	33.993	125.368	31.405	760.956	647.775
1992	39	23.186	44.843	66.949	101.154	59.125	39.539	24.995	104.221	34.379	665.311	559.216
1993	39	26.961	24.411	68.862	74.596	45.987	29.030	32.751	104.676	30.063	304.097	486.832
1994	39	25.723	16.096	72.939	67.724	41.679	33.271	30.628	114.978	31.123	286.283	444.217
1995	39	22.739	14.604	80.877	75.249	39.275	45.678	38.717	118.922	29.793	246.258	360.841
1996	39	23.942	19.180	80.090	74.286	37.247	49.948	34.132	111.885	34.100	236.568	342.210
1990	40	68.438	62.262	176.959	144.926	87.481	43.686	70.450	366.241	412.537	937.526	1.563.938
1991	40	59.588	53.964	148.427	147.869	82.950	46.892	56.511	350.439	434.655	1.595.128	1.562.961
1992	40	54.403	83.721	145.576	183.097	97.968	49.438	43.515	304.119	490.820	1.375.156	1.431.151
1993	40	75.816	55.964	182.555	165.514	93.707	44.273	69.649	372.733	514.955	618.243	1.547.730
1994	40	61.162	30.917	162.249	126.400	71.314	42.173	54.788	344.880	451.596	586.250	1.179.202
1995	40	53.267	27.617	177.009	138.797	66.361	56.456	68.399	352.559	426.765	506.338	941.702
1996	40	75.807	50.680	242.211	189.979	87.572	87.413	82.992	455.729	657.954	521.876	1.272.261
1990	41	17.605	10.414	26.128	29.313	12.218	3.964	13.134	111.501	22.381	89.398	137.851
1991	41	13.428	7.898	19.242	26.237	10.147	3.733	9.234	93.438	20.633	422.764	120.599
1992	41	11.561	11.552	17.811	30.655	11.293	3.710	6.723	76.463	21.948	237.252	104.125
1993	41	14.196	6.800	19.665	24.407	9.505	2.913	9.475	82.555	20.273	205.259	99.230
1994	41	16.992	5.567	25.862	27.637	10.749	4.119	11.011	113.261	26.437	242.388	112.219
1995	41	24.993	8.396	47.568	51.288	16.908	9.329	23.189	195.420	42.247	226.285	151.475
1996	41	26.059	11.302	47.785	51.494	16.313	10.516	20.639	185.178	47.627	212.642	150.065

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOF. ATIV.	
1990 01	362	16.359	1	1	0	1.328.688	1	0	1.225.719	36.991	0	54.449.435
1991 01	320	14.263	3	3	0	1.257.871	1	0	1.203.417	34.915	0	52.230.815
1992 01	331	16.353	3	3	0	1.366.608	1	0	1.204.328	37.908	0	53.659.473
1993 01	422	118	3	3	0	1.557.378	1	0	1.513.353	42.737	0	52.275.766
1994 01	318	104	2	2	0	1.682.637	1	0	1.342.783	46.008	0	57.800.667
1995 01	345	119	2	2	0	1.878.557	1	0	1.882.702	51.678	0	60.539.296
1996 01	355	119	3	3	0	1.862.830	1	0	1.564.328	47.365	0	63.928.913
1990 02	2.630	637	248	248	7.291	3.292	4.724	316	12.132	506	0	4.038.099
1991 02	2.416	562	389	389	7.702	3.039	4.490	304	12.088	461	0	3.415.321
1992 02	2.531	604	366	366	7.978	3.221	4.978	327	12.004	483	0	3.207.703
1993 02	3.090	1.168	472	472	8.870	2.908	13.922	704	14.544	1.237	0	3.359.250
1994 02	2.935	957	389	389	7.672	2.325	11.088	556	12.267	969	0	3.328.635
1995 02	4.343	955	319	319	8.547	2.294	8.318	445	16.773	787	0	3.549.652
1996 02	4.524	1.005	439	439	8.339	2.166	9.673	476	13.341	785	0	3.824.471
1990 03	624	313	21	21	273	128	56	8	255	16	0	7.131.469
1991 03	541	291	39	39	289	118	53	7	249	14	0	7.942.550
1992 03	562	322	46	46	285	121	60	7	246	15	0	5.412.141
1993 03	610	348	58	58	306	129	64	7	308	16	0	3.239.653
1994 03	634	287	58	58	237	119	66	8	268	16	0	3.944.350
1995 03	1.124	365	49	49	274	164	107	13	380	28	0	4.165.346
1996 03	1.154	403	65	65	323	158	117	13	323	26	0	6.218.130
1990 04	3.164	769	7.891	7.891	1.151	272.554	356	116	159.528	8.711	0	20.126.218
1991 04	2.892	668	11.942	11.942	1.206	276.677	357	119	162.556	8.929	0	19.865.905
1992 04	3.030	705	9.901	9.901	1.208	287.587	406	134	159.912	9.310	0	17.265.008
1993 04	3.118	732	13.215	13.215	1.305	287.538	401	110	198.618	9.289	0	16.531.313
1994 04	3.082	651	9.490	9.490	1.016	249.190	384	96	167.429	8.136	0	16.323.839
1995 04	5.014	880	7.627	7.627	1.153	262.331	547	118	229.241	8.651	0	14.865.017
1996 04	5.149	860	11.108	11.108	1.339	238.405	595	120	188.112	7.358	0	14.574.401
1990 05	4.533	5.417	940	940	988	28.300	487	34	4.198	171	0	19.017.348
1991 05	4.150	4.932	1.420	1.420	1.045	34.441	486	31	4.000	164	0	16.766.971
1992 05	4.218	5.282	1.210	1.210	1.032	43.469	525	33	4.041	168	0	17.652.239
1993 05	4.574	5.581	1.596	1.596	1.108	42.256	571	35	5.149	174	0	18.100.750
1994 05	4.299	4.656	1.216	1.216	862	36.902	529	33	4.470	158	0	20.272.866
1995 05	6.317	5.530	983	983	995	38.612	696	51	6.260	209	0	18.885.196
1996 05	6.285	5.485	1.398	1.398	1.161	36.311	729	52	5.023	188	0	20.317.613

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOT. ATIV.
1990 06	1.761	1.994	2.480	335	37.732	205	30	1.992	68	0	7.324.425
1991 06	1.614	1.895	4.932	354	49.474	201	25	1.897	65	0	6.661.266
1992 06	1.639	1.889	3.384	350	39.042	217	27	1.916	66	0	5.890.538
1993 06	1.779	1.978	4.791	375	41.246	237	28	2.441	69	0	6.546.927
1994 06	1.649	1.713	3.695	292	37.660	216	24	2.121	62	0	6.977.512
1995 06	2.356	2.067	3.210	337	45.368	277	33	2.977	80	0	6.900.684
1996 06	2.330	1.932	4.840	392	43.227	287	31	2.379	71	0	7.691.652
1990 07	91.784	136.040	50.182	13.420	260.794	21.721	3.292	39.401	6.529	0	20.307.683
1991 07	88.299	126.742	75.008	14.185	253.380	21.225	2.790	39.225	6.453	0	19.294.231
1992 07	88.670	132.822	61.966	14.713	257.774	24.151	3.586	39.232	6.541	0	16.867.950
1993 07	97.135	138.198	82.048	16.376	259.775	43.283	5.139	47.781	8.064	0	17.136.733
1994 07	83.464	117.585	59.894	14.235	220.983	35.200	3.987	40.969	6.708	0	18.256.207
1995 07	95.996	134.816	47.922	15.850	243.298	30.238	3.713	56.398	6.860	0	17.944.480
1996 07	93.167	127.585	70.859	15.334	227.130	33.647	3.891	45.491	6.196	0	18.082.636
1990 08	266.255	150.393	62.522	37.297	189.291	112.353	71.487	226.166	3.785	0	13.901.877
1991 08	233.727	121.632	90.420	38.290	172.835	101.949	61.814	218.933	4.029	0	12.045.656
1992 08	286.995	157.769	82.232	40.789	209.464	137.665	81.441	226.623	4.408	0	12.437.040
1993 08	355.276	197.556	109.294	45.591	225.944	199.265	99.624	282.371	6.005	0	13.222.287
1994 08	284.273	155.100	85.700	38.005	181.114	158.085	77.341	251.472	4.864	0	12.602.361
1995 08	306.365	165.393	68.070	40.836	186.888	145.628	75.334	343.669	4.503	0	11.706.157
1996 08	321.619	167.656	100.526	41.696	187.204	164.190	77.717	285.153	4.484	0	12.626.369
1990 10	41.318	17.501	100.899	1.686	216.736	27.794	23.746	115.661	2.125	0	8.950.060
1991 10	32.676	13.657	146.381	1.772	167.917	22.932	18.677	113.379	1.684	0	7.714.224
1992 10	35.420	15.644	122.295	1.768	182.676	27.094	20.981	113.102	1.836	0	6.910.564
1993 10	40.447	17.445	160.900	1.905	193.865	29.952	21.953	138.088	1.950	0	6.762.525
1994 10	32.938	13.945	116.972	1.484	153.495	23.956	17.235	118.774	1.549	0	6.490.887
1995 10	42.336	16.958	101.287	1.693	189.596	28.108	20.546	175.480	1.947	0	6.588.350
1996 10	40.014	15.922	141.605	1.965	165.047	27.403	18.379	138.022	1.631	0	6.324.811
1990 11	7.416	12.827	170.462	965	239.039	56.984	1.159	67.131	121	0	3.584.386
1991 11	6.379	9.991	217.380	1.019	175.970	46.805	964	58.249	109	0	2.518.571
1992 11	7.084	10.799	162.844	1.008	167.193	49.579	1.225	52.512	112	0	2.214.188
1993 11	8.581	11.737	249.743	1.081	186.206	51.767	1.493	74.041	120	0	2.262.131
1994 11	7.316	8.789	156.937	843	122.072	34.961	1.162	55.588	110	0	1.982.933
1995 11	9.407	10.531	127.943	973	143.213	39.793	1.193	77.532	155	0	1.947.419
1996 11	9.696	9.495	174.401	1.129	105.431	33.963	1.223	59.530	144	0	1.500.734

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOT. ATIV.
1990 12	10.433	32.189	1.323	3.226	152.547	2.010	1.385	52.965	423	0	988.706
1991 12	11.935	25.498	1.894	3.162	133.945	2.397	1.626	50.776	508	0	921.087
1992 12	13.141	30.495	1.630	3.552	140.990	2.937	1.910	49.943	571	0	916.115
1993 12	10.603	31.238	2.177	4.310	145.282	2.440	1.460	66.100	419	0	987.600
1994 12	8.952	26.426	1.622	3.124	126.370	2.048	1.193	57.899	350	0	977.142
1995 12	9.571	33.929	1.343	3.180	144.758	1.988	1.148	84.614	355	0	940.420
1996 12	10.530	30.897	1.997	3.836	134.283	2.359	1.255	70.538	362	0	934.475
1990 13	8.420	2.058.994	22.231	1.403	2.314.806	2.454	1.622	358.056	168	0	14.411.423
1991 13	7.386	1.583.006	30.961	1.456	1.787.702	2.199	1.373	334.956	162	0	11.800.296
1992 13	8.337	1.911.016	26.934	1.504	2.090.961	2.893	1.752	347.673	168	0	12.159.123
1993 13	10.049	1.987.490	35.157	1.941	2.029.737	3.619	2.108	420.798	166	0	13.304.845
1994 13	8.192	1.685.826	26.106	1.246	1.761.380	2.898	1.636	368.504	141	0	13.349.652
1995 13	9.360	2.205.384	23.764	1.425	2.280.726	2.921	1.650	579.777	167	0	13.909.784
1996 13	9.781	1.978.508	33.217	1.979	2.062.558	3.269	1.704	453.757	156	0	13.684.247
1990 14	105.735	38.105	770	10.541	173.161	7.336	782	79.694	991	0	7.684.212
1991 14	95.209	33.247	1.137	11.150	157.556	6.953	718	80.591	899	0	6.571.013
1992 14	87.199	32.275	961	11.557	148.377	7.666	729	78.835	938	0	5.626.361
1993 14	100.285	36.206	1.273	12.860	163.355	21.462	1.356	99.136	2.128	0	5.869.539
1994 14	91.863	31.991	955	11.190	147.764	17.070	1.058	85.779	1.717	0	5.962.617
1995 14	109.579	37.359	785	12.471	167.762	12.782	912	120.865	1.458	0	5.709.539
1996 14	105.184	35.878	1.122	12.047	157.329	14.825	978	99.925	1.457	0	5.751.038
1990 15	1.599.271	172.621	55.649	405.068	348.232	2.254.740	15.123	1.754.407	20.852	0	16.458.720
1991 15	1.526.779	160.144	80.489	378.913	333.751	2.310.169	14.802	1.712.144	20.319	0	15.462.802
1992 15	1.358.315	149.572	65.769	398.889	303.934	2.254.196	13.736	1.667.130	18.657	0	14.687.978
1993 15	1.360.974	145.335	88.376	417.730	291.487	2.200.704	12.748	2.081.903	17.961	0	16.235.244
1994 15	1.171.076	123.248	64.748	349.095	247.343	1.911.679	10.844	1.800.925	15.206	0	15.357.804
1995 15	1.580.110	164.406	53.910	373.536	319.304	2.398.540	13.811	2.560.015	19.732	0	16.794.289
1996 15	1.552.716	160.352	80.522	392.307	309.269	2.520.740	13.368	2.148.784	17.867	0	17.295.461
1990 16	1.058	952.870	4.118	194	1.289.547	83	38	42.319	24	0	6.636.909
1991 16	950	890.748	6.071	205	1.247.616	81	35	42.073	22	0	6.202.528
1992 16	954	992.443	5.024	203	1.359.102	86	35	41.457	23	0	6.258.382
1993 16	1.055	999.665	6.724	217	1.362.999	97	36	51.584	24	0	6.617.069
1994 16	947	801.270	4.696	170	1.090.520	90	29	42.485	22	0	6.334.960
1995 16	1.357	889.641	3.718	196	1.169.488	122	35	57.451	31	0	6.328.600
1996 16	1.393	810.757	5.182	227	1.050.353	129	37	44.991	29	0	6.136.004

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOT. ATIV.
1990 17	2.609.288	96.293	23.682	492	275.872	438	76	266.475	160	0	7.963.552
1991 17	2.237.398	113.183	52.444	508	274.026	478	88	256.743	174	0	7.649.151
1992 17	2.821.588	65.314	49.470	521	255.125	531	100	266.316	198	0	7.852.930
1993 17	4.131.130	64.325	62.939	565	266.035	554	76	344.706	194	0	9.351.096
1994 17	2.358.376	56.926	42.766	445	238.044	477	65	301.648	176	0	8.134.942
1995 17	2.149.226	50.313	32.687	492	234.276	547	70	413.673	183	0	7.814.633
1996 17	2.562.921	49.871	49.698	557	216.960	580	74	340.364	176	0	8.352.662
1990 18	9.619.334	5.512.497	4.729	29.432	192.408	112.131	2.299	346.316	16.902	0	43.216.364
1991 18	8.021.240	3.944.860	7.087	31.110	177.096	103.363	2.273	333.900	13.992	0	42.158.349
1992 18	10.190.464	5.349.612	6.320	32.333	233.802	139.166	2.512	339.635	18.972	0	43.637.280
1993 18	15.193.621	6.228.531	8.306	36.108	253.060	194.440	4.194	426.374	24.444	0	47.134.412
1994 18	9.018.126	5.212.935	6.251	31.414	203.057	161.598	3.327	369.692	20.070	0	41.620.923
1995 18	8.178.216	4.553.076	5.098	34.913	180.585	132.931	2.790	514.911	16.725	0	38.245.595
1996 18	9.167.461	4.705.985	7.399	33.740	175.342	143.473	2.906	424.340	15.388	0	41.500.142
1990 19	8.729	47.411	212	828	333.806	739	53	271.585	150	0	17.037.256
1991 19	7.811	41.980	302	872	313.709	745	48	264.293	148	0	16.916.764
1992 19	8.656	42.936	274	867	319.788	779	50	259.612	154	0	16.771.190
1993 19	10.801	49.245	366	924	361.530	909	58	331.538	168	0	16.743.743
1994 19	8.059	39.632	304	731	282.283	793	49	284.238	155	0	15.067.301
1995 19	9.556	43.257	254	840	294.175	953	63	397.400	190	0	14.555.664
1996 19	9.945	43.786	356	950	297.251	974	62	330.523	176	0	15.751.279
1990 20	5.379	2.752	191	1.716	649.116	1.037	153	496.801	205	0	2.095.309
1991 20	5.011	2.456	306	1.782	508.597	1.073	174	277.487	210	0	1.407.089
1992 20	5.228	2.546	320	1.801	693.867	1.132	197	308.772	229	0	1.913.837
1993 20	5.372	2.725	415	1.944	772.142	1.104	148	450.607	222	0	2.179.344
1994 20	5.091	2.314	384	1.523	599.875	1.007	131	63.920	208	0	1.363.340
1995 20	7.826	2.771	321	1.711	528.326	1.332	154	33.113	273	0	1.170.514
1996 20	8.026	2.739	440	1.966	524.567	1.423	163	61.807	261	0	1.237.584
1990 21	534.644	634.643	36.547	4.550	359.121	11.377	50.379	196.365	14.749	0	9.478.025
1991 21	488.250	563.727	53.579	4.813	329.253	11.041	47.201	194.348	13.736	0	8.704.191
1992 21	457.508	554.084	42.623	4.990	316.447	11.577	46.100	184.581	13.298	0	7.628.259
1993 21	507.860	594.639	58.092	5.554	338.109	18.224	47.516	233.397	14.641	0	7.932.455
1994 21	396.358	458.438	40.827	4.835	258.540	14.423	36.746	193.797	11.250	0	7.238.902
1995 21	466.830	534.659	33.805	5.388	291.896	13.222	40.763	273.580	12.518	0	7.445.263
1996 21	515.857	585.337	50.917	5.201	315.486	15.522	44.329	230.944	12.740	0	8.417.280

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOF. ATIV.
1990 22	103.029	267.567	526	12.508	1.165.404	7.943	555	197.963	871	0	15.932.905
1991 22	94.340	232.571	817	13.210	1.060.614	7.561	538	193.883	795	0	15.236.591
1992 22	90.398	238.709	774	13.656	1.018.080	8.377	579	189.672	833	0	14.155.293
1993 22	96.787	257.427	1.002	15.157	1.095.361	22.930	1.184	241.782	2.059	0	14.108.708
1994 22	82.479	215.530	838	13.049	817.560	18.301	940	206.152	1.624	0	14.412.068
1995 22	98.292	244.542	690	14.551	859.969	13.898	770	281.061	1.353	0	13.985.049
1996 22	99.207	235.872	949	14.318	803.615	16.123	822	227.283	1.345	0	13.804.758
1990 23	8.922	9.137	5.095	499	19.473	2.256	46	36.846	38	0	418.649
1991 23	7.554	7.715	7.285	528	17.023	2.035	42	35.508	34	0	368.018
1992 23	7.495	8.086	6.043	520	17.113	2.209	43	34.968	36	0	337.137
1993 23	6.886	7.602	8.176	560	16.383	1.907	43	44.019	37	0	318.063
1994 23	5.158	5.678	5.854	433	11.878	1.351	37	37.087	36	0	278.728
1995 23	5.962	5.986	4.756	501	12.016	1.278	49	51.381	58	0	264.884
1996 23	5.795	5.617	7.039	589	10.987	1.298	52	42.764	56	0	258.591
1990 24	3.775	8.976	6.580	275	64.958	110	299	7.039	601	0	1.931.260
1991 24	3.417	8.205	9.544	290	58.748	104	280	6.989	587	0	1.460.503
1992 24	3.259	8.696	7.688	287	51.755	113	274	6.788	575	0	1.061.615
1993 24	3.600	8.924	10.733	308	55.066	121	281	8.728	649	0	1.191.692
1994 24	2.968	7.063	7.596	239	47.423	111	219	7.398	552	0	1.313.994
1995 24	3.870	8.030	6.148	276	52.133	155	248	10.169	567	0	1.324.932
1996 24	4.183	7.902	8.832	324	46.437	173	269	8.490	495	0	1.309.920
1990 25	1.678	2.076	56	562	219.259	166	19	29.714	8.038	0	1.959.310
1991 25	1.477	1.929	92	594	224.497	159	16	29.753	8.128	0	1.723.720
1992 25	1.530	2.184	101	587	262.502	173	18	29.682	9.334	0	2.589.351
1993 25	1.679	568	129	630	366.184	192	19	38.538	12.486	0	2.126.126
1994 25	1.651	496	126	490	441.670	186	18	33.999	15.029	0	2.118.961
1995 25	2.684	643	106	565	439.635	274	28	47.227	15.148	0	1.964.069
1996 25	2.727	614	143	661	351.300	293	29	39.804	11.445	0	2.013.116
1990 26	4.888	4.923	160	1.263	488.318	527	50	177.193	10.040	0	5.128.784
1991 26	4.361	4.645	241	1.334	515.290	513	45	170.938	10.822	0	4.951.462
1992 26	4.511	4.743	248	1.320	544.193	545	48	175.927	11.087	0	4.550.306
1993 26	4.984	4.037	324	1.415	563.713	622	52	224.219	11.666	0	4.644.157
1994 26	4.702	3.449	305	1.105	487.611	577	48	196.675	10.199	0	4.993.124
1995 26	7.097	4.068	258	1.274	493.395	785	70	275.342	10.118	0	5.568.796
1996 26	7.137	4.021	349	1.477	532.555	823	71	229.599	10.213	0	5.960.324

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOT. ATIV.
1990 27	3.371	7.813	121	1.250	1.146.496	319	39	267.564	58.334	0	4.693.211
1991 27	2.950	7.344	205	1.322	1.122.310	303	34	269.822	56.777	0	4.459.597
1992 27	3.058	7.466	227	1.305	1.089.798	333	37	267.753	55.952	0	4.349.452
1993 27	3.342	2.433	291	1.402	1.281.220	366	38	343.424	64.420	0	4.502.394
1994 27	3.352	2.118	283	1.088	1.107.737	364	38	296.669	55.576	0	4.212.772
1995 27	5.628	2.545	238	1.257	1.095.300	555	61	407.261	55.711	0	4.491.676
1996 27	5.740	2.614	320	1.473	1.012.433	599	62	347.745	48.062	0	4.068.913
1990 28	3.218	1.808	105	785	276.029	352	33	321.066	10.858	0	3.224.070
1991 28	2.878	1.526	155	829	273.715	344	29	322.074	10.973	0	3.059.969
1992 28	2.976	1.570	157	820	266.272	364	31	326.983	10.780	0	3.065.787
1993 28	3.293	1.698	206	879	317.467	417	34	405.214	12.592	0	3.061.019
1994 28	3.082	1.445	193	687	283.279	384	31	336.460	10.711	0	2.725.806
1995 28	4.581	1.760	163	792	318.707	515	45	462.661	11.907	0	2.844.935
1996 28	4.597	1.653	221	916	333.682	538	45	387.484	11.619	0	2.816.956
1990 29	15.291	3.201	252	1.062	453.966	453	230	16.970	13.303	0	2.638.792
1991 29	13.708	3.345	459	1.079	499.350	528	282	17.010	14.840	0	2.834.974
1992 29	16.612	3.517	441	1.137	575.661	618	323	17.141	16.936	0	2.765.513
1993 29	22.156	1.045	571	1.246	566.932	514	223	21.022	16.656	0	2.465.904
1994 29	13.871	917	440	983	483.841	466	189	18.281	14.229	0	2.697.984
1995 29	14.203	1.048	353	1.052	405.062	557	193	23.604	12.527	0	2.781.855
1996 29	16.293	1.030	514	1.182	444.677	629	211	20.341	12.437	0	3.077.412
1990 30	3.163	1.987	101	864	186.945	324	33	5.044	5.092	0	5.352.514
1991 30	2.815	1.739	157	913	207.213	314	29	4.251	5.767	0	5.691.736
1992 30	2.906	1.798	165	903	251.550	336	31	4.344	7.085	0	4.842.966
1993 30	3.199	1.930	214	969	266.728	381	33	5.663	7.415	0	5.191.735
1994 30	3.046	1.647	203	755	265.619	358	31	3.873	7.301	0	5.506.502
1995 30	4.678	1.987	172	871	268.962	497	47	5.277	7.484	0	6.017.504
1996 30	4.721	1.929	232	1.013	265.883	524	47	4.311	7.089	0	7.278.530
1990 31	40.029	208.080	514	2.230	2.904.677	601	71	130.797	36.884	0	8.026.989
1991 31	34.443	210.437	1.029	2.358	3.334.278	573	62	130.563	40.604	0	8.675.220
1992 31	42.213	223.609	1.032	2.329	3.392.875	627	67	131.614	41.908	0	9.011.182
1993 31	59.722	224.374	1.315	2.501	4.112.217	692	70	163.054	45.479	0	9.638.103
1994 31	36.720	192.842	1.045	1.942	3.516.264	681	69	138.877	38.952	0	8.448.242
1995 31	38.074	214.126	837	2.244	4.036.275	1.025	110	190.993	43.423	0	9.230.648
1996 31	43.623	226.672	1.199	2.626	4.043.928	1.101	111	160.267	41.796	0	9.590.232

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOT. ATIV.
1990 32	26.682	31.674	11.378	420.463	165.081	298.793	16.384	708.307	28.936	0	8.382.331
1991 32	23.598	27.601	16.827	444.784	144.204	282.648	14.806	708.768	26.037	0	7.761.587
1992 32	23.704	29.287	14.022	462.750	151.558	312.458	15.578	703.402	27.071	0	7.121.656
1993 32	61.045	67.777	18.266	516.420	140.170	906.061	42.244	847.908	77.345	0	5.295.999
1994 32	48.402	52.770	13.035	452.870	107.136	718.297	32.851	712.648	59.745	0	4.673.061
1995 32	41.089	43.965	10.435	503.524	96.692	527.002	24.592	971.306	45.338	0	4.359.880
1996 32	44.235	46.346	14.565	477.048	87.463	610.613	26.210	760.391	45.232	0	4.021.245
1990 33	1.348.509	212.348	73.440	351.708	1.348.854	239.063	185.057	2.181.119	58.728	0	21.361.377
1991 33	1.656.515	253.286	102.639	333.142	1.673.630	314.718	234.185	2.056.598	73.910	0	23.419.528
1992 33	1.829.517	293.386	86.787	397.820	1.895.674	381.353	269.582	2.072.271	84.230	0	24.413.364
1993 33	1.331.255	207.634	118.658	451.262	1.316.711	270.285	179.403	2.633.445	58.257	0	24.752.905
1994 33	1.114.527	171.291	85.692	369.673	1.090.142	230.565	149.386	2.245.667	48.164	0	23.220.340
1995 33	1.120.989	170.829	69.364	346.847	1.048.162	217.316	141.799	3.102.400	46.519	0	21.444.040
1996 33	1.214.800	183.014	100.936	333.311	1.115.127	249.129	152.083	2.549.303	46.692	0	22.627.243
1990 34	214.724	233.418	59.327	16	295.977	76.486	3.180.588	741.978	15.465	0	11.799.307
1991 34	186.390	197.046	85.757	16	258.680	71.230	2.832.451	723.924	13.700	0	10.683.240
1992 34	184.102	204.102	70.931	17	261.955	77.176	2.915.639	713.893	13.963	0	9.697.675
1993 34	213.738	229.351	95.521	17	293.034	87.344	3.130.719	893.332	15.568	0	10.210.587
1994 34	203.699	215.815	70.862	15	275.148	84.057	2.955.993	782.896	14.596	0	10.094.287
1995 34	245.430	257.726	58.787	17	317.346	94.202	3.366.731	1.108.883	16.922	0	10.548.350
1996 34	247.632	257.656	86.641	16	312.590	101.684	3.341.681	918.121	15.720	0	10.450.340
1990 35	1.994.409	2.086.581	100.090	487.599	6.051.669	386.618	22.635	3.759.129	36.082	0	40.448.259
1991 35	1.825.090	1.656.268	127.047	517.280	5.607.112	365.241	19.493	3.659.890	34.224	0	37.003.715
1992 35	1.902.593	1.751.192	100.191	556.772	5.506.456	397.692	20.989	3.926.406	34.107	0	35.258.181
1993 35	2.210.179	2.175.811	139.793	658.757	5.983.331	567.078	29.372	4.931.551	45.734	0	38.523.698
1994 35	1.826.865	1.791.588	105.412	519.220	5.080.215	479.870	22.900	3.428.392	38.809	0	35.108.069
1995 35	2.060.155	1.756.730	89.118	557.666	5.744.122	445.851	20.816	4.872.758	39.564	0	36.630.736
1996 35	2.131.703	1.773.614	134.180	657.941	5.310.079	500.533	22.725	3.950.838	37.452	0	36.298.648
1990 36	3.544.827	2.566.750	181.600	675.788	726.305	342.922	6.942	1.262.302	23.091	0	24.734.254
1991 36	3.110.708	1.337.183	259.025	670.563	747.936	324.034	6.241	1.210.609	21.686	0	21.919.203
1992 36	3.269.025	1.418.591	215.405	707.229	716.666	368.070	6.628	1.195.412	22.469	0	20.848.425
1993 36	3.655.962	2.154.875	292.483	814.036	805.680	408.345	7.275	1.509.495	25.027	0	22.987.123
1994 36	3.132.765	1.799.520	214.733	742.820	631.452	348.154	6.012	1.285.291	20.470	0	21.079.363
1995 36	3.515.701	2.644.234	177.078	775.116	693.603	362.613	6.404	1.805.460	21.940	0	22.500.031
1996 36	3.322.360	3.597.474	261.600	768.006	634.884	370.988	6.233	1.540.290	19.526	0	23.343.240

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$ 1000 DE 1996

PER. SET.	35	36	37	38	39	40	41	42	43	46	TOT. ATIV.
1990 37	921.089	329.947	29.319	1.026.941	337.055	334.501	25.187	921.845	11.063	0	6.239.311
1991 37	851.212	296.504	34.092	1.041.779	313.158	331.168	23.853	844.910	10.383	0	6.085.749
1992 37	1.027.703	375.419	34.954	1.364.643	386.880	436.325	29.909	872.178	12.725	0	6.964.654
1993 37	1.171.127	414.937	97.984	1.552.825	423.256	506.011	32.499	1.127.145	15.812	0	7.744.771
1994 37	871.964	305.102	71.658	1.121.327	310.675	382.281	24.034	931.896	11.699	0	6.355.526
1995 37	959.379	332.335	14.092	1.051.422	326.734	383.343	24.632	1.309.306	11.675	0	6.590.692
1996 37	1.383.152	474.964	44.186	1.339.378	460.423	603.741	35.442	1.166.079	16.476	0	8.754.590
1990 38	714.162	615.171	51.224	3.019.337	147.260	91.387	49.813	400.261	1.297	96.005.375	103.348.833
1991 38	474.280	379.869	106.799	2.497.782	98.037	65.048	33.798	1.419.570	1.142	74.066.604	81.306.852
1992 38	835.334	519.436	142.996	2.795.550	199.431	136.762	74.540	1.181.682	1.223	136.577.636	145.764.911
1993 38	951.293	788.357	187.073	3.637.713	200.502	142.242	68.424	1.011.811	1.273	190.850.868	200.524.370
1994 38	1.020.392	670.120	150.038	3.623.822	226.488	161.768	80.706	880.952	1.315	77.627.767	88.014.031
1995 38	1.782.321	903.023	131.634	5.088.677	399.824	273.744	144.739	1.008.670	2.277	42.654.106	57.826.872
1996 38	1.979.205	1.027.030	199.127	5.215.044	440.314	328.359	161.425	904.057	1.130	36.697.230	53.511.996
1990 39	1.671.120	744.826	154.378	2.040.149	882.013	333.530	15.502	6.147.648	38.759	0	15.793.257
1991 39	1.524.436	645.430	222.404	2.133.187	933.555	321.926	14.175	5.977.353	35.455	0	15.516.603
1992 39	1.702.238	709.422	183.038	2.254.266	1.043.731	379.907	15.502	5.865.791	38.930	0	15.732.999
1993 39	1.807.453	685.716	247.313	2.978.981	895.962	379.057	14.308	7.391.234	37.852	0	17.495.074
1994 39	1.460.851	569.753	183.417	1.965.927	705.203	316.574	11.920	6.469.935	31.032	0	14.730.716
1995 39	1.553.008	609.736	151.750	2.251.041	698.239	315.738	12.153	9.139.660	32.073	0	17.528.054
1996 39	1.685.788	586.480	216.139	2.318.799	1.035.225	343.989	11.626	7.328.037	29.510	0	16.425.048
1990 40	3.739.899	826.377	382.721	3.590.102	891.957	939.866	49.787	8.200.322	28.451	0	26.000.641
1991 40	3.686.210	792.021	549.774	3.899.500	884.344	1.014.158	50.353	7.948.215	28.593	0	26.949.578
1992 40	4.062.697	915.209	446.666	4.466.827	997.591	1.229.802	57.842	7.460.600	32.491	0	27.566.169
1993 40	4.997.373	1.089.547	601.441	5.023.460	1.181.386	1.261.763	65.814	9.337.135	38.347	0	31.685.580
1994 40	3.533.814	760.478	448.320	4.570.693	824.739	1.204.041	46.082	8.215.702	26.766	0	26.430.867
1995 40	3.768.773	802.759	372.560	4.559.593	841.927	1.379.772	46.434	11.656.089	27.632	0	29.712.917
1996 40	5.125.448	1.081.612	564.047	5.021.142	1.113.415	1.702.504	62.142	9.917.630	34.466	0	33.325.187
1990 41	2.008.868	191.849	68.273	915.155	178.277	170.627	24.760	702.516	52.112	0	5.427.243
1991 41	1.732.640	160.948	127.091	968.469	154.924	157.933	21.926	685.494	45.879	0	5.361.622
1992 41	1.799.060	175.273	150.579	955.153	164.998	179.909	23.733	676.680	49.156	0	5.252.890
1993 41	1.949.440	183.798	189.672	1.027.183	172.111	189.979	23.754	844.927	51.146	0	5.732.657
1994 41	2.047.263	190.556	191.439	795.075	178.049	201.422	24.696	740.787	52.831	0	5.805.252
1995 41	3.684.607	339.904	160.756	919.385	306.499	337.138	41.973	1.049.980	91.447	0	8.902.213
1996 41	3.669.139	335.351	207.838	1.047.803	297.829	359.118	41.087	879.662	83.859	0	8.977.900

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	FBCF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS. AD. P.ÚB.	CONS. FAM.	DEM. FINAL	DEM. TOTAL
1990 01	1.793.683	1.773.907	3.585.070	0	22.380.052	29.532.712	83.982.147
1991 01	1.685.078	1.427.862	4.041.855	0	20.511.478	27.666.273	79.897.088
1992 01	1.994.964	2.167.316	1.740.304	0	21.628.172	27.530.755	81.190.229
1993 01	2.292.992	2.138.326	219.723	0	21.996.775	26.647.816	78.923.582
1994 01	2.687.613	2.452.801	1.622.673	0	24.368.233	31.131.321	88.931.988
1995 01	3.491.128	1.616.717	3.762.771	0	26.768.444	35.639.060	96.178.356
1996 01	1.866.735	1.758.814	2.499.446	0	26.086.174	32.211.169	96.140.082
1990 02	6.405	3.275.447	-137.438	0	59.604	3.204.018	7.242.117
1991 02	5.564	4.182.138	1.504	0	65.067	4.254.273	7.669.593
1992 02	5.538	4.386.055	120.455	0	63.887	4.575.935	7.783.639
1993 02	2.626	3.781.509	-270.571	0	49.002	3.562.566	6.921.816
1994 02	2.467	2.680.430	112.572	0	43.705	2.839.174	6.167.808
1995 02	1.272	2.645.896	300.052	0	58.514	3.005.733	6.555.386
1996 02	2.757	2.561.264	169.360	0	62.196	2.795.578	6.620.049
1990 03	40	2.457	422.783	0	2.871	428.150	7.559.620
1991 03	33	2.563	102.613	0	5.289	110.499	8.053.050
1992 03	32	1.661	-97.559	0	4.390	-91.477	5.320.664
1993 03	34	2.228	-141.086	0	3.386	-135.437	3.104.215
1994 03	31	1.575	-185.726	0	2.966	-181.154	3.763.196
1995 03	38	61.753	-113.140	0	4.954	-46.395	4.118.951
1996 03	30	14.301	172.108	0	6.548	192.987	6.411.117
1990 04	10.003	542.879	109.076	0	1.017.078	1.679.036	21.805.254
1991 04	8.915	660.204	215.610	0	1.047.388	1.932.117	21.798.022
1992 04	8.572	789.010	21.871	0	1.009.660	1.829.113	19.094.121
1993 04	8.172	995.005	-81.074	0	912.607	1.834.709	18.366.022
1994 04	6.955	751.194	-155.185	0	784.377	1.387.340	17.711.179
1995 04	7.467	728.603	224.944	0	819.736	1.780.751	16.645.767
1996 04	6.567	685.069	300.188	0	825.310	1.817.134	16.391.535
1990 05	7.083	4.520.361	-179.172	0	63.479	4.411.752	23.429.100
1991 05	6.289	5.619.333	-33.355	0	67.129	5.659.396	22.426.367
1992 05	5.895	6.509.866	143.145	0	62.110	6.721.016	24.373.255
1993 05	6.068	6.254.444	174.472	0	57.965	6.492.949	24.593.699
1994 05	5.716	4.388.496	185.050	0	53.251	4.632.512	24.905.379
1995 05	6.597	4.298.631	256.266	0	66.268	4.627.762	23.512.959
1996 05	5.917	3.885.835	301.694	0	69.057	4.262.503	24.580.116

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	FBCF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS.AD.PUB.	CONS. FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL
1990 06	4.643	2.268.489	-293.071	0	192.361	2.172.422	9.496.848
1991 06	3.798	2.285.225	-3.077	0	256.182	2.542.128	9.203.394
1992 06	3.585	2.653.693	-188.618	0	200.550	2.669.210	8.559.747
1993 06	3.526	2.212.683	-59.321	0	198.188	2.355.076	8.902.003
1994 06	3.451	2.133.800	44.652	0	196.646	2.378.549	9.356.061
1995 06	4.063	2.385.005	244.553	0	251.274	2.884.895	9.785.580
1996 06	3.581	2.215.884	255.409	0	243.607	2.718.481	10.410.133
1990 07	593.369	812.217	-219.141	0	1.660.214	2.846.658	23.154.342
1991 07	476.049	1.041.049	65.284	0	1.594.818	3.177.200	22.471.431
1992 07	485.853	1.355.881	96.527	0	1.528.134	3.466.395	20.334.345
1993 07	513.653	1.414.746	209.808	0	1.417.389	3.555.595	20.692.328
1994 07	517.289	1.089.069	285.098	0	1.320.150	3.211.606	21.467.814
1995 07	651.903	1.026.478	138.202	0	1.481.002	3.297.584	21.242.065
1996 07	576.258	940.202	299.590	0	1.466.966	3.283.016	21.365.652
1990 08	9.324.699	1.844.989	-571.054	0	834.775	11.433.409	25.335.286
1991 08	6.294.008	2.059.759	-145.658	0	891.124	9.099.232	21.144.889
1992 08	6.561.375	2.941.452	-593.572	0	920.423	9.829.679	22.266.719
1993 08	7.605.070	2.973.462	1.149.330	0	872.631	12.600.494	25.822.780
1994 08	8.641.798	2.443.353	874.013	0	760.953	12.720.117	25.322.478
1995 08	10.470.906	2.340.668	-636.742	0	905.458	13.080.290	24.786.447
1996 08	8.183.801	2.025.745	154.877	0	961.768	11.326.191	23.952.560
1990 10	2.218.318	1.115.122	-478.148	0	3.832.958	6.688.250	15.638.310
1991 10	1.539.973	1.427.433	-157.463	0	3.140.882	5.950.824	13.665.048
1992 10	1.487.553	1.734.423	-33.124	0	3.212.089	6.400.941	13.311.505
1993 10	1.326.370	2.072.926	323.395	0	2.978.196	6.700.887	13.463.413
1994 10	1.448.686	1.493.960	259.151	0	2.921.149	6.122.946	12.613.833
1995 10	1.812.945	1.558.006	355.032	0	4.157.936	7.883.919	14.472.269
1996 10	1.548.174	1.393.290	267.055	0	3.974.455	7.182.974	13.507.785
1990 11	5.213.085	942.872	-178.926	0	6.124.367	12.101.397	15.685.783
1991 11	4.562.664	1.118.418	154.710	0	5.097.119	10.932.911	13.451.481
1992 11	3.454.863	1.233.719	122.000	0	3.719.358	8.529.941	10.744.129
1993 11	3.086.113	1.174.914	1.538.652	0	4.298.346	10.098.025	12.360.156
1994 11	4.040.274	819.762	286.047	0	5.381.265	10.527.348	12.510.280
1995 11	5.663.725	826.974	243.241	0	7.977.005	14.710.945	16.658.365
1996 11	4.829.133	928.735	236.171	0	8.541.989	14.536.028	16.036.762

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	FICF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS. AD. PÙB.	CONS. FAM.	DEM. FINAL.	DEM. TOTAL.
1990 12	5.604.614	1.389.374	-1.035.666	0	7.363.836	13.322.158	14.310.864
1991 12	4.686.013	1.709.975	58.476	0	6.116.851	12.571.314	13.492.401
1992 12	4.484.746	3.363.081	-594.275	0	5.393.237	12.646.788	13.562.904
1993 12	5.326.376	2.949.051	999.023	0	6.716.162	15.990.612	16.978.212
1994 12	5.240.131	2.156.479	432.295	0	7.265.522	15.094.427	16.071.569
1995 12	8.394.832	1.468.342	383.196	0	10.833.395	21.079.766	22.020.185
1996 12	6.190.904	1.592.688	8.622	0	12.828.349	20.620.562	21.555.037
1990 13	1.841.744	3.072.063	-425.134	0	1.267.551	5.756.224	20.167.647
1991 13	1.023.170	3.383.060	-30.454	0	955.411	5.331.186	17.131.482
1992 13	658.147	3.746.665	121.393	0	1.072.048	5.598.253	17.757.376
1993 13	1.560.149	4.533.171	207.724	0	1.070.265	7.371.309	20.676.154
1994 13	1.847.879	3.551.182	194.853	0	1.243.733	6.837.647	20.187.299
1995 13	1.623.438	3.374.014	264.735	0	1.460.781	6.722.969	20.632.753
1996 13	887.993	3.596.684	363.324	0	1.392.605	6.240.607	19.924.854
1990 14	1.848.132	581.993	-92.070	0	5.708.815	8.046.870	15.731.082
1991 14	1.498.466	754.469	9.281	0	4.671.386	6.933.603	13.504.616
1992 14	1.312.603	1.110.712	50.431	0	4.148.410	6.622.157	12.248.518
1993 14	1.494.663	1.744.293	88.613	0	4.750.763	8.078.333	13.947.872
1994 14	1.401.919	1.352.591	-148.579	0	4.473.242	7.079.173	13.041.790
1995 14	1.564.130	1.336.778	103.041	0	4.958.719	7.962.669	13.672.208
1996 14	1.506.622	1.264.970	119.507	0	4.957.632	7.848.731	13.599.769
1990 15	61.155	1.391.580	47.552	0	3.340.587	4.840.874	21.299.594
1991 15	58.778	1.632.243	200.016	0	3.034.126	4.925.164	20.387.966
1992 15	53.540	2.165.765	-350.371	0	2.775.876	4.644.810	19.332.788
1993 15	53.167	1.985.992	-40.748	0	2.852.558	4.850.968	21.086.212
1994 15	43.963	1.839.128	-109.453	0	2.526.304	4.299.942	19.657.746
1995 15	58.164	2.456.157	37.903	0	2.671.284	5.223.507	22.017.796
1996 15	47.385	1.655.686	248.419	0	2.582.996	4.534.486	21.829.947
1990 16	1.613	411.293	26.672	0	115.676	555.254	7.192.163
1991 16	1.121	542.249	16.179	0	109.390	668.938	6.871.466
1992 16	908	720.487	-84.240	0	118.328	755.483	7.013.865
1993 16	1.377	799.448	51.470	0	115.175	967.470	7.584.538
1994 16	1.441	653.473	109.581	0	122.620	887.115	7.222.075
1995 16	1.467	625.862	103.160	0	112.379	842.868	7.171.468
1996 16	969	620.126	80.224	0	97.782	799.100	6.935.104

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	FBCF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS.AD.PÚBL.	CONS. FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL
1990 17	2.496	605.826	-438.694	0	4.126.737	4.296.366	12.259.917
1991 17	2.093	616.521	635.173	0	5.294.460	6.548.247	14.197.399
1992 17	1.979	869.116	-744.412	0	6.196.772	6.323.455	14.176.384
1993 17	2.128	906.397	-1.264.358	0	6.933.948	6.578.114	15.929.210
1994 17	1.948	672.349	12.230	0	5.328.821	6.015.348	14.150.290
1995 17	2.405	750.401	-4.805	0	4.021.309	4.769.310	12.583.943
1996 17	1.895	847.869	237.574	0	3.664.395	4.751.733	13.104.395
1990 18	-42.090	2.762.451	205.329	0	1.173.320	4.099.010	47.315.373
1991 18	-34.435	2.005.562	1.119.511	0	1.225.329	4.315.966	46.474.315
1992 18	-31.330	2.976.045	1.736.904	0	1.539.697	6.221.316	49.858.596
1993 18	-48.411	3.423.876	2.936.437	0	1.693.663	8.005.565	55.139.977
1994 18	-44.047	2.513.799	1.597.658	0	1.325.815	5.393.225	47.014.148
1995 18	-62.241	2.106.320	1.954.436	0	1.310.179	5.308.694	43.554.289
1996 18	-41.276	1.567.556	456.678	0	1.312.520	3.295.478	44.795.620
1990 19	10.182	464.986	-258.568	0	1.103.753	1.320.353	18.357.609
1991 19	8.537	528.997	623.612	0	914.182	2.075.328	18.992.092
1992 19	8.072	702.000	146.767	0	915.023	1.771.862	18.543.052
1993 19	8.679	858.050	43.678	0	1.021.542	1.931.948	18.675.691
1994 19	7.946	673.336	412.205	0	851.343	1.944.830	17.012.131
1995 19	9.812	761.665	242.290	0	962.786	1.976.553	16.532.217
1996 19	7.731	796.946	427.894	0	948.383	2.180.954	17.932.233
1990 20	2.806	185.244	-217.305	0	8.652.214	8.622.958	10.718.267
1991 20	2.354	286.134	61.803	0	7.546.276	7.896.567	9.303.656
1992 20	2.225	332.613	-215.078	0	8.752.340	8.872.101	10.785.938
1993 20	2.392	417.059	100.682	0	10.131.246	10.651.378	12.830.722
1994 20	2.189	322.961	136.174	0	8.480.788	8.942.112	10.305.451
1995 20	2.704	345.158	114.727	0	10.004.873	10.467.462	11.637.976
1996 20	2.130	367.763	112.988	0	9.712.736	10.195.617	11.433.201
1990 21	14.721	152.239	-295.867	0	1.011.612	882.706	10.360.730
1991 21	11.935	201.819	68.032	0	705.225	987.011	9.691.202
1992 21	11.007	335.333	-136.867	0	653.506	862.979	8.491.238
1993 21	9.833	386.251	14.046	0	700.435	1.110.565	9.043.019
1994 21	9.385	285.840	38.083	0	542.606	875.914	8.114.816
1995 21	9.637	263.991	465.140	0	703.762	1.442.529	8.887.792
1996 21	9.870	233.984	226.844	0	763.051	1.233.748	9.651.028

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	FBCF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS.AD.PÚBL.	CONS.FAM.	DEM.FINAL.	DEM.TOTAL.
1990 22	14.236	1.429.897	182.756	0	4.620.905	6.247.794	22.180.699
1991 22	12.039	1.704.792	306.969	0	3.939.422	5.963.222	21.199.813
1992 22	11.657	1.997.491	115.268	0	3.632.034	5.756.449	19.911.742
1993 22	7.490	1.759.156	455.500	0	3.687.601	5.909.747	20.018.455
1994 22	7.118	1.294.518	443.728	0	3.168.838	4.914.203	19.326.271
1995 22	5.571	1.248.757	348.364	0	3.476.304	5.078.996	19.064.045
1996 22	7.227	1.047.575	142.962	0	3.194.685	4.392.449	18.197.207
1990 23	119	195.484	-415.553	0	14.679.698	14.459.749	14.878.398
1991 23	100	211.522	12.229	0	10.943.028	11.166.878	11.534.896
1992 23	94	311.996	-92.753	0	10.053.963	10.273.300	10.610.437
1993 23	101	349.217	-5.400	0	10.483.858	10.827.777	11.145.841
1994 23	93	265.152	-128.423	0	8.782.778	8.919.600	9.198.329
1995 23	115	177.819	2.176	0	10.020.839	10.200.949	10.465.834
1996 23	90	154.000	2.428	0	9.544.553	9.701.072	9.959.663
1990 24	139	2.016.033	-139.252	0	4.460.982	6.337.902	8.269.162
1991 24	116	2.259.740	-24.363	0	3.480.875	5.716.369	7.176.872
1992 24	110	3.476.923	-67.724	0	2.813.687	6.222.996	7.284.610
1993 24	118	3.651.140	81.901	0	3.294.780	7.027.938	8.219.630
1994 24	108	2.295.723	5.273	0	2.680.705	4.981.809	6.295.803
1995 24	134	2.171.064	115.180	0	2.645.444	4.931.822	6.256.754
1996 24	105	2.271.335	100.951	0	2.350.450	4.722.841	6.032.761
1990 25	1.248	1.390.426	429.824	0	1.484.928	3.306.426	5.265.736
1991 25	1.047	1.724.527	258.344	0	1.479.347	3.463.264	5.186.985
1992 25	990	1.198.885	151.684	0	1.682.012	3.033.570	5.622.921
1993 25	1.064	1.925.821	-177.618	0	2.129.845	3.879.112	6.005.239
1994 25	974	2.518.675	-145.227	0	2.430.990	4.805.412	6.924.373
1995 25	1.203	1.903.549	-4.428	0	2.282.479	4.182.803	6.146.872
1996 25	948	1.575.931	870.064	0	2.131.925	4.578.868	6.591.984
1990 26	8.540	2.399.771	102.725	0	10.519.579	13.030.616	18.159.400
1991 26	7.424	2.415.780	233.578	0	10.278.092	12.934.874	17.886.336
1992 26	7.603	3.333.964	265.877	0	10.636.850	14.244.294	18.794.600
1993 26	8.390	2.837.362	402.259	0	12.002.731	15.250.741	19.894.898
1994 26	8.535	2.341.543	-84.873	0	11.758.532	14.023.737	19.016.860
1995 26	10.791	2.190.682	151.213	0	12.601.979	14.954.665	20.523.462
1996 26	7.450	2.553.677	307.797	0	12.866.014	15.734.938	21.695.262

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	FBCE	EXPORT.	VAR. EST.	CONSAD.PUB.	CONS.FAM.	DEMI.FINAL	DEMI.TOTAL
1990 27	9.682	727.792	151.927	0	12.465.775	13.355.177	18.048.387
1991 27	8.921	1.178.004	251.354	0	12.108.922	13.547.199	18.006.797
1992 27	10.214	1.821.597	228.969	0	11.947.747	14.008.527	18.357.978
1993 27	11.636	1.790.429	212.871	0	13.677.780	15.692.715	20.195.109
1994 27	13.257	1.350.279	65.682	0	11.757.166	13.186.384	17.399.156
1995 27	17.135	1.234.566	542.142	0	12.914.936	14.708.779	19.200.455
1996 27	10.295	1.320.084	446.687	0	12.885.906	14.662.972	18.731.885
1990 28	4.198	10.793	-20.234	0	5.393.721	5.388.478	8.612.548
1991 28	3.520	13.487	145.147	0	5.536.794	5.698.947	8.758.917
1992 28	3.328	34.213	130.557	0	5.385.107	5.553.205	8.618.993
1993 28	3.579	24.083	-1.252	0	5.566.864	5.593.273	8.654.292
1994 28	3.277	13.648	7.748	0	4.671.679	4.696.352	7.422.158
1995 28	4.046	13.586	106.123	0	5.970.905	6.094.660	8.939.595
1996 28	3.188	28.596	49.994	0	6.064.942	6.146.720	8.963.676
1990 29	1.269	670.209	-174.754	0	2.046.761	2.543.484	5.182.277
1991 29	1.064	781.764	52.115	0	1.943.897	2.778.839	5.613.814
1992 29	1.006	1.071.134	-63.680	0	2.142.516	3.150.976	5.916.489
1993 29	1.082	1.384.007	-548.897	0	1.986.767	2.822.959	5.288.863
1994 29	990	1.227.453	20.940	0	1.696.238	2.945.621	5.643.605
1995 29	1.223	1.897.603	-125.727	0	1.243.120	3.016.219	5.798.074
1996 29	963	1.495.815	75.443	0	1.364.477	2.936.699	6.014.111
1990 30	3.327	2.678.546	-60.968	0	2.467.266	5.088.172	10.440.686
1991 30	2.790	2.165.846	-116.598	0	2.841.306	4.893.344	10.585.080
1992 30	2.638	3.366.238	54.199	0	3.317.408	6.740.483	11.583.448
1993 30	2.836	3.465.417	180.900	0	3.303.555	6.952.708	12.144.443
1994 30	2.597	3.333.784	-101.307	0	3.355.668	6.590.742	12.097.244
1995 30	3.206	3.124.581	124.199	0	3.470.493	6.722.479	12.739.983
1996 30	2.526	3.230.692	87.381	0	3.328.545	6.649.145	13.927.675
1990 31	6.380	696.763	-205.560	0	14.751.304	15.248.887	23.275.876
1991 31	5.613	777.996	308.760	0	15.318.716	16.411.085	25.086.305
1992 31	5.891	966.463	250.874	0	15.402.177	16.625.404	25.636.587
1993 31	6.548	1.164.332	205.256	0	15.804.078	17.180.215	26.818.317
1994 31	6.850	1.122.030	241.528	0	14.391.603	15.762.011	24.210.252
1995 31	8.709	1.109.602	251.852	0	17.208.137	18.578.299	27.808.947
1996 31	5.810	1.091.546	248.724	0	17.879.560	19.225.641	28.815.873

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	FBCF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS.AD.PÚBL.	CONS. FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL
1990 32	447.450	429.400	-241.740	0	3.233.229	3.868.339	12.250.670
1991 32	385.003	580.818	151.130	0	3.056.452	4.173.403	11.934.991
1992 32	383.360	675.262	23.985	0	3.145.466	4.228.073	11.349.729
1993 32	191.862	840.680	44.352	0	2.374.455	3.451.350	8.747.349
1994 32	184.185	611.360	95.163	0	2.144.647	3.035.355	7.708.415
1995 32	113.128	554.988	80.292	0	2.721.293	3.469.702	7.829.582
1996 32	205.923	506.082	46.827	0	2.599.850	3.358.681	7.379.926
1990 33	10.497	1.560	0	0	9.303.645	9.315.702	30.677.079
1991 33	10.600	2.183	0	0	10.942.110	10.954.894	34.374.422
1992 33	11.112	3.582	0	0	12.331.285	12.345.980	36.759.344
1993 33	13.053	5.232	0	0	12.594.318	12.612.604	37.365.509
1994 33	10.391	5.414	0	0	10.341.576	10.357.381	33.577.720
1995 33	11.936	8.806	0	0	10.431.006	10.451.747	31.895.788
1996 33	7.052	4.806	0	0	11.154.448	11.166.306	33.793.549
1990 34	86.184.236	371	-159	0	11.662	86.196.109	97.995.416
1991 34	78.494.132	369	66	0	9.963	78.504.530	89.187.770
1992 34	80.040.439	414	67	0	9.551	80.050.471	89.748.146
1993 34	89.348.135	465	239	0	9.922	89.358.760	99.569.347
1994 34	83.492.900	416	101	0	9.264	83.502.681	93.596.969
1995 34	96.935.322	417	156	0	11.009	96.946.904	107.495.254
1996 34	100.695.711	379	161	0	10.177	100.706.428	111.156.768
1990 35	4.182.820	1.473.801	-611.263	0	55.949.736	60.995.094	101.443.353
1991 35	3.520.921	1.485.495	866.794	0	48.150.160	54.023.370	91.027.085
1992 35	3.338.639	1.675.625	711.732	0	48.583.939	54.309.935	89.568.116
1993 35	3.571.344	1.896.085	1.101.563	0	54.783.761	61.352.752	99.876.450
1994 35	3.259.598	1.681.739	293.673	0	45.872.972	51.107.982	86.216.051
1995 35	4.005.151	1.707.325	644.900	0	52.390.193	58.747.568	95.378.304
1996 35	3.257.862	1.577.915	652.628	0	52.484.424	57.972.829	94.271.477
1990 36	480.100	5.956.450	-96.523	0	16.368.294	22.708.321	47.442.574
1991 36	399.515	5.461.090	115.375	0	15.643.363	21.619.343	43.538.546
1992 36	369.331	6.225.366	-70.800	0	17.494.538	24.018.434	44.866.859
1993 36	406.100	4.952.947	-440.456	0	19.315.182	24.233.774	47.220.896
1994 36	360.722	4.751.273	-38.584	0	15.560.443	20.633.854	41.713.217
1995 36	445.146	5.392.001	235.683	0	17.407.450	23.480.280	45.980.311
1996 36	365.721	4.165.464	202.554	0	16.873.174	21.606.912	44.950.152

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	FBCF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS.AD.PUB.	CONS.FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL
1990 37	18.434	159.968	-9.420	0	3.596.957	3.765.938	10.005.249
1991 37	16.291	75.044	5.989	0	3.843.374	3.940.697	10.026.447
1992 37	16.333	82.661	1.121	0	4.582.796	4.682.912	11.647.566
1993 37	8.972	101.807	1.616	0	5.888.286	6.000.682	13.745.453
1994 37	8.099	71.360	3.624	0	4.430.924	4.514.007	10.869.534
1995 37	5.155	61.499	3.036	0	5.469.453	5.539.142	12.129.834
1996 37	16.176	267.189	3.146	0	7.606.377	7.892.887	16.647.477
1990 38	0	69.032	0	0	11.525.923	11.594.956	114.943.789
1991 38	0	44.722	0	0	15.037.894	15.082.616	96.389.468
1992 38	0	65.458	0	0	18.238.752	18.304.210	164.069.121
1993 38	0	43.168	0	0	20.891.346	20.934.514	221.458.884
1994 38	0	224.489	0	0	16.880.420	17.104.909	105.118.941
1995 38	0	275.807	0	0	15.033.578	15.309.385	73.136.257
1996 38	0	364.302	0	0	14.645.796	15.010.098	68.522.094
1990 39	11.002	1.948.555	-11.592	0	51.833.236	53.781.201	69.574.458
1991 39	9.038	1.828.683	-3.939	0	53.117.275	54.951.057	70.467.659
1992 39	8.648	1.491.722	-15.184	0	56.457.340	57.942.525	73.675.524
1993 39	9.442	2.101.726	-2.302	0	60.610.287	62.719.153	80.214.228
1994 39	8.798	1.171.727	4.344	0	52.644.644	53.829.512	68.560.228
1995 39	10.948	1.169.875	3.749	0	65.458.456	66.643.028	84.171.081
1996 39	8.631	868.538	3.664	0	70.673.065	71.553.898	87.978.946
1990 40	1.352.528	203.008	-1.534	0	716.097	2.270.099	28.270.740
1991 40	1.363.995	282.689	642	0	937.865	2.585.190	29.534.768
1992 40	1.428.961	461.991	644	0	951.954	2.843.550	30.409.718
1993 40	1.677.743	673.393	2.305	0	1.056.749	3.410.190	35.095.769
1994 40	1.336.647	696.120	973	0	859.480	2.893.220	29.324.087
1995 40	1.536.037	1.129.748	1.508	0	1.020.214	3.687.507	33.400.424
1996 40	1.489.028	1.012.962	1.560	0	1.142.637	3.646.187	36.971.374
1990 41	0	0	0	0	34.526.548	34.526.548	39.953.791
1991 41	0	1.423	0	0	71.966.331	71.967.754	77.329.377
1992 41	0	0	0	0	57.618.954	57.618.954	62.871.843
1993 41	0	0	0	0	40.370.386	40.370.386	46.103.042
1994 41	0	0	0	0	36.058.113	36.058.113	41.863.365
1995 41	0	2.424	0	0	64.948.115	64.950.539	73.852.752
1996 41	0	3.906	0	0	91.868.004	91.871.910	100.849.810

MATRIZ DE INSUMO PRODUTO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	FBCF	EXPORT.	VAR. EST.	CONS.AD.PUB.	CONS. FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL
1990 42	361.414	343.021	-16.188	125.864.285	2.709.695	129.262.229	138.711.693
1991 42	350.464	413.625	55.989	117.988.582	2.389.434	121.198.094	130.592.193
1992 42	363.004	551.794	-51.545	111.862.028	2.622.325	115.347.606	124.773.056
1993 42	423.158	588.380	14.391	121.502.123	2.743.864	125.271.916	135.772.192
1994 42	356.691	540.448	8.440	111.370.110	1.851.499	114.127.188	123.302.491
1995 42	408.718	730.133	19.916	149.047.159	2.182.731	152.388.657	162.547.584
1996 42	330.066	529.566	55.877	144.001.088	2.011.351	146.927.948	156.777.810
1990 43	0	0	0	0	7.306.311	7.306.311	7.306.311
1991 43	0	0	0	0	7.435.260	7.435.260	7.435.260
1992 43	0	0	0	0	7.987.305	7.987.305	7.987.305
1993 43	0	0	0	0	8.760.056	8.760.056	8.760.056
1994 43	0	0	0	0	7.408.571	7.408.571	7.408.571
1995 43	0	0	0	0	9.212.808	9.212.808	9.212.808
1996 43	0	0	0	0	9.004.388	9.004.388	9.004.388

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	15
1990 01	174.148	13	1	354	2.137	1.358	11	25	1	1	6	4	9.320	647
1991 01	421.042	12	1	400	1.400	1.281	11	26	1	1	7	4	3.901	608
1992 01	153.567	12	1	388	1.294	1.392	13	24	1	1	8	4	4.376	804
1993 01	287.685	14	0	457	1.153	1.285	10	0	1	2	0	0	3.122	954
1994 01	169.096	19	0	484	1.699	1.272	13	1	2	3	1	1	3.912	1.169
1995 01	387.989	22	0	490	1.749	1.415	13	0	2	2	0	1	4.620	962
1996 01	365.333	30	1	625	2.364	1.551	18	0	2	4	1	1	5.382	1.284
1990 02	1.389	2.606	54	31.606	73.509	189.083	391	209	126	127	190	159	40	447
1991 02	1.624	364	70	37.909	65.186	178.110	378	222	153	151	220	183	38	434
1992 02	2.129	379	79	35.496	53.837	193.546	465	197	154	127	236	182	46	606
1993 02	2.724	636	70	48.006	43.743	178.444	489	15	163	169	48	27	11	933
1994 02	2.561	827	99	48.744	56.711	176.259	612	21	241	270	56	33	11	1.034
1995 02	2.171	744	107	45.826	60.346	196.149	492	22	209	247	54	36	12	725
1996 02	3.006	1.070	110	50.328	59.776	198.994	691	25	299	377	63	45	14	954
1990 03	6	2	0	43.904	572.977	20.622	48.563	1	1	0	0	1	0	1
1991 03	7	2	0	99	816.302	458	1	1	1	0	1	1	0	1
1992 03	9	2	0	93	656.550	497	2	1	1	0	1	1	0	1
1993 03	9	2	0	125	697.755	459	2	1	1	1	1	1	0	2
1994 03	9	3	108	224	667.775	453	109	1	2	1	1	1	0	2
1995 03	8	3	1	121	617.617	504	2	1	2	1	1	1	0	1
1996 03	11	4	0	138	691.059	532	3	1	2	1	1	1	0	2
1990 04	516	760	312	40.135	22.210	55.135	1.914	1.906	2.087	1.520	1.706	1.029	893	860
1991 04	614	651	358	41.264	18.718	51.990	1.915	1.877	2.337	1.674	1.862	1.107	798	788
1992 04	787	729	485	47.000	17.370	56.536	2.597	1.869	2.646	1.557	2.334	1.241	1.106	1.134
1993 04	958	1.085	725	57.577	14.955	52.374	2.882	2.129	3.633	2.229	3.064	1.587	1.211	1.655
1994 04	886	1.287	956	57.734	19.203	51.694	3.279	2.944	4.826	3.239	3.527	1.939	1.171	1.721
1995 04	797	1.838	1.559	78.631	21.120	57.575	4.297	3.768	7.049	4.906	4.366	2.697	1.570	1.457
1996 04	1.088	2.092	1.310	93.069	22.276	60.980	4.711	4.007	7.893	5.822	4.514	3.032	1.756	1.625
1990 05	82	222	560	6.986	151.866	2.496	129.592	46.341	9.395	3.061	23.751	22.512	2.733	1.388
1991 05	106	157	587	3.294	288.184	1.438	105.730	39.576	8.762	3.000	23.005	19.524	2.099	949
1992 05	124	148	691	3.486	239.009	1.578	125.330	34.443	8.644	2.449	25.300	19.222	2.540	1.303
1993 05	136	123	848	3.343	221.510	1.844	109.175	31.791	9.503	2.820	26.579	20.387	2.265	1.260
1994 05	118	135	905	2.727	273.633	1.668	98.756	35.030	10.087	3.256	24.232	19.857	1.763	1.285
1995 05	160	191	1.374	3.703	300.588	2.039	139.661	41.367	13.869	4.708	34.027	26.108	2.220	994
1996 05	185	224	1.113	4.243	272.463	2.388	142.855	38.768	14.608	5.315	33.619	28.124	2.391	1.086

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	15
1990 06	148	40	381	803	11.621	220.012	36.259	18.280	33.894	6.021	4.493	22.025	2.274	3.051
1991 06	187	40	390	718	13.859	406.124	31.886	16.016	33.916	5.870	4.341	20.883	1.796	2.489
1992 06	220	36	470	769	11.034	415.384	39.180	14.363	34.327	4.915	4.898	21.095	2.232	3.538
1993 06	249	53	672	231	13.422	413.240	41.345	15.890	44.635	6.668	6.134	26.353	2.337	5.286
1994 06	212	58	1.036	223	18.410	403.498	55.291	25.851	70.342	11.399	8.294	38.001	2.662	6.423
1995 06	249	80	1.488	256	22.319	568.886	65.494	29.374	90.376	15.359	9.159	46.679	3.137	5.711
1996 06	283	94	903	310	25.934	617.467	50.521	22.232	70.773	12.872	6.903	37.381	2.517	4.570
1990 07	3.260	3.860	2.799	3.520	11.117	4.834	25.982	41.206	9.194	4.927	10.492	30.093	4.791	2.878
1991 07	3.863	3.514	3.496	3.606	11.278	7.184	29.661	45.971	11.373	6.300	12.815	37.296	4.956	2.624
1992 07	3.776	2.678	3.210	2.849	8.492	7.063	31.049	50.750	9.349	4.363	13.553	31.281	5.124	2.661
1993 07	5.485	5.188	5.880	4.271	12.358	9.203	41.232	54.867	15.919	7.506	20.658	50.740	6.867	5.409
1994 07	4.224	5.429	7.029	3.807	14.546	8.585	37.231	81.601	19.737	10.320	22.019	58.628	6.310	4.874
1995 07	6.447	8.964	10.156	6.061	19.302	12.070	64.789	103.464	30.450	16.343	37.498	84.452	8.994	5.059
1996 07	7.587	10.843	9.458	7.916	24.775	14.715	79.186	102.820	37.212	21.448	43.927	106.402	11.382	5.977
1990 08	24.853	33.079	22.133	34.676	84.168	16.495	47.318	197.071	48.856	17.939	41.707	70.793	12.188	34.468
1991 08	22.345	23.165	21.190	28.138	65.839	15.132	39.533	163.835	46.010	18.067	39.099	64.323	9.103	26.246
1992 08	12.582	10.368	11.500	13.351	28.688	8.743	22.103	509.436	21.988	8.394	24.951	31.055	5.150	16.880
1993 08	25.065	27.777	23.599	23.320	51.626	20.339	43.367	291.301	52.279	17.342	51.090	69.039	7.390	47.952
1994 08	13.413	20.371	18.231	14.659	42.571	13.140	31.267	591.118	45.282	18.158	40.639	55.078	4.586	32.093
1995 08	21.006	34.287	26.503	24.856	60.954	18.909	45.923	646.302	71.607	27.453	71.863	78.402	6.946	35.304
1996 08	20.900	35.201	20.307	26.563	64.577	21.626	47.187	405.266	76.133	31.354	74.517	83.493	7.102	36.491
1990 10	837	1.159	598	1.352	5.672	1.338	4.114	46.794	96.487	41.604	4.694	9.168	638	1.051
1991 10	733	819	573	1.094	4.158	1.357	3.166	34.308	81.645	43.786	4.031	7.606	468	801
1992 10	523	491	333	751	3.067	1.273	3.108	38.716	104.296	33.245	4.196	6.513	419	623
1993 10	860	1.017	664	1.047	4.290	1.860	4.043	38.586	149.701	46.572	6.203	9.553	515	1.502
1994 10	551	908	555	873	5.383	1.740	4.486	63.239	184.683	70.422	7.116	11.835	461	1.145
1995 10	727	1.266	780	1.123	4.929	1.907	4.327	54.263	285.862	76.232	7.952	10.931	489	1.124
1996 10	810	1.444	632	1.412	6.920	2.523	5.716	64.430	384.897	105.245	10.009	15.328	618	1.237
1990 11	331	4.017	741	7.584	11.610	1.799	3.979	49.692	20.367	1.094.745	1.490	10.760	1.705	3.389
1991 11	298	3.804	874	8.434	12.277	2.104	4.393	56.028	26.207	1.629.779	1.692	12.985	1.717	3.447
1992 11	169	4.028	936	9.709	12.491	2.547	5.463	59.258	28.582	1.181.809	1.963	13.643	2.230	5.044
1993 11	332	4.219	1.106	7.992	10.963	2.687	4.482	45.303	27.373	1.541.220	2.459	12.893	1.724	5.843
1994 11	178	5.050	1.356	8.373	14.769	2.672	5.134	68.857	38.295	2.147.359	2.577	16.196	1.734	6.248
1995 11	278	6.369	1.804	10.067	15.165	2.935	5.674	71.250	45.533	2.749.602	4.015	18.054	1.884	5.244
1996 11	282	6.735	1.454	11.611	17.270	3.449	5.980	70.027	49.347	3.246.329	4.507	19.694	2.043	5.544

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	15
1990 12	125	159	102	155	384	85	336	1.363	242	89	4.384	6.294	94	147
1991 12	121	120	103	131	318	82	336	1.344	250	95	5.469	6.710	85	114
1992 12	85	64	64	70	158	56	275	2.687	142	50	9.565	5.429	74	78
1993 12	145	149	128	118	273	122	430	1.909	303	103	13.533	7.947	100	213
1994 12	89	122	115	82	249	89	359	3.350	300	118	14.330	7.979	83	149
1995 12	123	195	167	135	348	105	577	3.353	451	183	31.129	5.740	95	164
1996 12	130	212	139	155	395	128	669	2.411	507	224	37.871	6.535	111	173
1990 13	1.089	825	437	715	1.737	1.367	1.793	25.772	2.361	1.596	299.219	419.205	1.287	678
1991 13	1.194	635	425	597	1.400	1.798	1.758	28.176	2.334	1.994	376.449	447.063	1.261	523
1992 13	1.114	373	242	317	675	1.721	1.522	29.662	2.022	1.379	673.025	366.508	1.300	355
1993 13	1.544	811	495	524	1.158	2.502	2.215	31.782	3.357	2.025	947.197	528.254	1.645	970
1994 13	1.084	693	406	358	1.036	2.195	2.026	44.583	3.810	2.742	1.006.473	530.520	1.431	676
1995 13	531	785	590	555	1.413	1.511	1.685	16.775	4.532	3.024	2.195.166	352.331	408	734
1996 13	565	843	471	622	1.576	1.724	1.854	13.286	5.606	3.718	2.677.361	398.939	484	771
1990 14	213	71	67	70	677	255	267	349	198	261	582	524	49.217	538
1991 14	274	75	89	81	695	292	309	403	249	365	727	629	37.826	557
1992 14	410	74	100	100	654	342	410	390	281	418	1.023	641	45.926	885
1993 14	432	80	64	93	525	372	268	269	243	344	840	631	51.664	1.037
1994 14	434	92	89	107	688	382	337	422	359	699	1.014	796	31.355	1.264
1995 14	412	98	112	113	670	386	359	406	431	630	1.585	699	55.823	893
1996 14	526	116	105	151	884	525	437	459	534	839	1.905	851	91.016	1.095
1990 15	362	180	189	1.534	430	298	995	745	617	529	346	507	659	306.173
1991 15	393	144	201	1.391	381	295	922	690	656	548	356	511	553	321.436
1992 15	494	147	246	1.521	372	344	1.141	625	668	463	406	520	693	300.839
1993 15	521	203	350	1.724	438	467	1.211	695	880	636	511	655	740	531.313
1994 15	483	267	527	1.962	637	499	1.564	1.090	1.329	1.042	662	906	799	561.710
1995 15	795	534	1.137	3.819	1.025	818	2.757	1.833	2.522	2.077	1.065	1.641	1.378	757.135
1996 15	965	683	1.120	5.349	1.409	1.143	3.514	2.277	3.260	2.864	1.288	2.160	1.807	666.326
1990 16	310	1.639	216	2.316	4.740	508	2.881	12.251	1.751	748	37.036	8.013	2.875	2.099
1991 16	390	1.495	268	2.448	4.813	575	3.109	13.134	2.155	895	43.699	9.290	2.775	2.070
1992 16	462	1.637	348	2.844	5.024	720	4.086	12.617	2.329	802	52.533	9.992	3.693	3.163
1993 16	513	2.493	540	3.533	6.562	1.101	4.739	15.295	3.331	1.194	72.101	13.707	4.238	5.269
1994 16	438	3.351	820	4.067	9.810	1.230	6.189	24.332	5.116	1.990	95.600	19.212	4.722	6.366
1995 16	493	4.163	1.074	4.857	9.958	1.328	6.673	25.147	5.992	2.446	109.179	21.384	5.066	5.237
1996 16	558	5.016	991	6.390	12.938	1.779	7.987	29.377	7.291	3.178	124.756	26.472	6.256	6.314

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	15
1990 17	3.423	3.385	49	48.350	38.433	74.018	17.225	7.243	7.111	2.546	1.972	4.433	2.751	82.279
1991 17	4.320	2.859	56	47.223	36.039	77.176	17.168	7.179	8.088	2.819	2.135	4.775	2.492	74.943
1992 17	5.143	2.799	66	48.989	33.612	86.438	20.075	6.144	7.809	2.249	2.102	4.597	2.893	102.051
1993 17	5.577	3.435	81	49.154	35.411	106.755	18.819	6.019	9.018	2.707	2.394	5.090	2.727	137.361
1994 17	4.815	3.877	105	47.542	44.486	100.154	20.697	8.072	11.660	3.804	2.811	6.055	2.644	139.585
1995 17	5.408	4.451	129	52.553	41.806	111.014	20.675	7.747	12.667	4.326	2.650	6.288	2.671	106.256
1996 17	6.121	4.870	108	62.614	49.193	134.680	22.396	8.195	13.964	5.090	2.676	7.059	2.984	116.054
1990 18	57.060	6.952	1.098	20.841	12.268	5.275	10.326	8.803	11.101	19.338	6.025	9.769	15.560	17.942
1991 18	41.351	3.400	877	15.033	9.754	5.273	10.511	8.636	16.026	4.541	7.265	12.408	15.591	16.604
1992 18	75.931	5.650	1.470	21.844	11.080	6.403	14.251	8.674	16.506	3.744	7.832	13.048	19.169	25.465
1993 18	232.369	25.298	5.600	67.515	25.524	12.019	24.041	13.620	21.822	5.848	11.254	18.457	30.201	64.233
1994 18	94.772	13.379	3.459	33.991	20.022	8.661	18.670	13.287	27.637	7.765	11.328	19.738	23.001	46.365
1995 18	43.063	5.611	1.677	20.905	12.271	8.257	17.768	11.313	41.579	11.881	10.590	25.378	22.749	33.656
1996 18	69.120	10.294	2.238	33.274	18.293	10.948	21.534	14.022	46.897	14.182	11.883	29.940	27.250	40.531
1990 19	267.658	129	2	2.336	1.309	1.548	1.541	1.125	867	393	1.730	793	2.201	5.307
1991 19	337.263	135	3	2.174	1.343	1.584	1.450	1.068	972	240	1.761	862	1.851	4.560
1992 19	400.033	122	3	2.253	1.221	1.769	1.698	924	942	195	1.913	828	2.187	6.201
1993 19	443.265	139	3	2.856	1.419	2.309	2.082	1.179	1.417	287	2.869	1.163	2.782	10.814
1994 19	378.979	142	5	2.945	1.843	2.229	2.455	1.693	1.951	417	3.465	1.463	2.842	11.789
1995 19	425.383	141	8	4.064	2.014	2.604	3.157	2.087	2.779	608	4.943	1.952	3.709	11.433
1996 19	480.954	155	6	4.886	2.309	3.145	3.456	2.226	3.087	721	5.166	2.213	4.192	12.599
1990 20	6.226	48	0	414	350	639	173	80	67	26	23	52	29	785
1991 20	7.850	47	1	406	341	669	174	85	80	31	31	64	30	728
1992 20	9.311	43	1	422	316	750	215	78	79	26	44	61	36	967
1993 20	10.323	51	1	423	331	923	167	66	87	30	40	68	37	1.308
1994 20	8.815	53	1	409	408	867	183	85	110	39	40	76	35	1.334
1995 20	9.899	55	2	452	378	957	181	79	116	42	29	72	33	1.089
1996 20	11.199	60	1	538	442	1.161	196	82	127	50	30	81	37	1.146
1990 21	18	385	143	1.022	586	514	2.157	4.866	6.167	6.205	5.079	4.289	11.634	2.030
1991 21	23	357	181	1.094	597	585	2.353	5.258	7.638	7.430	6.054	5.033	11.308	2.025
1992 21	27	367	217	1.199	573	685	2.913	4.764	7.810	6.278	6.881	5.123	14.197	2.906
1993 21	75	576	313	1.554	635	1.038	3.470	5.980	11.642	9.778	9.689	7.285	17.029	4.970
1994 21	65	663	408	1.533	818	997	3.885	8.160	15.317	13.980	11.022	8.785	16.189	5.154
1995 21	77	1.056	681	2.368	987	1.350	5.417	10.904	23.272	22.250	17.195	12.684	22.566	5.414
1996 21	103	1.246	616	3.045	1.268	1.776	6.341	12.465	27.722	28.264	19.218	15.361	27.346	6.394

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	15
1990 22	2.446	181	65	504	670	243	249	635	146	172	1.349	942	2.231	792
1991 22	3.563	200	86	535	681	271	288	806	199	231	1.861	1.268	2.151	858
1992 22	4.041	181	93	507	631	303	331	653	188	172	1.878	1.120	2.128	1.120
1993 22	4.716	258	52	470	501	339	173	616	152	222	3.821	1.612	4.317	1.769
1994 22	4.306	317	70	434	649	332	204	919	202	378	6.022	2.206	5.091	2.046
1995 22	8.784	647	98	886	657	350	302	1.619	392	719	8.808	3.787	8.353	2.331
1996 22	10.622	801	93	1.179	869	477	372	1.917	489	802	6.183	4.138	6.759	2.597
1990 23	25	51	19	31	91	14	43	81	24	26	221	46	54	53
1991 23	36	51	25	36	102	17	50	95	31	34	281	59	56	58
1992 23	41	34	19	26	65	13	41	63	23	20	229	46	52	55
1993 23	47	54	31	34	87	21	50	78	34	31	334	66	70	97
1994 23	43	75	50	40	136	24	67	126	53	51	462	94	80	121
1995 23	88	146	104	72	212	40	110	188	90	96	666	149	128	154
1996 23	106	151	81	82	236	46	114	196	97	108	657	166	129	161
1990 24	182	12	2	20	28	6	39	152	48	41	317	72	256	39
1991 24	78	11	2	20	29	6	34	123	57	48	305	80	140	28
1992 24	69	12	3	23	30	8	42	109	58	41	348	84	153	39
1993 24	72	18	5	28	39	12	49	132	86	64	476	117	176	65
1994 24	97	23	7	31	57	12	62	212	118	93	640	157	204	78
1995 24	197	29	10	41	58	15	80	260	171	144	796	195	317	80
1996 24	259	35	9	54	76	19	97	312	206	184	924	241	413	99
1990 25	0	9	0	1	10	4	1	5	2	2	4	6	2	6
1991 25	0	10	0	1	15	5	2	8	3	3	6	10	3	7
1992 25	1	9	0	2	13	6	3	8	3	3	11	10	4	10
1993 25	0	10	0	2	13	6	3	6	4	3	9	11	5	12
1994 25	0	9	0	2	12	6	3	7	4	2	8	10	4	13
1995 25	0	8	0	1	9	5	2	6	3	2	3	8	3	10
1996 25	0	8	0	1	10	5	2	5	3	2	4	9	3	9
1990 26	2.702	46	0	100	87	92	49	359	15	10	19	37	41	757
1991 26	5.741	57	0	102	108	102	55	385	24	17	32	65	47	724
1992 26	1.346	71	0	111	96	115	67	355	24	16	57	60	126	1.047
1993 26	1.536	51	0	58	96	134	34	37	30	16	46	56	32	1.501
1994 26	1.250	48	0	56	104	127	34	43	33	16	39	56	30	1.501
1995 26	1.488	43	1	60	87	134	32	37	30	14	19	45	26	1.242
1996 26	1.831	46	1	71	98	159	34	34	31	17	21	51	29	1.355

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	15
1990 27	139	13	0	11	21	6	12	7	3	2	5	9	54	8
1991 27	190	15	0	8	26	8	10	11	5	4	9	15	27	9
1992 27	226	13	0	7	23	9	10	11	5	4	16	14	30	14
1993 27	260	15	0	4	22	9	5	10	7	4	13	16	22	16
1994 27	179	14	0	4	23	9	5	12	7	4	11	15	24	18
1995 27	232	13	1	5	19	8	5	11	6	3	6	12	27	16
1996 27	290	14	0	6	24	8	5	10	6	4	6	14	32	15
1990 28	59	29	0	2	33	13	5	15	6	5	12	21	5	62
1991 28	74	35	0	4	50	18	8	24	12	10	21	35	9	58
1992 28	88	29	0	5	44	21	11	25	12	9	38	32	13	38
1993 28	98	33	0	6	42	20	10	21	15	9	31	36	18	30
1994 28	84	31	0	5	41	20	9	24	15	8	26	35	15	32
1995 28	94	26	1	4	31	17	7	19	12	6	12	27	11	25
1996 28	106	27	0	5	32	18	7	17	12	8	12	30	11	19
1990 29	0	9	0	1	10	4	2	5	2	2	5	7	2	5
1991 29	0	10	0	1	15	6	3	7	4	3	7	11	3	6
1992 29	0	9	0	3	13	6	5	9	3	3	12	10	4	11
1993 29	33	10	0	2	13	6	3	6	5	3	10	11	5	9
1994 29	10	9	0	2	12	6	3	7	4	2	9	11	5	10
1995 29	11	8	0	1	9	5	2	6	4	2	4	8	4	8
1996 29	9	8	0	2	10	6	2	5	4	2	4	9	4	6
1990 30	814	48	0	177	91	133	45	248	16	17	26	484	26	440
1991 30	1.030	56	0	252	109	150	57	893	22	22	36	2.029	43	856
1992 30	1.222	46	0	232	98	167	63	694	22	17	47	1.764	47	1.042
1993 30	5.772	32	0	85	91	190	39	27	27	12	28	37	18	251
1994 30	1.845	31	0	82	105	179	41	32	31	13	24	38	16	255
1995 30	12.044	28	1	90	93	195	39	28	30	12	13	31	13	196
1996 30	36.746	30	0	106	106	235	42	27	32	14	14	36	14	207
1990 31	14.682	124	10	207	145	171	141	172	50	40	53	78	139	275
1991 31	21.398	118	13	210	155	183	150	188	64	50	67	100	127	260
1992 31	25.302	97	12	198	135	202	153	142	55	36	75	85	129	332
1993 31	31.798	148	21	235	151	252	181	172	79	52	88	111	161	490
1994 31	20.059	186	32	253	190	242	227	264	110	80	105	141	176	537
1995 31	26.765	339	69	408	218	281	360	415	176	145	138	215	289	538
1996 31	31.894	393	61	511	262	343	414	465	206	182	150	256	345	603

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	13	14	15
1990 32	2.109	1.276	2.635	1.923	26.393	9.638	6.925	7.224	3.660	4.155	12.812	5.507	2.145	17.909
1991 32	2.531	1.129	3.445	1.977	26.269	10.694	7.320	7.479	4.330	5.351	14.833	6.248	2.023	17.347
1992 32	3.014	1.072	3.698	2.013	24.379	11.932	8.515	7.330	4.174	4.089	15.869	5.947	2.393	23.535
1993 32	7.806	1.123	1.998	2.117	19.030	13.433	3.611	1.808	1.251	3.426	3.607	1.989	818	31.680
1994 32	6.653	1.292	2.620	2.115	24.868	13.128	4.074	3.013	1.592	4.845	4.199	2.381	776	33.489
1995 32	6.644	1.605	3.382	2.508	24.854	13.970	4.398	3.235	2.061	6.097	4.344	2.701	873	27.180
1996 32	8.891	1.952	3.167	3.337	32.845	19.032	5.334	2.898	2.563	7.510	5.016	3.359	1.105	33.285
1990 33	174	48	76	27	30	8	27	52	27	33	49	26	24	69
1991 33	238	51	109	33	36	11	34	66	39	46	68	35	28	80
1992 33	394	67	168	46	45	16	54	76	51	49	98	46	44	147
1993 33	529	122	212	68	71	29	75	110	87	88	161	75	60	293
1994 33	292	93	182	45	60	19	56	99	76	83	121	60	38	200
1995 33	253	86	159	40	45	15	45	76	66	76	113	50	30	123
1996 33	214	76	106	38	43	15	39	65	58	72	93	45	27	108
1990 34	0	8	0	1	8	3	1	4	1	1	3	6	1	3
1991 34	0	9	0	1	13	5	2	6	3	3	5	9	2	4
1992 34	0	8	0	1	11	5	3	6	3	2	10	8	3	6
1993 34	0	9	0	2	11	5	3	6	4	2	8	9	5	7
1994 34	0	8	0	1	11	5	2	6	4	2	7	9	4	7
1995 34	0	7	0	1	8	4	2	5	3	2	3	7	3	6
1996 34	0	7	0	1	8	5	2	4	3	2	3	8	3	4
1990 35	1.381	28.476	837	2.472	34.893	13.971	5.407	14.909	6.080	5.609	13.487	21.449	5.251	13.820
1991 35	1.839	33.992	1.160	4.058	51.669	19.031	8.883	23.416	11.890	10.193	22.418	34.653	8.788	17.005
1992 35	2.945	28.920	1.599	5.665	45.378	21.596	11.676	24.541	11.958	9.682	39.719	32.335	13.414	25.650
1993 35	4.395	32.982	1.700	6.796	43.524	21.017	10.596	21.458	15.228	9.569	31.276	35.435	17.488	30.862
1994 35	2.661	30.419	1.575	5.802	43.063	20.704	9.739	24.131	14.804	8.660	26.167	34.811	14.839	32.193
1995 35	2.367	25.602	2.131	4.921	32.984	18.206	7.434	19.332	11.955	6.682	12.462	26.541	11.238	25.522
1996 35	3.309	27.880	1.696	5.606	36.297	20.534	7.677	17.421	12.420	8.636	13.816	30.879	11.743	20.892
1990 36	28	7	4	9	10	2	6	15	2	2	78	102	10	10
1991 36	28	5	4	8	9	2	5	15	3	2	97	109	8	8
1992 36	29	4	4	7	7	2	5	11	2	2	167	89	8	10
1993 36	23	5	4	6	6	2	4	12	2	2	232	127	7	11
1994 36	20	6	6	6	8	2	5	16	3	3	247	129	7	12
1995 36	20	6	7	7	7	2	5	8	3	3	529	86	6	8
1996 36	26	8	7	10	11	2	6	10	4	4	645	98	8	11

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 01	9.755	4.674	13	6.886	213	1	560	8	186	333	711.387	4.791	1.751	7
1991 01	12.045	2.245	18	3.805	264	1	777	8	211	965	538.202	3.234	1.654	9
1992 01	9.702	1.398	10	3.169	109	1	735	8	131	396	531.502	2.886	525	131
1993 01	14.457	1.553	2	5.083	118	0	534	6	190	85	549.090	1.739	1.047	102
1994 01	11.962	489	3	1.941	231	0	767	8	175	28	652.473	2.531	2.884	53
1995 01	15.489	470	4	1.743	298	0	795	9	164	76	717.013	3.050	3.179	78
1996 01	18.869	280	5	1.054	244	0	1.006	10	144	157	747.698	2.567	2.338	72
1990 02	49	10.524	593	44.772	202	37	66	96	86	4	57	61	20	41
1991 02	57	4.007	849	45.498	317	47	85	109	85	4	54	71	22	49
1992 02	61	3.259	619	51.546	218	48	95	111	78	6	54	90	25	52
1993 02	63	2.316	141	41.934	204	24	40	29	52	15	36	68	19	8
1994 02	76	2.649	216	56.256	247	30	48	33	60	11	44	76	19	10
1995 02	61	4.054	233	66.270	261	33	46	36	52	10	50	78	22	16
1996 02	81	4.817	329	56.232	305	40	50	38	65	18	60	99	23	19
1990 03	0	708	6.115.852	39.071	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991 03	0	582	6.896.911	1.169	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1992 03	0	407	4.041.240	1.143	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1993 03	0	6	1.778.969	108	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1994 03	0	7	2.481.126	265	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1995 03	0	11	2.493.394	172	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1996 03	0	13	3.568.918	152	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1990 04	95	5.946	1.517	15.386	3.261	222	179	16	121	274	1.515	46	106	199
1991 04	102	4.162	2.043	15.924	4.820	263	212	18	114	252	1.352	53	107	227
1992 04	113	3.190	1.558	18.182	3.584	303	247	21	111	451	1.530	72	145	266
1993 04	130	2.259	1.144	15.587	3.506	310	246	23	137	294	1.869	62	135	224
1994 04	139	2.841	1.625	20.729	3.899	383	277	25	144	216	2.196	63	136	280
1995 04	152	4.074	2.239	24.255	6.275	526	286	34	158	296	3.659	85	193	547
1996 04	163	4.551	2.640	22.083	5.905	568	271	33	166	392	3.628	90	184	611
1990 05	479	3.026	3.011	5.599	1.395	369	223	160	123	68	109	52	90	74
1991 05	444	3.113	3.789	3.702	1.818	376	231	149	122	7	104	69	90	88
1992 05	456	2.096	3.155	4.254	1.192	374	256	154	112	10	96	82	103	91
1993 05	148	1.364	2.694	4.161	1.028	105	186	19	124	7	120	75	40	71
1994 05	178	1.806	3.359	5.366	1.134	146	218	20	127	5	136	73	40	87
1995 05	187	2.223	4.547	6.203	1.450	161	211	27	129	6	211	110	58	140
1996 05	202	2.264	5.058	6.039	1.367	177	208	28	136	9	228	117	61	158

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 06	306	2.591	797	2.683	1.289	1.123	278	68	147	3	312	22	1.275	35
1991 06	298	2.518	1.055	2.772	1.782	1.174	310	65	128	3	256	29	1.131	41
1992 06	319	1.929	768	3.365	1.209	1.233	356	69	121	4	256	35	1.379	43
1993 06	43	1.372	544	3.684	485	25	86	8	56	3	51	32	17	34
1994 06	46	1.954	792	5.290	525	30	100	8	57	2	57	30	16	41
1995 06	49	2.687	1.011	6.430	670	34	96	11	57	2	88	45	24	65
1996 06	53	2.391	1.109	5.172	633	38	94	12	60	3	95	48	25	73
1990 07	1.282	3.941	4.883	2.129	1.621	847	1.910	751	845	261	3.672	1.984	1.594	1.287
1991 07	1.541	3.907	6.755	2.665	2.704	1.033	2.339	899	871	271	3.811	2.466	1.872	1.407
1992 07	1.299	2.323	3.761	2.653	1.504	775	1.866	806	665	345	3.178	2.551	1.891	966
1993 07	1.976	2.555	3.256	3.908	1.864	978	2.654	970	1.013	310	4.842	2.829	2.196	1.160
1994 07	2.005	2.699	4.028	4.861	1.943	1.079	2.711	1.022	1.002	213	5.398	2.687	2.113	1.168
1995 07	2.784	4.740	7.025	7.551	3.505	1.609	3.546	1.485	1.402	298	9.540	4.783	3.184	2.553
1996 07	3.255	5.817	8.982	8.387	3.686	1.901	3.705	1.600	1.612	448	10.659	5.325	3.423	3.031
1990 08	8.064	55.313	50.954	10.084	7.876	9.282	24.201	2.657	4.491	1.345	11.206	8.356	4.145	20.258
1991 08	7.278	46.280	57.444	9.313	9.714	9.142	24.436	2.418	3.502	1.028	8.353	7.559	3.486	19.130
1992 08	3.475	18.257	19.740	5.185	3.033	4.233	12.518	1.313	1.561	731	3.818	4.327	1.923	9.119
1993 08	7.572	27.149	27.449	8.480	5.406	5.894	24.459	2.254	3.480	901	8.274	6.836	3.199	14.523
1994 08	5.276	21.843	24.970	7.147	3.829	4.624	18.609	1.627	2.372	428	6.184	4.385	2.072	11.505
1995 08	7.471	37.671	44.499	11.821	7.047	7.364	24.887	2.409	3.385	614	11.119	7.950	3.175	25.571
1996 08	7.370	39.605	49.090	10.604	6.237	7.142	22.535	2.194	3.293	784	10.417	7.433	2.870	26.837
1990 10	485	2.898	1.597	560	248	419	810	87	164	74	408	270	151	610
1991 10	412	2.293	1.764	492	314	403	823	78	140	54	316	258	129	577
1992 10	324	1.435	731	438	123	283	553	51	93	63	202	197	97	331
1993 10	486	1.500	907	597	185	340	858	85	158	50	327	246	126	453
1994 10	494	1.714	965	738	153	373	783	74	132	34	300	185	100	408
1995 10	481	2.171	1.478	823	255	434	889	94	160	36	450	293	134	809
1996 10	595	2.868	1.783	949	243	520	884	94	170	55	466	295	135	908
1990 11	603	5.298	3.307	1.064	812	814	3.260	312	573	294	1.539	1.005	402	1.657
1991 11	719	5.933	4.858	1.315	1.337	1.068	4.461	372	601	310	1.548	1.232	452	2.082
1992 11	778	5.446	3.643	1.677	951	1.137	5.409	414	594	527	1.636	1.635	564	2.290
1993 11	701	3.248	2.242	1.441	704	866	4.158	358	585	243	1.428	1.041	387	1.482
1994 11	779	4.232	3.225	1.957	800	1.098	5.191	411	636	185	1.729	1.077	398	1.889
1995 11	836	5.822	4.380	2.343	1.119	1.275	5.198	464	691	204	2.328	1.462	466	3.176
1996 11	850	6.468	4.974	2.251	1.017	1.332	4.853	431	690	263	2.241	1.410	433	3.435

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 12	40	235	220	53	42	44	106	14	27	7	72	47	28	86
1991 12	40	201	252	54	57	46	111	14	24	6	63	50	27	83
1992 12	23	84	92	38	23	26	63	9	16	5	42	40	21	42
1993 12	44	121	129	61	36	35	115	16	29	5	70	50	29	65
1994 12	36	101	125	62	30	32	93	14	24	3	66	39	24	53
1995 12	48	175	218	98	55	49	122	20	31	4	112	68	36	117
1996 12	51	191	250	99	53	52	115	20	33	6	117	69	36	126
1990 13	1.012	1.128	987	245	177	211	503	72	134	29	266	189	103	395
1991 13	1.167	963	1.114	244	231	219	526	73	117	23	216	186	94	377
1992 13	956	416	391	175	88	127	306	51	80	20	127	135	68	188
1993 13	1.076	582	559	268	139	165	545	85	150	21	226	181	93	292
1994 13	1.148	497	526	273	113	152	449	76	141	11	195	132	71	239
1995 13	1.179	784	920	346	202	231	551	77	187	16	330	227	108	522
1996 13	1.006	854	1.042	335	190	245	517	75	184	21	331	225	105	561
1990 14	97	241	784	187	134	129	137	167	295	12	177	105	69	65
1991 14	120	244	1.115	208	218	169	188	194	321	12	176	137	76	81
1992 14	109	207	812	274	147	181	218	204	316	19	178	194	92	88
1993 14	120	80	92	246	102	186	133	86	290	30	139	123	85	26
1994 14	109	93	132	339	114	233	168	102	317	22	173	136	86	34
1995 14	132	125	166	363	179	309	175	121	308	22	231	175	115	56
1996 14	168	160	211	397	183	365	187	130	329	37	270	191	120	64
1990 15	98	571	1.245	830	2.376	768	580	438	1.017	368	1.966	659	525	240
1991 15	100	569	1.570	879	3.271	853	658	432	878	313	1.624	667	492	254
1992 15	108	434	1.191	1.077	2.278	900	771	466	836	505	1.662	862	605	279
1993 15	124	309	913	1.205	2.198	925	794	537	1.092	316	1.944	730	544	233
1994 15	155	430	1.485	1.719	2.784	1.292	1.092	684	1.323	264	2.611	839	624	335
1995 15	260	759	3.073	2.893	6.104	2.355	1.753	1.249	2.289	475	5.719	1.837	1.159	892
1996 15	318	944	4.207	3.281	6.709	2.975	1.980	1.406	2.761	742	6.669	2.137	1.295	1.170
1990 16	179.425	2.080	1.209	1.130	796	950	2.501	884	4.902	78	604	417	193	630
1991 16	213.911	2.266	1.763	1.356	1.276	1.217	3.286	1.016	4.142	78	583	491	210	776
1992 16	183.062	2.178	1.426	1.789	939	1.367	4.093	1.160	3.890	134	632	673	274	904
1993 16	184.793	1.861	1.211	2.263	993	1.514	4.606	1.457	8.302	92	805	619	267	825
1994 16	210.934	2.747	2.015	3.418	1.271	2.159	6.425	1.874	11.314	78	1.089	721	310	1.201
1995 16	229.083	3.722	2.651	4.017	1.730	2.435	6.357	2.089	14.875	85	1.451	969	355	1.969
1996 16	187.516	4.720	3.431	4.398	1.791	2.900	6.756	2.211	12.910	125	1.587	1.059	373	2.430

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	
1990	17	7.316	338.002	167.356	292.817	135.318	5.048	16.192	253	10.718	254	3.059	1.991	529	7.424
1991	17	7.992	351.758	229.545	325.949	199.085	6.092	19.427	269	9.898	236	2.720	2.162	530	8.436
1992	17	8.217	232.915	164.633	381.824	128.879	5.848	21.864	275	8.902	362	2.576	2.647	605	8.799
1993	17	8.565	150.730	117.718	391.122	110.690	5.285	20.541	282	10.211	198	2.669	1.967	482	6.482
1994	17	9.254	200.327	164.140	501.844	121.275	6.631	23.691	304	10.599	141	3.075	1.931	476	7.920
1995	17	9.237	244.356	203.445	545.540	152.547	6.971	22.516	314	10.462	143	3.784	2.400	500	12.011
1996	17	9.636	245.008	234.409	544.645	142.256	7.464	21.541	301	10.743	190	3.720	2.377	473	13.413
1990	18	93.192	38.375	502.170	172.421	34.678	123.672	83.354	3.750	12.406	1.517	7.379	2.717	1.926	1.680
1991	18	129.162	41.495	1.008.095	150.211	61.450	217.205	136.310	5.154	15.200	946	7.167	1.959	1.194	1.432
1992	18	121.400	32.546	1.217.702	164.369	37.515	210.535	137.411	5.578	13.974	2.188	7.924	3.295	2.199	1.988
1993	18	146.860	32.574	1.354.889	180.243	36.258	218.224	197.694	7.269	19.792	3.848	16.255	8.493	6.400	3.777
1994	18	175.917	36.110	1.291.306	269.004	44.593	280.084	206.383	7.039	20.214	1.359	13.042	4.239	2.800	2.440
1995	18	199.363	37.042	1.969.516	327.479	57.390	414.261	306.461	10.527	28.813	587	17.913	2.373	878	1.773
1996	18	240.760	44.410	2.035.524	330.832	55.386	447.115	281.538	10.184	29.592	1.209	18.892	3.428	1.507	2.907
1990	19	17.218	5.434	36.692	460.620	50.108	2.396	51.856	87	752	7	193	92	24	121
1991	19	17.621	5.655	53.790	600.874	82.554	3.549	58.569	104	727	7	219	121	25	143
1992	19	19.476	3.896	41.058	629.321	52.781	3.475	70.432	110	671	11	218	158	29	151
1993	19	23.969	2.661	35.031	669.324	53.417	3.800	78.145	140	945	5	230	128	24	117
1994	19	23.713	3.576	46.771	906.673	61.239	4.911	83.358	157	1.024	4	278	127	26	141
1995	19	28.121	4.582	64.323	963.680	76.630	7.106	94.434	227	1.305	4	379	160	30	220
1996	19	28.957	4.800	75.860	1.077.922	78.346	7.691	88.013	217	1.349	5	381	168	31	237
1990	20	64	3.049	1.907	4.070	686.559	48	214	3	110	2	103	142	43	67
1991	20	74	3.176	2.730	4.696	998.014	61	263	4	108	2	97	159	43	77
1992	20	74	2.215	1.926	5.781	642.625	60	336	4	103	3	110	251	62	81
1993	20	76	1.442	1.375	6.188	586.925	54	154	4	106	2	112	186	52	61
1994	20	85	1.908	2.019	8.117	713.847	69	179	5	107	1	133	190	55	74
1995	20	82	2.356	2.491	9.099	708.725	72	162	4	102	1	166	257	62	113
1996	20	87	2.988	2.980	13.013	800.109	77	155	4	106	2	360	671	148	124
1990	21	686	640	1.555	3.341	6.301	11.852	3.160	1.709	8.835	639	3.265	4.712	4.911	317
1991	21	872	702	2.328	4.058	10.163	15.529	4.295	1.992	8.940	642	3.183	5.578	5.392	395
1992	21	852	632	1.758	5.075	7.114	15.749	4.958	2.138	8.493	1.038	3.259	7.214	6.642	432
1993	21	1.022	520	1.279	6.688	7.862	18.950	5.902	2.735	12.557	748	4.335	6.951	6.778	389
1994	21	1.167	658	1.827	8.695	8.677	22.608	6.984	3.022	13.234	541	5.030	6.943	6.759	486
1995	21	1.446	1.141	3.145	13.283	15.336	33.724	9.135	4.384	18.206	763	8.696	12.098	9.983	1.036
1996	21	1.633	1.417	3.946	14.202	15.525	39.427	9.372	4.537	20.169	1.096	9.299	12.937	10.263	1.251

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 22	4.341	279	1.159	267	136	1.067	312.483	63.387	2.115	312	988	173	75	1.635
1991 22	5.990	320	1.797	373	234	1.547	499.846	78.263	2.278	385	1.153	233	93	2.489
1992 22	5.422	269	1.266	426	148	1.394	573.973	67.764	1.798	544	1.031	266	103	2.389
1993 22	11.381	126	425	352	97	2.424	1.087.034	155.067	3.506	393	1.301	199	94	2.156
1994 22	16.880	172	658	507	131	3.603	1.119.912	219.421	4.334	310	1.653	214	100	2.948
1995 22	26.467	308	1.426	894	177	6.277	1.127.810	368.404	7.090	585	3.830	469	174	8.568
1996 22	19.966	400	1.899	1.004	183	5.237	1.360.535	246.450	6.019	888	4.252	528	189	10.905
1990 23	287	34	86	20	34	23	173	355	816	14	39	34	19	40
1991 23	350	41	139	27	59	32	261	458	899	16	42	44	22	56
1992 23	299	24	68	23	28	27	252	384	725	18	31	38	19	46
1993 23	341	22	60	30	31	36	419	834	912	13	40	37	19	43
1994 23	415	33	104	47	40	51	607	1.228	840	11	54	43	22	62
1995 23	515	69	217	83	84	83	900	2.048	753	19	116	91	39	169
1996 23	422	75	241	81	75	82	738	1.395	664	25	116	86	36	197
1990 24	958	19	14	73	52	76	112	527	222.579	4	25	694	30	6
1991 24	1.141	18	20	51	76	95	122	231	245.800	4	24	465	33	7
1992 24	977	16	16	56	51	96	135	177	198.458	7	24	413	40	8
1993 24	987	14	14	71	54	116	216	208	245.676	5	31	260	41	8
1994 24	1.127	20	21	111	62	141	249	353	221.253	4	37	372	41	10
1995 24	1.226	29	31	186	104	207	262	672	185.799	5	61	463	60	20
1996 24	1.007	37	39	214	105	244	317	795	161.904	7	65	426	62	24
1990 25	1	2	8	2	1	0	3	0	4	0	41	5	3	1
1991 25	2	2	8	2	3	1	5	1	6	53	41	8	3	2
1992 25	2	2	7	3	2	1	6	1	8	327	42	11	4	2
1993 25	2	2	5	3	2	1	5	1	8	287	45	9	3	3
1994 25	2	2	6	4	2	1	5	1	7	29	49	8	3	3
1995 25	1	2	5	4	2	1	4	0	5	249	63	8	4	5
1996 25	2	2	4	4	2	1	3	0	6	626	64	8	4	4
1990 26	24	417	299	713	1.861	8	144	2	35	9	11.145	751	908	14
1991 26	32	443	411	834	2.843	11	204	3	45	13	12.350	860	975	19
1992 26	30	305	293	993	1.775	12	226	4	48	51	9.636	1.131	1.231	20
1993 26	37	218	169	1.123	1.792	9	202	5	49	9	12.729	909	1.047	19
1994 26	34	304	239	1.491	2.263	10	230	5	43	6	15.836	875	1.113	21
1995 26	37	353	279	1.638	2.431	9	224	4	37	7	18.773	1.193	1.218	34
1996 26	45	367	327	1.646	2.468	10	216	3	39	11	19.794	1.193	1.246	32

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 27	44	215	11	94	1.367	1	57	34	2.487	16	261	61.949	29	2
1991 27	56	128	11	59	1.363	1	47	22	2.877	9	162	40.016	18	3
1992 27	46	78	9	50	703	2	40	16	1.752	10	126	34.172	15	4
1993 27	67	47	7	53	538	2	10	2	2.628	0	108	20.177	3	4
1994 27	56	77	8	66	791	2	11	2	2.299	0	168	30.489	4	4
1995 27	71	92	7	68	890	2	10	3	2.081	0	205	36.116	6	7
1996 27	93	95	6	61	834	2	10	3	1.863	0	211	32.255	7	6
1990 28	3	6	39	40	1.974	1	9	1	20	0	379	190	59.229	5
1991 28	6	8	43	45	2.890	2	17	2	29	0	427	136	76.213	7
1992 28	6	8	28	29	1.724	3	19	3	30	0	137	128	19.221	8
1993 28	7	6	20	48	1.643	3	15	3	34	0	311	80	47.882	9
1994 28	6	6	23	118	2.137	3	15	3	28	0	492	107	69.455	9
1995 28	5	7	22	134	2.255	2	11	1	23	0	883	121	112.536	15
1996 28	5	10	21	121	2.396	2	9	1	23	0	786	111	94.909	13
1990 29	1	43	37	9	19	1	3	0	4	0	18	3	2	22
1991 29	2	50	42	9	26	2	5	1	7	0	20	6	3	37
1992 29	2	2.546	70	66	88	1	6	1	9	6	531	18	288	3.941
1993 29	2	1.876	10	74	82	1	5	1	8	0	582	6	242	3.099
1994 29	2	898	21	44	42	2	5	1	7	0	263	5	91	1.452
1995 29	2	984	22	45	50	1	3	0	5	0	305	4	90	2.079
1996 29	2	895	16	34	35	1	3	0	6	0	244	5	69	1.843
1990 30	15	3.029	2.649	3.139	20.490	128	343	4	249	0	1.512	107	1.037	16
1991 30	27	4.672	4.548	6.030	37.881	231	594	12	259	0	2.375	187	1.129	20
1992 30	27	3.249	2.629	6.073	19.920	189	661	12	187	1	1.917	195	977	21
1993 30	16	3.166	788	8.549	26.049	10	1.075	3	38	0	2.822	203	1.289	17
1994 30	17	6.539	2.025	18.911	42.165	12	1.083	3	35	0	5.643	323	1.718	20
1995 30	16	5.706	1.591	13.910	39.650	11	890	2	31	0	4.661	281	1.464	32
1996 30	16	5.947	1.684	12.576	35.111	12	1.172	2	33	0	4.185	258	1.319	32
1990 31	46	1.274	477	724	1.532	44	132	68	136	19	540	1.707	413	39
1991 31	55	1.255	631	812	2.288	55	173	77	140	19	515	1.958	446	47
1992 31	50	867	387	910	1.371	46	168	66	115	24	442	1.969	401	46
1993 31	64	403	269	1.006	1.372	51	189	91	159	18	555	2.015	450	42
1994 31	68	565	407	1.350	1.731	71	253	118	184	15	727	2.368	539	55
1995 31	92	778	519	1.595	2.029	118	368	210	284	27	1.383	5.154	962	120
1996 31	107	825	588	1.607	2.059	134	376	216	311	39	1.460	5.472	968	137

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PRD. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 32	2.291	8.909	32.118	3.868	3.797	1.564	4.136	6.203	4.290	255	2.831	1.835	1.299	2.377
1991 32	2.671	9.499	45.990	4.550	5.919	1.964	5.326	7.003	4.217	249	2.676	2.109	1.385	2.860
1992 32	2.554	8.067	33.174	5.362	3.893	1.957	5.882	7.131	3.788	379	2.581	2.567	1.609	2.946
1993 32	1.742	2.664	2.582	4.244	1.659	1.592	2.468	1.954	1.336	993	1.027	1.046	1.283	440
1994 32	1.959	3.414	3.735	5.624	1.896	1.981	2.993	2.205	1.432	733	1.209	1.060	1.305	544
1995 32	2.086	4.560	4.864	6.507	2.406	2.236	2.957	2.443	1.519	661	1.607	1.420	1.474	903
1996 32	2.042	5.846	6.373	7.215	2.547	2.702	3.190	2.630	1.709	1.176	1.784	1.576	1.576	1.119
1990 33	10	19	49	16	103	14	21	26	19	17	48	39	24	12
1991 33	13	25	84	22	192	21	32	35	22	20	54	54	30	17
1992 33	18	28	81	35	170	29	48	48	26	41	70	88	47	24
1993 33	28	29	83	53	216	38	65	72	45	33	107	97	55	26
1994 33	20	24	78	45	158	31	51	52	31	16	82	64	37	22
1995 33	16	25	77	40	160	26	38	43	25	13	82	64	31	26
1996 33	13	23	72	32	121	22	29	33	20	14	65	51	24	24
1990 34	1	1	7	1	0	0	2	0	3	0	7	2	0	1
1991 34	1	2	7	1	1	1	4	0	6	0	8	5	0	2
1992 34	2	2	6	1	1	1	5	1	7	0	8	7	0	2
1993 34	2	1	4	2	1	1	4	1	7	0	7	5	0	2
1994 34	2	1	5	2	1	1	4	1	6	0	7	4	0	2
1995 34	1	1	4	2	1	1	3	0	5	0	6	3	0	4
1996 34	1	2	3	2	1	0	2	0	5	0	7	3	0	3
1990 35	2.978	6.392	28.888	2.722	2.589	1.165	8.217	1.957	13.511	156	25.737	8.172	339	4.761
1991 35	5.699	8.152	30.483	4.369	6.460	2.284	16.413	2.862	21.150	173	30.780	17.658	426	7.514
1992 35	6.440	7.882	25.787	5.783	4.654	3.450	18.759	3.586	25.216	336	32.071	25.933	770	8.465
1993 35	6.641	5.316	16.733	6.767	4.722	3.361	15.078	3.391	26.584	351	26.696	18.989	655	8.506
1994 35	6.535	5.396	19.023	7.264	4.287	3.358	14.871	3.149	22.006	199	27.605	16.115	453	9.023
1995 35	4.878	6.102	16.001	7.222	4.198	2.456	10.858	1.905	17.225	170	24.661	12.669	448	15.099
1996 35	5.294	7.935	14.622	7.540	4.590	2.368	9.519	1.835	18.785	305	27.857	13.339	623	13.332
1990 36	2	6	6	2	0	2	3	2	2	3	6	7	5	3
1991 36	2	5	7	2	0	2	3	2	2	2	5	7	4	3
1992 36	1	4	4	2	0	2	3	1	1	3	4	7	4	3
1993 36	1	2	2	2	0	1	2	1	1	1	4	4	3	2
1994 36	1	3	4	3	0	2	3	1	1	1	5	5	3	2
1995 36	1	4	4	3	0	2	3	1	1	1	5	5	3	3
1996 36	2	5	6	4	0	2	3	1	1	2	6	6	3	4

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 37	56	348	1.279	145	144	61	164	251	168	13	119	78	55	94
1991 37	65	373	1.836	172	231	78	213	284	165	13	114	92	59	115
1992 37	68	321	1.330	205	161	79	239	291	150	22	114	116	71	120
1993 37	36	106	111	160	81	66	104	89	53	45	58	57	59	20
1994 37	38	135	154	208	75	79	122	95	54	32	60	52	57	24
1995 37	39	178	195	238	92	86	116	101	55	28	74	64	62	36
1996 37	85	432	481	500	177	196	237	204	119	94	154	133	124	85
1990 38	2.129	16.825	34.470	12.937	15	2.629	12.643	1.994	2.127	3.366	9.494	12.498	4.154	2.073
1991 38	78	544	1.494	456	28	110	508	76	72	105	285	443	139	79
1992 38	191	1.148	2.657	1.334	16	255	1.362	177	146	381	658	1.316	389	197
1993 38	12	49	113	84	1	14	77	11	10	13	42	61	19	9
1994 38	53	226	589	392	28	78	360	57	53	39	200	232	75	46
1995 38	193	1.198	3.026	1.846	0	267	1.278	187	159	143	911	1.153	303	257
1996 38	242	1.654	4.266	2.201	0	346	1.478	215	196	228	1.084	1.372	346	346
1990 39	609	1.287	2.874	1.642	4.413	1.053	1.688	1.359	1.020	700	1.968	1.881	1.196	528
1991 39	650	1.218	3.626	1.710	6.123	1.176	2.084	1.505	917	606	1.677	1.933	1.127	598
1992 39	745	1.176	3.014	2.337	4.737	1.359	2.536	1.658	953	1.047	1.837	2.692	1.491	670
1993 39	982	1.048	2.718	3.160	5.414	1.601	2.994	2.191	1.412	746	2.432	2.595	1.527	631
1994 39	869	1.038	3.011	3.172	4.576	1.517	2.981	2.073	1.168	424	2.223	2.025	1.188	658
1995 39	904	1.224	3.452	3.252	5.410	1.497	3.207	2.710	1.123	415	2.629	2.354	1.176	1.120
1996 39	1.225	1.874	5.476	4.399	6.998	2.190	3.922	3.248	1.536	731	3.471	3.131	1.507	1.563
1990 40	1.245	2.494	6.345	1.999	13.126	1.818	2.700	3.319	2.408	2.167	6.167	5.025	3.052	1.534
1991 40	1.711	3.178	10.781	2.799	24.511	2.726	4.159	4.461	2.827	2.518	6.954	6.901	3.879	2.209
1992 40	2.367	3.659	10.468	4.449	21.801	3.674	6.198	6.112	3.423	5.178	9.032	11.333	6.073	3.082
1993 40	3.559	3.736	10.620	6.731	27.594	4.861	8.321	9.177	5.774	4.219	13.753	12.469	7.078	3.363
1994 40	2.571	3.127	10.051	5.791	20.144	3.935	6.587	6.696	4.042	2.017	10.574	8.247	4.668	2.781
1995 40	2.005	3.155	9.843	5.074	20.439	3.298	4.845	5.542	3.204	1.642	10.488	8.244	3.959	3.405
1996 40	2.769	4.784	15.232	6.644	25.320	4.695	6.153	7.010	4.341	2.876	13.714	10.778	4.980	5.003
1990 41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991 41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1992 41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1993 41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1994 41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1995 41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1996 41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1990 42	454	978	3.038	19.017	42.038	562	836	994	814	535	1.858	1.259	786	460
1991 42	588	1.109	4.989	25.834	62.355	781	1.203	1.265	876	601	1.954	1.670	961	623
1992 42	701	1.135	4.990	26.236	41.467	989	1.674	1.629	982	1.208	2.399	2.669	1.457	811
1993 42	991	962	4.258	26.975	39.535	1.233	2.013	2.122	1.440	992	3.401	2.838	1.651	781
1994 42	755	856	3.916	37.144	45.185	1.103	1.705	1.620	1.108	501	2.866	1.949	1.147	674
1995 42	696	961	5.053	37.048	45.646	1.137	1.438	1.469	1.083	452	3.409	2.126	1.085	917
1996 42	837	1.300	6.206	46.873	50.258	1.387	1.577	1.610	1.256	692	3.830	2.421	1.182	1.163
1990 43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991 43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1992 43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1993 43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1994 43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1995 43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1996 43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
1990 01	6.794	374.098	43	33	27	6	47	0	0	9.701	0	0	3.280	254
1991 01	152.972	343.106	44	68	33	6	45	0	0	9.018	0	0	3.626	225
1992 01	171.688	253.694	47	60	39	3	46	0	0	6.772	0	0	3.358	160
1993 01	9.361	328.415	39	21	36	7	1	0	0	8.286	0	0	3.414	177
1994 01	241.790	432.719	54	19	46	9	1	0	0	12.712	0	0	3.265	284
1995 01	210.177	502.179	58	17	30	10	2	0	0	16.907	0	0	4.852	342
1996 01	239.156	437.659	76	21	39	7	3	0	0	13.747	0	0	4.429	271
1990 02	48	612	939	462	2.980	14	13	6	249	149	176	9	437	17
1991 02	43	667	1.136	822	3.385	15	14	12	331	166	210	11	547	19
1992 02	34	608	1.343	713	3.272	16	16	10	371	185	250	12	583	22
1993 02	32	820	1.713	512	4.556	75	77	22	682	253	1.197	55	1.141	102
1994 02	35	1.118	2.211	496	5.048	71	72	19	722	236	1.145	52	1.153	95
1995 02	44	1.019	2.294	513	3.689	75	76	21	1.091	289	1.140	52	2.130	98
1996 02	47	1.248	2.739	534	4.735	99	101	35	1.265	311	1.617	68	2.037	120
1990 03	0	2	2	10.342	17	1	74	0	0	1	0	0	1	0
1991 03	0	2	3	1	20	1	93	0	0	1	0	0	1	0
1992 03	0	2	4	1	20	1	93	0	0	1	0	0	2	0
1993 03	0	2	4	0	20	1	97	0	0	1	0	0	2	0
1994 03	1	3	5	348	22	1	76	0	0	1	0	0	2	0
1995 03	1	3	5	1	20	1	80	0	0	1	0	0	3	0
1996 03	1	4	7	0	23	1	43	0	0	1	0	0	3	0
1990 04	123	4.387	821	429	194.233	13	1	120	0	5.185	3	2	2.772	125
1991 04	106	4.463	939	710	205.688	13	1	188	0	5.444	2	2	2.966	133
1992 04	88	4.432	1.175	599	217.516	13	1	193	0	7.029	2	2	3.514	174
1993 04	127	5.307	1.257	400	229.941	15	1	297	0	8.057	3	2	4.907	201
1994 04	132	6.532	1.523	380	232.434	18	1	227	0	7.440	3	2	4.360	186
1995 04	216	9.966	1.820	351	284.844	13	1	261	0	11.493	3	2	8.584	292
1996 04	192	9.407	2.228	356	278.517	13	1	412	0	11.020	4	3	7.484	264
1990 05	155	801	1.512	465	59.710	46	643	14	0	2.319	3	0	675	2
1991 05	147	409	1.446	47	57.416	55	773	27	0	2.284	5	0	755	2
1992 05	108	337	1.643	41	52.854	54	765	22	0	2.572	5	0	729	2
1993 05	171	380	1.358	19	45.361	70	811	41	0	2.479	7	0	872	3
1994 05	175	463	1.278	33	36.769	73	651	31	0	1.940	6	0	770	3
1995 05	295	608	1.714	19	42.738	89	662	36	0	2.580	9	0	1.175	4
1996 05	278	593	1.827	20	40.335	93	437	61	0	2.412	11	0	1.008	4

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
1990 06	107	560	6.098	50	91.348	21	90	154	0	2.981	2	1	329	1
1991 06	93	527	5.997	88	91.397	24	90	233	0	2.803	3	1	367	1
1992 06	71	463	6.998	79	87.962	23	90	226	0	3.252	3	1	354	1
1993 06	75	161	6.793	38	92.709	31	103	339	0	3.557	4	1	425	1
1994 06	76	191	9.347	45	53.833	32	94	313	0	3.814	4	1	377	1
1995 06	127	250	11.861	33	57.949	38	100	311	0	5.125	5	1	571	2
1996 06	119	243	9.361	45	40.825	40	96	353	0	3.596	6	2	492	2
1990 07	4.118	5.805	1.761	4.316	133.742	2.344	4.975	1.102	481	6.640	951	355	1.637	123
1991 07	4.163	6.838	2.263	7.967	168.438	2.547	5.279	2.010	641	8.070	1.036	319	1.983	154
1992 07	2.790	5.013	2.176	3.987	134.603	2.054	4.903	1.453	718	7.956	938	181	1.762	159
1993 07	5.402	7.563	2.981	2.728	172.596	3.474	6.478	2.721	1.320	11.268	3.129	423	3.322	365
1994 07	5.393	8.775	3.323	2.373	173.369	2.860	5.465	2.048	1.397	9.876	2.804	288	3.166	334
1995 07	10.917	14.541	5.704	2.890	230.744	4.854	6.847	2.416	2.111	13.076	3.152	409	5.520	439
1996 07	10.846	15.307	6.107	2.912	257.119	5.262	7.699	4.081	2.448	14.135	4.169	419	5.179	487
1990 08	6.394	19.318	5.374	117.380	129.838	25.585	18.923	7.194	763	16.728	11.748	8.135	13.393	59
1991 08	4.578	16.350	5.044	207.290	116.086	22.182	16.634	11.166	1.017	15.717	11.066	7.228	14.602	66
1992 08	1.686	6.525	2.694	104.919	56.020	11.048	10.586	4.248	1.139	10.463	6.474	3.753	8.267	74
1993 08	4.571	14.095	5.211	74.944	97.656	24.494	18.040	8.716	2.093	18.242	15.873	7.768	14.918	323
1994 08	3.072	10.975	4.096	62.334	68.503	14.549	11.669	5.419	2.214	12.392	10.788	4.592	11.895	301
1995 08	6.293	18.528	7.350	73.178	91.556	25.463	15.434	6.926	3.344	14.296	15.406	7.544	24.393	314
1996 08	5.254	16.358	6.564	67.629	86.042	23.590	14.929	9.338	3.878	13.334	16.719	6.913	20.321	381
1990 10	230	676	2.817	51.847	352.521	2.875	1.624	7.966	0	18.344	2.285	1.808	8.535	143
1991 10	176	580	2.320	88.776	270.683	2.267	1.404	11.935	0	14.776	2.001	1.425	8.456	111
1992 10	90	311	2.528	78.969	244.279	2.136	1.295	10.274	0	16.580	2.273	1.508	8.523	125
1993 10	188	530	2.718	39.292	269.397	2.934	1.616	14.811	0	19.249	2.724	1.826	11.667	151
1994 10	158	506	3.473	47.620	303.820	2.802	1.390	14.172	0	19.608	2.730	1.813	13.145	156
1995 10	267	727	3.142	33.577	226.621	3.070	1.322	9.832	0	18.826	2.739	1.777	15.275	149
1996 10	243	711	4.598	46.675	297.354	3.783	1.567	19.674	0	23.443	3.594	2.243	17.416	181
1990 11	797	2.274	3.258	1.994	6.167	414	2.627	52.352	0	99.830	17.244	123	19.523	2
1991 11	765	2.585	4.179	3.873	5.654	372	2.935	105.532	0	121.415	22.320	108	26.507	2
1992 11	633	2.399	5.253	2.622	4.675	228	3.519	102.001	0	154.138	30.239	64	30.442	2
1993 11	715	2.071	3.692	1.329	4.937	421	3.011	120.080	0	121.007	24.051	118	33.383	3
1994 11	764	2.608	4.554	1.376	4.943	298	2.826	113.730	0	119.156	24.222	76	37.295	2
1995 11	1.167	3.314	5.260	1.349	4.617	450	3.401	97.986	0	147.797	29.305	116	54.837	3
1996 11	999	3.007	5.687	1.478	5.094	437	3.281	162.015	0	137.417	29.840	113	50.926	3

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
1990 12	56	115	33	7.486	1.421	125	6.310	55	3	3.598	47	34	441	1
1991 12	49	111	36	12.265	1.628	115	6.178	99	3	4.350	44	30	606	1
1992 12	29	61	27	9.889	1.176	69	5.658	60	3	4.457	25	16	555	1
1993 12	59	109	39	7.123	1.576	131	5.999	110	4	5.885	52	32	874	1
1994 12	54	106	36	6.430	1.466	91	4.881	77	2	4.973	32	19	763	1
1995 12	103	174	54	6.308	1.897	148	2.259	45	3	703	52	31	206	2
1996 12	96	170	62	6.010	2.002	144	2.984	67	4	781	53	29	191	2
1990 13	173	455	208	2.361	11.249	572	444.629	1.767	2	250.952	244	172	27.654	3
1991 13	140	415	218	4.188	11.505	512	435.543	3.585	3	304.356	230	152	39.035	3
1992 13	71	209	184	2.263	9.037	305	399.946	2.784	3	313.486	148	88	36.934	3
1993 13	155	385	241	1.454	11.193	584	421.807	4.709	3	412.408	272	165	58.355	5
1994 13	129	349	243	1.323	10.551	397	343.839	3.532	2	349.319	179	105	51.363	4
1995 13	240	530	239	1.405	6.600	640	154.113	572	3	41.438	271	163	7.964	6
1996 13	218	499	274	1.447	7.379	624	205.956	962	4	46.899	282	157	7.727	6
1990 14	98	1.827	128	198	4.561	263	426	22	381	609	273	26	760	30
1991 14	93	1.648	190	429	6.400	329	451	40	507	756	324	29	978	34
1992 14	73	1.322	270	408	8.993	463	503	36	569	1.025	387	34	1.121	38
1993 14	75	1.471	376	285	6.770	508	628	68	1.045	1.027	1.839	103	1.959	163
1994 14	81	2.156	503	312	9.402	586	584	57	1.106	1.104	1.759	97	2.028	151
1995 14	115	2.725	1.128	346	6.461	645	621	61	1.671	997	1.753	108	3.566	159
1996 14	112	2.770	642	404	7.383	722	711	99	1.938	1.082	2.486	133	3.399	192
1990 15	592	4.025	838	596	974	8.111	939	284	2.035	2.063	11.352	82	8.923	106
1991 15	468	3.785	870	1.032	1.023	7.851	897	417	1.926	2.020	11.769	82	8.827	105
1992 15	377	3.423	1.023	1.155	977	9.009	1.081	439	2.617	2.374	14.819	99	11.064	125
1993 15	561	3.915	1.003	592	1.046	10.345	1.218	676	3.137	2.626	16.562	106	15.801	138
1994 15	665	5.483	1.330	689	1.132	11.102	1.271	617	3.275	2.758	17.970	111	17.048	145
1995 15	1.651	11.248	2.514	949	1.651	23.794	2.645	818	5.584	5.589	35.931	221	38.549	299
1996 15	1.703	12.362	3.282	1.134	1.839	27.479	3.007	1.432	6.898	6.286	44.423	249	38.029	318
1990 16	320	924	1.553	1.519	19.837	16	20.638	272	0	27.744	0	1	2.771	0
1991 16	294	1.014	1.874	3.183	22.724	19	18.875	482	0	26.271	0	1	3.316	0
1992 16	251	973	2.338	3.332	23.011	20	22.581	475	0	30.791	0	1	3.890	0
1993 16	408	1.215	2.497	1.766	25.362	24	42.062	755	0	57.239	0	1	5.748	0
1994 16	488	1.715	3.351	2.057	29.524	26	50.166	690	0	68.179	0	1	6.209	0
1995 16	742	2.146	3.882	1.961	28.881	32	80.431	633	0	105.594	0	2	9.699	1
1996 16	718	2.212	4.758	2.277	31.124	33	66.021	1.079	0	85.374	0	2	9.293	1

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
1990 17	8.231	34.626	8.560	2.666	8.452	113.123	8.158	1.227	0	59.283	8	0	77.012	2
1991 17	6.990	34.507	9.553	5.080	8.836	109.937	8.640	1.967	0	61.720	9	0	86.053	2
1992 17	5.330	26.337	10.571	4.050	7.781	44.248	5.458	544	0	65.258	13	0	82.246	2
1993 17	7.025	27.182	9.145	1.950	7.206	136.798	6.291	1.589	0	64.239	10	0	98.491	3
1994 17	7.081	34.030	10.356	1.987	7.275	167.806	6.506	2.410	0	58.851	10	0	87.876	3
1995 17	9.996	39.154	11.111	1.929	6.965	201.784	7.035	2.576	0	67.819	12	0	136.186	3
1996 17	8.771	35.249	12.322	1.833	6.787	133.877	3.767	2.269	0	63.930	15	0	115.641	3
1990 18	3.730	17.393	11.512	12.225	52.665	12.002	724.664	153	1.100	14.385	3.059	82	15.156	360
1991 18	2.227	18.639	17.449	14.181	48.237	10.819	1.407.638	201	1.465	16.131	2.609	91	15.526	199
1992 18	2.420	16.293	20.037	18.576	57.604	13.461	1.554.270	223	1.642	19.910	4.225	113	18.494	386
1993 18	9.517	29.455	21.415	26.895	102.405	55.394	1.800.475	596	3.018	28.022	15.247	314	30.514	2.038
1994 18	4.800	27.838	24.054	13.620	63.278	27.266	1.150.226	313	3.194	20.650	9.529	280	23.527	999
1995 18	3.234	26.776	39.719	5.897	39.138	139.249	1.322.044	216	4.825	23.951	7.115	287	33.176	548
1996 18	4.182	27.688	42.099	9.173	50.430	144.161	1.106.876	414	5.595	25.308	10.579	366	32.927	789
1990 19	553	837	3.960	37	19.897	228	1.916	2	0	2.124	4	0	3.346	1
1991 19	877	1.146	5.014	72	19.274	236	2.405	3	0	2.162	5	0	6.767	2
1992 19	630	937	5.415	66	17.371	158	2.407	1	0	2.484	6	0	6.108	1
1993 19	1.021	1.081	5.766	26	21.538	274	2.493	2	0	2.867	5	0	7.256	2
1994 19	1.782	1.836	6.806	26	22.973	336	1.973	3	0	2.719	5	0	10.677	2
1995 19	1.791	1.772	7.991	25	27.571	331	2.079	3	0	3.796	6	0	16.049	3
1996 19	1.462	1.694	9.388	27	27.251	246	1.111	3	0	4.393	7	0	15.858	3
1990 20	145	2.190	160	693	58	31	7	0	0	13.044	3	0	124.964	2
1991 20	127	2.208	194	1.135	61	33	8	0	0	13.568	3	0	320.670	2
1992 20	103	2.439	216	941	55	29	7	0	1	20.297	3	0	283.814	2
1993 20	145	2.481	207	670	49	37	10	0	1	19.667	4	0	333.733	3
1994 20	159	3.130	239	607	48	45	10	0	1	18.588	4	0	545.287	4
1995 20	214	3.958	263	591	44	37	22	0	1	23.760	8	0	810.644	5
1996 20	307	9.925	349	564	43	32	23	0	2	65.387	10	0	821.650	4
1990 21	1.306	7.485	3.613	380	78.871	15.336	18.259	1.055	165	10.776	356	1.450	5.693	426
1991 21	1.213	8.297	4.320	806	91.179	17.504	20.261	1.930	220	12.378	431	1.698	7.047	496
1992 21	977	7.515	5.202	812	87.144	20.117	24.409	1.881	247	14.575	534	2.033	8.159	588
1993 21	1.650	9.819	5.890	463	100.977	26.043	31.054	3.040	454	18.468	1.267	2.496	12.425	791
1994 21	1.694	11.886	6.778	500	100.793	24.505	28.409	2.536	480	16.878	1.202	2.291	12.258	722
1995 21	3.342	19.258	10.411	581	127.388	41.378	47.519	3.007	726	27.197	1.449	3.639	24.737	1.135
1996 21	3.168	19.421	12.162	609	134.425	43.844	49.882	4.351	842	28.129	1.860	3.802	20.285	1.124

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
1990 22	232	308	1.279	866	801	368	2.488	11	404	21.832	286	15	2.880	28
1991 22	357	469	1.789	1.523	1.059	506	3.338	20	538	28.481	341	17	4.308	32
1992 22	251	377	1.868	1.314	873	507	3.482	18	603	27.690	406	20	4.297	35
1993 22	349	403	2.708	944	2.291	730	4.349	38	1.109	56.023	1.945	90	6.634	166
1994 22	581	656	3.248	908	2.702	739	4.323	33	1.173	65.765	1.860	84	6.760	155
1995 22	774	969	6.799	932	3.122	1.518	9.540	35	1.772	124.408	1.852	85	17.034	159
1996 22	697	986	6.628	962	2.846	1.717	10.607	59	2.055	87.845	2.629	111	16.246	195
1990 23	18	54	20	2	289	50	90	26	0	225	11	1	201	0
1991 23	19	65	26	5	358	61	103	55	0	281	14	1	288	0
1992 23	10	39	24	5	245	50	104	33	0	264	11	1	216	0
1993 23	17	51	28	3	283	65	149	66	0	468	14	2	388	0
1994 23	20	73	37	3	331	70	162	78	0	556	16	1	521	0
1995 23	48	143	65	3	475	138	306	136	0	1.028	32	2	1.551	1
1996 23	40	128	71	3	449	133	292	200	0	788	31	2	1.295	1
1990 24	49	147	121	10	561	90	217	46	0	971	1	8	150	20
1991 24	29	107	75	20	648	103	219	39	0	617	2	10	122	14
1992 24	18	81	75	21	626	118	262	33	0	568	2	12	119	12
1993 24	23	92	79	11	716	152	403	51	0	696	3	14	149	11
1994 24	30	132	115	13	737	144	431	53	0	864	3	13	170	13
1995 24	48	203	197	13	889	241	705	76	0	1.362	4	21	313	17
1996 24	43	204	258	14	941	256	642	138	0	1.303	5	22	275	14
1990 25	21	55	1	0	0	11	0	0	0	22	0	0	9	0
1991 25	20	59	2	0	0	12	0	0	0	35	0	0	11	1
1992 25	16	54	2	0	0	11	0	0	0	78	0	0	16	2
1993 25	23	60	2	0	0	13	0	0	0	107	0	0	21	3
1994 25	23	69	2	0	0	16	0	0	0	36	0	0	14	1
1995 25	30	87	2	0	0	10	0	0	0	130	0	0	30	3
1996 25	28	83	2	0	0	9	0	0	0	208	0	0	33	5
1990 26	4.862	22.767	28	2	7	50	94	0	0	18.327	0	0	7.297	434
1991 26	5.392	33.396	38	4	7	56	189	0	0	36.176	0	0	12.609	924
1992 26	3.691	32.828	42	3	6	52	114	0	0	24.610	0	0	9.311	586
1993 26	5.447	35.608	35	1	6	60	35	0	0	28.340	0	0	12.372	682
1994 26	6.300	72.800	38	1	6	75	38	0	0	33.514	0	0	13.904	817
1995 26	8.036	66.386	39	1	5	47	80	0	0	26.521	0	0	16.965	606
1996 26	7.182	88.120	45	1	5	41	85	0	0	29.502	0	0	14.630	637

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
1990 27	3.436	7.401	174	0	0	15	216	0	0	40.246	0	0	8.036	1.651
1991 27	1.748	4.845	118	0	0	16	143	0	0	25.277	0	0	5.365	1.051
1992 27	934	3.092	93	0	0	16	118	0	0	19.677	0	0	4.266	823
1993 27	979	2.805	65	0	0	18	36	0	0	15.275	0	0	3.753	636
1994 27	1.513	4.760	110	0	0	22	39	0	0	21.095	0	0	5.279	877
1995 27	2.031	5.592	113	0	0	14	82	0	0	23.297	0	0	7.967	973
1996 27	1.611	5.062	113	0	0	12	87	0	0	20.202	0	0	6.709	794
1990 28	185	3.823	5	0	0	35	1	0	0	8.718	0	0	9.491	311
1991 28	193	4.581	8	0	0	39	0	0	0	10.054	0	0	13.061	383
1992 28	58	914	9	0	0	37	0	0	0	2.610	0	0	3.801	97
1993 28	43	2.722	9	0	0	42	0	0	0	7.430	0	0	10.981	284
1994 28	48	5.757	9	0	0	53	0	0	0	13.997	0	0	15.704	474
1995 28	54	9.048	8	0	0	33	0	0	0	20.031	0	0	35.538	731
1996 28	50	7.234	8	0	0	29	0	0	0	15.940	0	0	25.597	559
1990 29	10	71	1	1.367	2	524	19	6	0	45	0	0	6	1
1991 29	10	84	3	2.227	2	510	17	9	0	55	0	0	7	1
1992 29	8	3.188	2	1.844	0	212	17	2	0	3.922	0	0	84	98
1993 29	11	3.431	3	1.329	0	633	6	7	0	4.083	0	0	110	102
1994 29	12	1.675	2	1.205	1	777	11	11	0	1.412	0	0	45	35
1995 29	13	1.834	2	1.172	1	925	13	12	0	1.542	0	0	73	38
1996 29	12	1.368	2	1.118	0	616	7	10	0	1.170	0	0	45	27
1990 30	23.134	22.182	38	3	11	28	6	0	0	1.965	0	0	527	238
1991 30	69.590	55.596	56	6	12	31	6	0	0	3.888	0	0	1.155	272
1992 30	47.273	41.117	57	6	11	29	6	0	0	3.074	0	0	1.036	226
1993 30	79.682	55.892	35	2	9	34	8	0	0	5.254	0	0	1.223	374
1994 30	169.400	130.047	39	2	9	42	9	0	0	4.196	0	0	1.865	456
1995 30	141.286	93.429	41	2	8	26	19	0	0	5.473	0	0	2.790	428
1996 30	108.345	77.446	47	2	8	23	20	0	0	7.669	0	0	2.786	366
1990 31	217	245.112	133	8	18	1.498	3.855	16	0	40.798	0	0	2.633	595
1991 31	273	284.999	159	15	19	1.460	4.148	25	0	40.362	0	0	3.046	648
1992 31	188	190.455	150	9	13	606	3.834	7	0	40.544	0	0	2.699	613
1993 31	313	165.308	170	5	12	1.811	5.212	21	0	61.175	0	0	4.260	858
1994 31	485	169.611	222	7	13	2.222	5.634	31	0	71.971	0	0	4.752	952
1995 31	579	290.809	391	7	12	2.645	11.862	33	0	142.106	0	0	11.432	1.920
1996 31	495	341.408	462	5	11	1.761	12.351	29	0	110.597	0	0	9.616	1.697

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	
1990	32	2.132	3.132	1.745	8.093	13.220	970	1.143	523	16.458	9.277	11.724	655	27.811	1.132
1991	32	1.923	3.366	2.671	17.754	14.609	1.061	1.209	976	21.920	10.340	13.955	739	35.134	1.282
1992	32	1.459	2.865	2.476	16.702	13.089	1.124	1.362	872	24.578	11.537	16.616	826	37.525	1.437
1993	32	774	2.215	10.120	11.854	52.034	5.044	5.543	1.704	45.168	16.168	79.334	3.690	74.217	6.770
1994	32	807	2.724	11.898	12.925	53.059	4.758	5.220	1.475	47.796	15.162	75.858	3.455	75.383	6.308
1995	32	1.221	3.385	40.096	14.544	43.100	5.193	5.767	1.557	72.205	18.699	75.554	3.508	139.429	6.496
1996	32	1.202	3.548	16.913	16.782	56.187	6.772	7.266	2.632	83.278	20.011	106.606	4.543	132.880	7.892
1990	33	19	99	113	1.216.704	425	1.022	225	105	984	240	258	14	2.250	8
1991	33	20	127	160	1.982.900	569	1.351	290	202	1.433	320	373	18	2.922	10
1992	33	21	147	239	1.643.283	691	1.973	444	217	2.175	479	599	28	3.634	16
1993	33	41	219	305	1.183.809	911	2.957	644	356	2.979	692	748	39	5.539	23
1994	33	28	175	232	1.072.617	601	1.812	389	230	2.352	418	619	24	4.229	14
1995	33	31	163	200	1.043.441	438	1.758	375	175	2.140	388	647	22	5.474	13
1996	33	22	123	179	962.774	344	1.387	293	153	1.365	299	463	17	2.697	9
1990	34	7	2	1	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	34	7	2	2	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
1992	34	6	2	2	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
1993	34	7	3	2	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0
1994	34	8	3	2	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0
1995	34	8	3	2	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0
1996	34	7	2	2	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	35	24.897	7.001	4.602	2.811	4.453	42.077	10.344	829	9.233	2.835	3.265	172	20.702	199
1991	35	25.348	10.139	8.367	6.282	5.610	48.114	12.408	1.569	13.038	3.498	4.322	215	26.258	235
1992	35	21.416	9.670	9.386	6.725	6.270	50.419	14.698	1.651	18.455	4.723	6.218	293	31.438	291
1993	35	28.186	11.612	11.209	3.980	12.327	63.079	15.192	2.740	26.579	6.702	14.674	704	49.655	969
1994	35	31.299	13.609	10.116	3.658	10.309	64.999	12.108	1.814	22.368	4.686	13.342	571	40.337	850
1995	35	29.781	11.396	11.730	3.402	7.971	45.619	10.808	1.434	23.920	4.877	13.500	563	57.632	866
1996	35	28.875	11.192	9.846	3.712	10.602	46.582	7.279	2.130	26.366	5.831	18.449	746	50.156	1.087
1990	36	3	10	2	35	60	45	2.561.493	8	152	110	19	1	314	3
1991	36	3	9	2	64	58	43	3.052.750	12	172	121	20	1	331	2
1992	36	2	7	2	51	45	40	3.414.429	9	160	120	20	1	293	2
1993	36	2	6	1	21	34	34	3.003.086	11	196	136	17	1	336	2
1994	36	2	7	2	22	36	33	2.622.907	10	131	119	16	1	332	2
1995	36	3	8	2	20	29	37	2.243.911	8	157	48	17	1	466	2
1996	36	3	9	2	25	35	45	975.093	14	218	57	22	1	484	2

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. S/E.T.	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
1990	37	87	138	357	533	217	76	49.299	834	395	512	27	1.507	46
1991	37	79	153	322	617	280	90	71.757	1.133	451	621	32	1.915	53
1992	37	61	137	339	589	396	123	55.246	1.373	524	768	37	2.139	60
1993	37	37	123	455	532	2.170	320	26.684	2.340	742	3.296	153	3.943	274
1994	37	36	135	512	563	2.155	261	16.688	2.331	651	3.135	141	3.748	254
1995	37	52	156	1.630	616	1.722	270	58.673	3.267	775	3.127	142	6.515	261
1996	37	95	305	1.337	1.308	4.214	625	69.104	6.854	1.562	8.209	346	11.098	597
1990	38	12.695	16.953	5.879	42.197	45.019	33.824	11.688	116.993	32.615	18.829	12.614	29.173	0
1991	38	346	560	211	8.522	1.494	4.609	2.756	16.888	1.120	708	419	9.035	0
1992	38	649	1.169	577	12.226	3.377	11.318	4.632	20.267	3.037	2.017	1.196	13.598	0
1993	38	53	73	31	306	186	279	182	1.218	183	123	69	673	0
1994	38	197	335	130	2.000	633	3.219	3.362	398	19.095	637	211	2.054	0
1995	38	1.182	1.567	585	1.912	2.609	3.059	971	7.792	2.958	1.960	1.130	5.586	0
1996	38	1.247	1.758	781	2.069	3.061	3.547	1.550	13.254	3.405	2.470	1.310	5.560	0
1990	39	1.021	3.278	1.072	7.475	8.246	13.385	7.022	30.243	4.383	12.201	286	210.461	1.108
1991	39	828	3.127	1.137	13.634	8.170	12.777	10.816	36.299	4.396	12.830	287	218.862	1.108
1992	39	716	3.057	1.451	12.821	8.167	16.448	9.761	42.286	5.163	17.677	368	235.010	1.428
1993	39	1.210	4.031	1.652	6.802	9.204	20.860	15.871	57.350	6.115	23.054	447	354.252	1.825
1994	39	989	3.800	1.477	5.884	7.291	14.964	10.610	45.416	4.666	16.631	320	280.346	1.288
1995	39	1.290	4.124	1.515	5.394	6.185	16.927	9.386	55.931	5.455	17.479	342	423.526	1.398
1996	39	1.508	5.200	2.272	6.149	7.931	22.014	16.029	62.620	6.499	25.071	443	405.521	1.719
1990	40	2.487	12.711	14.469	32.888	54.311	28.828	13.418	125.840	30.742	32.944	1.741	287.670	984
1991	40	2.670	16.315	20.437	74.892	72.790	37.054	25.822	183.167	40.896	47.645	2.361	373.626	1.327
1992	40	2.721	18.772	30.569	85.589	88.394	56.755	27.772	278.022	61.250	76.550	3.593	464.569	2.000
1993	40	5.275	28.040	39.059	46.809	116.525	82.322	45.547	380.799	88.453	95.636	4.981	708.069	2.878
1994	40	3.610	22.457	29.714	38.494	76.880	49.795	29.437	300.711	53.403	79.185	3.022	540.631	1.734
1995	40	4.090	20.892	25.607	30.326	55.943	47.880	22.318	273.642	49.597	82.747	2.771	699.814	1.618
1996	40	4.726	25.776	37.573	29.738	72.159	61.501	32.153	286.618	62.785	97.149	3.534	566.438	1.932
1990	41	0	0	0	344	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	41	0	0	0	561	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1992	41	0	0	0	465	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1993	41	0	0	0	335	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1994	41	0	0	0	304	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1995	41	0	0	0	295	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1996	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CON.FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL
1990 01	0	1.322.873	4	12	-175.010	0	408.437	233.442	1.556.316
1991 01	0	1.501.277	5	0	298.256	0	403.371	701.632	2.202.909
1992 01	0	1.148.456	9	0	450.311	0	334.640	784.960	1.933.416
1993 01	0	1.218.448	9	34	444.112	0	313.752	757.908	1.976.356
1994 01	0	1.542.116	16	254	560.735	0	486.772	1.047.777	2.589.893
1995 01	0	1.874.208	25	742	306.607	0	649.591	956.965	2.831.173
1996 01	0	1.846.448	29	5	446.596	0	560.674	1.007.305	2.853.752
1990 02	0	362.658	7.172	0	-137	0	2.791	9.826	372.484
1991 02	0	343.673	8.104	0	34	0	3.391	11.530	355.202
1992 02	0	351.180	8.172	3	1.145	0	3.710	13.030	364.210
1993 02	0	331.662	8.337	155	-1.641	0	4.295	11.147	342.809
1994 02	0	359.727	7.273	70	-263	0	4.758	11.838	371.565
1995 02	0	390.890	11.212	23	1.619	0	8.383	21.237	412.126
1996 02	0	392.883	9.348	0	1.668	0	9.620	20.635	413.519
1990 03	0	6.852.153	0	0	371.665	0	28	371.693	7.223.846
1991 03	0	7.715.661	0	0	91.589	0	45	91.634	7.807.295
1992 03	0	4.700.077	0	0	-75.356	0	39	-75.317	4.624.760
1993 03	0	2.477.572	0	0	-81.411	0	31	-81.380	2.396.192
1994 03	0	3.150.550	0	0	-123.573	0	25	-123.548	3.027.002
1995 03	0	3.111.958	0	0	-70.917	0	37	-70.880	3.041.078
1996 03	0	4.260.926	0	0	101.806	0	43	101.849	4.362.776
1990 04	0	368.081	563	4	1.362	0	18.349	20.278	388.358
1991 04	0	376.257	826	3	3.436	0	19.322	23.588	399.845
1992 04	0	401.905	935	8	-449	0	23.256	23.750	425.655
1993 04	0	422.505	1.124	74	-571	0	24.520	25.147	447.652
1994 04	0	440.602	927	116	-3.083	0	22.601	20.561	461.163
1995 04	0	552.256	1.464	7	6.666	0	34.570	42.706	594.962
1996 04	0	565.365	1.345	1	9.992	0	36.286	47.623	612.988
1990 05	0	482.108	84	220	-15.390	0	737	-14.349	467.759
1991 05	0	573.875	200	23	-1.887	0	978	-686	573.189
1992 05	0	535.828	314	73	6.974	0	916	8.277	544.105
1993 05	0	493.299	170	181	9.063	0	1.089	10.503	503.803
1994 05	0	528.339	120	571	8.104	0	1.052	9.848	538.186
1995 05	0	636.604	285	88	15.656	0	1.569	17.598	654.202
1996 05	0	610.513	341	4	17.353	0	1.726	19.425	629.938

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1986

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CONFAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL	
1990	06	0	471.971	294	371	-20.735	0	13.850	-6.220	465.751
1991	06	0	651.700	487	66	-82	0	13.094	13.565	665.265
1992	06	0	663.070	584	116	-14.312	0	15.124	1.512	664.583
1993	06	0	687.193	619	76	-4.493	0	15.794	11.997	699.190
1994	06	0	718.778	502	114	4.140	0	18.707	23.463	742.241
1995	06	0	946.211	841	396	25.866	0	26.953	54.056	1.000.267
1996	06	0	917.744	802	24	19.144	0	18.745	38.715	956.459
1990	07	0	354.307	105.230	1.438	-6.609	0	36.427	136.487	490.794
1991	07	0	428.185	129.548	615	551	0	44.423	175.137	603.322
1992	07	0	369.473	129.516	1.910	1.448	0	43.981	176.855	546.328
1993	07	0	499.865	132.996	6.139	8.158	0	59.269	206.561	706.426
1994	07	0	538.738	167.993	8.442	10.074	0	60.654	247.163	785.900
1995	07	0	771.671	222.120	1.978	5.643	0	97.960	327.702	1.099.372
1996	07	0	881.646	224.830	136	16.613	0	106.704	348.284	1.229.930
1990	08	0	1.284.807	2.140.533	3.104	-62.792	0	35.875	2.116.720	3.401.527
1991	08	0	1.240.136	2.638.048	1.566	-23.540	0	36.575	2.652.649	3.892.785
1992	08	0	1.042.318	2.611.450	4.075	-29.691	0	33.482	2.619.315	3.661.633
1993	08	0	1.204.307	2.706.158	17.460	70.868	0	47.868	2.842.354	4.046.661
1994	08	0	1.278.278	3.639.587	11.457	46.607	0	48.236	3.745.886	5.024.165
1995	08	0	1.675.326	4.626.181	4.039	-57.516	0	70.827	4.643.531	6.318.857
1996	08	0	1.438.377	4.594.752	1.502	14.862	0	64.651	4.675.769	6.114.145
1990	10	0	675.959	401.107	3.052	-36.003	0	510.278	878.433	1.554.393
1991	10	0	597.511	589.119	2.353	-10.820	0	467.067	1.047.719	1.645.230
1992	10	0	571.366	655.472	2.691	-1.161	0	442.754	1.099.755	1.671.121
1993	10	0	639.838	787.288	4.132	35.490	0	579.561	1.406.471	2.046.309
1994	10	0	771.242	688.738	4.873	30.238	0	638.404	1.362.253	2.133.496
1995	10	0	777.741	1.055.228	1.577	32.248	0	830.860	1.919.912	2.697.653
1996	10	0	1.032.669	984.997	272	35.991	0	739.878	1.761.138	2.793.807
1990	11	0	1.439.750	1.770.673	15.737	-52.805	0	45.503	1.779.108	3.218.858
1991	11	0	2.086.569	1.445.958	16.521	77.085	0	185.461	1.725.025	3.811.594
1992	11	0	1.690.788	1.935.984	23.973	81.676	0	1.015.528	3.057.161	4.747.949
1993	11	0	2.002.297	2.555.557	19.988	742.124	0	1.441.122	4.758.792	6.761.089
1994	11	0	2.654.258	2.358.498	17.136	202.518	0	1.375.183	3.953.336	6.607.594
1995	11	0	3.317.237	2.706.801	11.100	189.889	0	1.559.040	4.466.830	7.784.067
1996	11	0	3.875.216	3.145.278	2.515	217.757	0	1.336.504	4.702.054	8.577.270

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CON.FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL	
1990	12	0	34.705	37.498	2.888	-715	0	46.384	86.054	120.760
1991	12	0	41.820	182.511	1.027	-128	0	252.411	435.821	477.641
1992	12	0	41.348	176.161	3.187	85	0	657.428	836.862	878.209
1993	12	0	48.269	200.383	2.276	722	0	1.646.297	1.849.678	1.897.947
1994	12	0	47.046	323.569	7.195	604	0	2.223.399	2.554.767	2.601.813
1995	12	0	55.903	515.438	33.216	-183	0	3.788.078	4.336.549	4.392.452
1996	12	0	63.473	346.176	240	232	0	1.926.707	2.273.356	2.336.829
1990	13	0	1.503.973	80.660	205.546	-32.952	0	144.788	398.042	1.902.015
1991	13	0	1.671.040	443.013	72.980	-3.750	0	171.126	683.368	2.354.409
1992	13	0	1.848.805	871.888	226.375	14.074	0	182.566	1.294.903	3.143.708
1993	13	0	2.440.598	249.486	104.380	26.506	0	329.254	709.627	3.150.224
1994	13	0	2.363.391	93.795	141.084	25.451	0	364.317	624.646	2.988.037
1995	13	0	2.799.900	403.408	159.937	3.012	0	126.406	692.763	3.492.663
1996	13	0	3.385.946	482.109	12.225	6.719	0	75.396	576.449	3.962.395
1990	14	0	65.488	12.754	111	-388	0	12.368	24.845	90.332
1991	14	0	58.040	15.018	41	194	0	15.313	30.566	88.606
1992	14	0	69.935	17.063	132	156	0	21.985	39.336	109.271
1993	14	0	74.915	17.051	391	259	0	43.270	60.970	135.885
1994	14	0	60.025	18.500	16.483	-152	0	57.220	92.051	152.076
1995	14	0	85.453	28.499	145	761	0	123.146	152.551	238.004
1996	14	0	124.329	27.411	11	608	0	142.703	170.733	295.063
1990	15	0	366.164	286	389	179	0	140.906	141.760	507.925
1991	15	0	382.109	279	11	1.055	0	175.644	176.989	559.099
1992	15	0	369.033	328	63	-2.380	0	137.646	135.656	504.689
1993	15	0	609.934	370	140	-253	0	154.713	154.971	764.904
1994	15	0	652.707	383	140	-983	0	153.271	152.810	805.517
1995	15	0	940.792	808	145	766	0	322.334	324.054	1.264.846
1996	15	0	879.201	777	3	4.449	0	381.511	386.739	1.265.940
1990	16	0	348.778	17	98	1.821	0	8.589	10.525	359.304
1991	16	0	397.539	184	117	1.274	0	9.755	11.331	408.870
1992	16	0	390.431	388	191	-8.007	0	12.663	5.235	395.666
1993	16	0	481.304	90	444	5.865	0	14.938	21.336	502.640
1994	16	0	591.203	8	1.678	16.305	0	22.513	40.503	631.706
1995	16	0	708.789	144	2.636	17.730	0	37.628	58.137	766.926
1996	16	0	674.402	182	1.352	16.832	0	37.627	55.993	730.395

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CONFAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL	
1990	17	0	1.600.842	0	7	-45.920	0	211.408	165.495	1.766.337
1991	17	0	1.784.667	0	30	48.178	0	198.501	246.709	2.031.376
1992	17	0	1.545.153	0	29	-55.176	0	69.855	14.708	1.559.861
1993	17	0	1.571.419	0	44	22.594	0	175.280	197.919	1.769.338
1994	17	0	1.832.107	0	6	37.209	0	298.107	335.322	2.167.429
1995	17	0	2.077.436	0	555	29.621	0	312.955	343.131	2.420.567
1996	17	0	2.056.645	0	32	13.320	0	166.643	179.995	2.236.640
1990	18	0	2.150.082	31.731	4	-22.552	0	191.980	201.163	2.351.245
1991	18	0	3.499.662	35.855	81	17.077	0	300.222	353.235	3.852.898
1992	18	0	3.917.347	36.156	55	64.921	0	267.128	368.260	4.285.607
1993	18	0	4.915.682	36.886	348	261.798	0	218.596	517.628	5.433.310
1994	18	0	4.066.178	32.176	374	135.711	0	186.194	354.455	4.420.633
1995	18	0	5.287.249	49.605	219	188.198	0	278.482	516.503	5.803.752
1996	18	0	5.314.279	41.358	5	79.964	0	309.725	431.052	5.745.330
1990	19	0	945.444	0	133	13.497	0	1.994	15.623	961.068
1991	19	0	1.217.186	0	79	2.367	0	2.672	5.118	1.222.304
1992	19	0	1.277.661	0	1	149.824	0	2.226	152.051	1.429.712
1993	19	0	1.382.852	0	62	138.787	0	2.791	141.640	1.524.492
1994	19	0	1.593.353	0	315	125.598	0	3.067	128.980	1.722.334
1995	19	0	1.767.501	0	49	4.762	0	4.506	9.318	1.776.818
1996	19	0	1.950.535	0	22	18.217	0	6.034	24.274	1.974.808
1990	20	0	846.587	0	0	-4.354	0	18.727	14.373	860.960
1991	20	0	1.358.049	0	6	1.678	0	26.052	27.736	1.385.784
1992	20	0	973.886	0	2	-6.324	0	17.704	11.383	985.269
1993	20	0	967.597	0	198	3.207	0	43.404	46.809	1.014.406
1994	20	0	1.307.364	0	323	4.422	0	60.507	65.253	1.372.616
1995	20	0	1.576.625	0	27	5.148	0	90.500	95.676	1.672.301
1996	20	0	1.734.269	0	3	13.097	0	179.834	192.933	1.927.202
1990	21	0	242.192	5.072	27	-8.526	0	6.847	3.420	245.612
1991	21	0	281.786	5.897	142	2.478	0	9.092	17.609	299.395
1992	21	0	293.488	6.054	729	-6.003	0	9.167	9.947	303.436
1993	21	0	365.585	6.198	456	813	0	15.782	23.249	388.834
1994	21	0	384.536	5.376	674	2.486	0	26.300	34.836	419.372
1995	21	0	570.362	8.347	275	41.488	0	56.300	106.409	676.772
1996	21	0	620.141	7.052	11	19.398	0	62.132	88.594	708.734

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CON.FAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL	
1990	22	0	430.842	11.669	78	9.410	0	71.759	92.915	523.758
1991	22	0	650.776	13.317	31	26.528	0	92.281	132.157	782.933
1992	22	0	711.882	13.590	90	45.923	0	86.188	145.792	857.674
1993	22	0	1.361.354	13.622	389	125.023	0	122.345	261.378	1.622.732
1994	22	0	1.483.008	11.828	330	62.862	0	139.218	214.237	1.697.246
1995	22	0	1.759.214	18.339	308	81.157	0	282.695	382.498	2.141.712
1996	22	0	1.829.333	15.341	14	37.345	0	259.606	312.306	2.141.640
1990	23	0	3.742	0	0	-2.073	0	81.227	79.154	82.897
1991	23	0	4.658	0	0	95	0	90.412	90.507	95.164
1992	23	0	3.711	0	1	-551	0	59.200	58.650	62.361
1993	23	0	5.402	0	3	10	0	92.559	92.571	97.974
1994	23	0	6.846	0	12	-1.543	0	129.912	128.382	135.228
1995	23	0	11.356	0	7	258	0	325.183	325.448	336.805
1996	23	0	9.998	0	5	71	0	302.810	302.886	312.884
1990	24	0	228.773	0	0	-798	0	50.079	49.281	278.054
1991	24	0	251.052	0	9	2	0	60.411	60.422	311.474
1992	24	0	203.438	0	4	-218	0	34.153	33.940	237.378
1993	24	0	251.438	0	128	303	0	78.211	78.642	330.080
1994	24	0	228.309	0	470	117	0	122.793	123.380	351.689
1995	24	0	195.608	0	70	1.440	0	257.709	259.219	454.827
1996	24	0	172.289	0	16	1.495	0	237.032	238.543	410.832
1990	25	0	239	0	1	12	0	665	678	917
1991	25	0	349	0	0	20	0	793	813	1.163
1992	25	0	680	0	0	38	0	1.177	1.215	1.895
1993	25	0	687	0	0	-18	0	1.464	1.447	2.134
1994	25	0	362	0	0	-14	0	1.083	1.069	1.430
1995	25	0	705	0	0	12	0	1.829	1.842	2.547
1996	25	0	1.158	0	0	384	0	2.354	2.738	3.896
1990	26	0	74.512	0	189	3.255	0	394.088	397.532	472.043
1991	26	0	115.292	0	0	25.566	0	643.402	668.969	784.261
1992	26	0	90.492	0	0	12.711	0	498.212	510.923	601.416
1993	26	0	104.531	0	0	41.479	0	548.548	590.027	694.559
1994	26	0	153.299	0	2	11.947	0	609.543	621.492	774.791
1995	26	0	148.183	0	1	14.313	0	606.504	620.817	769.000
1996	26	0	171.423	0	25	23.011	0	611.974	635.010	806.433

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CONFAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL	
1990	27	0	128.032	0	0	7.680	0	354.295	361.975	490.007
1991	27	0	83.674	0	0	5.307	0	183.763	189.070	272.744
1992	27	0	66.422	0	0	3.855	0	149.842	153.697	220.119
1993	27	0	47.613	0	0	2.359	0	89.046	91.406	139.019
1994	27	0	67.997	0	2	-602	0	158.360	157.760	225.757
1995	27	0	79.990	0	0	9.934	0	192.833	202.767	282.757
1996	27	0	70.475	0	0	7.639	0	187.714	195.353	265.828
1990	28	0	84.730	0	1	-572	0	176.139	175.568	260.298
1991	28	0	108.502	0	0	5.056	0	222.047	227.103	335.605
1992	28	0	29.237	0	0	1.152	0	55.392	56.544	85.781
1993	28	0	71.940	0	1	-432	0	143.090	142.658	214.598
1994	28	0	108.788	0	1	565	0	232.028	232.594	341.382
1995	28	0	181.748	0	1.176	6.134	0	419.921	427.231	608.979
1996	28	0	148.129	0	4	1.062	0	334.142	335.209	483.337
1990	29	0	2.264	0	0	-82	0	1.162	1.079	3.343
1991	29	0	3.208	0	0	97	0	1.139	1.236	4.444
1992	29	0	17.038	0	0	-385	0	14.677	14.292	31.329
1993	29	0	15.818	0	0	-3.508	0	14.828	11.320	27.137
1994	29	0	8.110	0	0	14	0	6.278	6.292	14.402
1995	29	0	9.289	0	0	-432	0	6.126	5.694	14.983
1996	29	0	7.596	0	0	212	0	4.386	4.598	12.194
1990	30	0	83.414	0	1	2.698	0	24.936	27.635	111.049
1991	30	0	194.132	0	0	-3.614	0	52.246	48.632	242.764
1992	30	0	134.350	0	0	1.755	0	39.155	40.911	175.261
1993	30	0	193.150	0	1	8.842	0	64.150	72.993	266.143
1994	30	0	387.251	0	80	-13.015	0	52.175	39.240	426.491
1995	30	0	324.560	0	1	7.222	0	69.607	76.831	401.390
1996	30	0	296.666	0	0	7.271	0	93.342	100.613	397.279
1990	31	0	318.320	0	2	-4.533	0	268.780	264.249	582.569
1991	31	0	366.709	0	0	5.569	0	281.749	287.318	654.027
1992	31	0	272.935	0	0	3.969	0	253.314	257.283	530.217
1993	31	0	279.768	0	0	4.606	0	343.199	347.805	627.573
1994	31	0	286.952	0	1	5.921	0	399.614	405.535	692.488
1995	31	0	505.792	0	71	8.360	0	864.158	872.589	1.378.381
1996	31	0	528.816	0	10	9.293	0	839.492	848.794	1.377.610

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CONFAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL	
1990	32	0	278.098	483.207	46	-9.614	0	185.561	659.200	937.298
1991	32	0	334.335	545.976	39	7.469	0	225.422	778.907	1.113.242
1992	32	0	332.316	551.145	262	1.439	0	247.447	800.292	1.132.609
1993	32	0	433.364	563.406	3.649	4.864	0	287.173	859.093	1.292.456
1994	32	0	451.963	494.786	4.730	10.173	0	318.081	827.770	1.279.733
1995	32	0	570.249	759.102	1.560	11.451	0	558.820	1.330.933	1.901.182
1996	32	0	638.290	633.136	21	7.954	0	636.675	1.277.785	1.916.075
1990	33	0	1.223.553	369	0	0	0	152	520	1.224.074
1991	33	0	1.992.190	499	0	0	0	269	768	1.992.958
1992	33	0	1.656.000	693	0	0	0	376	1.069	1.657.068
1993	33	0	1.202.186	991	0	0	0	533	1.524	1.203.710
1994	33	0	1.085.874	685	0	0	0	368	1.053	1.086.927
1995	33	0	1.057.105	717	0	0	0	382	1.100	1.058.205
1996	33	0	971.666	403	0	0	0	246	649	972.315
1990	34	0	85	0	0	0	0	0	0	85
1991	34	0	120	0	0	0	0	0	0	120
1992	34	0	129	0	0	0	0	0	0	129
1993	34	0	128	0	0	0	0	0	0	128
1994	34	0	129	0	0	0	0	0	0	129
1995	34	0	102	0	0	0	0	0	0	102
1996	34	0	100	0	0	0	0	0	0	100
1990	35	0	409.042	58.603	0	-1.096	0	38.440	95.947	504.989
1991	35	0	568.821	66.785	0	875	0	45.555	113.215	682.036
1992	35	0	625.861	68.647	23	173	0	50.065	118.908	744.769
1993	35	0	673.726	71.985	420	418	0	61.104	133.927	807.653
1994	35	0	638.920	61.558	546	1.136	0	58.444	121.684	760.604
1995	35	0	554.767	92.582	178	1.293	0	93.052	187.104	741.871
1996	35	0	569.605	80.042	1	901	0	112.848	193.791	763.396
1990	36	0	2.562.588	9	49	-7	0	559.451	559.501	3.122.089
1991	36	0	3.053.938	92	17	-1	0	948.521	948.629	4.002.567
1992	36	0	3.415.569	194	54	3	0	867.812	868.063	4.283.633
1993	36	0	3.004.354	45	25	6	0	933.718	933.793	3.938.148
1994	36	0	2.624.123	4	34	6	0	627.461	627.504	3.251.626
1995	36	0	2.245.437	72	38	1	0	694.762	694.873	2.940.311
1996	36	0	976.908	91	3	1	0	571.866	571.961	1.548.869

MATRIZ DE IMPORTAÇÃO - VALORES CONSTANTES EM R\$1000 DE 1996

PER. SET.	46	TOT.ATIV.	FBCF	EXP.	VAR. EST.	A.P.	CONFAM.	DEM.FINAL	DEM.TOTAL	
1990	37	0	61.134	19.006	0	-370	0	7.372	26.009	87.143
1991	37	0	86.223	21.491	0	296	0	8.976	30.763	116.986
1992	37	0	70.316	21.706	8	60	0	9.831	31.604	101.920
1993	37	0	46.601	22.196	142	142	0	11.403	33.882	80.482
1994	37	0	36.353	19.329	184	383	0	12.599	32.496	68.849
1995	37	0	82.941	29.737	60	436	0	22.153	52.386	135.327
1996	37	0	118.968	46.459	1	550	0	47.616	94.626	213.594
1990	38	0	824.861	0	0	0	0	363.793	363.793	1.188.654
1991	38	413.808	472.988	0	0	0	0	94.998	94.998	567.985
1992	38	0	104.542	0	0	0	0	134.954	134.954	239.496
1993	38	140.021	145.828	0	0	0	0	8.021	8.021	153.849
1994	38	154.442	194.505	0	0	0	0	85.640	85.640	280.146
1995	38	275.368	350.126	0	0	0	0	25.978	25.978	376.104
1996	38	256.813	351.670	0	0	0	0	31.536	31.536	383.205
1990	39	0	463.097	297	16	-135	0	1.791.576	1.791.754	2.254.850
1991	39	0	486.278	388	6	-93	0	1.815.683	1.815.984	2.302.262
1992	39	0	551.087	412	18	-316	0	2.113.424	2.113.538	2.664.624
1993	39	0	764.037	376	80	-91	0	2.963.360	2.963.726	3.727.763
1994	39	0	595.488	497	15	96	0	2.287.607	2.288.215	2.883.703
1995	39	0	768.247	651	13	122	0	3.089.797	3.090.583	3.858.829
1996	39	0	864.101	675	1	139	0	3.809.738	3.810.555	4.674.656
1990	40	0	909.420	47.127	0	0	0	19.375	66.502	975.922
1991	40	0	1.263.727	63.770	0	0	0	34.385	98.155	1.361.882
1992	40	0	1.712.654	88.559	0	0	0	48.051	136.611	1.849.264
1993	40	0	2.397.523	126.688	0	0	0	68.102	194.790	2.592.313
1994	40	0	1.734.620	87.510	0	0	0	47.067	134.578	1.869.198
1995	40	0	1.778.214	91.711	0	0	0	48.855	140.565	1.918.779
1996	40	0	1.898.087	84.673	0	0	0	51.715	136.388	2.034.476
1990	41	0	344	0	0	0	0	0	0	344
1991	41	0	561	0	0	0	0	0	0	561
1992	41	0	465	0	0	0	0	0	0	465
1993	41	0	335	0	0	0	0	0	0	335
1994	41	0	304	0	0	0	0	0	0	304
1995	41	0	295	0	0	0	0	1.003	1.003	1.298
1996	41	0	0	0	0	0	0	4.397	4.397	4.397

